



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E  
PODERES

LORENA MARIA DE FRANÇA FERREIRA

***Corporeidades das mulheres na Escola Normal Oficial em  
Teresina - Piauí (1909-1950)***

São Luís – Maranhão  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E  
PODERES

LORENA MARIA DE FRANÇA FERREIRA

***Corporeidades das mulheres na Escola Normal Oficial em  
Teresina - Piauí (1909-1950)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas

Orientador: Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos

São Luís – Maranhão  
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Lorena.

Corporeidades das mulheres na Escola Normal Oficial em  
Teresina - Piauí 1909-150 / Lorena Ferreira. - 2025.  
212 f.

Orientador(a): Lyndon Santos.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em  
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2025.

1. Corpo. 2. Espaço. 3. Mulher. 4. Escola Normal.  
5. Teresina. I. Santos, Lyndon. II. Título.

LORENA MARIA DE FRANÇA FERREIRA

***Corporeidades das mulheres na Escola Normal Oficial em Teresina - Piauí  
(1909-1950)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas

**Aprovada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Lyndon de Araújo Santos (UFMA/UFRRJ - PRESIDENTE)  
Orientador

---

Isabel Ibarra (PPGHIS-UFMA)  
Examinador Interno

---

Fernando Bagiotto Botton (UESPI)  
Examinador Externo

---

Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)  
Examinador Externo

---

Lincoln de Araújo Santos (UERJ)  
Examinador Externo

Dedico à minha família, Socorro França, João Batista Ferreira, Luana França e Éverton França, ao meu companheiro de vida, Hudson Nogueira, e às minhas eternas saudades, Batata e Anita (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, eu gostaria de agradecer a Deus pela vida e por possibilitar que eu chegasse tão longe no desenvolvimento desta pesquisa, me mantendo firme nos meus propósitos.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Hudson Nogueira, por sempre estar ao meu lado com palavras de carinho e incentivo para a realização e conclusão do doutorado.

Agradeço à minha família: aos meus pais por terem se esforçado para que os seus filhos alcançassem a educação como uma forma de mudança de vida. Aos meus irmãos por sempre serem os meus exemplos de profissionais e pesquisadores, que fazem com tanto amor e dedicação.

Agradeço a companhia dos meus animais de estimação, Anita e Batata (*in memoriam*), que permaneceram ao meu lado por anos, manifestaram o amor, o carinho e o companheirismo durante o desenvolvimento da pesquisa e da tese, mas não estão aqui para ver sua conclusão.

Agradeço ao meu orientador do doutorado, professor Lyndon, por ter me recebido como sua orientanda, por sempre me deixar segura sobre as minhas escolhas e por ser uma pessoa que me incentivou e apoiou na minha trajetória como professora e pesquisadora.

Agradecer aos amigos, Thiago Sousa, Lívia Soares e Ábdon, por terem contribuído com a pesquisa ou com as palavras incentivadoras.

Agradeço à Capes pelo amparo à pesquisa por meio da bolsa de doutorado que contribuiu para a manutenção do meu cotidiano, compras de livros e também a participação em eventos pelo Brasil.

Agradeço à banca examinadora por ter dedicado o seu tempo para leitura do trabalho e contribuição para as melhorias da tese.

A educação foi uma das grandes lutas das mulheres: o direito de aprender é também o direito de ser livre. Sem instrução, permanecem na sombra, submetidas à tutela. Com ela, abrem-se os caminhos da autonomia.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 43.

## RESUMO

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por modificações impulsionadas pelo regime político da República, fossem essas mudanças nas estruturas das suas principais cidades, no campo educacional e nas relações sociais. Isso também aconteceu na cidade de Teresina – Piauí, que se formava como o centro administrativo do estado, local de efervescência política e ideológica, além disso, formava-se a Escola Normal Oficial, destinada à formação educacional das mulheres. A tese tem como objetivos compreender as *corporeidades* das mulheres produzidas na Escola Normal Oficial em Teresina – Piauí, e analisar as construções e as representações dos corpos das mulheres como normalistas e professoras. Para esse entendimento, foi feito o uso de Le Breton (2007) e Courtine (2013) sobre a construção do corpo; Foucault (1979; 1997) para entendimento das relações de poder; Scott (1995) para as relações de gênero; Lefebvre (2006) e De Certeau (2003) para as análises dos espaços; Chartier (1990) para pensar nas representações femininas; e Assmann (2011) para a entender as memórias. A pesquisa se delineia ao usar escalas de análise históricas (Revel, 2010) para o estudo das mulheres na educação em Teresina – PI, relaciona com a história do Brasil e como mulheres que imprimiam suas experiências na educação. Para análise, foram usadas fontes produzidas pelo poder público piauiense, como relatórios e mensagens governamentais, decretos, obras memorialísticas, revistas e jornais que circulavam no interior e na capital piauiense.

Palavras-Chave: Corpo. Espaço. Mulher. Escola Normal. Teresina.



## **ABSTRACT**

In the first decades of the 20th century, Brazil underwent changes driven by the political regime of the Republic, whether these changes were in the structures of its main cities, in the educational field, or in social relations. This also happened in the city of Teresina - Piauí, which was forming as the administrative center of the state, a place of political and ideological effervescence, and the Escola Normal Oficial was being established for the educational training of women. The thesis aims to understand the corporealities of women produced at the Escola Normal Oficial in Teresina - Piauí, and to analyze the constructions and representations of women's bodies as normalistas and teachers. For this understanding, the works of Le Breton (2007) and Courtine (2013) on the construction of the body; Foucault (1979; 1997) for understanding power relations; Scott (1995) for gender relations; Lefebvre (2006) and De Certeau (2003) for spatial analyses; Chartier (1990) to reflect on female representations; and Assmann (2011) to understand memories were used. The research is outlined using historical scales of analysis (Revel, 2010) for the study of women in education in Teresina - PI, relating it to the history of Brazil and how women left their mark on education through their experiences. For the analysis, sources produced by the Piauí public authorities were used, such as reports and governmental messages, decrees, memorialistic works, magazines, and newspapers that circulated in the interior and in the capital of Piauí.

**Keywords:** Body. Space. Women. Teacher Training School. Teresina.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento demográfico de Teresina 1872-1940 .....	50
Tabela 2 - Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades .....	56
Tabela 3 - Proporção de alfabetizados e de analfabetos na população brasileira de quinze anos e mais .....	57
Tabela 4 - Quantidade de matrículas no ensino primário no Piauí (1911 – 1920) .....	73
Tabela 5 - Matrículas do ensino primário – Piauí (1930-1949).....	75
Tabela 6 - Evolução do número de lojas maçônicas no Brasil, por estado (1906 – 1920) .....	77
Tabela 7 - Número de conclusões da Escola Normal (1912 – 1921) .....	129
Tabela 8 - Número de conclusões da Escola Normal Oficial (1922 – 1929) ..	140
Tabela 9 - Quantidade de matrículas e concludentes (1930 – 1939) .....	141
Tabela 10 - Matrículas e conclusões na Escola Normal (1930 - 1940) .....	142
Tabela 11 - Disciplinas oferecidas pela Escola Normal Livre (1909).....	145
Tabela 12 - Disciplinas da Escola Normal Oficial (1910).....	146
Tabela 13 - Grade curricular por série em 1910.....	148
Tabela 14 - Currículo da Escola Normal Oficial - 1911 .....	149
Tabela 15 - Currículo da Escola Normal Oficial - 1916 .....	150
Tabela 16 - Currículo da Escola Normal - 1921 .....	151
Tabela 17 - Currículo da Escola Normal - 1922 .....	153
Tabela 18 - Currículo da Escola Normal - 1931 .....	154
Tabela 21 -Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1914 .....	161
Tabela 22 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1915 .....	162
Tabela 23 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1916 .....	163
Tabela 24 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1917 .....	163
Tabela 25 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1918 .....	164
Tabela 26 - Turma de diplomadas e diplomado da Escola Normal Oficial - 1919 .....	164
Tabela 27 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1920 .....	166
Tabela 28 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1921 .....	166
Tabela 29 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1922 .....	166
Tabela 30 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1923 .....	167
Tabela 31 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1924 .....	168

Tabela 32 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1925 .....	169
Tabela 33 - Número de matrículas por ano na Escola Normal Oficial (1909-1925) .....	171
Tabela 34 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1926 .....	172
Tabela 35 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1927 .....	173
Tabela 36 - Professora e professores da Escola Normal Livre - 1909 .....	174
Tabela 37 - Professora e Professores da Escola Normal Oficial - 1912.....	177
Tabela 38 - Professoras e professores da Escola Normal Oficial – 1920 .....	179
Tabela 39 - Professoras e professores da Escola Normal Oficial – 1927 .....	182
Tabela 40 - Professoras e professores da Escola Normal Oficial – 1943 .....	183

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização de Teresina em relação ao estado do Maranhão (século XIX) .....	37
Figura 2 - Mapa da criação de Teresina.....	38
Figura 3 - Enchente em Teresina - Piauí (1947) .....	47
Figura 4 - Populares na enchente em Teresina - Piauí (1947).....	48
Figura 5 - Desenvolvimento urbano de Teresina (1800-1990) .....	51
Figura 6 - Prédio da Escola Normal Oficial, Teresina - Piauí .....	138
Figura 6 - Professoras Normalistas nas escolas primárias do Piauí - 1925 ...	170
Figura 7 - Firmina Sobreira.....	179

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>26</b>
<b>TERESINA: FORMAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS NA CIDADE .....</b>	<b>26</b>
1.1 Escolhas teóricas da pesquisa .....	27
1.2 Discursos e usos do espaço em Teresina .....	34
1.3 A formação da estrutura escolar no Piauí.....	52
1.4 Maçonaria e Igreja Católica: conflitos pela educação.....	77
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>95</b>
<b>AS MULHERES: EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÕES .....</b>	<b>95</b>
2.1. As construções das mulheres nas primeiras décadas do século XX.	96
2.2 As representações das mulheres: ser mulher, ser mãe e ser professora .....	112
2.3 A Escola Normal Oficial: a história da instituição .....	122
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>144</b>
3. As construções das normalistas .....	144
3.1 Os currículos da Escola Normal Oficial e os corpos das normalistas .....	145
3.2 Os sujeitos da Escola Normal: as normalistas.....	158
3.3 As professoras e os professores da Escola Normal Oficial.....	173
3.4 As representações das normalistas e professoras.....	185
4. Considerações Finais .....	196
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>211</b>

## INTRODUÇÃO

Durante as primeiras décadas do século XX, ocorreram mudanças nas relações sociais no Ocidente, com a formação de mão de obra especializada para a produção de bens de consumo, principalmente diante do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. Mudanças essas que ficaram cada vez mais evidentes com o passar do século XX, com a formação de grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras ligados aos processos industriais e que se estabeleceram em meios urbanos do Brasil<sup>1</sup>.

Os trabalhadores tiveram que aprender novas formas de trabalho, em que seus esforços para produção deveriam ser destinados à conquista do capital para sobreviver às transformações espaciais com a saída do meio rural para o meio urbano, onde a moradia, por muitas vezes, era dividida com muitos sujeitos, surgiram cortiços e moradias irregulares, e havia a necessidade de compra/consumo de vestimentas, alimentações e utensílios, que não eram mais produzidos no ambiente doméstico, mas nos espaços fabris.

Algo que também foi percebido no Brasil com o advento da República (1889), ainda no século XIX, quando foram modificadas as formas políticas em que os sujeitos ganharam mais importância diante do seu poder de voto, das transformações no mundo do trabalho e das configurações dos espaços<sup>2</sup>. Em

---

<sup>1</sup> A industrialização e a urbanização brasileiras, nos primeiros anos do século XX, estiveram fortemente associadas às transformações estruturais da economia cafeeira e à integração do país ao mercado mundial. Como observa Caio Prado Júnior, a industrialização foi um desdobramento da acumulação originada pela agricultura exportadora, em especial o café, que forneceu capital e demanda para o crescimento das cidades. Celso Furtado reforça essa análise ao destacar que o processo de industrialização brasileira não ocorreu de forma autônoma, mas subordinado às necessidades da economia agroexportadora, dependente do capital estrangeiro e com limitações estruturais internas. Já Boris Fausto enfatiza o impacto das mudanças sociais advindas desse processo, destacando a concentração urbana, a diversificação das atividades econômicas e o crescimento do operariado urbano, em grande parte composto por imigrantes europeus. Assim, a industrialização e a urbanização no Brasil dos primeiros decênios do século XX estiveram intimamente vinculadas, revelando um quadro de modernização desigual e dependente. Ver *In*: AUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

<sup>2</sup> O advento da República, em 1889, trouxe significativas mudanças políticas e sociais ao Brasil, sobretudo no que concerne às formas de participação política. Como observa José Murilo de Carvalho, apesar do discurso republicano de ampliação da cidadania, o voto permaneceu restrito, marcado pelo analfabetismo excludente e pelo controle das oligarquias. Angela de Castro Gomes destaca que a cidadania republicana foi construída de forma limitada, mantendo privilégios de grupos dominantes e excluindo grande parte da população. Já Caio Prado Júnior ressalta que a República não representou uma ruptura profunda, mas sim uma reconfiguração

Teresina isso não foi diferente, pois a cidade passava por um processo de atração populacional em busca de melhorias de vida, as quais acreditavam que somente na capital do estado seria possível consegui-las.

No entanto, a cidade de Teresina ainda apresentava características dos espaços rurais, onde a população encontrava pouca infraestrutura física e ausência de vias públicas, com calçamentos, prédios e casas construídas, água encanada, energia elétrica, linhas telefônicas, além dos costumes trazidos do mundo rural, como criação de bichos pelas ruas da cidade<sup>3</sup>.

Aconteceram mudanças nos espaços, no mundo do trabalho e nas relações sociais, com destaque aos papéis das mulheres e dos homens. Aos poucos, os sujeitos alteraram os ambientes aos quais pertenciam outrora para expandir para outros, como o caso das mulheres que não se restringiam mais ao ambiente doméstico/privado e passaram a ocupar também os espaços públicos. Por meio de lutas feministas, as mulheres defenderam os seus direitos ao voto, à educação e novas configurações sociais, logo que entendiam que não caberiam apenas ao espaço doméstico. As mulheres passaram a ocupar cada vez mais os espaços públicos, algo proporcionado em grande medida pelo capitalismo e pela República, ao criarem condições para que os ambientes educacionais fossem ocupados por mulheres, sejam como alunas ou profissionais da educação<sup>4</sup>.

As mulheres construíram possibilidades de inserções na educação como alunas e educadoras por meio de formações educacionais, com a formação nas Escolas Normais no Brasil, um modelo educacional trazido da França em 1879, para a formação da “mulher professora”<sup>5</sup>. As Escolas Normais visavam o desenvolvimento de numerosa mão de obra qualificada para a educação da

---

do poder, preservando estruturas sociais e políticas excludentes herdadas do Império. Dessa forma, as modificações trazidas pela República revelaram avanços formais, mas mantiveram práticas que limitavam a efetiva democratização do voto. Ver *In*: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012; GOMES, Angela de Castro. **A invenção da República no Brasil: da propaganda à consolidação**. Rio de Janeiro: FGV, 1988; PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

<sup>3</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

<sup>5</sup> GAY, Peter. Mulheres agressivas e homens defensivos. *In*: GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.138.

população que, em grande maioria, ainda era analfabeta, e a uniformização da educação por meio dos programas de ensinos desenvolvidos nas escolas<sup>6</sup>.

No Piauí, também aconteceu a criação de Escolas Normais para a formação da mão de obra qualificada para o ensino público no estado. A Escola Normal em destaque nesta pesquisa surgiu em 1909, na capital Teresina, no contexto de necessidade de formação de uma população alfabetizada para, assim, exercer suas funções políticas e sociais dentro da República, pois uma das condições para exercer o direito ao voto seria ser alfabetizado. Nesse momento se deu a inserção das mulheres por meio da educação, de forma oficial, um campo de trabalho abandonado por alguns homens diante de suas poucas vantagens financeiras, pois os salários eram baixos e a profissão de professor servia mais como um ganho financeiro extra do que como a principal fonte de renda. Assim, a Primeira República dependia da formação de uma população alfabetizada para poder se consolidar no Brasil<sup>7</sup>.

Juntamente com a necessidade de constituição de uma população alfabetizada, houve a de criar um corpo de professores para atuar de acordo com as novidades pedagógicas, priorizando as ciências positivistas como a matemática e a divisão do ensino por séries, as quais surgiram com o período republicano. Para a formação do corpo de professores, foram inseridas as mulheres nas Escolas Normais, um processo de feminização do magistério<sup>8</sup>, diante da justificativa de suas “características femininas” próprias para

---

<sup>6</sup> ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas Normais no Brasil** – do Império à República. Campinas: Alínea Editora, 2008.

<sup>7</sup> FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no republicano**. 1996. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1996.

<sup>8</sup> O processo de feminização do magistério no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX, esteve vinculado a fatores sociais e culturais que associaram a docência à vocação feminina para o cuidado e moralização da infância. Autores como Guacira Lopes Louro destacam que a entrada massiva das mulheres no magistério esteve ligada a discursos que reforçavam papéis de gênero tradicionais. Já Maria Helena Souza Patto aponta que essa feminização também se relacionou às transformações no campo da educação popular e ao caráter disciplinador da escola. Nesse sentido, Diana Vidal ressalta que a ampliação da escolarização urbana e a consolidação das escolas normais foram fundamentais para que o magistério se tornasse uma profissão majoritariamente feminina. Ver In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997; PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992; VIDAL, Diana Gonçalves. **Educação e modernidade: os primeiros tempos da escola republicana (1889-1930)**. Campinas: Autores Associados, 2001.



conviverem com as crianças<sup>9</sup> e pelo pouco investimento financeiro que o governo teria que fazer, pois, para as mulheres, os salários eram mais baixos com a justificativa de não serem provedoras de suas famílias e os seus ganhos representarem uma complementação ao orçamento familiar<sup>10</sup>.

Essa feminização do magistério aconteceu diante de criações representativas sobre as mulheres, ao colocá-las em uma perspectiva de características biológicas de reprodução e as criações culturais dos papéis de mães, cuidadoras, carinhosas e passivas<sup>11</sup>. Com isso, as mulheres foram inseridas na educação nas Escolas Normais e nas escolas primárias pelo estado.

Posterior ao processo de inserção das mulheres na educação da Escola Normal em Teresina, teve-se uma expansão da formação da mão de obra de professoras normalistas nas décadas seguintes do século XX. Deu-se a numerosa quantidade de professoras em contextos de criação e ampliação de escolas primárias por todo estado do Piauí, com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais e o analfabetismo, que impediam o desenvolvimento do modelo republicano e de uma economia que não dependesse, em grande medida, do setor primário e aos poucos se voltasse ao setor terciário.

O meu interesse em estudar a educação piauiense aconteceu por meio do contato com fontes oficiais produzidas pelo poder público piauiense das primeiras décadas do século XX, quando era bolsista do Programa de Iniciação Científica – CNPq (de agosto de 2011 a julho de 2012), como parte do projeto "Masculinidades: práticas e representações masculinas no Piauí na primeira

---

<sup>9</sup> LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

<sup>10</sup> FERREIRA, Lorena Maria de França. **O estado, as normalistas e a infância em Teresina (1900-1940)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

<sup>11</sup> No início do século XX, consolidaram-se representações sociais que situavam a mulher como naturalmente vocacionada para a maternidade, o cuidado e a docilidade. Esses discursos, como observa Mary Del Priore, reforçavam a ideia da mulher como guardiã da moralidade doméstica e passiva diante da esfera pública. De modo semelhante, Heleieth Saffioti analisa como a ideologia patriarcal vinculava o feminino às funções de afeto e submissão, legitimando sua atuação restrita ao espaço privado. Em consonância, Joan Scott argumenta que tais construções de gênero não são naturais, mas produções históricas que sustentaram a desigualdade social entre homens e mulheres. Ver *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1993; SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976; SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1990.

metade do século XX", sob a orientação do Professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, na Universidade Federal do Piauí, realizado nos primeiros semestres do curso de bacharelado em História. No decorrer da iniciação científica desenvolvi o interesse pelos dados sobre as crianças e as mulheres, criei um relatório com mais de 50 anos de informações que pudessem me mostrar como os governantes locais se referiam à educação.

Com a finalização do projeto de Iniciação Científica, eu me direcionei à bolsa do Programa de Iniciação Científica Voluntária – ICV (2013-2014), do projeto "Infância e Sistema de Gênero em Teresina na primeira metade do século XX", sob a orientação da Professora Dra. Elizangela Barbosa Cardoso, projeto no qual eu foquei na educação feminina no Piauí.

Com o fim da ICV eu pesquisei sobre história do Piauí e a educação, mas direcionada a tratar sob a perspectiva do corpo e das percepções sobre as ideias higienistas das primeiras décadas do século XX, em Teresina, o que se tornou meu trabalho de conclusão de curso sob a orientação da professora Dra. Elizangela Barbosa Cardoso.

Com a formação em Bacharelado em História, eu resolvi tentar a seleção do mestrado em História do Brasil, na Universidade Federal do Piauí, em 2014. A produção do projeto de pesquisa para o mestrado foi direcionada para a formação das professoras normalistas em Teresina nas primeiras três décadas do século XX. Desse modo, eu tive contato com algumas fontes ao longo da minha trajetória acadêmica até aquele momento. Assim, a defesa da dissertação aconteceu no ano de 2017, com o título de "O estado, as normalistas e a infância em Teresina (1900-1940)"<sup>12</sup>, sob a orientação da professora Dra. Elizangela Barbosa Cardoso.

Com a defesa da dissertação, ainda permaneceram alguns questionamentos sobre as normalistas feitos por mim ao longo da minha trajetória, até aquele momento. No ano de 2020, com a pandemia do COVID-19 e a reclusão em ambiente doméstico, eu resolvi voltar às minhas inquietações sobre as normalistas e os seus corpos, o que resultou na criação do projeto de pesquisa para a seleção do doutorado em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes, da Universidade Federal do Maranhão.

---

<sup>12</sup> FERREIRA, 2017.

Foram feitos os seguintes questionamentos: Como esses corpos eram percebidos na sociedade piauiense e pelas próprias normalistas? Como as memórias constroem, desejam, inventam e fabricam os corpos femininos? Quais as formas que os corpos femininos eram construídos em diferentes espaços na Escola Normal, em Teresina? Como as disciplinas da Escola Normal fabricavam os corpos femininos? Houve diferenciações entre os corpos femininos durante o decorrer dos anos (1909-1950)?

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram levantadas hipóteses. A primeira hipótese é que os corpos das mulheres estavam no processo formativo dentro da Escola Normal Oficial, em Teresina, pelas questões políticas, sociais, suas espacialidades e as individualidades existentes. Outra hipótese é que esses corpos tinham uma valorização social por terem formação educacional e uma perspectiva de inserção no sistema educacional. E acredita-se que os corpos das mulheres com formação na Escola Normal Oficial eram permeados pelas representatividades das características femininas da época em análise.

Para responder a essas hipóteses, foram necessárias uma multiplicidade de fontes e possibilidades de abordagem teóricas. As escolhas das fontes aconteceram de acordo com minha trajetória de pesquisa e que contemplaram a temática, como mensagens governamentais do estado do Piauí, relatórios e decretos e leis do estado, jornais, revistas e memórias referentes ao período proposto ao estudo. Essas fontes estão disponíveis em meio digital pelo Projeto Clio do PET-História UFPI Teresina (PI), no Arquivo Público do Estado do Piauí, em Teresina, e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível na internet e em livros impressos ou digitais<sup>13</sup>.

Para isso, a pesquisa se dividiu em fases de desenvolvimento: coletas, catalogações de fontes, interpretações e escrita. As fases iniciais incidiram em coletas e catalogações de fontes que indiquem as temáticas: 1) educação; 2) feminino; 3) corpo; 4) Escola Normal; 5) normalistas e mulheres estudantes; 6) magistério feminino; 7) memórias. E a divisão das fontes em blocos, que correspondem em produções oficiais do estado, jornais, revistas e memórias.

---

<sup>13</sup> Ver <https://ufpi.br/pet>;  
<http://www.arquivopublico.pi.gov.br/>;  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O primeiro bloco de fontes corresponde às produções oficiais do estado do Piauí, disponíveis em meio digital pelo Projeto Clio do PET-História UFPI Teresina (PI) e no Arquivo Público do Estado do Piauí, em Teresina, pois essas fontes oficiais<sup>14</sup> do estado foram usadas no intuito de perceber os discursos dos governantes e as possibilidades de ações no ensino público e privado destinados aos sujeitos femininos. Dessa maneira, tem-se as *Mensagens Governamentais, Relatórios do Estado, Os Decretos e Leis Municipais, Estaduais e Nacionais* que registraram os discursos e as ações do governo estadual perante a educação feminina. Por diversas vezes, revelou-se as percepções sobre as mulheres e sobre a educação como uma ferramenta de construção de sujeitos moldados para a república. Isso contribuiu para interpretações sobre as ações dos governantes sobre a educação e quais as representações criadas sobre as mulheres e os seus corpos.

Dentro desse bloco de fontes oficiais, disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí em Teresina (PI), foram utilizados o *Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí* e *A Instrução Pública no Piauí*, em que são delineadas as formas e as organizações de ensino que aconteceriam no estado. Essas fontes possibilitaram analisar como o ensino era segmentado a partir das noções pedagógicas que mostram um processo de construção de corpos disciplináveis e disciplinados, dentro da rede de ensino pública e privada pelo estado. Assim, foi possível identificar quais eram as percepções dos governantes sobre os corpos femininos dentro do campo educacional, desde a infância até a construção de mulheres professoras, e como os corpos femininos foram percebidos e direcionados a padronizações educacionais e sociais, moldando-se no comportamento físico dentro da sala de aula, disciplinas e nas relações dentro e fora dos ambientes escolares pelas professoras.

Foi formado o bloco de fontes de jornais, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí em Teresina (PI), a utilização de fontes hemerográficas mostrava-se promissora, pois durante o período abordado nesta pesquisa houve uma grande circulação de jornais no estado, como o *Diário do Piauí*, *Diário Oficial* e *O Apostolo*, que contribuíram para assuntos sobre as mulheres, as normalistas,

---

<sup>14</sup> Fontes oficiais produzidas pelos poderes públicos municipais e estadual, como as mensagens governamentais proferidas pelos governadores vigentes à Câmara Legislativa do Estado ou os decretos e as leis criados no Piauí.

professoras e também os sujeitos que fomentavam financeiramente, intelectualmente ou que tiveram participações no desenvolvimento do ensino Normal pelo estado.

Esses jornais possibilitaram conhecer as percepções de integrantes do governo do estado quanto à educação; o papel feminino, desde o processo de escolarização das mulheres; a atuação dentro dos ambientes escolares; e as percepções de homens sobre os corpos e as sociabilidades das normalistas. As próprias normalistas criavam suas representações no meio educacional e na sociedade por meio de seus discursos realizados nas festividades das Escolas Normais e publicados nos jornais da época, que mostravam as imagens coletivas e individuais construídas.

Foram destacadas algumas medidas do governo estadual quanto ao âmbito educacional, como a criação de disciplinas na Escola Normal. Considerando as disciplinas inseridas e modificadas ao longo dos anos no ensino Normal, emergem indagações e interpretações sobre as abordagens pedagógicas desenvolvidas, em especial aquelas que se destinam, de forma evidente, às preocupações sobre os corpos femininos disciplinados e modelados de acordo com as perspectivas sociais do momento em estudo. Além disso, por meio de reportagens e propagandas desses jornais, pode-se verificar os comportamentos sociais, em que muitos relevam os modelos de corpos de mulheres desejáveis: saudáveis e consumidoras de produtos de beleza e domésticos<sup>15</sup>.

Foi formado o bloco de fontes composto com as revistas, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí em Teresina (PI), que circulavam tanto na capital como nas cidades do interior do Piauí. Essas revistas são compostas por escritas femininas e masculinas, sejam elas poesias, notícias ou imagens.

A revista *A Escola* mereceu destaque pela sua singularidade em ser produzida pelas normalistas para divulgarem suas ideias e ações dentro do

---

<sup>15</sup> No início do século XX, a mulher passou a ser representada como guardiã da saúde da família e, ao mesmo tempo, como sujeito ativo no consumo moderno, especialmente ligado à moda, higiene e novos hábitos urbanos. Essa construção foi fortalecida pela medicalização do cotidiano e pela expansão do mercado de bens voltados ao público feminino, consolidando a imagem da mulher como responsável pelo cuidado e também como consumidora privilegiada das novidades da modernidade. Ver *In*: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997; DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ambiente educacional Normal. Assim, traziam informações sobre eventos, produções, acontecimentos e alguns registros de mulheres sobre elas mesmas, sobre a educação e os corpos que estavam produzindo naquele espaço educacional. As demais revistas informavam sobre as escolas Normais no estado do Piauí e artigos produzidos por educadores que atuavam no âmbito educacional do estado, em que alguns desses homens pertenciam ao quadro de profissionais da Escola Normal.

Outro bloco de fontes se refere às obras memorialísticas, disponíveis em meio impresso, que são registros e representações dos sujeitos no tempo e no espaço. Serviram de fontes de informações referentes à educação e aos sujeitos perpassados pelo ensino nos anos de 1909 a 1950.

Essas obras trazem para a análise histórica, histórias de vidas, trajetórias e relações de familiares no interior e na capital do estado do Piauí nas primeiras décadas do século XX. Elas possibilitam perceber os laços que estavam sendo criados da sociedade com a educação formal e traz a visibilidade do papel feminino dentro do ambiente familiar e das escolas, em que os sujeitos femininos deram novas significações: segurança, sensibilidade e conhecimento intelectual consolidado.

A tese foi dividida em três capítulos, com o objetivo de facilitar a produção do conhecimento e tornar visíveis as análises. Para isso, o primeiro capítulo foi intitulado de “Teresina: formas sociais e educacionais na cidade”, o primeiro tópico do capítulo é “Escolhas teóricas da pesquisa”, que busca explicar as escolhas do trajeto de pesquisa a partir do conhecimento histórico. O segundo tópico é “Discursos e usos do espaço em Teresina”, que se destina a mostrar a construção do espaço da cidade de Teresina, em especial no meio urbano, no qual se fez o projeto de criação de uma cidade com traços europeus que pudesse contribuir com o progresso do estado, tanto em aspectos arquitetônicos quanto na formação de corpos disciplinados e educados. No terceiro tópico, denominado “A formação da estrutura escolar no Piauí”, nos dedicamos a analisar a educação no estado do Piauí, abordando as tentativas do poder público local e de intelectuais na formação de uma estrutura de ensino primário a fim de diminuir o analfabetismo e alcançar melhorias sociais com a formação do sujeito cidadão e com os ideais republicanos. O quarto tópico desse capítulo é intitulado “Maçonaria e Igreja Católica: conflitos pela educação”, no qual foram

expostos os conflitos dos maçons piauienses e os integrantes da Igreja Católica no desenvolvimento do ensino laico e da Escola Normal Oficial.

O segundo capítulo, “As mulheres: educação e representações”, se dedica a tratar sobre as construções das representações das mulheres, para isso, no primeiro tópico, denominado “As mulheres nas primeiras décadas do século XX”, analisamos as mulheres pelas vertentes da construção dos seus direitos, da educação e do trabalho. Além disso, no segundo tópico, “As representações das mulheres: ser mulher, ser mãe e ser professora” aponta-se a criação da relação entre a figura da mulher com as de mãe e professora, fosse ela no mundo do trabalho ou na criação de seus filhos. Assim, mais uma vez, se constrói a ligação de ser mulher com funções sociais. O terceiro tópico, “A Escola Normal Oficial: a história da instituição”, evidenciamos as tentativas de criação da instituição, o seu processo de desenvolvimento com as quantidades de matrículas e conclusões e o seu aspecto arquitetônico na cidade de Teresina.

O terceiro e último capítulo da tese é denominado de “As construções das normalistas”, no qual são abordadas as formações das normalistas e professoras, quem são os sujeitos da Escola Normal Oficial e as representações dessas mulheres construídas por homens e por elas mesmas. Para isso, o capítulo foi dividido em quatro tópicos. O primeiro tópico foi denominado de “Os currículos da Escola Normal Oficial e os corpos das normalistas”, o qual apresenta as reformas curriculares que aconteceram na Escola Normal Oficial, na primeira metade do século XX. No segundo tópico, “Os sujeitos da Escola Normal: as normalistas”, foram evidenciados as normalistas e um aluno que se formaram no curso Normal. O terceiro tópico do capítulo, “As professoras e os professores da Escola Normal Oficial”, dedicou-se a analisar os docentes da escola. O último tópico foi intitulado de “As representações das normalistas e professoras” para abordar como foram feitas nos jornais locais e as construções das imagens ou representações das mulheres normalistas.

Para compreender e desenvolver a tese no formato apresentado anteriormente foram selecionados alguns direcionamentos teóricos que devem ser enfatizados. Primeiramente, este trabalho se dedica a mostrar as construções dos corpos, para isso faço uso David Le Breton<sup>16</sup>, para entender as

---

<sup>16</sup> LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

corporeidades humanas como fenômenos sociais e culturais, com suas significações no tempo e no espaço, assim, o corpo é entendido como a carne cheia de significados. Além disso, também se propõe a pensar a partir de Jean-Jacques Courtine<sup>17</sup>, que traz para a discussão o sujeito para a cena como detentor de formas de construir sua própria imagem.

Para entender o poder como categoria de análise que faz parte das relações humanas, conta-se com as contribuições de Michel Foucault<sup>18</sup>, para quem as relações culturais são fabricadas a partir das interações dos sujeitos em determinados tempos e espaços. Para compreender as relações de gênero e poderes contou-se com as contribuições de Joan Scott<sup>19</sup>, ao mostrar como a sociedade estava constituída a partir das relações entre os sujeitos e os desdobramentos do uso do poder.

O espaço também faz parte do processo de produção de conhecimento, ao ser compreendido diante das relações sociais e culturais que o têm como móvel, possível de receber e realizar trocas com a sociedade; assim, constitui-se o espaço social em que suas significações não se limitam ao físico, para isso se utiliza Henri Lefebvre<sup>20</sup>, Michael De Certeau<sup>21</sup> e Michel Foucault<sup>22</sup>.

Para entender sobre o uso das memórias, que contribuem para compreender o objeto de pesquisa da tese, usou-se Aleida Assmann<sup>23</sup>, por perceber que os sujeitos falam de si e dos outros nos seus escritos. Essas memórias são recordações ou rememorações sobre o passado, e a essas são dadas significações de acordo com o que se pretende construir sobre o tempo e os sujeitos. Diante das construções de si, se utilizou Roger Chartier<sup>24</sup> para

---

<sup>17</sup> COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

<sup>20</sup> LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

<sup>21</sup> CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>23</sup> ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e recordações da memória cultural, 2011.

<sup>24</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.



analisar as representações femininas. Cabe ao historiador analisar suas construções e fazer uso do que foi produzido para formar sua narrativa histórica.

As escolhas de abordagens na tese se constituíram diante dos percursos acadêmicos e de pesquisa, logo que algumas problematizações aconteceram e precisaram se desenvolver para melhorar a compreensão do objeto de pesquisa e da escrita. Primeiramente, deve ser colocado de forma clara a expressão “construção”, como a própria classificação aparece no dicionário Michaelis<sup>25</sup>: substantivo feminino em que se define como “Ação, processo ou resultado de compor, estruturar ou elaborar algo; composição, elaboração, estruturação, criação”. Logo, acredita-se que os corpos das mulheres passaram pela ação, gerando resultados de composições ao longo da história.

Para a compreensão do texto, produziu-se conhecimento sobre as espacialidades, por entender que os espaços são perpassados por poderes. Na cidade de Teresina e nos ambientes escolares, os poderes foram múltiplos diante das relações desenvolvidas no campo da educação e nas relações sociais, políticas e econômicas no período abordado. Além disso, deve ser destacado que os espaços escolares também tinham suas próprias formas de estabelecer os poderes, seja nas relações entre alunos, professores ou outros membros da escola.

A pesquisa se delinea quanto à História Conectada<sup>26</sup>, ao usar escalas de análise históricas, por Jacques Revel (2010), para o estudo das mulheres na educação em Teresina, e relacionar com a história do Brasil durante o mesmo recorte temporal, logo que também existiam outras Escolas Normais e mulheres que imprimiam suas experiências na educação. A formação de mulheres nos espaços educacionais não eram exclusividade da cidade de Teresina, era um projeto político-social-educacional que estava em desenvolvimento pelo Brasil durante o século XX. Projeto em que se indicava qual o tipo de educação que deveria ser alcançada, de maneira a homogeneizar os resultados na nação.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/construcao>. Acesso em: 01 dez. 2024.

<sup>26</sup> REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010. p. 434-590.

## **CAPÍTULO 1**

### **TERESINA: FORMAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS NA CIDADE**

Este capítulo dedica-se a evidenciar as escolhas teóricas desta pesquisa e analisar a formação da espacialidade, como espaço de poder e de formação dos corpos, na qual as formas de poderes são múltiplas. Observa-se o papel da cidade nas relações sociais, em que influenciaram desde a organização populacional à educacional, para isso serão abordadas temáticas do espaço, poder e educação.

No primeiro tópico, “Escolhas teóricas de pesquisa”, deste capítulo são expostas as escolhas teóricas para o desenvolvimento da tese, por acreditar-se que para o leitor seria interessante expor os interesses de pesquisas e como se construiu a tese.

O segundo tópico, “Teresina e suas espacialidades, discursos e usos do espaço”, trata da tentativa de controle da população e dos espaços, no qual aparecem as primeiras formas de organização espacial de capital e os seus usos, com a urbanização. Teresina se desenvolveu e se tornou um polo de atração populacional diante da sua importância política, social e econômica como capital do Estado, o que seria determinante para que as escolas se desenvolvessem e se expandissem.

No terceiro tópico desse capítulo, “A formação da estrutura escolar no Piauí”, evidenciamos a estrutura escolar piauiense e seu processo de ampliação, ao mostrar a relação do desenvolvimento da cidade, seus espaços urbanos e a educação. Foram analisadas como aconteceram as primeiras manifestações dos desenvolvimentos dos espaços educacionais durante as primeiras décadas e como os ideais republicanos impactaram as ações políticas, sociais e educacionais no Piauí.

O quarto e último tópico deste capítulo, “Maçonaria e Igreja Católica: conflitos pela educação”, discutimos os conflitos entre a Maçonaria e a Igreja Católica nos primeiros anos do século XX, com as propostas educacionais e a formação de um estado laico. A educação Normal foi disputada pela Maçonaria e pela Igreja Católica a fim de exercer suas influências sociais sobre as famílias piauienses, principalmente sobre as mulheres, economia e política.

## 1.1 Escolhas teóricas da pesquisa

Para o desenvolvimento da tese foram usadas algumas perspectivas teóricas que contribuíram nas interpretações sobre corpos. Primeiro, compreendeu-se teoricamente o que seria *corpo* para poder analisar os corpos das mulheres. Para isso se utiliza David Le Breton<sup>27</sup>, autor que se dedica a analisar a *corporeidade* humana como fenômenos sociais e culturais com suas significações no tempo e no espaço. Corpo é entendido como a carne cheia de significados, este não mais apenas entendido biologicamente como um corpo humano feito de carnes, mas sim entendido socialmente como algo construído pelas marcas dos signos, dos conceitos, da cultura e das experiências.

Dentro dessas significações sobre os corpos acontece o processo de corporeidade, no qual o homem faz do mundo uma extensão de sua experiência. Assim, os corpos seriam mais que apenas uma carne imóvel e teriam suas simbologias e significações, o que promoveria a formação de uma corporeidade que se estabelece diante das relações de poder no tempo e no espaço. Ou seja, algo que se estabelece nas relações sobre os corpos das mulheres nos mais diversos espaços, sejam eles públicos ou privados, como na Escola Normal Oficial nos anos de 1909 a 1950, em que os sujeitos constituíam suas imagens por meio das representações do que seria ser mulher, mãe, normalista e professora na sociedade piauiense.

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal<sup>28</sup>.

Assim, as mulheres na Escola Normal foram educadas a partir das percepções corporais como “conjunto de sistemas simbólicos”<sup>29</sup>. Acredita-se que os corpos das mulheres ganharam significações próprias dos espaços escolares

---

<sup>27</sup> LE BRETON, 2007.

<sup>28</sup> Idem, p.7.

<sup>29</sup> Idem, p.7.

quanto as categorias de alunas e professoras, sem, no entanto, deixar de se relacionar com as contribuições da sociedade local teresinense.

Outra proposta de análise sobre os corpos se dá pelas contribuições de Jean-Jacques Courtine<sup>30</sup>, em que o sujeito é detentor de formas de construir sua própria imagem por meio de um contínuo processo de construção e desconstrução das percepções de si como sujeito. Essas são as marcas do sujeito dentro da sociedade, ao se ver não mais como passivo no processo histórico, mas como um sujeito ativo e que seus sentimentos, afetos, decepções e outras emoções também o constroem. Essas sensibilidades do sujeito saíam do campo invisível para o visível ao se perceber que os sujeitos são dotados de emoções e que isso está interligado em todos os aspectos de sua vida, o que não pode ser negado no processo de construção histórica pelos historiadores.

Assim, as relações do sujeito consigo mesmo trariam a construção de si no desenrolar do tempo e do espaço para a cena de pesquisa, logo que se perceberia no momento do acontecimento ou posterior a ele como integrante de sua própria história. Algo visível dentro das construções representativas sobre si, seja por meio da forma de se portar no espaço ou utilizar a linguagem como ferramenta de validação simbólica de si.

As contribuições sobre o entendimento teórico sobre os corpos irão contribuir para as análises das fontes desta pesquisa, algo que pode ser percebido a partir da linguagem nos documentos oficiais, jornais, revistas e memórias. Diante disso, as teorias sobre os corpos proporcionarão a interpretação das construções discursivas sobre o feminino pelas representações e simbologias criadas pelo poder público estadual, intelectuais, mulheres e memórias, que dão indícios sobre a cultura e a sociedade local.

As teorias sobre os corpos contribuirão para a compreensão das construções do feminino que estava ligado ao Ensino Normal piauiense nos anos de 1909 a 1950, como pode-se ver a partir da coluna “Normalista de 1912”, do jornal *Diário do Piauí* (1913), que se destinava a descrever como eram as normalistas considerando suas características físicas e sociais, sem, no entanto, revelar seus nomes. Essa coluna apontava algumas características físicas: se as normalistas eram gordas, magras, altas, baixas, belas ou feias, inteligentes

---

<sup>30</sup> COURTINE, 2013.

ou não; o que possibilita verificar como os corpos femininos eram cheios de significações por pertencerem ao corpo discente da Escola Normal. Assim, a essas mulheres são atribuídas simbologias para além dos seus papéis de alunas e de futuras professoras que iriam atuar no estado, os seus corpos ganham materialidade dentro do imaginário do que deveria ser um modelo de normalista.

Além disso, também se verifica a construção dos corpos femininos a partir das análises feitas nas disciplinas cursadas no Ensino Normal por meio das *Leis e Decretos do Estado do Piauí*. As disciplinas apontam para a criação de um corpo marcado pelas significações do que seria ser mulher, mãe, professora e agente de estado para o desenvolvimento de uma população saudável. As normalistas eram ensinadas aos afazeres domésticos como bordado, costura, higienização dos corpos infantis, ginástica e conhecimentos científicos com o intuito de formar mulheres que pudessem servir ao estado e ao espaço público, no entanto, sem perder de vistas as suas qualidades e conhecimentos sobre as funções que deveria ter como esposa e mãe. Dessa maneira, esta tese aponta que existia um processo de construção dos corpos femininos por meio das Escolas Normais no Piauí, tenta-se formar mulheres que tenham conhecimento científico, compreenda sobre a infância, seja capaz de manter os padrões do que seria ser mãe e esposa e se identifique enquanto normalista e professora para poder atuar nas escolas primárias do estado.

Outra possibilidade teórica de análise é o *poder*, que se utiliza das contribuições de Michel Foucault<sup>31</sup> neste trabalho, para quem as relações culturais são fabricadas a partir das interações dos sujeitos em determinados tempos e espaços. Essas relações de poder nem sempre acontecem de forma equilibrada ou de forma explícita, o que requer uma interpretação mais detalhada sobre a cultura. Poderes múltiplos e desiguais, em que os sujeitos e as instituições imprimem seus desejos nos corpos dos sujeitos. Assim, as relações de poder fazem partes dos sujeitos nos seus processos de formações, o que atinge suas formações corpóreas.

O poder está inserido em todas as relações humanas, o que modela as formas que os sujeitos se relacionam consigo e com os outros, de forma positiva ou negativa e que se constitui dentro das relações sociais de mais variadas

---

<sup>31</sup> FOUCAULT, 1979;1997.

roupagens, algo que pode ser verificado fora do estado, anteriormente entendido como principal instituição detentora dos poderes e inserido nas experiências dos sujeitos. Esse poder modela os corpos de acordo com os interesses dos sujeitos e das instituições de classificar, segregar e discipliná-los, e estabelece modelos a serem atingidos, algo que acontece com o feminino ao ser diferenciado do masculino, cria-se sua própria roupagem a ser conquistada e consolidada ao longo do tempo e do espaço.

O poder como categoria de análise teórica permite interpretar como os poderes sobre os corpos das mulheres estavam em todos os locais e formas discursivas, construiu-se ambientes próprios para a educação, destinou modelos de ensinos Normais, criou possibilidades disciplinares dentro e fora dos ambientes escolares em que as mulheres eram criadas por ferramentas da linguagem e do espaço físico e como os sujeitos fizeram usos de seus poderes nas construções de si e dos outros. Dessa maneira, verifica-se como as mulheres foram perpassadas e utilizaram o poder como possibilidade de consolidação nos espaços sociais.

Outra abordagem teórica sobre o *poder* dar-se por Joan Scott<sup>32</sup>, que analisa as relações sociais de poder considerando as relações de gênero. Observa-se que as relações de gênero na sociedade ocidental do século XX não eram naturais, mas construções históricas proporcionadas pelas configurações da sociedade da época.

Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a

---

<sup>32</sup> SCOTT, 1995.

possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação<sup>33</sup>.

Diante desse enfoque teórico, buscamos analisar os poderes nas construções dos corpos das mulheres a partir da classificação entre o que socialmente se teria estabelecido enquanto mulher/feminino e homem/masculino. Algo que poderá ser conhecido por meio das produções discursivas sobre as normalistas e professoras que deveriam seguir modelos do que seria ser mulher, mãe, esposa, agente do estado e detentora de conhecimentos científicos.

Assim, o poder será analisado como parte das relações sociais na Escola Normal Oficial a exemplo das fontes produzidas pelo poder público do Estado, classes altas e médias, jornais e revistas locais e instituições religiosas as quais indicavam numerosas decisões e os desejos sobre os desenvolvimentos do ensino ligado às questões políticas, sociais e econômicas do Piauí. As decisões e os desejos eram evidenciados em diversas Mensagens Governamentais, que apontam as dificuldades em implantação de uma educação em um estado em que se tem quase toda a população analfabeta, precariedade nas condições das escolas, pouca mão de obra qualificada para atuação na educação e muitos problemas econômicos.

Outra categoria teórica de análise se refere à perspectiva de *espaço*, como é apresentado por Henri Lefebvre<sup>34</sup>, para ele o espaço é compreendido diante das relações sociais e culturais que o tem como móvel, possível de receber e realizar trocas com a sociedade, assim, constitui-se o espaço social, cujo suas significações não se limitam ao físico. Essas significações de relações que a sociedade mantém com o espaço criam locais de experiências e de representações sobre um grupo, um sujeito ou, até mesmo, uma cultura, resultando em significações ao espaço como atuante sobre os corpos e as relações sociais. Logo, o espaço não é apenas um local que recebe as ações dos sujeitos, mas também imprime seus poderes nos sujeitos.

Além desse entendimento sobre o espaço, também se utilizará Michael de Certeau<sup>35</sup>, o qual aponta para as relações existentes entre os espaços e os

---

<sup>33</sup> SCOTT, 1995, p. 86.

<sup>34</sup> LEFEBVRE, 2006.

<sup>35</sup> CERTEAU, 2003.

sujeitos a partir das definições sobre o lugar e o espaço com o intuito de, mais uma vez, afirmar a existência de apropriação espacial pelos sujeitos e as sociedades, os quais atribuem significações ao que anteriormente se mostrava imóvel e em outro momento ganha a roupagem de móvel e fluido. Isso se dá a partir do processo de apropriação do lugar pelo sujeito e sua transformação em um espaço cheio de simbologias. Além disso, o espaço também é analisado a partir das contribuições de Michel Foucault<sup>36</sup>, no qual é apreendido como ambiente em que acontecem as relações de poder, em maior ou menor grau, e estabelecem a disciplinarização dos corpos. O espaço é o local onde acontece e é exercido o poder sobre os sujeitos, como as instituições educacionais em que as suas estruturas servem de mecanismo de controles. Assim os espaços são constituídos de mecanismos de elaboração de sujeitos, onde ocorrem trocas de poderes e transformações das carnes.

A partir dessas análises teóricas sobre os espaços como apropriação social e sua transformação para o que seria espacialidade, é percebida, nas fontes desta pesquisa, como as normalistas, os intelectuais e outros sujeitos atribuíam significações tanto para o espaço físico como para o social. Considerando dos discursos proferidos por intelectuais e pelas normalistas, é possível verificar as representações atribuídas aos locais de ensino, nos quais se tem a construção de um ambiente grandioso, fonte de conhecimento, onde foram construídas boas memórias sobre as aulas, as professoras, as normalistas e os seus espaços.

Outra atribuição sobre os espaços se dará a partir das interpretações sobre as representações que a Escola Normal teve perante a sociedade, onde se constituiu como um espaço de formação de mulheres com conhecimentos científicos, visando um modelo feminino a ser seguido por outras mulheres que atuariam na educação local. Além disso, houve uma interferência do espaço na construção dessas mulheres, pois a Escola Normal interferiu nos comportamentos cotidianos das normalistas, como nas suas formas de se comportar dentro e fora da sala de aula, suas relações sociais entre si e com os outros.

---

<sup>36</sup> FOUCAULT, 1979.



Como forma de interpretar os traços culturais sobre os corpos se utilizará os conhecimentos sobre as memórias produzidos por Aleida Assmann<sup>37</sup>, por perceber que os sujeitos falam de si e dos outros nos seus escritos. Essas memórias são recordações ou rememorações sobre o passado, em que são dadas as suas significações de acordo com o que se pretende construir sobre o tempo e os sujeitos. Constrói-se o que quer dar visibilidade e silencia-se o que pretende esconder, provoca um processo de memória montada de acordo com os desejos dos sujeitos, não se vê a memória como algo espontânea e despretensiosa. Ao contrário, essas memórias são criadas a partir dos interesses individuais ou coletivos em que, muitas vezes, se direcionam para a formação de representação de si ou de algo. Isso pode ser percebido pelas seleções e fragmentações de informações sobre o passado que se mostra descontínuo e elaborado por meio das linguagens.

Por último, compreendeu-se os corpos por meio das representações nas práticas culturais, como abordado por Roger Chartier<sup>38</sup>, em que se cria as significações sobre os sujeitos de acordo com os interesses individuais ou coletivos. As representações podem ser entendidas como fabricações de modelos a serem seguidos pelos sujeitos, o que pode gerar o enquadramento destes nos modelos ou em um processo de exclusão. Representa-se o desejável e o indesejável com o intuito de intitular os sujeitos como pertencentes em categorias culturais e sociais de um tempo e de um espaço, assim, delineia-se modelos nos corpos existentes a fim de que eles sejam modelos a serem seguidos ou não.

Essas abordagens teóricas contribuíram para entender as construções dos corpos das normalistas e das professoras durante os anos de 1909 a 1950, no Piauí, e que estão presentes nas produções discursivas, em que são escolhidas as formas em que iriam retratar a formação de um grupo de professoras habilitadas pelo poder público estadual para atuação nas escolas primárias. Essas mulheres eram retratadas como agentes do poder público que conduziriam a população, em especial as crianças, para os desenvolvimentos sociais tão estimados na República; e como representações do que seria uma mãe, mulher e esposa ao serem colocadas como responsáveis pelas crianças

---

<sup>37</sup> ASSMANN, 2011.

<sup>38</sup> CHARTIER, 1990.

nas escolas e em outros espaços públicos, oportunidade de obtenção de esposas com conhecimento científico e doméstico, que contribuiriam para a manutenção do casamento e da família no espaço privado.

Além disso, se observa a construção de uma imagem de mulheres carinhosas com as crianças no desenvolvimento dos seus conhecimentos escolares, as quais tinham uma grande bagagem de conhecimentos científicos e de metodologias de ensino. Portanto, criaram-se perfis femininos de acordo com as experiências de vida e das seleções de informações, o que estabelece versões sobre os acontecimentos e sujeitos.

## 1.2 Discursos e usos do espaço em Teresina

Os discursos higienista e modernizador eram presentes nos contextos dos séculos XIX e XX diante do que se acreditava serem modelos social que deveriam ser alcançados pelo governo e por sua população. Pensava-se um novo modelo de sociedade em que os corpos deveriam ser saudáveis e, cada vez mais, ligados aos ideais europeus de educação, saúde e moral.

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, a cidade do Rio de Janeiro também sofreu mudanças devido às influências europeias<sup>39</sup>, pois era a capital Federal do Brasil e a maior representante brasileira das transformações ocorridas nesse período, por ser considerada a metrópole-modelo, sede do governo, maior cidade, além de também se configurar como o cartão de visitas e vitrine nacional<sup>40</sup>. Passou a ser referência de local onde o modelo urbanístico europeu foi aplicado com êxito, mudando não somente o físico, como também os sistemas de valores e as sociabilidades por meio das novas formas de viver e sentir, determinadas pela experiência da modernidade<sup>41</sup>.

As transformações urbanísticas no meio urbano na cidade do Rio de Janeiro eram visíveis com as modificações estruturais em pleno desenvolvimento, como a construção de grandes avenidas, as quais tinham

---

<sup>39</sup> SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante**: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). História da vida privada no Brasil. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>40</sup> KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

<sup>41</sup> Idem, 1998.

como objetivo facilitar o deslocamento de pessoas e proporcionar, mais facilmente, o transporte de mercadorias. As modernizações criaram uma nova e diferente realidade à vida social dessa cidade, possibilitaram o surgimento de novas formas de sociabilidades ao modificar o cotidiano e, assim, ressignificaram as relações sociais e a percepção do tempo e espaço no meio urbano.<sup>42</sup>

A cidade referência, Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República brasileira, ainda tentava organizar as suas estruturas para adequar as grandes quantidades de habitantes oriundos do velho sistema político imperial, em que existiam uma grande quantidade de flagelados e ex-escravizados. O “tumulto e a desordem” estavam presentes no cotidiano da cidade, em que as elites e poderes públicos desejavam organizar e tornarem-se mais próximo aos padrões europeus de civilidade e, com isso, a ordem e higiene.<sup>43</sup>

Tomamos como referência a cidade do Rio de Janeiro por ser a capital federal e por exercer forte influência nas demais cidades do Brasil, logo que servia de modelo a ser seguido, ou seja, uma referência. Assim, Teresina teria o Rio de Janeiro como referência, em certos momentos distante de ser alcançada; e em outros aproximada com suas novidades estruturais.

Dessa maneira, nas primeiras décadas do século XX, Teresina foi perpassada por discursos médicos que definiam práticas de higiene e de cuidado com o corpo com o intuito de modernizar a cidade e formar uma população que pudesse se enquadrar aos moldes de cidadania e de civilidade. Para isso, foram implantados os códigos de posturas baseados em conhecimentos médicos, que reconheciam a importância de higiene, tanto para modernizar o meio urbano, como para modificar os comportamentos dos habitantes, em especial disciplinas que afetavam o uso do corpo assegurando a saúde pública e privada<sup>44</sup>.

A saúde foi um quesito de grande importância para o desenvolvimento dos projetos políticos, sociais e econômicos das cidades no contexto republicano. Acreditava-se que a sua conquista, de forma satisfatória, poderia promover o desenvolvimento da república e o desenrolar de uma sociedade com maior grau

---

<sup>42</sup> Idem, 1998.

<sup>43</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da Vida privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>44</sup> FERREIRA, 2017.

de cidadania. No entanto, as realidades nas cidades brasileiras, como em Teresina, eram distantes dos desejos e projetos das elites sociais e dos grupos políticos do Estado, existiam grandes aglomerações de um povo que desconhecia as normas higiênicas ou que não se enquadravam em suas padronizações. Isso possibilitou a permanência de costumes e de comportamentos ligados à ruralidade e à *desordem*, dificultando a separação das esferas públicas e privadas, que estavam entrelaçadas<sup>45</sup>.

O reconhecimento da importância e a necessidade de obtenção de uma população e cidade saudáveis estiveram presentes nos discursos oficiais do poder público estadual. Durante esse período, os discursos evidenciavam os desejos e projetos das elites e do poder público para a formação de uma cidade com habitantes que se adequassem aos modelos de civilização europeia. Para isso, a educação pública foi, ao mesmo tempo, uma das ferramentas de produção de sujeitos e de espaços, tanto do poder público do estado, como das elites locais, inseridas na ordem pública ou privada, estas repletas de novidades disciplinares por meio de leis e de normas no âmbito do ensino intelectual, moral e cívico, e do corpo.

O século XX foi permeado de projetos e de discursos modernizadores sociais, estruturais e econômicos, algo que não foi diferente em terras piauienses. O estado vivenciou momentos de efervescências políticas e sociais que surgiram diante de necessidades modernizadoras, em especial na cidade de Teresina, a qual se desenvolvia como local de aglomeração populacional e ambiente de concentração dos órgãos de poderes administrativos do estado<sup>46</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Teresina sofreu modificações estruturais e a sociedade local, mudanças comportamentais. Era um período de fluxos migratórios de áreas rurais e dos demais estados para outros espaços, na expectativa de obtenção de melhoria nas condições de vida e de formação escolar diante de contextos de fome e seca<sup>47</sup>.

Durante esse período, Teresina não podia ser classificada como cidade que estava sob os moldes de cidade moderna. A modernização do meio urbano local ainda estava no início, não passando de vontades e projetos tanto do poder

---

<sup>45</sup> MARINS, 1998.

<sup>46</sup> QUEIROZ, 2011.

<sup>47</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

público, como do privado, que só se tornariam possíveis com a integração comercial do Piauí,<sup>48</sup> que se desenvolvia por meio da exploração extrativista da borracha da maniçoba<sup>49</sup>.

O projeto modernizador da cidade contava com o estabelecimento de serviços de abastecimento de água e de iluminação elétrica pública. Os serviços, com o intuito de melhorias nas condições higiênicas da cidade, estavam voltados à coleta de lixo do meio urbano, ao calçamento das ruas, como a proibição da tradição de criação de animais vinda do mundo rural<sup>50</sup>. Existia a permanência das características rurais e urbanas em um mesmo espaço, as poucas ruas do *tabuleiro de xadrez* que constituíam Teresina<sup>51</sup>, como pode ser visto nas Figuras 1 e 2, as quais retratam a localização de Teresina nas proximidades do rio Parnaíba e a configuração da cidade.

Figura 1 - Mapa da localização de Teresina em relação ao estado do Maranhão (século XIX)



Fonte: BRAZ E SILVA, Angela Martins Napoleão<sup>52</sup>.

<sup>48</sup> COSTA, Francisco Humberto Vaz da. **De relance**: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930) [Dissertação]. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Mestrado em História do Brasil, 2009; QUEIROZ, 2011; CASTELO BRANCO, 2008;

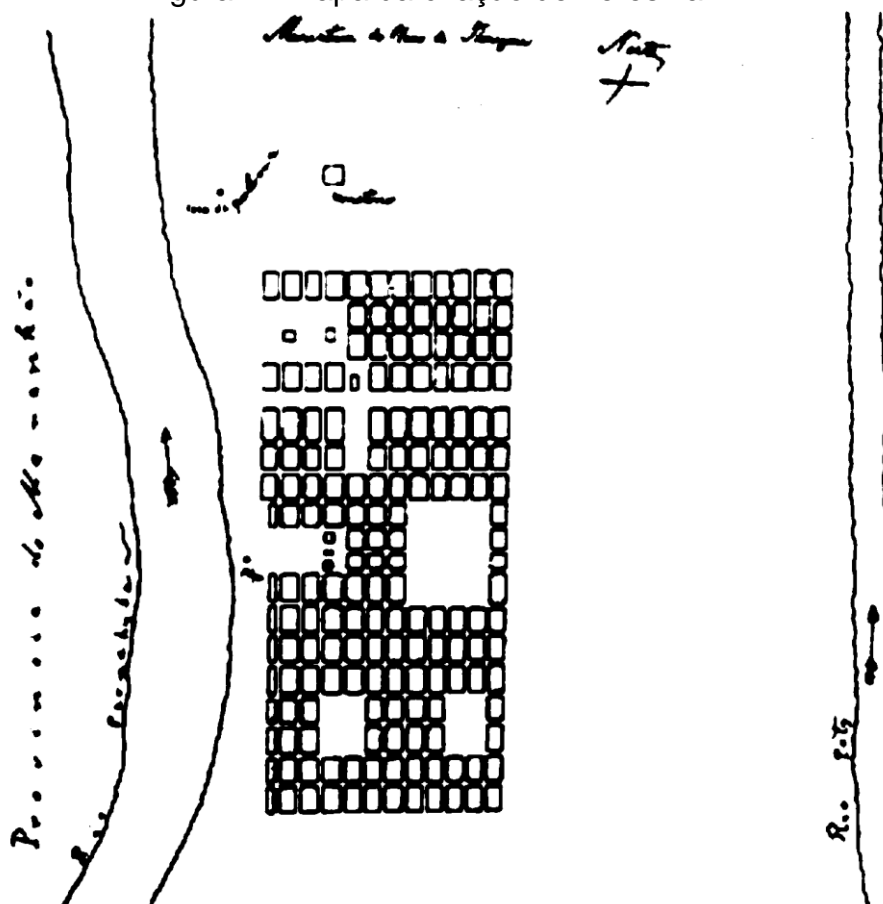
<sup>49</sup> Idem, 2011.

<sup>50</sup> Idem, 2011.

<sup>51</sup> A cidade de Teresina foi criada no século XIX para ser a nova capital piauiense devido à mudança da estrutura administrativa de Oeiras para as margens do rio Poti, a vila do Poti, com o intuito de aproximar as relações do Piauí a cidade de Caxias – Maranhão para o desenvolvimento de uma economia mais forte. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2015, p.126.

<sup>52</sup> BRAZ E SILVA, Angela Martins Napoleão. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império In: **Cadernos PROARQ18**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 219. Disponível em: <https://share.google/images/djDE9UsdYAIIWBaS7> Acesso em: 30 ago. 2025.

Figura 2 - Mapa da criação de Teresina



Fonte: BRAZ E SILVA, Angela Martins Napoleão<sup>53</sup>.

Essas mudanças eram proporcionadas a partir das noções de higiene que foram difundidas pela cidade. Os discursos higienistas afirmavam que seria preciso a cidade ter uma população saudável. Com isso, formou-se a necessidade de mudança do meio urbano sustentada pelo desejo de manter a cidade fora dos altos índices de mortalidade e longe da tradição rural. Assim, a Mensagem Governamental do ano de 1909, apresentada pelo governador Anísio Auto de Abreu<sup>54</sup> à Câmara Legislativa, expôs que Teresina ainda estava sem meios elementares de higiene e faltava uma saúde pública.

A nossa capital com uma população de 20 mil almas, no mínimo, desprovida de elementares meios higiênicos e de defesa da saúde pública, acusou ano passado a seguinte mortalidade: no

<sup>53</sup> BRAZ E SILVA, Angela Martins Napoleão. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. **Cadernos PROARQ18**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012, p. 221. Disponível em: <https://share.google/images/djDE9UsdYAIWBaS7>. Acesso em: 30 ago. 2025.

<sup>54</sup> Anísio Auto de Abreu (Teresina, 1864 — Teresina, 6 de dezembro de 1909) foi um jornalista, escritor e político brasileiro. Foi o patrono da cadeira nº 7 da Academia Piauiense de Letras. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADsio\\_Auto\\_de\\_Abreu](https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADsio_Auto_de_Abreu). Acesso em: 01 dez. 2024.

primeiro boletim trimestral 110 pessoas, no segundo 76, no terceiro 72 e no quarto 85.<sup>55</sup>

Ainda sobre o desenvolvimento da cidade e de seu perímetro urbano, as reformas seguiram o modelo de Paris, sob a perspectiva europeia, e da cidade do Rio de Janeiro. Assim como Paris, na França, Teresina contou com a construção de cafés e de estabelecimentos comerciais no centro da cidade, para possibilitar a sensação de pertencimento ao mundo moderno. No entanto, demandavam-se novas edificações e reformas públicas, as quais aconteciam de acordo com as possibilidades financeiras do estado, que eram poucas<sup>56</sup>.

Teresina, apesar do desejo de mudança urbana por meio das transformações físicas, convivia com o crescimento populacional desordenado e com uma grande quantidade de desempregados e pessoas sem condições financeiras favoráveis<sup>57</sup>. Com isso, as dificuldades financeiras do estado, como é possível perceber na Mensagem Governamental de 1909, eram presentes e marcantes, apontado como um dos motivos para o atraso na modernização do Piauí. Destinavam, por diversas vezes, os recursos para a manutenção das atividades administrativas de governo, o estado apenas fazia alguns reparos e pequenas reformas em estabelecimentos públicos.

**Devido à crise financeira que atravessamos, não foi possível dar às obras públicas o desenvolvimento que reclamavam.** Entretanto ficaram bastante adequadas as construções dos edifícios para o Asilo de Alienados e Câmara Legislativa do Estado. [...]  
Todos os próprios [prédios] estaduais, na capital, se acham em excelente estado de conservação, tendo sofrido importantes reparos os prédios da Secretaria da Fazenda e do Palácio do Governo. Este último reclama reformas mais radicais que o tornem apto para servir de residência aos chefes do Estado<sup>58</sup> (Grifo nosso).

---

<sup>55</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1909. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Dr. Anízio Auto de Abreu.** Teresina: Tipografia do Piauí, 1909. Página.

<sup>56</sup> Na época criavam-se expectativas de intervenção urbana inspiradas nas grandes cidades, Paris, Rio de Janeiro e Recife eram algumas das referências. Na ansiedade de inserir-se no mundo moderno, Teresina contou com a construção de estabelecimentos comerciais e prédios públicos na Praça Rio Branco com o intuito de possibilitar à elite local a sensação de pertencimento ao mundo moderno. No entanto, a construção de uma cidade moderna demandava novas edificações e reformas públicas, os quais aconteciam de acordo com as possibilidades financeiras do Estado (COSTA, 2009).

<sup>57</sup> QUEIROZ, 2011.

<sup>58</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1909, p. 28.

Diante das dificuldades financeiras foram destinados os investimentos aos locais que serviam para a administração pública da cidade e do Estado. Os prédios, em sua maioria, sofriam reparos simples ou eram alugados de outrem, isso porque não existiam recursos suficientes para a construção ou aquisição de outros ambientes que se enquadrassem dentro dos objetivos do governo, que tentava manter a administração pública com os baixos recursos financeiros nas primeiras décadas do século XX, momento de crise econômica estadual<sup>59</sup>.

Nas falas dos governantes piauienses ficam claras as intenções de justificar o atraso do Piauí e os poucos investimentos destinados às suas estruturas físicas, pois esse momento de crise impossibilitaria o alcance das metas de desenvolvimento do projeto político-social-econômico do Brasil como a República se destinava. Eram falas mantenedoras de uma configuração pré-existente, sem, no entanto, afirmar a sua superação pelos esforços públicos e privados.

Com o objetivo de criar medidas que pudessem controlar o espaço da cidade e o comportamento humano, possibilitar melhorias estruturais na cidade e o seu enquadramento quanto aos projetos de modernização, com a urbanização e com a higienização nos primeiros anos do século XX, foi publicado o *Código de Posturas do Conselho Municipal de Teresina*, de 1911<sup>60</sup>. O Código ditava as normas que deveriam ser seguidas na cidade, essas iam desde as determinações das estruturas físicas dos estabelecimentos e casas, aos comportamentos da sociedade.

Art. 100 – é proibido sob pena de multa de dez mil reis:

1º Fazer vozerias, alardes e dar gritos nas ruas e praças, a não ser por motivo de necessidade indeclinável ou pedir socorro [...]

3º Fazer batuques, **com toques de tambor, cantorias e danças**, ou com qualquer instrumento, que perturbe o sossego durante a noite, dentro da zona urbana<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: UFPI/APL, 1994.

<sup>60</sup> Nesse momento a cidade de Teresina tentava se formar como um ambiente planejado e higienizado, para isso, era necessárias ações do poder público para que assegurasse o distanciamento de vivências rurais no meio urbano, como a criação de animais em espaços públicos, o despejo de águas e de outros materiais nas ruas públicas, as formas como os prédios e casas deveriam ser construídos e suas condições higiênicas, etc. *Código de Posturas do Conselho Municipal de Teresina*, pela Lei nº 69, a qual foi publicada no dia 2 de outubro de 1905, a partir dos Trabalhos da Convenção do Partido Republicano Conservador do Piauí em 1º de julho de 1911. ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Posturas do Conselho Municipal**. Teresina: Tipografia Paz, 1912.

<sup>61</sup> Idem, 1912, p. 28.



As ações da população em Teresina deveriam seguir as determinações do Código, como as suas maneiras de comportamento ao falar pela cidade e as manifestações religiosas ou cantorias que pudessem gerar desordem. Isso revela que o espaço passou a interferir no comportamento humano e este interferiu no meio espacial, não foi apenas um espaço físico, mas também um espaço de trocas e poder. Logo que as espacialidades teresinenses construiriam novas posturas na população local, houve o abandono de suas características religiosas fora da concepção da Igreja Católica, com forte poder na capital, e seus costumes.

Assim, o cotidiano da cidade, durante esse período, foi direcionado a controlar os costumes, as ações e a estrutura física, ditou quais seriam os comportamentos aceitos ou não pelo poder público religioso e as elites locais. Ao determinar o que seria aceito ou não, forjou-se uma nova sociedade local, a qual deveria se formar sob os signos da modernidade e deixar de forma progressiva os costumes vindos do mundo rural à margem.

As determinações comportamentais exigidas pelo poder público e suas elites dirigentes à população destinavam-se a modificar não apenas o espaço público, mas também o privado ao evidenciar a polidez dos gestos e costumes. Assim, o ambiente privado seria um aliado para as mudanças, pois nele firmaria as pretensões discursivas do estado, expandindo-as a todos os integrantes familiares. As forças disciplinadoras, das elites, da Igreja e do poder público competiam com os poderes individuais, logo, tentavam estar presentes nos lares da cidade de Teresina, ao controlar as formas de estruturação e construção do espaço urbano e das maneiras de se comportar da população.

Essas mudanças, no entanto, podem ser entendidas como as tendências modernizadoras que aconteceram no Brasil, em suas principais cidades, ao tentar adequá-las as novas conjunturas políticas, econômicas e sociais<sup>62</sup>. As tentativas modernizadoras e de controle social aconteceram com objetivos de enquadrar o país em um modelo modernizador de infraestruturas e comportamentos, mas as condições do país eram de uma população pobre que há poucas décadas havia saído da conjuntura de escravidão e, por isso, ainda

---

<sup>62</sup> NOVAES, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

tinham muitas características presentes no cotidiano das cidades, como a criação de animais, uso dos espaços públicos para descarte de lixos, entre outros.

Em Teresina, as mudanças não foram tão expressivas, em especial quanto aos aspectos quantitativos. Dessa maneira, a cidade não havia perdido os seus vínculos com as práticas do mundo rural, sendo a economia ainda muito ligada à renda que provinha das fazendas e sítios pelo estado, além de sua população que vinha, em grande maioria, de regiões interioranas<sup>63</sup>.

As mudanças dos primeiros anos do século XX, na capital piauiense, aconteciam de maneira lenta. Os serviços tinham, em sua maioria, mais o caráter paliativo do que inovador, como é possível perceber diante dos serviços realizados.

Os serviços realizados pela secção competente [Repartição de Obras públicas] limitaram-se, apenas, a diversos consertos em alguns próprios [prédios] estaduais, avultando os melhoramentos feitos no quartel de polícia, que sofreu grandes reparos, achando-se hoje em excelentes condições, em cujo serviço foi despendida a quantia de 6.115\$370. Com os prédios escolares da Praça Saraiva, devidamente preparados para o fim a que são destinados, importou a despesa em 3.031\$310<sup>64</sup>.

Esse caráter paliativo também estava relacionado com as condições financeiras do estado do Piauí<sup>65</sup>, os melhoramentos eram a fim de manter alguns serviços e criar outros. Cabe colocar em evidência que os prédios alugados pelo poder público eram, muitas vezes, pertencentes à elite local ou aos próprios governantes, o que os beneficiava financeiramente com os valores pagos. A ocupação e as reformas do centro da cidade possibilitaram que o espaço fosse modernizado e limitasse a ocupação dos pobres na região, esse era vigiado e higienizado, o que valorizou e possibilitou a ocupação das camadas altas e médias da sociedade das partes centrais da cidade, onde tinham os serviços públicos de água, iluminação e escolas.

As propagandas das novidades de mercadorias, objetos, artefatos e materiais que chegavam da Europa demonstravam que, na cidade, se constituía

---

<sup>63</sup> CASTELO BRANCO, 2008.

<sup>64</sup> ESTADO DO PIAUÍ, Governador, 1904 – 1907 (Álvaro de Assis Osório Mendes). **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Álvaro de Assis Osório Mendes**. Teresina: Imprensa Oficial, 1905, p.12.

<sup>65</sup> FERREIRA, 2017.

um público consumidor de tais produtos, mesmo que fosse restrito aos grupos privilegiados social e economicamente. Os tecidos, as porcelanas e outros produtos evidenciam que eram absorvidos pela sociedade local, produtos que vinham de um mundo civilizado para poder civilizar a população piauiense, em especial, produtos da Inglaterra e da França chegavam aos consumidores, o que chegava da Europa era o mais valorizado<sup>66</sup>.

O cinema era a diversão mais atraente durante as primeiras décadas do século XX, no entanto, com o cinematógrafo se esperava a quebra de valores morais e da família. O medo diante da inovação fazia parte do meio urbano de Teresina que se mostrava com duas faces: uma voltada para modernização e a outra voltada para o conservadorismo<sup>67</sup>.

Assim, Teresina tentava acompanhar as inovações do mundo moderno tanto no âmbito de consumo de produtos comerciais, como de costumes europeus, pois a modernização não cabia apenas nas modificações estruturais, mas também nas modificações comportamentais. Existia um esforço por parte da elite para inserir os novos modelos de comportamentos civilizados, vindos do exterior, ditando novos ritmos à capital piauiense<sup>68</sup>. O corpo não ficou de fora das novidades, a educação e a disciplina vieram juntamente com as novidades, possibilitaram que ele fosse evidenciado. Os novos discursos expunham a necessidade de criação de corpos moldados para que houvesse a inserção da sociedade enquanto modelo de civilidade<sup>69</sup>.

Durante esse período, o cotidiano de Teresina estava direcionado à atuação de poderes disciplinadores, como da Igreja Católica, da elite local e do poder público, que objetivavam controlar os costumes, as ações das pessoas e a estrutura física dos espaços. Esses poderes apresentavam o que deveria ser seguido pela sociedade, a qual deveria ser formada sob os signos da modernidade, proporcionando a formação social que se distanciasse dos costumes vindos do mundo rural em prol de um modelo urbano<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> COSTA, 2009.

<sup>67</sup> QUEIROZ, 2011.

<sup>68</sup> Idem, 2009.

<sup>69</sup> QUEIROZ, 2011; FERREIRA, 2017.

<sup>70</sup> CASTELO BRANCO, 2013.

Os jornais da época foram uma importante ferramenta de propagação da ideia de modernização da cidade e dos comportamentos da população<sup>71</sup>. Mostravam os desejos de formar uma população com traços de civilidade e adaptada às novidades da modernidade, em que acontecessem abandonos de uso de espaços públicos como prolongamento de ambientes domésticos. Essas produções escritas eram feitas por sujeitos letrados que ocupavam as camadas sociais (alta e média), que tinham acesso ao processo de escolarização e formação em cursos superiores, o que proporcionavam, em outros momentos, a ocupação de espaços de poder, como o governo do estado e de Teresina, e, assim, mesmo que de forma limitada, podiam impor suas ideias.

A cidade passou por mudanças de poucas melhorias reais, ficando, em grande medida, destinadas às ideias de disciplinar os corpos e seus ambientes.

A premência e a ansiedade pela efetivação de serviços públicos, com o sentido de facilitar a integração comercial do Estado, também estavam presentes em outros setores, como a da infraestrutura de serviços urbanos – a telefonia, o abastecimento d'água e a iluminação elétrica. Ao tempo em que, num plano geral, tentavam-se efetivar as ligações e regulamentar as relações com o universo extraestrutural (por exemplo, regularização e registro de posse sobre terras, delimitação de fronteiras, posturas e regulamentos sobre vegetais e animais, etc...), igualmente se tentavam criar condições que favorecessem a modernização da cidade, o disciplinamento do seu espaço e, por extensão, o controle sobre os seus cidadãos.<sup>72</sup>

Os lugares teresinenses foram se delineando diante dos poderes locais, tanto dos governos quanto de particulares, que formavam novos espaços de sociabilidades, moradias e estruturas no meio urbano, mas que ainda não fornecem as modernizações desejáveis diante dos padrões europeus. Dessa forma, pode-se perceber a modernização como algo perpassado pelo desejo de consolidações de símbolos de poder. Tentava-se impor uma mudança, mas construía-se um ambiente com mesclas do projeto modernizador com traços do atraso.

Não é, portanto, de admirar que Petersburgo se firmasse como a cidade-fantasma moderna arquetípica. Ironicamente, as mesmas incongruências resultantes da política de Nicolau — **uma política de atrasos imposta em meio a formas e símbolos de modernização imposta** — fizeram de Petersburgo a origem e a inspiração de **uma forma de**

---

<sup>71</sup> QUEIROZ, 2011; FERREIRA, 2017.

<sup>72</sup> QUEIROZ, 2011, p. 27.

**modernismo distintamente estranha, que poderemos chamar de o “modernismo do subdesenvolvimento”<sup>73</sup>** (Grifo nosso).

Pode-se perceber que Teresina se assemelha às demais cidades do Brasil que buscavam pela modernização, o tratar-se de um espaço que é permeado por políticas de “modernizações” impostas que levavam a poucas mudanças, pois não ocorreram de fato melhorias reais. Assim, Teresina se define como um projeto de cidade modernizada e não consegue ultrapassar as suas barreiras físicas e financeiras, gerando “um espaço urbano caracteristicamente moderno”<sup>74</sup>.

As ideias de modernizações vieram com o início do século XX, diante da necessidade de enquadramento de uma capital em modelos espaciais destinados às cidades e às grandes regiões urbanizadas, pois a cidade ainda tinha muitos traços de ruralidade. Isso é perceptível ao longo das primeiras décadas, os governantes precisaram imprimir seus poderes e as suas representações nas espacialidades, como aponta o fragmento a seguir:

A cidade recebeu tratamento urbano, novas áreas de sociabilidades, além de transportes modernos, sendo tudo isso valorizado no discurso oficial. Teresina foi transformada em uma cidade moderna. Desse modo, alguns símbolos da modernidade foram sendo incorporados ao cotidiano da cidade e de seus habitantes. Mas existia “outra cidade” menos presente no discurso oficial, onde faltava água tratada e canalizada, luz elétrica e suas ruas não eram calçadas; não tinham recebido traçado “oficial”, com animais domésticos criados à solta e os moradores atingidos por maior número de doenças<sup>75</sup>.

Além dos costumes rurais e não *civilizados* para o desenvolvimento da cidade, as questões ambientais eram presentes no cotidiano, como as cheias do rio Parnaíba, isso pela construção da cidade ter acontecido às margens do rio. As cheias causavam prejuízos para os moradores locais e para o poder público ao provocar transtornos e custos financeiros para reparo dos danos causados ou reorganização da cidade. Assim, podemos ver na Mensagem Governamental do ano de 1921, com os prejuízos de abastecimento de água causados pela

<sup>73</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 184-185.

<sup>74</sup> Idem, 1986, p. 186.

<sup>75</sup> NASCIMENTO, 2015, p. 26.

cheia do rio Parnaíba, e a falta de recurso financeiro para solucionar esse problema:

ABSTECIMENTO D'AGUA – A distribuição d'agua a Teresina foi feita numa época em que a consideração da despesa primou sobre todas as outras, e até certo ponto, sobre as de ordem técnica.

Natural, portanto, que depois de algum tempo, como agora se verifica, viesse sofrer a cidade grande escassez d'agua, escassez que maior se manifesta pela falta de reparos sérios e conveniente zelo em três lustros de serviço ininterrupto de abastecimento.

São inadiáveis os trabalhos de revisão de rede distribuidora, ou, melhor, de todo o abastecimento, que, como remédio, só admite atualmente a execução de uma reforma completa.

Com as últimas cheias do Parnaíba, conseqüente descida de grande quantidade de areia, arrastada pela corrente do rio, houve, pela penetração da mesma na rede geral de canalização, constantes interrupções no fornecimento d'agua a domicílio.

A princípio limitadas, essas interrupções, a determinados pontos da cidade, generalizaram-se, depois, por toda a extensão da rede.

Esse estado de coisas continua até agora, porque, apesar dos esforços empregados pela Diretoria de Obras Públicas, ainda não foi possível fazer retirar toda a areia acumulada nos canos [...] ora, isso, além de acarretar despesas imprevistas pela substituição constante de material e aumento de pessoal operário, traz ainda mais serviço, pois que muitos proprietários têm preferido mandar suspender o fornecimento d'agua, com o fechamento da canalização, a conserva-lo como está atualmente, incerto e pouco seguro [...] no corrente ano, porém, em virtude dos motivos já expostos, é bem provável que a receita não dê para cobrir a despesa.<sup>76</sup>

As cheias do rio Parnaíba provocaram prejuízos e transtornos na cidade de Teresina, na década de 1940, como podem ser vistos nas Figuras 3 e 4.

---

<sup>76</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira.** Teresina: Tipografia "O PIAUÍ", 1921, p. 51-52.

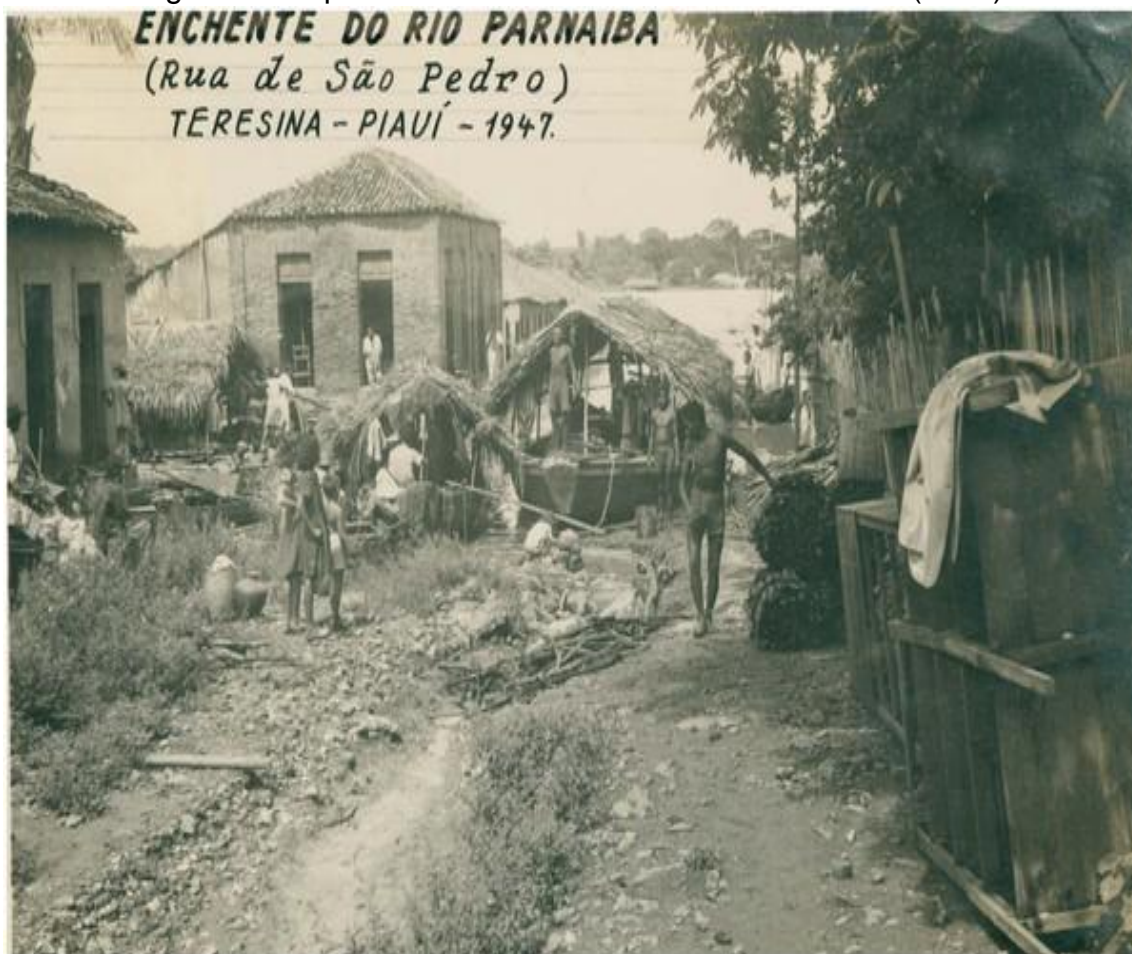
Figura 3 - Enchente em Teresina - Piauí (1947)



Fonte: IBGE<sup>77</sup>.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/historico>. Acesso em: 20 ago. 2025.

Figura 4 - Populares na enchente em Teresina - Piauí (1947)



Fonte: IBGE<sup>78</sup>.

As Figuras 3 e 4 retratam não só as cheias do rio Parnaíba, mas também a face da pobreza da cidade de Teresina durante a década de 1940, aparecem sujeitos com suas casas feitas com coberturas de palhas e madeiras, uso de potes de barro para colocar água para consumo e estruturas de habitações precárias. Tentou-se forjar uma cidade com aspectos urbanos da modernidade e população em progresso e ordem de acordo com a República brasileira, mas não houve a superação da pobreza de forma total. As mudanças e modernizações ficaram mais nos discursos em papéis do que na prática, ou seja, na vida cotidiana teresinense.

Na década de 1940, a cidade de Teresina ainda não tinha se desenvolvido ao ponto de haver uma divisão ou superação do que seriam os ambientes rurais

<sup>78</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/historico>. Acesso em: 20 ago. 2025.



e urbanos, permaneciam suas características em um mesmo espaço. A cidade tinha uma população de 67.641 habitantes, dos quais, 34.695 residiam na zona urbana e suburbana de Teresina<sup>79</sup>, o que correspondia a quantidade de 51,29% do total de habitantes.

Essa quantidade de moradores em Teresina, até 1940, revela que nos últimos 20 anos a taxa de crescimento populacional foi menor do que os anos anteriores. E entre os anos de 1940 e 1950, o aumento populacional foi de 23.100 habitantes, já na década de 1960, o crescimento chegou a 51.868<sup>80</sup>.

O aumento populacional se deu juntamente com o aumento do investimento na capital por recursos que vieram do governo federal e estadual durante o Estado Novo<sup>81</sup>. Foram criadas “ruas bem calçadas, largas e arborizadas. Praças públicas dignas de uma grande capital [...] Está prestes a ser terminada a avenida Presidente Vargas, medindo quarenta metros de largura e dois quilômetros de comprimento”<sup>82</sup> para a modernização da área urbana central, local onde seria o cartão postal, a imagem construída da cidade.

As manifestações do governo na imprensa era de que a cidade de Teresina estava em pleno desenvolvimento, uma cidade com traços modernizados e em pleno progresso, no entanto, deve ser evidenciar que as manifestações contrárias ao governo eram limitadas diante das censuras aos jornais locais<sup>83</sup>. Assim, foi criada, mesmo que apenas no discurso político, uma cidade progressista, com ruas e construções apropriadas com as ideias modernizadoras daquela época.

A cidade de Teresina se tornou referência no estado por ser a capital, ter maiores investimentos para sua adequação quanto ao modelo modernizador, mas os dados demográficos revelam que não houve um crescimento populacional maior que as outras cidades do Piauí, não se tornou um polo atração populacional. Assim, mesmo sendo a sede da capital, Teresina não conseguia competir com as áreas produtoras e exportadoras de maniçoba,

---

<sup>79</sup> NASCIMENTO, 2015, p. 129.

<sup>80</sup> Idem, 2015, p. 130.

<sup>81</sup> Idem, 2015, p. 153.

<sup>82</sup> Idem, 2015, p. 152.

<sup>83</sup> Idem, 2015, p. 159.

babaçu e carnaúba no estado do Piauí<sup>84</sup>. Como pode-se perceber pela Tabela 01.

Tabela 1 - Crescimento demográfico de Teresina 1872-1940

Número de Habitantes	1872	1890	1900	1910	1920	1940
Piauí	202.222	267.609	334.292	428.145	609.027	817.601
Teresina	21.692	31.523	45.316	48.614	57.500	67.641
Piauí/Teresina	10,72	11,77	13,55	11,35	9,44	8,27

Fonte: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de; IBGE<sup>85</sup>.

É possível afirmar que o crescimento populacional do Piauí aconteceu de forma expressiva em mais de 50 anos, principalmente nas décadas de 1920 e 1940, em que revelam em seus dados o crescimento na média de 200 mil habitantes a mais no estado. No entanto, a cidade de Teresina, apesar de ser a capital e o local de concentração da administração pública, contou apenas com o crescimento de cerca de 10 mil habitantes a mais em cada década desses anos. Considerando a tabela acima, na década de 1940, observa-se que o crescimento de habitantes em Teresina representou apenas 4,86% do total do estado, mesmo que tenha sido uma cidade que recebia imigrantes do Piauí e seus estados vizinhos.

A Tabela 1 apresentada mostra a divisão da quantidade do crescimento demográfico do Piauí para Teresina, mas não tem consistência em seus resultados. Para o ano de 1872 seria apenas 9,322 e não 10,72, como no ano de 1940 que seria 12,087 e não 8,27, como aparece na tabela.

Essa concentração populacional na cidade de Teresina se deu no espaço urbano, o que seria o centro da cidade. Poucos espaços concentraram uma quantidade progressiva populacional, como aparecem nos Boletins gráficos da capital.

A população do município da capital que em 1940 representava 4% da população total do Piauí, passou em 1970 a constituir 13,6% do mesmo total, evidenciando, a partir de então, a progressiva concentração no município da capital. A participação crescente dessa população é sobretudo sensível no

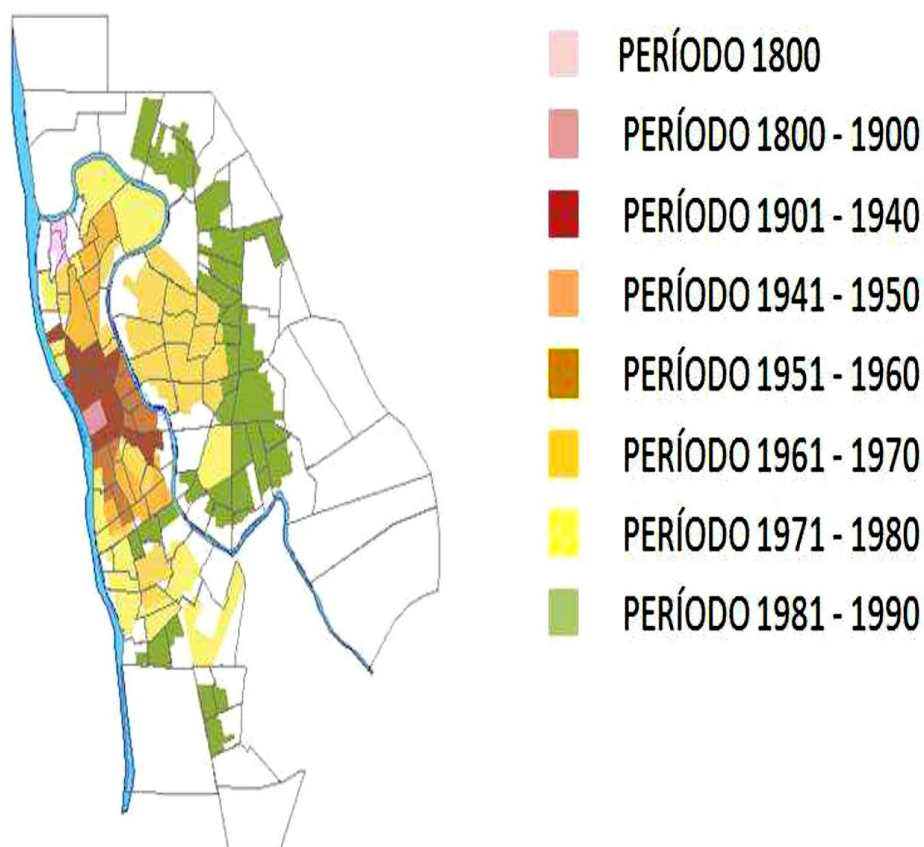
<sup>84</sup> QUEIROZ, 2011, p. 20.

<sup>85</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina; Cultura, 1964. p. 70; IBGE: **Recenseamento de 1890; Sinopse do Recenseamento de 1900; Anuário Estatístico do Brasil**: 1908-1912.

quadro urbano, uma vez que corresponde hoje a 33% dos urbanos do Estado.<sup>86</sup>

A cidade de Teresina foi se delineando ao longo das décadas do século XX como a cidade mais importante do estado, o que formou um progressivo desenvolvimento do espaço urbano<sup>87</sup>.

Figura 5 - Desenvolvimento urbano de Teresina (1800-1990)



Fonte: PMT, PERFIL 1993, FAÇANHA, A.C. 1998

Fonte: AFONSO, Alcília; CHAIB, Marina; OLIVEIRA, Valéria apud PMT, PERFIL 1993, FAÇANHA, AC. 1998<sup>88</sup>.

<sup>86</sup> População do município de Teresina na década de 1970 era de 220.520 habitantes, sendo 181.071 habitantes no perímetro urbano correspondente apenas a 4.750 hectares e 39.449 na zona rural, que tinha a área de 176.148 hectares. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Boletim Gráfico**, Rio de Janeiro, n. 31, p.1-244, 1943. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10020495-1.pdf> Acesso em: 05 out. 2023. p. 15.

<sup>87</sup> Idem, 1943.

<sup>88</sup> AFONSO, Alcília; CHAIB, Marina; OLIVEIRA, Valéria. Intervenções modernas na cidade: paisagem e patrimônio em Teresina In: **Seminário Internacional de Investigación em Urbanismo**, 2014, Barcelona: DOUT, 2014. Disponível em:

O desenvolvimento da malha urbana da cidade pode ser percebido como limitado, até a década de 1950, na área que compreendia os espaços entre o rio Parnaíba e o rio Poti. Assim, a população se concentrou em área próximas dos locais antes desenvolvidos com a criação da capital piauiense, manteve-se próxima das regiões centrais da cidade, onde se concentravam o centro administrativo, o mercado municipal e as localidades onde se implantaram as instituições públicas como as escolas e o palácio do governo.

Dessa maneira, com o que foi apresentado sobre Teresina durante o recorte temporal desta pesquisa, foi possível verificar uma cidade que enfrentou problemas econômicos, sociais e estruturais para o desenvolvimento de um espaço urbano que pudesse se enquadrar nos desejos públicos e das elites locais quanto à ordem e ao progresso social e estrutural. A sociedade que se instalou e se desenvolveu às margens dos rios Parnaíba e Poti reproduziram, muitas vezes, os seus costumes trazidos das regiões interioranas do estado, principalmente quando aconteceram os deslocamentos populacionais em busca de melhorias de vida e fuga da seca, dificultando as projeções de uma sociedade com os moldes europeus ou das metrópoles do Brasil.

Além disso, as condições estruturais da cidade, impactada pelas condições financeiras do estado, que eram ruins diante das crises financeiras, tornaram difíceis a obtenção de um espaço de acordo com as ideias modernizadoras quanto à limpeza e à ordem do espaço usado comumente pela população, e os resultados dos problemas ambientais também. Assim, a cidade não conseguiu se desenvolver de acordo com os desejos e os discursos modernizadores, isso ficou também nas projeções e não nas realizações, de forma total, de Teresina.

### **1.3 A formação da estrutura escolar no Piauí**

Durante os primeiros anos do século XX, no Brasil a educação se configurava como uma ferramenta de desenvolvimento do modelo social

desejável pelo poder público, visto que por meio dessa seria possível alcançar os modelos europeus de alfabetização e formação de corpos ditos civilizados. Ansiava-se formar uma população sob os moldes de desenvolvimentos sociais e educacionais que pudessem guiar a nação ao modelo republicano.

Para a formação da população alfabetizada e apta ao desenvolvimento de seus deveres políticos e sociais, o estado do Piauí encontrou algumas dificuldades: o alto índice de analfabetismo no estado; a dispersão populacional pelo estado de forma rarefeita; a ausência de uma estrutura escolar formada para atender a demanda; e pouca quantidade de professores ou professoras para atuar no ensino primário.

Nas primeiras décadas do século XX, a dispersão populacional do estado do Piauí impactava a organização de uma estrutura escolar e, até mesmo, social eficiente, pois os números de educandos inseridos nas escolas eram baixos<sup>89</sup>. No entanto, com o processo de urbanização das cidades, em especial de Teresina, criou-se uma maior concentração de pessoas em um mesmo espaço, ou em um espaço mais reduzido, possibilitando que o poder público pudesse ser atuante de forma mais eficaz para disciplinar os corpos.

Com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao meio social e ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade. Daí a intensificação de campanhas difundindo o ensino<sup>90</sup>.

A concentração de pessoas nas cidades possibilitou a ação mais efetiva quanto a criação de escolas, pois houve um maior adensamento na quantidade de sujeitos nos centros urbanos, em especial as crianças. Crianças essas que ganhavam outras significações sociais como a de indivíduos que representariam o futuro familiar e nacional, além de fase da vida que necessitaria de maiores cuidados<sup>91</sup>. Tornaram-se sujeitos importantes para o desenvolvimento nacional, representariam o futuro da nação que tentava construir seu futuro pelo progresso. Dentro da perspectiva de novas significações sobre as crianças, também surgiram outras representações sobre os sujeitos, como as mulheres.

---

<sup>89</sup> FERREIRA, 2017.

<sup>90</sup> FERRO, 1996, p. 35.

<sup>91</sup> ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Assim, surgem novas questões a serem sanadas nesse momento, como a preparação desses sujeitos ao novo contexto social-político e econômico.

No contexto do que seria a formação de um país republicano, existia a necessidade de formação de uma população alfabetizada que pudesse votar, o que requeria do poder público investimento em um ensino escolar, em especial aos mais pobres que não havia construído uma atribuição positiva à educação e nem mesmo tido acesso às possibilidades de ensino que eram limitadas, o que acabava por se concentrar em uma instrução das classes médias e altas.

No entanto, o Estado do Piauí não teria condições para a expansão do ensino para todas as camadas sociais e para todos os gêneros, mesmo que existisse o desejo de ampliação para a população mais pobre no intuito de mudar suas características que atrasavam o desenvolvimento da nação. Assim, a educação pública deveria se destinar, em especial, para aquelas que estavam à margem da sociedade, combatendo, por meio do ensino público, as mazelas sociais<sup>92</sup>. Porém, o ensino não chegaria a todas as classes sociais. Assim, a República

[...] seria marcada pelo chamado entusiasmo pela educação, e a apresentava como uma *verdadeira panaceia*. O pensamento básico poderia ser explicado assim: a raiz de todos os males estava na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país, e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução. Acontece uma campanha nacionalista visando a erradicação do analfabetismo e a difusão do modelo existente de escola primária, apenas com alteração de um ou outro aspecto do processo<sup>93</sup>.

Dessa maneira, a erradicação do analfabetismo seria a necessidade do Brasil, mas, como destacado, não seria algo alcançado. As mudanças educacionais não revolucionaram as estruturas do ensino, apenas satisfaziam alguns quesitos como a mudança de estilo da educação e seus novos objetivos, mas não houve a universalização do conhecimento para toda a população. O ensino continuaria sendo uma forma de seleção dos sujeitos, entre os que seriam aptos a serem educados e ocuparem os espaços escolares.

---

<sup>92</sup> Pobreza, criminalidade, não adequação social aos novos padrões de civilidade vindos da Europa para o Brasil.

<sup>93</sup> FERRO, 1996, p. 36.

Os discursos públicos no estado do Piauí se construíam pelos ideais de civilidade e progresso nos espaços urbanos e educacionais. A cidade, que ainda se encontrava muito ligada ao mundo rural, seja pelos costumes da população, pela organização social e pelas práticas, tentava se reconfigurar no espaço urbano e em outras formas de trabalho ou de ofício, além de outras vivências produzidas por novas configurações vindas juntamente com o novo século<sup>94</sup>.

A população local se configurava, em sua maioria, pobre, sendo oriunda de outras localidades do estado<sup>95</sup>. Sendo assim, se fazia necessário educar e alfabetizar essa parcela da população para conviver sob os moldes de civilidade que desejavam incorporar os sujeitos, formar uma nação símbolo do progresso e formar votantes para as eleições.

Nos primeiros anos do século XX, a República em Teresina foi perpassada pelas percepções de que a educação popular seria uma maneira de salvar o país<sup>96</sup>. Com isso, o poder público estadual investiu no desenvolvimento do ensino, aumentou o número de escolas e de alunos matriculados, promoveu modificações pedagógicas e formação da mão de obra educacional, com a formação de normalistas, mas “[...] o número de analfabetos guardava maior proporção relativamente à população total”<sup>97</sup>.

O analfabetismo no Brasil do século XX era um problema de difícil solução, que “[...] nem mesmo os Estados mais a favor da difusão do ensino tinham condições de debelar o analfabetismo”<sup>98</sup>. Fosse por falta de recursos financeiros que impossibilitavam a ampliação da estrutura escolar, da pouca quantidade de professores aptos para exercer tais funções ou até mesmo a construção do sentido a educação para a população de forma geral. Isso pode ser percebido na Tabela 2, baseada no anuário estatístico do Brasil de 1936<sup>99</sup>, em que mostra o grau de analfabetismo.

---

<sup>94</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Posturas do Conselho Municipal**. Teresina: Tipografia Paz, 1912.

<sup>95</sup> O estado do Piauí serviu de espaço de transição e de acolhimento de sujeitos que fugiam da seca e dos problemas sociais que atingiam o Nordeste do Brasil durante o século XIX e nos primeiros anos do século XX. Ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; QUEIROZ, 2011.

<sup>96</sup> QUEIROZ, 2011.

<sup>97</sup> QUEIROZ, 2011, p. 74.

<sup>98</sup> FERRO, 1996, p. 42.

<sup>99</sup> BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil de 1936** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1936, p. 43. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> Acesso em: 16 out. 2023.

Tabela 2 - índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades

Especificação/ano	1890	1900	1920
Total da População	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem Ler e Escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não Sabem Ler/Escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de Analfabetos	85%	75%	75%

Fonte: RIBEIRO, Maria Luisa Santos<sup>100</sup>.

A Tabela 2 mostra o início do período republicano no Brasil, com índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades, correspondendo cerca de 85% do total da população, numericamente sendo um total de 12.183.827,75 analfabetos em 1890. No entanto, deve ser levado em consideração que houve um aumento expressivo na quantidade total da população entre os anos de 1890 e 1920, com 16.301.690 a mais, ocorreu um aumento de 213,72% do valor inicial, assim, em 1920, com a porcentagem de 75%, correspondia um total de 22.976.703,75 pessoas analfabetas.

Dentro da quantidade total de analfabetos das primeiras décadas do século XX, se faz a verificação dos alfabetizados com quinze anos ou mais, por ser essa idade a final para obtenção de um ensino primário<sup>101</sup>. Percebe-se que no Brasil houve uma continuação no percentual de analfabetos, com a quantidade de 65% do total, mas deve ser destacado que houve uma diferenciação numérica expressiva de 7.805.171 de aumento do total analisado no ano de 1920. Como se ver na Tabela 3.

<sup>100</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1982, p. 74.

<sup>101</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996. 1ª ed. p. 26.



Tabela 1 - Proporção de alfabetizados e de analfabetos na população brasileira de quinze anos e mais

Especificação	1900	1920
Total	9.752.111	17.557.282
Sem declaração	22.791	-
Sem ler e escrever	3.380.451	6.155.567
Não sabem ler e escrever	6.348.869	11.401.715
% de analfabetos	65	65

Fonte: RIBEIRO, Maria Luisa Santos<sup>102</sup>.

Dessa maneira, percebe-se que, apesar dos discursos em prol do desenvolvimento de uma educação que pudesse ser ampliada e englobar uma maior quantidade de indivíduos, houve um aumento numérico de sujeitos alfabetizados, mas não o suficiente para enquadrar o Brasil nos moldes dos países civilizados, como os europeus.

A educação era uma ferramenta que poderia levar ao desenvolvimento de um modelo social para a República. Essa educação era estabelecida pelo governo republicano brasileiro que se baseava nas configurações adotadas na Europa e nos Estados Unidos, em especial quanto à ideia da Escola Nova, em que os sujeitos e as práticas pedagógicas foram colocados em destaque.

A Escola Nova<sup>103</sup> se configurava como uma forma de educação intuitiva, em que os sujeitos deveriam ser colocados como principais nos processos de aprendizagem e não mais os conteúdos que deveriam ser ensinados. Assim, os sujeitos-alunos deveriam ser colocados em destaque no processo do ensino e a escola deveria se realinhar em volta do aluno, o que modificou as relações entre os educadores, alunos e o poder público.

A Escola Nova foi um modelo educacional que deveria possibilitar a formação de um regime político e social novo<sup>104</sup>. Os movimentos da Escola Nova

<sup>102</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1982, p. 75.

<sup>103</sup> Os inspiradores da Escola Nova foram Jean Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, Friedrich Froebel e John Dewey. LUSTOSA JR., José Voste. 2012. **Ao povo e ao Governo: o ideário educacional do manifesto pioneiros da escola nova no brasil**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3728>. Acesso em: 01 dez. 2024.

<sup>104</sup> Difundida no Brasil a partir das primeiras décadas do século XX, a Escola Nova foi não apenas uma proposta de renovação pedagógica, mas também um projeto social que visava a formação de cidadãos aptos a participarem de um regime político e social moderno, democrático e progressista. Autores como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira destacaram que a escola deveria ser a base para a transformação da sociedade e desenvolvimento nacional.

no Brasil se relacionavam às percepções sobre a democracia, a educação e o mercado de trabalho, algo que vai se iniciar nos primeiros anos da República e durou até a década de 1970. As principais ideias do movimento escolanovista foram de John Dewey, o que chamavam de humanismo pedagógico da Escola Nova<sup>105</sup>.

Na década de 1920, o movimento da Escola Nova no Brasil tinha como uma de suas metas findar o ensino tradicional, com traços individualistas e criar uma nova educação baseada nos princípios da ação, da solidariedade e da cooperação social<sup>106</sup>. Isso se deu diante de uma compreensão do desenvolvimento de uma educação universal, baseada nas ideias democráticas de educação e dos novos delineamentos do modelo político da república brasileira o que acreditava que geraria uma igualdade de oportunidades para a população, o que a história mostra que não houve de fato.

[...] estes constituíam alguns dos pontos capitais desse programa de política educacional, que visava fortificar a obra do *ensino leigo*, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando-lhes o acesso, sem privilégio do ensino secundário e superior, e alargar, pela reorganização e pelo enriquecimento do sistema escolar, a sua esfera e seus meios de ação<sup>107</sup>.

A laicização da educação deve ser destacada como uma forma de ensino já defendido desde a implantação do governo republicano no Brasil. Junto com o modelo de governo, também vieram algumas ideias positivistas de Auguste Comte<sup>108</sup> sobre a população e a forma que deveria se desenvolver ao longo dos anos. Houve uma racionalização do modelo político e educacional, com a perspectiva de distanciar, cada vez mais, o religioso do que seria o racional e útil às pretensões para a nação.

---

Ver *In*: AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976; LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. Brasília: MEC/INEP, 2002; TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

<sup>105</sup> RIBEIRO, Elisabete Aparecida. Democracia pragmatismo e Escola Nova no Brasil. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 2, 2004.

<sup>106</sup> RIBEIRO, 2004, p. 172.

<sup>107</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**: a cultura brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1976, p. 175.

<sup>108</sup> CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. A laicização da educação na transição do Império para a República no Brasil: ensino leigo ou religioso? **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270076, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270076>. Acesso em: 11 out. 2023.

A educação laicizada continuou no campo da disputa política e educacional durante a década de 1930. Em 1932, houve a publicação do “Manifesto de 1932”, no qual o tema de laicidade do ensino, a existência da coeducação<sup>109</sup> e os desdobramentos educacionais das últimas décadas são abordados. O documento criado foi intitulado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo” com o objetivo de formar um plano de ação nacional para a estruturação do sistema educacional brasileiro<sup>110</sup>.

Dentro das inovações do movimento da Escola Nova tiveram uma remodelação sobre a organização do ensino enquanto suas unidades escolares e a organização do ensino em todo o Brasil. As aulas que, durante os primeiros anos da república, se davam por disciplinas, formação de classes em ambientes educacionais por diversos momentos improvisados, começaram a se concentrar em alguns locais<sup>111</sup>. Essa concentração permitiria dar os primeiros passos em direção à formação de uma estrutura escolar, pois os alunos se encontrariam em um mesmo espaço e sob os comandos do professor ou professora.

Essas mudanças nos ambientes escolares possibilitaram o surgimento do modelo escolar: “escolas agrupadas”, que comportavam níveis de educação em um mesmo estabelecimento de ensino, uma novidade vinda juntamente com as novas propostas de educação.

O grupo escolar, que separou definitivamente a casa da professora de seu local de trabalho, surgiu no Piauí com a lei nº 527, de 06 de junho de 1909. Teve papel fundamental no redimensionamento do trabalho docente por colocá-lo separado da casa da professora, como uma segunda casa, porém com afetividade neutra e, asséptica; por realizar uma divisão de trabalho entre as professoras, agrupando diversas delas antes postas em escolas isoladas, permitindo, assim, um controle mais efetivo do Estado sobre o trabalho docente; por criar a figura do diretor de escola; por se constituir no espaço privilegiado de

---

<sup>109</sup> Co-educação era a maneira de educar os sexos masculinos e femininos em um mesmo espaço escolar, a fim de quebrar a barreira da divisão escolar com a existência de escolas apenas para o sexo masculino ou apenas para o sexo feminino. Assim, ambos os sexos ocupariam os mesmos espaços, mesmo que isso não significasse uma mesma educação escolar. ALMEIDA, Jane Soares. Meninos e meninas estudando juntos: os debates sobre as classes mistas nas escolas brasileiras: (1890/1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 58, p. 115-123, set 2014.

<sup>110</sup> JÚNIOR, José Voste Lustosa. Ao povo e ao governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil. **Anais V FIPEd...** Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3728>. Acesso em: 11 out. 2023.

<sup>111</sup> LOPES, 1996.

atuação da professora normalista; e, por fim, por tornar-se o espaço primeiro de inovações didático-pedagógicas<sup>112</sup>.

Essa concentração de disciplinas promoveria a concentração de alunos em um mesmo espaço que permitiria a atuação mais efetiva do professor e se tem uma novidade que é a separação entre os espaços domésticos e públicos. Essa separação acontece com a participação feminina no mercado de trabalho, a necessidade de ampliação de vagas para os alunos, mas repercute nas noções espaciais dos sujeitos que assistem a aula e os que atuam enquanto docente.

Os docentes deixariam de conviver em um só espaço, o seu ambiente de trabalho e de atividades domésticas, reconfigurando os seus corpos e seus espaços para atuações em ambientes preparados para cada momento. O primeiro deveria ser modelado pelas ações do estado, em que as suas ações políticos-pedagógicas seriam implementadas e a criação de uma estrutura de trabalho voltado à disciplinarização dos corpos e das mentes dos alunos e professores. O segundo ambiente, o privado, seria o ambiente, em primeiro momento, fora de alcance da atuação do poder do estado e livre para exercícios de outras atividades que não seriam apenas a obtenção de ganhos financeiros.

O ambiente privado, casa do professor, inicialmente, se constituiu como um local de aprendizado diante da falta de lugares públicos voltados para o ensino, fazendo com que as vidas dos professores se misturassem com a dos alunos e das localidades onde moravam, não havendo a separação do que seria destinado ao trabalho e as demandas particulares. Leônidas Mello<sup>113</sup>, em suas memórias, relembra a casa-escola de Mestre Freitas, fundada na cidade Barras.

Contígua à casa da minha tia ficava a casa do mestre Freitas, onde este residia com a família e era também a escola, instalada nas salas de frente, espaçosas, de portas e janelas para a praça. Quando lá chegamos, antes de sete horas, as salas já estavam abertas, porém ainda desertas de alunos. Só o velho professor, homem pequenino e já grisalho, mancando de uma perna, de espanador na mão, vasculhava a poeira da mesa e dos bancos, únicos móveis, meu pai cumprimentou-o com amabilidade<sup>114</sup>.

<sup>112</sup> Idem, 1996, p. 85.

<sup>113</sup> Leônidas de Castro Melo (Barras, 15 de agosto de 1897 — Teresina, 24 de maio de 1981) foi um professor, médico e político brasileiro. Governou o Piauí por dez anos sob a ditadura de Getúlio Vargas. Redemocratizado o país, fundou o PSD no estado, representando os piauienses no Congresso Nacional. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Le%C3%B4nidas\\_de\\_Castro\\_Melo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Le%C3%B4nidas_de_Castro_Melo). Acesso em: 01 dez. 2024.

<sup>114</sup> MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976, p. 63.

A relação entre o professor e o aluno se dava por participação quase que efetiva das suas atividades domésticas, em que ambos conviviam com as mesmas questões pessoais. Assim, os mestres, antes que tivessem o espaço escolar apropriado, destinavam espaços de suas casas para a obtenção de um local para desempenho de suas funções educativas, mesmo com os poucos recursos de mobiliários, escassos materiais pedagógicos e pouca quantidade de alunos. E vale ressaltar que essa relação poderia acontecer também dentro do espaço privado do aluno, em que o mestre era pago para permanecer ou comparecer aos espaços privados das famílias para ensinar um ou mais alunos que morassem no local<sup>115</sup>.

As modificações educacionais, no intuito de concentrarem os alunos em um mesmo espaço educacional que pudesse proporcionar o maior controle de sujeitos sob a responsabilidade de um professor ou corpo docente, esbarraram não só na falta de recursos financeiros no Piauí, mas também na ausência de mão de obra para a educação tanto infantil quanto de outros níveis de ensino. Algo que contribuiu para melhorias na educação, como se pode observar em documentos oficiais do poder público estadual.

Apesar dos sérios embaraços decorrentes do estado de desorganização em que encontrei esse importantíssimo departamento administrativo e **dos minguados recursos que a lei me faculta, posso assegurar-vos que são sensíveis os resultados benéficos do meu esforço em prol do ensino público.** Na mensagem que vos enderecei o ano passado, vos cientifiquei das reformas levadas a efeito durante o primeiro ano do meu governo; tenho agora a satisfação de vos anunciar que novos e importantes melhoramentos foram realizados, dentre os quais destaco, como principal, a equiparação do Liceu Piauiense ao Ginásio Pedro II, acontecimento cujo alto alcance não é preciso que vos encareça.

A Escola Normal, com seus serviços reorganizados, sob a direção criteriosa e esforçada do Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, está funcionando regularmente.

As escolas primárias desta capital tiveram a matrícula e a frequência sensivelmente aumentadas.

No interior foram reabertas e criadas algumas escolas, tendo sido nomeadas professoras normalistas para preenchimento de algumas cadeiras vagas<sup>116</sup> (Grifo nosso).

---

<sup>115</sup> FERREIRA, 2017.

<sup>116</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.** Teresina: Imprensa Oficial, 1918. p. 16.

Já nos anos de 1920, o poder público do estado empenhou-se em formar os grupos escolares, nos quais a atividade docente era controlada pela figura de um diretor. O poder público lograra diferenciar o ambiente familiar do professor e o ambiente destinado à educação escolar. Para o desenvolvimento do ensino, o estado compreendeu ser necessário um maior controle sobre as atividades educacionais. O local de ensino não seria mais o lugar de mando exclusivo do educador, mas um local de fragmentação do poder do professor, em que deveriam obedecer a figura do diretor e esse último deveria se reportar ao estado para o desenvolvimento de suas atividades.

Esses grupos escolares também aconteceram em outras regiões do Brasil, sendo um modelo educacional que permitiria fragmentar o ensino e, ao mesmo tempo, controlá-lo em todas as suas fases de desenvolvimento no ambiente escolar. Pode-se destacar esse modelo de educação escolar como uma novidade marcante.

Diferentemente do espaço ocupado/usado pelas escolas isoladas, estruturado em sua origem para atender a outras finalidades – domésticas ou religiosas, por exemplo -, e que traziam consigo e utilizavam no dia-a-dia escolar outros símbolos, signos e, portanto, valores, sensibilidades, enfim outras culturas, os grupos escolares deveriam significar, ao mesmo tempo que um distanciamento deste mundo doméstico e religioso, a criação de uma nova cultura escolar que evidenciasse, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano<sup>117</sup>.

A escola deveria desenvolver as ideias da Escola Nova em que se teria uma educação voltada para a população de forma geral, ocorreria a democratização do ensino, não seria mais algo exclusivo às elites e classe média, mas à toda população que pudesse usufruir dela. Além disso, a escola se desenvolveria no ambiente urbano, o qual teria uma maior concentração populacional que pudesse ser controlada e obrigada a obedecer às leis de ensino<sup>118</sup>.

O poder público do Estado regulava os horários de aula, a quantidade de matrículas de alunos, quais os perfis de alunos poderiam ser matriculados, o que

---

<sup>117</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n.1, São Paulo, jan./jun. 1998, p. 5.

<sup>118</sup> A educação era obrigatória para as crianças desde o período imperial no Brasil, mas a obrigatoriedade se desenvolveu com a instalação da república e do aumento das escolas. Ver: BRITO, Itamar de Sousa, 1996; FERREIRA, 2017.

deveria ser ensinado e as condições físicas e higiênicas desses locais. Nas primeiras décadas do século XX, o espaço escolar se consolidou como um ambiente de poder do estado, o qual poderia exercer o controle. A criação de grupos escolares afinou-se com a ideia de que o ato educativo requeria um espaço com características específicas.

A escola seria um ambiente de desenvolvimento da solidariedade, colaboração e criatividade, onde seria abandonada a escola Humanista e se desenvolveria a democratização da educação<sup>119</sup>. No entanto, deve-se evidenciar que, mesmo com os discursos de democratização do ensino, houve a seleção dos sujeitos que deveriam ser disciplinados, os que deveriam ser aptos e saudáveis para ocupação desses espaços. Assim, se ampliaram as estruturas escolares, mas não se englobariam todos os sujeitos.

Além da tentativa de criação e adaptação de espaços escolares pelo poder público, houve as iniciativas do poder privado, os lugares deveriam seguir as novas concepções sobre a educação e o corpo, tentativas de manter seus alunos e corpo docente saudáveis. Assim, havia imposições do poder público para um recinto adaptado e que suprisse as necessidades educacionais por meio de programas de ensino e de vigilâncias pelos inspetores de ensino. Como se pode destacar, o caso da escola Ateneu, evidenciado anteriormente, sob a administração de Abdias Neves<sup>120</sup>, a qual se adaptara às condições higiênicas demonstradas.

Tivemos, haverá poucos, dias, ocasião de visitar o “Ateneu” e **impressionou-nos muito favoravelmente as rigorosas condições de higiene** que ali observamos. Tão rigorosas e felizes, que mesmo na presente quadra **não há ali um só doente**. Basta conhecer-se, aliás, o belo edifício em que funciona o colégio para bem avaliar das vantagens que ali encontram as crianças<sup>121</sup> (Grifo nosso).

A escola particular Ateneu, que recebia os alunos das classes médias e da elite piauiense na cidade de Teresina, apareceu como uma das referências

<sup>119</sup> CARVALHO, Lindalva Raimunda Silva de Oliveira. **Concepções de avaliação e seleção nos anos vinte e trinta: A educação brasileira e a formação das elites** [Dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 127.

<sup>120</sup> Abdias da Costa Neves (Teresina, 19 de novembro de 1876 — 28 de agosto de 1928) foi um escritor, político brasileiro e senador durante a República Velha. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Abdias\\_da\\_Costa\\_Neves](https://pt.wikipedia.org/wiki/Abdias_da_Costa_Neves). Acesso em: 01dez. 2024.

<sup>121</sup> **O Monitor**. Teresina, Ano III, n. 77, 16 de abril de 1908, p. 3.

educacionais nas primeiras décadas do século XX<sup>122</sup>. Alunos e professores com grande projeção social e política em Teresina e no Piauí passaram pela escola. As condições físicas do edifício em que funcionava, as mobílias vindas de Paris e suas condições higiênicas eram destacadas pela sociedade local<sup>123</sup>.

O conhecimento sobre essas condições higiênico-sanitárias se dava diante das ações dos inspetores de ensino<sup>124</sup>, dos jornais locais e das mensagens e relatórios dos governadores. A verificação das condições higiênicas de uma escola não se limitava apenas às escolas em locais públicos, englobava também as escolas particulares, como uma maneira de se adequarem às exigências em vigor estabelecidas pelas novas maneiras de educar. Assim, em 1911, se noticiaria:

Sob a iniciativa dos srs. Drs. Simplício de Souza Mendes e Antônio Carvalho Filho, com o nome que aí se lê, no dia 21 do próximo mês de abril, será fundado nesta capital, em o prédio nº 6 a rua “dr. Álvaro Mendes” antiga Rua Grande, um colégio de instrução primária e secundária.

Segundo estamos informados, ***o novo estabelecimento, onde os alunos encontrarão, pelas excelentes condições higiênicas e pelo ótimo tratamento, todo conforto preciso, obedecerá aos mais modernos princípios da ciência pedagógica***, procurando aproximar-se, quanto possível, dos mais acreditados estabelecimentos adiantados como Ceará, Pernambuco, Bahia etc. Brevemente serão publicados os estatutos respectivos e distribuídas circulares nesta capital e pelo interior do estado<sup>125</sup> (Grifo nosso).

Vale ressaltar que nas duas primeiras décadas do século XX existiu o movimento tido como sanitarista e higienista, o qual deu ênfase ao saneamento urbano e rural, sendo essencial para o desenvolvimento de uma política de saúde pública, tendo a higiene como elemento central do combate às doenças. Assim, “[...] cabe ressaltar que entre o final do século XIX e início do XX, a interferência do poder público no âmbito da saúde e da doença da população no Piauí estava restrita ao isolamento, a desinfecção e a notificação compulsória das moléstias”<sup>126</sup>. Esta valorização da higiene se verificou no campo educacional

<sup>122</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Maranhão: Ética, 2008.

<sup>123</sup> QUEIROZ, 2008, p. 57-58.

<sup>124</sup> MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922; FERREIRA, 2017.

<sup>125</sup> COLÉGIO 21 DE ABRIL. **Diário do Piauí**. Teresina, Ano I, número 30, 31 de março de 1911. p. 1.

<sup>126</sup> COLÉGIO 21 DE ABRIL. **Diário do Piauí**. Teresina, Ano I, número 30, 31 de março de 1911. p. 1.



com as disciplinas específicas e cuidados com a saúde dos alunos pelo poder público local, como as disciplinas de higiene para o ensino primário e Normal<sup>127</sup>.

Nas documentações oficiais do estado registraram-se recomendações para a construção de instituições de ensino em locais onde se tivessem boas condições higiênicas. Isto era posto para evitar o contágio com possíveis focos de infecções e doenças, respirar um ar de boa qualidade, uma região onde se obtivesse uma iluminação dos espaços de forma satisfatória, para obter uma higiene escolar e o controle sobre o corpo.

Quase todas as escolas, quer da capital, quer do interior, funcionam em prédios particulares, contratados para esse fim. Alguns foram adaptados, outros sofreram grandes consertos – em todos se procuraram observar, tanto quanto o permitiram os recursos do Estado, severas condições de higiene. Os da capital estão providos de mobiliário; é grande, entretanto, a pobreza no interior.<sup>128</sup>

No entanto, mesmo com as tentativas de controle sobre os sujeitos, percebe-se que o governo do estado enfrentava as dificuldades financeiras que impossibilitavam mudança e melhoria efetiva no ensino. A cidade de Teresina tornava-se o principal local que recebia as alterações no ensino, como os novos prédios, reformas e obtenção dos instrumentos educacionais.

A necessidade de mudança nas estruturas escolares não seria particularidade de Teresina, mas de todo o estado e, até mesmo, do Brasil. A exemplo disso, destacamos a contribuição de médico Oscar Castelo Branco Clark<sup>129</sup> para a saúde, a infância e a escola como espaço infantil. O médico era natural da cidade de Parnaíba e atuou no Rio de Janeiro. Assim, sobre as escolas e a infância, estabelecia que os ambientes escolares deveriam funcionar ao ar livre e que outros fatores deveriam ser levados em consideração, como a composição e formação geológica do local onde seria estabelecida a escola, visando uma boa circulação de ar, pois isso seria nas instituições escolares um fator que determinava a aprendizagem. Na opinião de Oscar Clark, submeter as crianças a permanecerem em um ambiente quente e sem ventilação seria tratá-

---

<sup>127</sup> FERREIRA, 2017.

<sup>128</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1913. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Teresina: Paz, 1913, p.18.

<sup>129</sup> Oscar Castelo Branco Clark nasceu em 1890, na cidade de Parnaíba – Piauí, e faleceu em 1948, no Rio de Janeiro, atuou como médico, professor e escritor. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Oscar\\_Clark](https://pt.wikipedia.org/wiki/Oscar_Clark); <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=9027>. Acesso em: 24 out. 2023.

los como escravos mantidos presos em navios negreiros, seria os privar de condições de vida saudável<sup>130</sup>.

É importante observar as indicações de ações do poder público do estado quando se trata da educação infantil onde se inspecionam os ambientes escolares, coloca a educação sobre o seu domínio desde as propostas educacionais, os prédios e as formas como se desenvolve o ensino. Existe um controle do estado, pelo menos de forma discursiva, sobre como o ensino deveria ser, o que, muitas vezes, não se efetivava. Ao longo do tempo, o ensino não teve o seu desenvolvimento como se pretendia: ao alcance de todos e a ausência de condições financeiras para criação de numerosas escolas.

Quanto às questões estruturais de prédios e do mobiliário, se observa a preocupação com a adaptação de um ambiente para a infância, logo que começa a ter como foco a formação de corpos saudáveis e alicerçados no que se entenderia como modelo corporal vindo da Europa e Estados Unidos. Como escola modelo de preparo para a novidades pedagógicas, tem-se, novamente, a Ateneu, como aparece no fragmento a seguir:

Caminhando, informa-nos o diretor:

- Como vê, estamos em começo, mas bem nota os bons desejos que alimentamos de tornar, dentro de poucos meses, o Ateneu piauiense, um internato modelo em Teresina. Espero ter mobília própria para cada uma das salas, com observância de todas as exigências da higiene escolas. Você não avalia os males causados à infância piauiense pelo descaso de princípios rudimentares de higiene nas escolas. Acumulam-se dezenas de crianças onde não há espaço nem para a metade, e ali respiram elas, seis horas diariamente, um ar viciado. Sentadas em bancos, com o livro à mão ou nas pernas, quando lhes sobrevém o cansaço, mantêm durante todo esse tempo o dorso curvado, o que lhes acarreta desvios da espinha. Já observou como é crescido, em Teresina, o número de acoleóticos? [...]

- Pois é, quase sempre, uma herança da escola. Os cursos devem ter carteiras apropriadas ao desenvolvimento do aluno. É a primeira coisa a fazer. Depois, não devem ser juntas, devem ficar separadas de modo a permitir livre passagem. É o que estou organizando. Outro ponto interessante – o dormitório. Sou contra os quartos. Penso rasgar aqui um salão que comporte todos os internos. Será iluminado toda a noite e nele dormirá um empregado de confiança do Ateneu. Ainda outro ponto interessante – as refeições: serão sempre em comum com as do diretor interno<sup>131</sup>.

<sup>130</sup> CLARK, Oscar. **O século da criança**. Rio de Janeiro, 1937.

<sup>131</sup> **DIÁRIO DO PIAUÍ**. Teresina, ano III, n. 185, 21 nov. 1913.

De acordo com esse fragmento, percebe-se que as novidades diante do ensino atingiam tanto as mudanças em mobílias, em metodologias e nas estruturas dos espaços ocupados pela escola, quanto as salas de aulas e aqueles destinados aos alunos internos. As carteiras passaram a ser algumas das preocupações dos pedagogos, a fim de preservação da saúde dos alunos diante da forma de se colocar em sala de aula, em que eles passariam horas construindo o aprendizado e poderiam ter “heranças escolares”.

Assim, não se dedicariam apenas à construção de ambientes escolares, mas também à formação de ambientes que pudessem comportar o grande número de alunos e que esses pudessem ter seus corpos moldados de acordo com as ideias pedagógicas e higiênicas. Isso não se daria apenas na organização de carteiras, mas também no espaço em que deveria ser criada a escola, sendo esse livre de impurezas, como a poluição e a escolha de ambientes seguros, onde se obtivesse a harmonia social.

Só nos interessa a higiene escolar, isto é, os princípios relativos a colocação do edifício da escola, à disposição interna, distribuição dos alunos, e os se aplicam aos próprios alunos individualmente.

Exemplo: o prédio deve ser colocado fora dos centros de grande movimento, não deve ter perto águas estagnadas em decomposição. Deve ser alto, bem arejado, com regular distribuição de luz. Os alunos não devem ficar acumulados numa sala.<sup>132</sup>

Essas indicações dos locais onde deveriam ser estabelecidas as construções físicas das escolas estabeleciam relações com a própria organização dos espaços das cidades e da malha urbana. As construções, como no caso de Teresina, aconteceram, inicialmente, nas áreas do centro da capital, próximas aos centros administrativos e centro de concentração de pessoas, com o intuito dos prédios e os lugares, por ora construídos por terceiros e pela administração pública, pudessem ser usados, assim, possibilitando um maior controle das condições desses espaços, onde existiam as concentrações populacionais, logo possibilitariam a formação de demanda de alunos.

O controle dos locais e dos corpos dos alunos acontecia pelo estado por meio das criações de programas, leis e decretos e pela ação dos professores

---

<sup>132</sup> NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. **Diário do Piauí**, Teresina, ano 4, n. 92, 26 abr., 1914, p. 2.

públicos. Professores e professoras atuantes no estado do Piauí deveriam seguir os manuais e programas de ensino criados pelo poder público piauiense, para que pudessem formar uma população com uma educação padronizada, o que tornaria mais fácil a obtenção de resultados esperados pelo modelo de ensino traçado. Diante disso, a atuação do professor para a manutenção da higiene e das condições de saúde das escolas também era administrada pelo poder público, ocupavam importante posição de poder para a formação educacional local. Assim,

Os professores devem ter na administração dos alunos exigindo atestado de vacinação como resultado, recusando admitir os que sofram de moléstia contagiosa, afastando, imediatamente, da aula aqueles em quem moléstias dessa natureza, tão comuns, às vezes (coqueluche, sarampo, escarlatina, etc.) se manifestem.<sup>133</sup>

O controle dos corpos das crianças, em sala de aula e na escola, garantiria a manutenção da ordem social, onde os seus sujeitos desempenhariam suas funções de cidadãos. As crianças seriam o vetor da informação familiar, as quais apresentariam as novidades do ensino e da saúde, desde a importância de lavar as mãos ou pentear os cabelos até a necessidade de cuidados com as doenças e vacinações<sup>134</sup>. Dessa maneira, o professor garantiria que os alunos mantivessem um ambiente escolar, e, conseqüentemente, familiar, higiênico e livre de doenças, onde se referiam aos indivíduos, com atenção ao sexo, idade e desenvolvimento físico. Quanto à infância, existia uma relação direta quanto às questões que deveriam se direcionar à alimentação, ao vestuário, ao asseio etc.<sup>135</sup>.

As instruções sobre como deveriam ser a arquitetura, as questões higiênicas e pedagógicas circulavam pelo estado por meio de manuais ou programas de ensino, leis, decretos, Mensagens Governamentais e jornais locais. Dentre essas mensagens governamentais tem-se a do governador Eurípedes Aguiar<sup>136</sup>, do ano de 1917, que pode nos retratar as condições das escolas e do ensino no Piauí:

---

<sup>133</sup> NEVES, 1914. p. 2.

<sup>134</sup> FERREIRA, 2017

<sup>135</sup> Idem, 1914. p. 2.

<sup>136</sup> Eurípedes Clementino de Aguiar (Matões, 19 de janeiro de 1880 – Teresina, 3 de março de 1953) foi um médico, jornalista, poeta e político brasileiro eleito governador do Piauí, em 1916. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eur%C3%ADpedes\\_de\\_Aguiar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eur%C3%ADpedes_de_Aguiar). Acesso em: 01 dez. 2024.

as escolas públicas primárias da capital em prédios sem higiene e sem conforto, alugados por preços elevadíssimos e sob contratos lesivos ao Estado [...] **escolas em condições de extrema penúria**, sem um quadro negro digno desse nome, sem um relógio são, pobre de livros, de papel, de tinta, de tudo, enfim<sup>137</sup> (Grifo nosso).

Mesmo com as indicações de mudanças no que tange à educação piauiense, persistiram atrasos anteriores, como o aluguel de prédios para o desenvolvimento da educação. Sendo esses prédios uma problemática quanto ao pagamento abusivo de seus aluguéis, além da inadequação quanto às necessidades higiênicas e de adaptação ao ensino. Assim, os esforços, nos quase trinta anos de República, ainda não tinham resultados promissores, pelo menos quanto à sua estruturação pelas edificações e ocupações de espaços físicos escolares.

Observa-se a fala do governador Eurípedes de Aguiar e do engenheiro Ribeiro Gonçalves, que atuou como professor no Piauí durante as primeiras décadas do século XX. Ele retratou em sua fala as condições das escolas do estado do Piauí, principalmente ao que se retrataria a arquitetura:

O ingresso no magistério, dando-me ensejo de apreciar de perto a **precariedade das instalações escolares**, revela-me, ao mesmo tempo, o obstáculo que ainda não pudera ser vencido e que provoca a **impressão lastimável primitivismo, embora o atraso seja mais de ordem material do que do processo propriamente educativo**. [...]

A impressão recolhida é igual em toda parte. Incontestavelmente, **os métodos pedagógicos evoluíram**, mas a escola conserva o mesmo desconforto da minha meninice. Grupos escolares, as escolas agrupadas e nucleares **continuam instaladas em casas de aluguel, onde as alcovas, sem ar e luz diretos, servem de salas de aula**<sup>138</sup> (Grifo nosso).

A fala de Ribeiro Gonçalves evidencia a permanência da condição de atraso nas estruturas escolares piauienses quanto às suas condições físicas. Escolas ainda seriam locais de relativo atraso, não seguiriam as condições por ora estabelecidas pelo estado como ideal de higiene e progresso escolar e social, manteriam as condições insalubres. No entanto, com as mudanças em seus modelos pedagógicos apresentavam mudanças.

<sup>137</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1917. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar**. Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

<sup>138</sup> GONÇALVES, L.M. Ribeiro. **Impressões e perspectivas**. Brasília: [s.n.], 1980. p. 256.

Aqui vale ressaltar que Ribeiro Gonçalves era um funcionário público do estado do Piauí, e deveria atuar no ensino e na criação de novos espaços escolares de acordo com as pretensões políticas e pedagógicas do poder público. Assim, ele tem um discurso alinhado à fala do governador do estado, antes destacado, em que as escolas precisariam de mudanças por estarem em instalações inadequadas.

A mudança no quadro geral de estrutura física da educação piauiense só se modificou na década de 1920, quando aconteceram as construções de escolas no governo de João Luiz Ferreira<sup>139</sup>, o qual destinou uma parcela dos recursos financeiros do estado para construção de escolas.

Inicia-se, finalmente, em 1920, **a construção do primeiro edifício escolar em todo o Estado**. Prevalciam as diretrizes da nova mentalidade, mas avisada e esclarecida. João Luiz Ferreira leva avante o empreendimento. E do programa de amplo descortino e largas aquisições materiais de sua administração, é, ainda, parte integrante do Grupo Escolar Abdias Neves<sup>140</sup> (Grifo nosso).

As construções de escolas nos anos de 1920 ganharam grandes proporções diante da arquitetura em Teresina. Tentou-se criar encantamento sobre as escolas na sociedade, além de possibilitar a germinação do entendimento de um ambiente com ares de beleza e de organização.

O prédio escolar estava de acordo com as ideias higienistas, como sua localização, ventilação, iluminação e instalações internas, como zonas não edificadas. Além disso, esses espaços escolares seriam “escolas-monumento” do período pós-república<sup>141</sup>, os quais serviriam para serem símbolos do progresso educacional brasileiro e, em destaque o piauiense, em que se estruturava o ensino em prédios com grandes janelas, salas apropriadas para o

---

<sup>139</sup> João Luís Ferreira (Teresina, 23 de abril de 1881 - Rio de Janeiro, 8 de julho de 1927) foi um engenheiro e político brasileiro. Foi governador do Piauí de 1 de julho de 1920 a 1924 e um dos responsáveis pela ligação ferroviária entre Teresina e São Luís. Em 1922, mudou a sede do governo para a Chácara do Karnak (atualmente Palácio de Karnak), palácio do governo até hoje. Um dos mais importantes atos do governo João Luís Ferreira foi a realização da reforma do ensino. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Lu%C3%ADs\\_Ferreira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Lu%C3%ADs_Ferreira) Acesso em: 01 dez. 2024.

<sup>140</sup> GONÇALVES, 1980, p. 257.

<sup>141</sup> VER: FONSECA, Cláudio Lúcio. **Arquitetura das escolas públicas nas reformas educacionais mineiras (1892-1930)**. [Dissertação] Mestrado em Educação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004; FERNANDES, F. D. da C. de M.; ALANIZ, E. P. Padrões arquitetônicos escolares e expansão do Ensino Fundamental no início do século XX no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 87–103, 2016. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1543>. Acesso em: 30 out. 2023.

recebimento de alunos, mobiliário escolar e pátios para execução de atividades de ginástica.

As construções para o aumento do número de alunos, o distanciamento dos altos índices de analfabetismo e os atrasos estruturais na educação escolar aconteceram em especial em Teresina, pois era a sede do governo e a capital do estado, cidade referência para as demais do estado, assim como percebe-se no fragmento a seguir:

No plano de ação governamental, multiforme, intenso e extenso, as edificações escolares constituem componente de grande relevo e da mais alta significação. Resolve-se construir, inicialmente, o Grupo Escolar “Domingos Jorge Velho”, em Teresina, e as escolas agrupadas de “David Caldas”, “Dr. Sampaio” e “Poti Velho”. Sente, porém, o administrador a vantagem de interessar na obra a empreender as prefeituras municipais. A campanha orienta-se no sentido de concentrar esforços e reservas financeiras com o mesmo objetivo. A conjugação de esforços proporcionaria mais rapidez à realização. E não é só. Serviria a advertir as administrações locais das necessidades maiores a suprir<sup>142</sup>.

A criação das escolas em Teresina não acontecia apenas no centro da cidade, mas também nas áreas periféricas, diante da necessidade de o ensino ser expandido para todas as classes sociais, não era exclusivo das classes alta e média, que estavam localizadas na área central urbanizada. Com isso, as escolas se expandiram pela cidade, trouxeram para o cotidiano da sociedade local<sup>143</sup> as estruturas escolares e as sociabilidades provocadas pelo ensino escolar, como as ocupações das praças e ruas em horas de entradas e saídas das escolas<sup>144</sup>.

Apesar da concentração de escolas na cidade de Teresina, seja por ser polo administrativo do poder do estado, seja por concentrar uma maior quantidade de pessoas, as demais cidades do interior, em especial, aquelas de grande relevância política, econômica e social, como Floriano, também receberam o benefício de terem espaços escolares construídos pelo poder público, evidencia a necessidade de formação de uma população escolarizada por todo o território estadual<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> GONÇALVES, 1980, p. 258.

<sup>143</sup> Id., 1980, p. 257.

<sup>144</sup> MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança (1935-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

<sup>145</sup> Mapa do Estado do Piauí nos anexos.

O programa é, portanto, elaborado à base da cooperação municipal. Desse jeito, edificam-se e inauguram-se os grupos escolares de Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante e Miguel Alves e as escolas agrupadas de Batalha e Valença. De igual forma, atacam-se as construções dos grupos escolares de Barras, Porto Alegre, Piracuruca, Pedro II, Parnaíba, Floriano e Oeiras e as escolas agrupadas de Castelo, Bom Jesus, São Raimundo e Belém, depois Palmeirais. E como ainda parecesse pouco, recebo o encargo de projetar e construir o Liceu Piauiense, prédio de estilo moderno, em cujos planos e edificações foi prevista a possibilidade de ampliá-lo, em planta, de mais três alas, e, em elevação, de outros pavimentos<sup>146</sup>.

Na década de 1920, construíram-se prédios escolares com os critérios técnicos considerados responsáveis ao desenvolvimento da instrução pelo território piauiense, de forma bastante diminuta, contemplando não apenas a cidade de Teresina. Assim, o ensino se expandiu, mesmo que lentamente, a partir do empenho dos poderes públicos municipais e estadual, criaram escolas que se adequassem aos desejos de ambientes educacionais do poder público e das concepções pedagógicas, possíveis.

Conclui as construções que recebera em andamento e levanta, segundo o último relatório governamental, mais dezoito grupos escolares e várias escolas agrupadas em diversas cidades do interior. Hoje será exceção encontrar-se, entre as localidades piauienses, uma que não ofereça, à contemplação do visitante, a sua escola, de aspecto modesto, é verdade, **mas preenchendo os requisitos higirotécnicos, convenientemente arejada, iluminada, mobiliada, pequeno laboratório** onde, em meio são, se preparam os homens do futuro. A semente ao solo há vinte e dois anos germinou, cresceu, multiplicou-se. Agora, é seara lourejante<sup>147</sup> (Grifo nosso).

A ampliação da quantidade de escolas pode ser vista nas mensagens e relatórios governamentais por meio das matrículas escolares, que devem ser levadas em considerações juntamente com algumas informações diante do discurso do poder público quanto ao seu progresso, em que “germinou, cresceu e multiplicou-se”. Na tabela a seguir é possível observar, considerando a coleta de dados oferecidos pelo poder público estadual:

---

<sup>146</sup> GONÇALVES, 1980, p.258.

<sup>147</sup> Id., 1980, p.258.



Tabela 4 - Quantidade de matrículas no ensino primário no Piauí (1911 – 1920)

Ano	Matrículas
1911	3.991
1912	4.010
1913	3.545
1914	3.220
1915	2.563
1916	2.546
1917	2.825
1918	3.084
1919	3.057
1920	3.476

Fonte: Mensagens governamentais do estado do Piauí de 1911 a 1920<sup>148</sup>.

Ao analisar os dados expostos, é possível verificar que as matrículas nas escolas, por ora, se expandiram pelo estado. Nos anos de 1911 e 1912 foram os momentos de maior quantidade de matrículas escolares no ensino primário, com 3.991 e 4.010, respectivamente. No entanto, existiram oscilações nas matrículas para negativo, como o ano de 1916, em que foram apenas 2.546 matrículas no ensino primário, sendo o pior quadro de matrículas no ensino primário piauiense nos anos de 1911 a 1920. Assim, é possível analisar que, mesmo com os esforços ou as narrativas criadas pelo poder público estadual, existia a problemática da educação piauiense de expansão e consolidação do ensino público primário e suas possíveis possibilidades de diminuição nos índices de analfabetismo.

<sup>148</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Antonino Freire da Silva, no dia 1º de junho de 1911.** Teresina: Imprensa Oficial, 1911; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Paz, 1913; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí, no dia 1º de junho de 1914, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Tipografia Paz, 1914; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí, no dia 1º de junho de 1915, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1915; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.** Teresina: Imprensa Oficial, 1917; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.** Teresina: Imprensa Oficial, 1918; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador Eurípedes Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1920.** Teresina: Imprensa Oficial.

Além dessa preocupação a respeito das condições estruturais das escolas primárias públicas tanto material como higiênica, no ano de 1930 também apareceram nas mensagens governamentais referências às inspeções higiênicas do poder público do estado nas unidades escolares. Essa mensagem evidencia que em Teresina, Oeiras e Floriano havia acontecido um surto de *tracomatosos*<sup>149</sup>, em grande quantidade das escolas e dos grupos escolares, caberia ao governo estadual a criação de medidas para combater a doença nas escolas e nas cidades.

Urgia, assim, combater o mal, de fácil contágio e de consequências graves, aliás conhecidas. Fiz, por isso, incluir entre as condições estipuladas no contrato com o Governo da União, para o restabelecimento do Serviço de Saneamento Rural, a de ser mantido por esse serviço um posto de combate ao *trachoma* cujo trabalho vai dando ótimos resultados.

Inicialmente, o tratamento dos escolares era feito no Posto “Moura Brasil”, como o dos demais doentes.

Para comodidade deles e maior eficiência do seu tratamento, resolveu-se designar o Grupo “José Lopes” para nele, e somente nele, terem matrícula os alunos *trachomatosos*, criando-se ali o Posto Escolar “Abreu Filho”, que somente se ocupa do tratamento de escolares.<sup>150</sup>

Diante disso, fica visível a preocupação do governo do estado em ter o controle sobre a saúde e as condições higiênicas dos alunos no espaço escolar, pois, ao criar um ambiente destinado apenas ao tratamento e ao isolamento dos doentes, fazia com que se tivesse o controle das ações desses doentes. Assim, os corpos de crianças poderiam ser controlados pela política educacional ligada à higiene e à saúde, impostas no ambiente escolar e nas cidades.

Ainda nesse mesmo ano, na Mensagem Governamental existe informações sobre as instalações escolares que evidenciavam a atuação do poder público estadual diante das condições higiênicas escolares, o qual expôs que, apesar do esforço realizado para a difusão do ensino por todo o Piauí ao aumentar o orçamento destinado a educação, o mesmo ainda não supria as necessidades do setor. A forma de educar desejada pelo governo encontrava

<sup>149</sup> O tracoma é uma doença inflamatória ocular, uma conjuntivite, causada pela bactéria *Chlamydia trachomatis* que ocorre em áreas de maior concentração de pobreza, deficientes condições de saneamento básico e acesso à água. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/t/tracoma>. Acesso em: 01 dez. 2024.

<sup>150</sup> ESTADO DO PIAUÍ, Governo. 1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. João de Deus Pires Leal**. Teresina: Imprensa Oficial, 1930, p. 19.

obstáculos quanto às instalações escolares que não seguiam as condições necessárias para o desenvolvimento do ensino diante da higienização do espaço<sup>151</sup>.

São imperfeitas as instalações de nossas escolas, exceto alguns grupos da capital e um de Parnaíba.

Já tive oportunidade de vos falar, em mensagem anterior, do que fizera para melhorá-las, tornando-as toleráveis no interior. Fizeram-se adaptações que higienizaram os velhos prédios construídos para residências particulares, **os quais não satisfazem as exigências da moderna pedagogia**. Foram consideravelmente melhorados, porém isso não basta<sup>152</sup> (Grifo nosso).

Dessa maneira, apesar do empenho do poder público estadual de colocar em prática as ideias da pedagogia, isso não se consolidou de forma desejada. O ensino sob os moldes dessa pedagogia ainda era incipiente, dava os primeiros passos rumo ao desenvolvimento, contando com medidas e empenhos diante do aprendizado intelectual e da higienização dos corpos e dos espaços de ensino.

Essas modificações na educação no estado do Piauí tinham como objetivos: seguir as novidades pedagógicas; higienizar os corpos; e formar uma população, como relatos das Mensagens Governamentais e dos relatórios. Desse modo, aos poucos foram modificando as quantidades de matrículas escolares. Nas décadas de 1930 e 1940 já se observa uma maior quantidade de matrículas no ensino primário piauiense, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 - Matrículas do ensino primário – Piauí (1930-1949)

Ano	Matrículas
1930	7.397
1931	11.101
1932	14.922
1933	14.054
1934	20.638
1935	25.438

<sup>151</sup> João de Deus Pires Leal nasceu na cidade de São Bernardo (MA), no dia 22 de janeiro de 1890. Em 1928, foi eleito governador do Piauí, sucedendo Matias Olímpio de Melo. Durante sua gestão, iniciada em 1º de julho do mesmo ano, construiu várias estradas e prédios públicos. Teve o mandato interrompido em 4 de outubro de 1930, com a eclosão da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Jo%C3%A3o%20de%20Deus%20Pires.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

<sup>152</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1930, p. 20.

---

1936	28.426
1937	32.383
1938	35.316
1939	37.689
1940	39.882
1941	43.262
1942	44.307
1943	-
1944	-
1945	-
1946	36.259
1947	44.179
1948	-
1949	-

---

Fonte: MARINHO, Joseanne Zingleara Soares<sup>153</sup>.

Ao observar a tabela, pode-se perceber a mudança no quadro educacional piauiense ao que se referia às décadas anteriores na tabela. A quantidade de matrícula saiu de seus números com menos de 5 mil alunos para uma mudança representativa logo nos primeiros anos da década de 1930, com a diferença de 30.292 matrículas entre os anos de 1930 e 1939. Já na década seguinte, mesmo sem algumas lacunas de dados não preenchidos pelas ausências de seus dados nos relatórios dos governadores do Estado do Piauí de 1940 a 1949, encontramos quantidades de matrículas superiores a 44 mil.

Dessa maneira, pode-se considerar que aconteceram melhorias educacionais e o ensino esteve em processo de expansão, visto que as quantidades de matrículas escolares no ensino primário cresceram de forma representativa. Uma maior quantidade de pessoas foi alfabetizada, pelo menos em questões numéricas, o que representava um progresso na sociedade local e uma tentativa de alcançar o modelo social desejado de sujeitos alfabetizados e moldados para a construção de uma nação com bases na democracia e cidadania.

---

<sup>153</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949). 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

#### 1.4 Maçonaria e Igreja Católica: conflitos pela educação

Este tópico do capítulo dedica-se a evidenciar e analisar as relações entre a Maçonaria e a Igreja Católica na cidade de Teresina e no estado do Piauí, por reconhecer que ambas as instituições foram importantes no processo de desenvolvimento da educação no estado, em especial ao que se refere à educação das mulheres nas Escolas Normais.

A Maçonaria era uma instituição que estava presente em vários lugares do território brasileiro e se configurava como um espaço de poder político e intelectual nos primeiros anos da Proclamação da República no Brasil.

O emergente sistema republicano estava bastante ligado aos interesses da Maçonaria, que tratou de usar de sua influência junto a sociedade brasileira, para solidificar as determinações políticas da Constituição Republicana, especialmente no que se relacionasse à separação da Igreja e do Estado. Este foi mais um fato que contribuiu para que o conflito entre a Igreja e a Maçonaria se tornasse tão acentuado.<sup>154</sup>

Essa separação do Estado e da Igreja Católica estava relacionada às perseguições sofridas pelos maçons, pelas determinações do Vaticano, e devido aos ideais político-ideológicos de uma nova política nacional<sup>155</sup>. Os conflitos fizeram parte dos primeiros anos da república diante da vontade de superação ao antigo modelo de governo e tentativas de alcance de avanços sociais, econômicos e políticos para a adequação da nação aos novos.

É importante ressaltar que esses conflitos entre a Maçonaria e a Igreja Católica não se centralizaram nas metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, também aconteceram em cidades como Teresina. As instituições maçônicas eram numerosas em todo o Brasil, onde tinham muitas lojas e conseguiam abranger muitos sujeitos, podemos ver isso na Tabela 6:

Tabela 6 - Evolução do número de lojas maçônicas no Brasil, por estado (1906 – 1920)

Estado	1906 - 1910	1911 - 1915	1916 – 1920
RJ	90	84	66

<sup>154</sup> AMARAL, Giana Lange. Os Maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **História Educação** (Online), Porto Alegre, v. 21, n. 53, set/dez 2017, p. 59.

<sup>155</sup> AMARAL, 2017, p. 59.

SP	128	114	99
MG	65	54	44
RS	121	113	69
BA	13	12	13
PE	23	23	22
PR	22	22	22
SC	7	7	6
ES	11	7	3
MT	7	9	9
GO	1	1	2
PA	8	11	12
AM	15	15	13
AC	6	7	7
PI	5	5	5
MA	6	6	7
SE	4	1	1
AL	8	7	6
CE	7	4	5
RN	4	3	3
PB	2	2	2
RO	0	0	1
TOTAL	553	507	417

Fonte: PROEBER, K<sup>156</sup>.

A tabela anterior nos possibilita verificar que a quantidade de lojas maçônicas era numerosa, no entanto, passou por um processo de diminuição. É possível verificar a queda na quantidade tanto nos números totais, como quando observamos o estado do Rio de Janeiro que, em menos de 20 anos, passou de 90 para apenas 66 lojas. O estado do Piauí manteve a quantidade que tinha de lojas no intervalo temporal apresentado.

“A maçonaria é aqui considerada um *locus* potencial e agregador, como um espaço de sociabilidade, de intelectuais que fundamentam ideias que se consolidam no processo de implantação da República”<sup>157</sup>. A Maçonaria ou o que ela representava na sociedade brasileira significava influir ou participar de alguma maneira dos espaços de poder, algo que pode ser verificado no Piauí com a participação de seus intelectuais e governantes.

<sup>156</sup> PROEBER, K. Cadastro geral das lojas maçônicas no Brasil: ativas, abatidas e inativas. Rio de Janeiro, ed. autor, 1975; Coleção dos Boletins do Grande Oriente do Brasil (1871-1910) In: BARATA, A. M. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 133, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20406>. Acesso em: 6 ago. 2025.

<sup>157</sup> AMARAL, 2017, p. 58.

O Piauí tinha como seus maiores representantes de sujeitos pertencentes à Maçonaria os governadores, como Antonino Freire, governador em 1910. A Maçonaria teresinense contribuiu para a criação da Escola Normal, em 1909, através da Sociedade Auxiliadora de Instrução. Na data de 1908, reuniram-se na residência de Matias Olímpio: Cel. Emílio Burlamaqui, Antonino Freire, Honório Parentes, Francisco Parentes, João Santos, Gonçalo Cavalcante, Abdias Neves, Miguel Rosa e Brandão Júnior<sup>158</sup> para criarem a Escola e definirem os docentes que atuariam nela. Com o caráter não governamental e com finalidades de promover e custear a instrução pública no estado, com a criação de uma escola que preparasse o corpo docente para atuação no Piauí.

São sujeitos que atuaram no governo local e na formação e manutenção da rede de ensino teresinense, em especial como contribuintes políticos e profissionais de educação na Escola Normal e em escolas em níveis primário e secundário, fossem esses do governo estadual, municipal ou particular. “Na imprensa, destacaram-se Higino Cunha, Miguel Rosa, Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Matias Olímpio e tantos outros”<sup>159</sup>.

A Maçonaria defendia uma educação pública, laica e gratuita, pois “[...] como uma instituição que propugnava o ideal de modernização civilizatória nacional, tinham na educação, na benemerência e na filantropia o sustentáculo de sua atuação”<sup>160</sup>. Com isso, a luta pelo ensino público e pela formação de professores que pudessem combater o analfabetismo no Piauí fazia parte do cotidiano dessa instituição.

Vale ressaltar, que “[...] o ensino elementar obrigatório seria, portanto, uma forma de produzir trabalhadores mais inteirados nos modernos processos de produção. A educação era considerada como o fator mais importante e eficaz para estabelecer a fraternidade entre os homens”<sup>161</sup>. A educação seria algo que alcançaria todos os brasileiros, o que provocaria o alcance do progresso e a ordem social, algo que se desejava ao se estabelecer a República brasileira.

Essa educação tinha como objetivo formar uma sociedade capaz de solucionar os seus problemas, no entanto, sem que a sociedade passasse por

---

<sup>158</sup> BRITO, 1996, p. 35.

<sup>159</sup> CLAUDINO, João Vicente. **Pronunciamento no Senado Federal sobre a maçonaria piauiense**, 8 maio 2008. Disponível em: site do Senado Federal. Acesso em: 10 ago. 2025.

<sup>160</sup> Idem, 2017, p. 65.

<sup>161</sup> Idem, 2017, p. 66.

modificações estruturais. A hierarquia social era defendida como mecanismo de manutenção da ordem social, em que os sujeitos ainda continuavam guiados em suas histórias, sem mudanças radicais, com ascensões sociais e o estabelecimento de uma sociedade com traços positivistas<sup>162</sup>.

A sociedade manteria sua estrutura desigual, mas caminharía rumo ao progresso social e manteria a ordem já estabelecida pelos intelectuais e elite local. Dentro dos grupos sociais é necessário destacar as mulheres que não faziam parte da Maçonaria, considerada predominantemente masculina, mas “[...] a preocupação com a educação das mulheres fundamenta-se no fato de ser ela considerada mãe e educadora das futuras gerações, devendo então estar preparada para desempenhar seu papel social”<sup>163</sup>.

Como a instituição maçônica vinculava as mudanças sociais à questão educacional e sendo a mulher o sustentáculo da Igreja Católica, **a Maçonaria passou a propugnar a ideia de que era necessário tirar a mulher do domínio do catolicismo romano para que houvesse realmente uma reforma educacional**<sup>164</sup> (Grifo nosso).

Durante os primeiros anos do século XX, a atuação da Maçonaria no Piauí foi marcada por conflitos com a Igreja Católica, destacamos aqui os conflitos de cunhos político e social. Esses foram analisados diante das publicações do jornal *O Apóstolo*. Por se fazer opositora aos ensinamentos da Igreja Católica para a sociedade local e pela defesa de um ensino laico.

A igreja Católica criou estratégias no sentido de ter controle efetivo sobre a vida religiosa cotidiana da população piauiense, atuando em todos os campos da vida social, cultural e política. Participou ativamente na imprensa periódica, na educação, na vida político-partidária, integrando-se na sociedade civil a fim de não ter seu poder abalado pela ação anticlerical, mas tentando se fortalecer e afirmar sua autoridade política e social<sup>165</sup>.

Uma das formas de expressar seus desejos sobre o comportamento social foram as publicações em um periódico nos primeiros anos do século XX. O periódico *O Apóstolo* foi criado em 1907, com seu primeiro Diretor Monsenhor Fernando Lopes e deveria tratar sobre assuntos relacionados aos interesses da

---

<sup>162</sup> AMARAL, 2017, p. 67.

<sup>163</sup> Idem, 2017, p. 68.

<sup>164</sup> Idem, 2017, p. 69.

<sup>165</sup> PINHEIRO, Áurea Paz. **As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. [Dissertação de Mestrado] Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – São Paulo, 1999, p. 10-11.



Diocese. Recebia colaborações em artigos que se enquadrassem aos objetivos do jornal. Posteriormente, deixou de ser o boletim oficial Diocese e tornou-se ligado ao Partido Católico, a União Popular, o qual tinha como referência o político Elias Martins, colaborador e redator do jornal. Mesmo com essa mudança, o jornal manteve seus vínculos com a religião católica, a qual ainda difundia ideias e princípios<sup>166</sup>.

O periódico foi usado como meio de expressão e divulgação das ideias religiosas da Igreja Católica piauiense nos primeiros anos do século XX; e também serviu como mecanismo de combate à Maçonaria e seus projetos políticos e sociais, como a criação da Escola Normal Livre e os seus desdobramentos no ano de 1910, com a oficialização da Escola.

A educação ligada à religião aparecia nas páginas do jornal *O Apóstolo* como capaz de dominar as paixões e direcionar as práticas para o bem, o que levaria a uma educação moral. Diferente, no entanto, seria a educação laica, desprovida de ensinamentos religiosos, em que cultivaria comportamentos maus e destruiria os costumes<sup>167</sup>.

A educação brasileira, estabelecida pela Constituição republicana, não proibia a educação religiosa, mas o diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí, Miguel Rosa, no ano de 1909, publicou uma portaria que proibia o ensino religioso nas escolas. Algo que teve repercussão na sociedade piauiense, presente nas páginas do jornal *O Apóstolo*, por ser uma luta de poderes entre a Igreja e os políticos locais que pertenciam a Maçonaria<sup>168</sup>.

Porventura o Sr. Miguel Rosa está na altura de ir de encontro às ordens dos pais e mães de famílias, invadindo o santuário dos lares e declarando que sua vontade deve prevalecer a tudo e impedir as mais legítimas aspirações?!

Quem lhe deu este direito? É o cúmulo do despotismo!...

E o que mais indigna é a cumplicidade criminosa do Sr. Governador do Estado nestes atos inconstitucionais e insultuosos ao povo! (...) Os pais não têm mais poder nem direito sobre os filhos, porque tudo lhes é arrancado por uma simples portaria do Sr. Miguel Rosa!

Parece que voltamos à escravidão miserável do paganismo.

Querem derramar sobre nós a lama pútrida das abjeções maçônicas

Levantaremos de ora em diante, um protesto solene e enérgico ante todos esses desmandos e não deixaremos de bradar,

<sup>166</sup> Idem, 1999, p. 45-46.

<sup>167</sup> Idem, 1999, p. 58-59.

<sup>168</sup> Idem, 1999, p. 60-61.

enquanto não virmos reivindicados os direitos deste povo mártir<sup>169</sup>.

As manifestações da Igreja Católica visavam criticar as ações do poder público do estado do Piauí, por esse se apresentar, naquele momento, comopositor às manutenções de seus poderes sociais e políticos na sociedade teresinense. A proibição das aulas para o ensino religioso tirava a Igreja Católica do poder educacional estadual que antes era tão visível em níveis do ensino primário e secundário<sup>170</sup>. A liberdade religiosa tiraria a destinação de um ensino católico do cotidiano escolar, proporcionaria à sociedade local a escolha de saber ou não sobre a religião, pelo menos de forma oficial, e por consequência poderia modificar, com diminuição, a quantidade de fiés.

Diante de todos esses fatos, que revelam a luta do Sr. Anísio de Abreu e do Sr. Miguel Rosa contra a religião católica e o desprezo com que os mesmos calcam os pés os direitos do povo e as leis da República, ainda haverá católicos que levem a sua pedra para a construção deste edifício de ódios e impiedade, de desvarios e crimes, de injustiças e opressões com que o Sr. Anísio de Abreu pretende honrar a Maçonaria em nossa terra?!<sup>171</sup>

A Escola Normal não era vista por Elias Martins como representante da Igreja Católica nas produções do jornal, como um bom lugar de educação, por ser laica e dedicar-se a formação profissional de professores e professoras, pois nesse espaço as mulheres seriam educadas por mestres tido como perigosos e avessos à religião católica. Algo que provocaria grandes prejuízos à sociedade piauiense, pois aconteceria o afastamento dos bons costumes<sup>172</sup>.

Escola Normal  
Quem quiser ver o plano perverso do maçonismo, assenhoreando-se do ensino para a destruição do cristianismo, observe o que tem sucedido na direção da Escola Normal: Medeiros, Bonfim, e agora o José Verissimo!

<sup>169</sup> Guerra ao despotismo. **O Apóstolo**. Ano III. Nº 120. Teresina, 10 de outubro de 1909, p. 2.

<sup>170</sup> "Por seu turno, a Igreja Católica voltou sua atenção para a educação da infância e da mocidade como elemento fundamental de estratégia de reestruturação da sociedade civil. Para a instituição, a sociedade estava abalada pela difusão de doutrinas subversivas e erros grosseiros, sendo necessário preservar, através da educação, os ideais da sociedade cristã. Como parte do projeto de renovação da Igreja Católica no Piauí, Dom Antônio Joaquim de Almeida, primeiro bispo diocesano, fundou, em 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, para a formação feminina. No mesmo ano fundou o Colégio e Seminário Diocesanos para a formação masculina, ambos na capital do Estado – Teresina. O Colégio Diocesano destinava-se, exclusivamente, à educação masculina, onde eram aceitos alunos internos, semi-internos e externos, tanto para a instrução primária como secundária" Ver *In*: PINHEIRO, 1999, p. 55.

<sup>171</sup> O Apóstolo. Ano III. Nº 120. Teresina, 10 de outubro de 1909, p. 2.

<sup>172</sup> PINHEIRO, 1999, p. 65-66.

E é Snr. Afonso Pena quem nomeia um homem destes, só notável pela sua impiedade e formidável cacetismo literário e envolvendo uma filancia ridícula...

“Prefiro uma monarquia voltairiana a uma república cristã”, eis o título de recomendação com que se apresenta esse cogumelo da esterqueira maçônica, para dirigir um estabelecimento de preparo de professoras e professores de um povo católico!<sup>173</sup>

A atuação da Maçonaria na educação seria retratada como um prejuízo aos lares das famílias piauienses ao criar um ambiente e um ensino em que não houvesse a presença da religião católica, a população estaria em perigo. As famílias católicas seriam destruídas pela formação dos professores, sem religião, o que lhes davam as características de sujeitos impróprios para tais funções. Além disso, a crítica da Igreja acontecia aos governantes que estavam ligados à Maçonaria, no Brasil e no Piauí, que eram retratados, como excremento de animais.

#### A MENSAGEM SEXTA

Discutir a instrução publica, dizer leal e resolutamente sobre os seus processos recônditos e cavilosos, - é molhar a pena no veneno letal que escorre insidiosamente pelo organismo da nação.

**De muito trabalha-se na sombra, - mina-se o terreno da obra cristã, - prepara-se o advento do paganismo, vestindo-se-lhe o velho e repulsivo arcabouço com as engalanadas roupagens das artes e das ciências; - é a raça fatal dos Julianos, proliferando através do tempo e do espaço.**

Forão-se os deuses da fabula, mas os vícios que os simbolizavam, germinão e crescem no coração dos homens denominados “espíritos fortes”, que, a exemplo das gálatas, expulsando S. Paulo, não podem ouvir as leis da moral, contrarias a seus hábitos e paixões; - **confundem a licença com a liberdade, o gozo bestial com o amor, a pornografia com as artes, os sistemas desvairados com as ciências, a cultura dos instintos com a instrução!**

Dai esta sociedade infeliz, roída de apetites ferozes, combalida de ódios de tigres; - a prostituição, os crimes contra a propagação da espécie, o infanticídio, o adultério, o suicídio, o roubo, os assassinatos são frutos dessa propaganda de ruínas e trevas. [...]

A instrução foi, é e será sempre o pão do espírito, tão essencial à vida da alma como o leite materno ao crescimento e saúde do corpo; [...]

Começou também no Piauí o trabalho de descristianização, “deu sinal a trombeta castelhana horrenda, fera e temerosa, as mães as criancinhas ao peito apertaram”; - era a imagem de Jesus desterrada das escolas sob o malhete da impiedade [...]

<sup>173</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano II, Teresina – PI, n. 99, 2 de maio de 1909, p. 3.

E a questão dominante, aquela que sobrefuja todas as outras, - é a instrução publica, a cargo das escolas primárias, Normal e Liceu.

A reforma é um desses edifícios modernos de formas exteriores vistosas e atraentes, mas no fundo dissimula imenso precipício contra a alma virgem das crianças, privando-as do perfume celeste da crença [...]

Quem é que, sendo pai ou mãe, não sentiu o gozo das lagrimas, ouvindo o filhinho querido, nimbado de luz no santuário do lar, a dizer a – Ave Maria?

Mas, um dia desponta em que esse ambiente de doçuras e caricias é interrompido, - **soa a hora da escola, passando o pequenino ao domínio do mestre, que outrora era o prolongamento dos pais**, o jardineiro desvelado daquela inteligência em botão, e que hoje já não é assim, - fez-se o demolidor da educação domestica pela palavra e pelo exemplo. Aqueles que têm recursos, dispõem de bens de fortuna, - podem acautelar os filhos do terrível contagio, - os pobres sucumbem e entregão os imbeles cordeirinhos ao lobo feroz.

É esta a situação desesperadora das famílias católicas, que, representando a imensa maioria do Estado e da União, - não alcançaram aqui, como em muitos outros pontos do país, a simples tolerância do ensino religioso nas escolas.

É que o princípio moderno e genérico de que à maioria compete o governo do povo, - **só prevalece na contagem dos votos das atas eleitorais falsificadas, destinadas a abafar a opinião nacional em proveito de uma ínfima minoria.**

A reforma da instrução, recentemente regulamentada, - não atendeu nem mesmo contemporizou com o sentimento católico; apenas mandou que se respeitasse como feriados “os dias consagrados pela tradição”, que não podem ser outros senão os consagrados pela Igreja.

É muito pouco, um gesto quase imperceptível de piedade, - mas ainda assim devemos dar graças a Deus, porque o próprio descanso do domingo tem sido subvertido pela impiedade. [...]

Governar, segundo a democracia, de acordo com a moral e a justiça, - é dar satisfação às aspirações do povo, entre as quais o ensino religioso é um direito sagrado e inalienável.

“As bases principais da reforma são a criação da Escola Normal para o preparo do professorado, a criação de grupos escolares na capital e nas cidades mais populosas, a inspeção técnica do ensino, o estímulo dos professores e a execução severa dos programas de ensino”.

Tudo isso seria muito bom e muito útil, praticado com animo conciliador e reto, - respeitados os direitos da grande família católica, que é o elemento preponderante<sup>174</sup> (Grifo nosso).

A reforma educacional que acontecia nos primeiros anos do século XX, com o advento da República brasileira era retratada pela Igreja Católica como um momento em que o “paganismo” tomaria de conta da sociedade, pois os

<sup>174</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, n. 161, 17 de julho de 1910, p. 1-2.

sujeitos deixariam de ter o contato com a religião católica e seriam guiados por sujeitos, professores, que não seguiam a religião, teriam vícios e “confundiam a liberdade, o gozo bestial com o amor, a pornografia com as artes, os sistemas desvairados com as ciências, a cultura dos instintos com a instrução”.

O que a Igreja Católica tentou criar com essas afirmações sobre as reformas educacionais era uma instabilidade social e um descrédito com a nova configuração educacional. Ela tinha mecanismo de propagar suas ideias entre as elites e classes médias locais, algo que pode ser evidenciado quando se dispõem a demonstrar que a população mais pobre não teria alternativa para sair do ensino público por não ter recursos para financiar um ensino religioso e sem perigos, mas as demais classes poderiam, algo que seria possível solucionar com a manutenção de filhos e integrantes familiares nas escolas conduzidas pela Igreja Católica.

Além disso, destaca-se a crítica ao governo republicano ao desaprová-lo e indicar para a população que ele poderia se basear em falsas votações. Isso se daria uma tentativa de criação de reprovação da população quanto ao novo modelo político e uma instabilidade em não acreditar que a votação respeitaria a democracia, mas sim seria uma construção de interesses dos governantes.

Essa publicação do *O Apóstolo* também tratou da Escola Normal que era mantida pelo governo do Estado. Existe a manifestação que esse espaço educacional e suas formas de educar as mulheres trariam prejuízos à sociedade piauiense, como pode ser observado a seguir.

[...] na Escola Normal, onde a mulher é a parte mais influente, por ser preferida no ensino primário, - a ideia de Deus foi interdita, o que quer dizer que **outros princípios vão obscurecer e transviar aquelas angélicas criaturas.**

E o perigo está iminente, não é uma quimera, porque os mestres, na sua maioria, não têm fé, são adversos à Religião.

Si um homem sem crenças é incompreensível para nós, - a mulher toma as proporções de um ser absurdo; - **perdendo o perfume das virtudes cristãs, deixa-se fatalmente saturar pela atmosfera viciada do modernismo.**

O que espera o bando descuidoso de distintas senhoritas, que alisa os bancos da Escola Normal?

Nenhuma delas, estamos certos, irá afrontar as agruras do ensino pelo interior do Estado e Teresina não tem colocação senão para meia dúzia.

O Maranhão ali está para exemplo das consequências da instrução sem Deus, e também da inação e acúmulo de “diplomadas” que não se sujeitam a tortura da profissão de professores do sertão.

Um outro ponto em que o nosso vizinho transparnaibano nos dá proveitoso ensinamento – é na tentativa de contratar-se fora do Estado profissionais para o serviço da instrução; - o resultado será um verdadeiro fracasso, como aconteceu com o pessoal contratado no Rio pelo governador Benedito Leite.

Dentro dos nossos arraiais, imune de preconceitos, guiado pelo bem público, - o governo encontraria pedagogos idôneos para começar a grande obra e triunfar dos primeiros obstáculos; - não o permite, porém, o espírito de partido que avassala os processos da administração desde os primeiros tempos da Republica.

A reforma acarreta um aumento de despesa colossal em um orçamento pobre de recursos e oberado de pesados compromissos. [...]

Não; esta calamidade apavorante, - não enlutará os nossos corações; - Deus protege as criancinhas – *Sinite parvulos venire ad me*<sup>175</sup> (Grifo nosso).

As mulheres aparecem como pessoas capacitadas para educar as crianças de forma naturalizada, o que mostra a formação de uma figura apta à educação infantil, mas também com um perfil de doçura e angelical. Mulheres essas que em espaços educacionais do governo do estado estariam em perigo de perder suas características intrínsecas, diante de professores vindos de outras regiões do Brasil que teriam sido formados por uma educação que fosse “adversa à religião” ou aos princípios da Igreja Católica. A crítica também tenta trazer para a discussão pública o gasto da administração pública teresinense que não tinha muitos recursos, como retratado em mensagens governamentais da época, e que destinavam esses recursos para uma educação que traria prejuízos à moral da sociedade teresinense.

#### INSTRUÇÃO PÚBLICA

Os cenógrafos da magica instrução, aos quatro ventos preconizada pela imprensa oficial, criaram, nessa peça fantástica, a apoteose do governador, erigindo-lhe um trono de reformador vidente e fecundo.

Mas os fogos de bengala que iluminam o entrecho da comedia empalidecem ao sol da opinião pública.

É que os fatos valem muito mais que as loas baratas do servilismo. Cabe-nos sem dúvida o dever imperioso de restabelecer a verdade pondo as coisas nos seus devidos termos.

**Comecemos pela Escola Normal, casa de instrução para as moças piauienses, - onde é vedado, como se fosse um crime, pronunciar a palavra – Deus.**

**Só isso a condena, e diz o perigo que estão correndo as angélicas criaturas que a frequentam.**

<sup>175</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, 17 de julho de 1910, n. 161, p. 1-2.

Essa tese para mais tarde: agora ligeiros traços sobre a direção, que é apenas de ontem e já forneceu documentos do quanto vale.

Onde não se conhece Deus, não existe justiça.

Eis a razão por que uma moça distinta d. Jacy Guajajara Texeira, inspetora de alunas, professora interina, - foi obrigada a pedir demissão.

Intransigente no cumprimento de suas obrigações, amante da ordem e do estudo, - cedo incorreu no desagrado do diretor, que por atos de acentuadas descortesias levou-a ao extremo de renunciar o emprego.

E o que mais admira é que a colocação fora obra exclusiva da maçonaria, - em atenção aos serviços do falecido pai de d. Jacy, - outrora um dos [não identificável] mais eminentes da loja teresinense.

Tão injusta e revoltante perseguição merece ser registrada ao lado de outra não menos clamorosa, movida contra a notável preceptora d. Carlota Miranda, uma das glórias do nosso magistério.

Esta, há vinte anos que trabalha na capital; - **inteligente, ilustrada, ornada de belas virtudes, - tem carinhosamente educado uma serie de gerações, podendo contar por milhares as suas discípulas.**

Pois bem, - agora foi cruelmente privada de sua escola, tangida de edifício que honrara por duas décadas; - escapando de perder as próprias alunas; - e se as conserva ainda, deve aos sentimentos de generosidade de sua substituta.

Ordens terminantes recebeu para que em prazo brevíssimo alugasse um prédio nas proximidades do que ocupava e estabelecesse a sua escola.

Semelhante violência toca as raias da brutalidade!

A causa? Indagam todos revoltados e surpresos.

O ódio sectário, - que fere na pessoa da insigne educadora “a zeladora fiel do Sagrado Coração”

Ai está, católicos adormecidos ou indiferentes, como o governador do Estado respeita as nossas crianças...

Aplaudi!<sup>176</sup> (Grifo nosso).

O fragmento exposto tem como objetivo construir, na sociedade, um sentimento de repulsa à Escola Normal Oficial e aos governantes do Estado ao mostrar possíveis casos de denúncias em que as mulheres em atuação como professoras foram privadas de exercerem as suas funções por seguirem a religião Católica, o que seria uma atitude reprovada no estabelecimento de ensino. Isso seria uma tentativa de indicar para a sociedade que o ambiente de ensino não respeitaria as vontades e as alunas que seguissem a religião, tentariam desvirtualizar essas mulheres e fazerem com que elas fossem pagãs

<sup>176</sup> O APOSTOLO: órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, n. 174, 16 de outubro de 1910, p. 4.

ou seguissem outra forma de religião. Algo que faria parte do cotidiano de quem frequentava os ambientes de ensino do estado.

Mas, essas mulheres teriam sido mais fortes que o estabelecimento de ensino e o poder dos governantes e se retiraram desses ambientes, pois tinham como objetivo manter as suas práticas religiosas, mesmo que isso lhes custassem os seus empregos, que trouxe para a cena da cidade algo criado pelo jornal, que a população deveria lutar contra as condições impostas pelo modelo educacional vigente.

Outra notícia publicada no jornal, em novembro de 1910, coloca o governador do Piauí como articulador da construção de um espaço educacional na Escola Normal, como um ambiente em que teria como foco a formação de fiéis protestantes, que fossem contra a religião católica, como se pode ver a seguir.

#### ESCOLA NORMAL

Para melhor servir à propaganda protestante, o governador transferiu o porteiro do Tribunal de Contas para a Escola Normal, **um protestante** que está distribuindo no próprio edifício folhas da **seita** às alunas daquele estabelecimento, **sustentando com o dinheiro dos católicos e infelizmente frequentado por moças e meninas católicas.**

O fato é contra a letra expressa do Reg.

Agora venham negá-lo ou perguntar-nos quem o viu e que o disse<sup>177</sup> (Grifo nosso).

Acreditamos que esse tipo de abordagem seria uma tentativa de criar a sensação de medo e de cautela na sociedade local quanto ao ingresso de mulheres na Escola Normal Oficial do Estado, pois seria um ambiente em que os sujeitos obrigariam e colocariam em risco as mulheres e as doutrinas da Igreja Católica. Isso provocaria um medo e uma diminuição nas matrículas desse tipo de escola e poderia aumentar a quantidade de mulheres que seriam educadas pela Escola Normal da Igreja Católica, as famílias de classes médias e altas praticantes do catolicismo não desejavam que suas integrantes familiares estivessem em espaços que lhes corrompessem.

#### A máscara

[...] aqui na capital a imprudência é igual: - o porteiro da Escola Normal, transferido propositalmente do Tribunal de Contas para aquela repartição, - **distribui folhas protestantes pelas alunas dentro do próprio edifício.**

<sup>177</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, n. 178, 13 de novembro de 1910, p. 2.



Mas, o chefe do Estado quer ser inocente, - diz que não tem culpa que desrespeitem o Regulamento da Instrução Pública, que expressamente proíbe o abuso; - o responsável é o diretor da repartição.

Se o sentimento do dever não estivesse amortecido no coração dos pais de família, acorrentados pelo medo de desagradar os perseguidores da Igreja, - há muito que as aulas dessa Escola Normal corruptora estariam desertas.

O que vai por ali não é segredo para ninguém, - muito menos para aqueles cujas filhas frequentam o curso e levam naturalmente para a casa as impressões do que estão vendo e ouvindo todos os dias.

A reserva que temos mantido sobre o assunto, - não pode continuar; - **o perigo protestante, engatilhado contra espíritos frágeis e inocentes**, - é mais uma porta por onde o inimigo pérfido e desumano ameaça assaltar aquele desprotegido rebanho.

Acordem os pais de família; - urge acudir o redil, rondado pela fera voraz e assassina<sup>178</sup> (Grifo nosso).

A Igreja Católica mais uma vez publicou o noticiário como uma forma de alertar a sociedade, a família teresinense, com as atitudes do governo do estado quanto à educação desenvolvida na Escola Normal Oficial. Foram questionados quanto à presença de manifestações religiosas em um ambiente que proibiu a presença da Igreja Católica e suas práticas, como uma demonstração de perseguição à religião católica e propagação de outra religião.

[...] o nosso governador, minúsculo donatário de um feudo obscuro, - não conta na sua administração um feito notável [...]

Se quisermos a história da instrução no seu desenvolvimento e esplendor, - iremos encontra-la nos anais de Igreja; - os papas, os bispos, as ordens religiosas e o clero formaram e formam o grande exército permanente contra a ignorância, os erros e os vícios. Os governos dos países maçonizados arrancaram-lhe o sceptro do ensino, - mas, desde então, não mais dormiram tranquilos e a todo instante cuidam ouvir o estampido da bomba assassina, lançada pelo petroleiro educado na “escola livre”.

E este fator do extermínio cego e inconsciente, formado pela instrução “leiga”, cancro voraz dos princípios fundamentais da sociedade, - chama-se “fábrica de homens emancipados e fortes”, de que nos fala Picard, - citado pelo governador como seu digno modelo, na obra perversa da descristianização do povo.

Em torno dos governos demolidores tudo estremece e oscila; - e ainda não se abismaram no caos da dissolução porque têm a sustenta-los a força imperecível da ordem moral, poder conservador sobrehumano, contra o qual nada vale a conjuração de todas as fúrias malignas.

---

<sup>178</sup> O APOSTOLO: órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, n. 179, 20 de novembro de 1910, p. 1.

As grandes potencias – os Estados Unidos do Norte, Grã-Bretanha, Alemanha, em geral todos os países da raça teutônica, - dão braço forte à instrução religiosa, única capaz de assegurar o progresso e a paz da sociedade; - só os neo-latinos, com a desgraça França à frente, roídos pela lepra do modernismo, que é a ressurreição da civilização pagã, - praticam o “ensino leigo”, cavando com as próprias mãos o tumulto da desonra.

As greves, a roubalheira dos dinheiros públicos, os homicídios, os adultérios, a prostituição, o suicídio, os crimes contra a propagação da espécie, o álcool e o jogo, o mercantilismo infrene, tudo isto que fermenta a profunda miséria dos tempos é a resultante da escola sem Deus, taberna de absinto, onde se vai envenenar o imenso rebanho de cordeirinhos inocentes, condenados fatalmente às trevas da perdição.

A republica, lançada nos trilhos da democracia americana, mas governada pela influência do jacobinismo, atirou o Brasil na voragem do “ensino leigo”, pondo em suspeição todos os institutos católicos. E os frutos “desta fabricação de espíritos fortes e emancipados” já começaram a sazonar, lançando a desordem no concerto harmônico da sociedade.

O tufão da indisciplina desencadeou-se no parlamento, na administração, na justiça, nas escolas, nas classes produtoras, nos quartéis e na armada. Até o nosso marujo, tipo tradicional de obediência e heroísmo, - foi mudado pela “instrução leiga” em cobarde e terrível assassino.

O Piauí, de “cambão” ao pescoço, ao mando de pigneus, filhos de Combes e discípulos de Picard, - foi o Estado, onde a cultura sensualista do sectarismo feroz produziu efeitos mais funestos; - o que existe neste departamento da administração é a anarquia, é prepotência, é a corrupção<sup>179</sup>.

O jornal *O Apóstolo* continuava suas publicações contra o governo do estado, tinha como objetivo formar um clima de instabilidade e dúvidas sobre o modelo Republicano e sua eficácia. O governador era retratado como alguém incapaz de governar e tomar como modelos os países que seguiam caminhos que não os levava ao progresso da sociedade, além de existência da corrupção no governo local. É possível observar nessa passagem e em outros fragmentos que a desqualificação do governo estadual e teresinense era uma ferramenta da Igreja Católica para questionar as modificações no ensino e nas formas de governar.

O Liceu, principal estabelecimento de instrução, verdadeira excrescência moral e material, - aí está exposto a todas as vistas como uma gargalhada sarcástica às pretensões de benemerência do governo; - seu diretor trata os discípulos a “ponta-pés” e acaricia-os com palavras injuriosas e obscenas!

---

<sup>179</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, n. 212, 9 de julho de 1911, p. 1.

O edifício da escola normal é outra vergonha; - faltam-lhe todas as condições de conforto e de higiene.

As escolas primárias funcionam, na sua maioria, em prédios particulares, sem comodidades próprias, sem comodidades próprias, - apenas recentemente caiados; - a única novidade introduzida foi a substituição dos hinos religiosos pelos cânticos guerreiros.

Também foram depostas dos salões das aulas as imagens de Cristo, - sendo provável que naqueles lugares de honra se ostentem em breve as divindades pagãs.

Pelo interior não existem escolas, simples professores sem alunos, como atestam os relatórios dos inspetores de ensino, publicados no jornal oficial.

Argumentamos com os fatos, - falamos a linguagem da verdade, - caminhamos fitando os grandes interesses da pátria; - só podemos ter palavras de protesto e condenação para aqueles que trabalham conscientemente na obra sinistra da corrupção da mocidade.

Para esses monstros, na sentença do Mestre de todos os mestres, - “melhor seria que atassem uma pedra no pescoço e se deitassem ao fundo do mar”<sup>180</sup>.

A desqualificação do governo e das suas ações também aconteceram quanto às formas de tratarem os alunos, as condições dos prédios e das estruturas ofertadas pela administração pública. Isso mostraria que o governo não teria condições de oferecer um ensino de qualidade para a população piauiense e uma desvalorização do ensino, o que evidenciava a incapacidade de condução do ensino e o despreparo nas questões educacionais.

Em nossa casa

Alerta, pais de famílias; - o jornal do governador veio com a declaração oficial de que a guarda negra está postada à porta do lar piauiense para a defesa da mulher, ferida nos seus brios pela imprensa católica! [...]

O que há de mais digno, de sinceramente dedicado à causa da Religião, a quase totalidade das senhoras do Piauí, sem distinção de classes, da mulher do humilde operário a do cidadão eminente, - esposas, mães e filhas têm pelo “padre Lopes” a afetuosa e profunda estoma que prendem as almas nascidas para Jesus [...]

O nome da vítima inocente já não pertence ao círculo da região sertaneja; - estrela de primeira grandeza brilha no firmamento azul da pátria brasileira.

A moral do governador anda pelo avesso. O que ele quer é o silêncio dos católicos; - denunciar a prostituição da virgindade, da viuvez, o lenocínio de alcoviteiras de profissão, - é atentar contra o pudor das famílias.

Não podemos aceitar o “catecismo maçônico”. “Denunciar os crimes e apontar os criminosos”, era outrora a divisa do próprio

<sup>180</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, n. 212, 9 de julho de 1911, p. 1.

jornal “Piauí”, quando dirigido por homens de critério; - acometendo os adúlteros, os sedutores, os ganhões de criaturas indefesas e desgraçadas, prestamos um serviço inestimável à sociedade, - sendo certo que as esposas traídas, as famílias escandalizadas pelos sátiros privilegiados, aplaudem e bendizem esse trabalho santo de reconstrução moral.

Um aviso para terminar ao sr. Antonio Freire. Nesta casa só existe uma cabeça e um coração; - tocar em “um” é fazer vibrar “todos” em um movimento firme, coeso e orientado; - não mora aqui o fabuloso Proteu, - está em Palácio metido entre os fogos vingadores daqueles a quem mistificou e traiu durante largo tempo.

Incite pela imprensa oficial a agressão aos templos e aos sacerdotes!

Nós estamos à espera dos arruaceiros e profanadores; - a princípio serão brandamente admoestados, mas recalcitrando verão como o pulso resolutivo e forte dos católicos saberá tanger para o olho da rua o canalhaço desordeiro e impenitente[...]<sup>181</sup>.

As tensões entre a Igreja Católica e a Maçonaria são perceptíveis em formas de publicações feitas no jornal que tem um posicionamento sobre a forma de se manifestarem as ações da Igreja, em que “tocar em um é fazer vibrar todos em um movimento firme, coeso e orientado”. Além disso, a moral e as ações dos integrantes do governo foram colocados em questionamento quanto às suas capacidades de conduções das mulheres para a educação na Escola Normal. Isso também pode ser visto em outra publicação do jornal:

#### SUCIA DE FARCISTAS

[...]

Mais revoltante, ainda, é o procedimento desses assassinos de sentimentos nobres da mocidade, com relação à Escola Normal. Sabe-se que este estabelecimento foi fundado para afastar as meninas das escolas em que se ensinava religião.

Desde os seus primórdios, temos prevenido aos pais cristãos, no púlpito e no jornal, que o “ensino leigo” é uma terrível ameaça aos bons costumes.

Fomos além e demonstramos que a presença e a entrada franca de Miguel, Abdias e Antonino Freire naquele estabelecimento eram péssimos títulos de recomendação.

Promotor em União, Miguel abusa do cargo para prostituir pobre moça já noiva, e confessa pela imprensa sua proeza.

Comissionado pelo governador para negociar candidaturas no Rio, abusa da confiança gastando os dinheiros públicos em telegramas a sua concubina, como registou a imprensa.

Diretor da instrução pública, ensina a vaia, o ponta-pé, à imoralidade.

Que esperar dessa figura sinistra no meio da inocência que lhe não conhece os instintos bestiais?

<sup>181</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, n. 225, 17 de setembro de 1911, p. 1-2.

E que dizer de mestre Abdias com as suas lições praticas de amor livre e do sonso Antonino com sua astucia de serpente!  
 Pobre mocidade!  
 A mesma defesa que eles vos fazem, mal encobre os fins ignóbeis que guardeam!  
 Não!  
 O que dissemos sobre a escola normal continua de pé.  
 Pusemos à mostra a calva da indignos diretores e prevenimos o rebanho inocente das dirigidas.  
 Lá estão moças católicas e muitas dentre elas filhas de Maria.  
 Por isso mesmo que queremos vê-las felizes, prevenimos o mal, apontando o perigo. Se eles se mordem agora, é porque se deslocaram com o nosso aviso<sup>182</sup>.

As publicações analisadas mostram que a Igreja Católica foi uma importante opositora à criação da Escola Normal Oficial do Estado do Piauí durante os primeiros anos do século XX. Ela manifestou para a sociedade piauiense que as modificações no ensino representavam um perigo à sociedade, em especial às mulheres que seriam conduzidas por pessoas que não seguiam a religião católica e pregavam outras formas de religião, como a protestante e o paganismo. Além disso, seria um ambiente em que as mulheres seriam ensinadas que abandonar os valores morais das famílias das classes médias e altas seria uma ameaça aos “bons costumes”.

Os discursos e os conflitos estavam ligados às tentativas modernizadoras dos meios físicos da cidade e do processo de instituição de uma sociedade civilizada por meio da educação.

A formação dos indivíduos em sociedades cada vez mais complexas exige um processo contínuo de aprendizagem e adaptação. A educação, nesse contexto, não se limita a transmitir conhecimentos, mas atua como mecanismo de disciplina social. Por meio dela, a criança aprende desde cedo a conter seus impulsos, a adiar a satisfação imediata de desejos e a ajustar suas ações aos padrões de convivência aceitos. Essa interiorização de normas, realizada de forma paulatina, é o que possibilita a transformação de coerções externas em autocontrole. O que antes era imposto pela força ou pela ameaça, passa a ser mantido pela própria vigilância interna do indivíduo. A educação, portanto, desempenha papel central no processo civilizador, pois é ela que garante a continuidade das

---

<sup>182</sup> O APOSTOLO: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, n. 225, 17 de setembro de 1911, p. 3.

regras de comportamento e a reprodução de hábitos que tornam possível a vida em sociedade<sup>183</sup>.

A estrutura educacional, que estava em disputa, deveria formar uma sociedade piauiense que tivesse moldes de civilidades ideais da República. Assim, formariam ambientes escolares destinados não apenas às crianças, mas também às mulheres que ocupavam os lugares de principais agentes educacionais para o desenvolvimento social, como poderá ser percebido nos próximos capítulos.

---

<sup>183</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 52.

## CAPÍTULO 2

### AS MULHERES: EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÕES

Este capítulo tem como objetivo analisar as construções dos corpos das mulheres na constituição de república brasileira, de 1909 a 1950, e em seus desdobramentos nos contextos turbulentos provocados pelas ações políticas e sociais<sup>184</sup>, com o intuito de evidenciar que as mulheres passaram por um processo de produção de características desejadas por momentos de como sujeitos que deveriam ser guiados aos planejamentos político-sociais do Brasil<sup>185</sup>.

Para isso, o primeiro tópico do capítulo dois foi intitulado de “As mulheres nas primeiras décadas do século XX”, em que foram abordadas as questões quanto às percepções e as diversas tentativas de controles das mulheres na sociedade brasileira. Entende-se que as questões políticas e jurídicas do país, durante das primeiras décadas da república, foram intensas diante de um novo projeto de nação e sociedade que se pretendia ter, o que atingiu as mulheres que, por diversas vezes, não conheceram as suas liberdades, produziram discursos sobre elas, tentaram comandar as suas relações com o trabalho e

---

<sup>184</sup> Coloca-se o período dos governos autoritários com momentos de instabilidades políticas e sociais das décadas de 1909 a 1950, nos quais houve governos brasileiros apoiados em controles excessivos e repressões, a exemplo disso, o governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. Esse momento foi marcado pela centralização política, pela busca de modernização econômica e pelo fortalecimento do Estado, além da implementação de práticas autoritárias, como a censura, a perseguição a opositores e a limitação das liberdades políticas. O Estado Novo (1937-1945) consolidou um regime de inspiração corporativista e nacionalista, em que o poder presidencial foi ampliado e as instituições democráticas foram enfraquecidas. Esse autoritarismo esteve marcado pela ascensão de regimes totalitários, quanto à necessidade de Vargas em garantir estabilidade e legitimidade interna. Ver *In*: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2015; CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>185</sup> As mulheres foram colocadas no centro de diferentes projetos político-sociais, como para regulamentação do trabalho feminino, que buscava conciliar inserção no mercado com preservação do ideal da família; com a legislação trabalhista, a qual regulamentou a maternidade, os salários e os direitos das mulheres; as políticas de escolarização e de profissionalização das mulheres, especialmente para mulheres de classe média urbana, foram institucionalizadas, alterando o sistema de gênero ao permitir maior acesso das mulheres ao ensino superior e ao trabalho intelectual. Ver *In*: AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n.27, p.213-254, 2006; OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, n.39, 2012.

tiveram que encontrar outros caminhos em suas trajetórias para lutarem por espaços e para serem quem elas podiam ser.

O segundo tópico deste capítulo foi nomeado de “As representações das mulheres: ser mulher, ser mãe e ser professora”, em que são apontadas as construções de representações das mulheres vinculadas ao “ser mãe” e ao “ser professora”. Tem como objetivo mostrar que as mulheres de classes médias e altas dos centros urbanos brasileiros do século XX criaram a possibilidades de serem representadas como sujeitos aptos naturalmente para educar as crianças brasileiras para o projeto de república e que conseguiriam ser agentes da sociedade ao educar nos ambientes domésticos, e em espaços públicos, as escolas fariam esse trabalho.

O último tópico deste capítulo, denominado de “A Escola Normal Oficial: a história da instituição”, destinou-se a analisar a construção da Escola Normal Livre como projeto republicano para a educação das mulheres instrumentalizadas para a Educação Infantil, os desdobramentos da história da instituição com a passagem de comando para o poder público estadual e sua mudança de nome para Escola Normal Oficial. Nesse tópico, foram tratadas as questões referentes à criação da instituição, das necessidades de sua criação e funcionamento para o desenvolvimento da educação no Piauí e dos problemas enfrentados pelos gestores para que a Escola pudesse funcionar e ser uma referência de educação das mulheres na sociedade local.

## **2.1. As construções das mulheres nas primeiras décadas do século XX**

Para entendermos a nova configuração política republicana foi preciso destacar os seus desdobramentos políticos e culturais que incluíram as mulheres nos debates políticos desde o século XIX e que adentraram o século XX ainda com questionamentos antigos, como o direito a serem reconhecidas como sujeitos, no entanto, sem muitas vitórias inicialmente.

No século XIX, se constituiu a República Brasileira, em 1889<sup>186</sup>, com o declínio da monarquia e a insatisfação militar, política e popular aos

---

<sup>186</sup> Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/09/19/republica-velha-e-marco-inicial-do-periodo-republicano-no-brasil> Acesso em: 19 set. 2023.



desdobramentos da Guerra do Paraguai, em 1870, e as necessidades de representação política de militares e políticos com a centralização do poder e da pouca independência das províncias<sup>187</sup>, como intitula Emília Viotti da Costa “Questão Religiosa, Questão Militar e Abolição”<sup>188</sup>.

A Proclamação da República é o resultado, portanto, de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuiu para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. Os setores mais progressistas, eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas, opunham-se aos setores estacionários e retrógrados que apoiavam a Monarquia e eram apoiados por ela. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado, os grupos progressistas deram acolhida às ideias mais avançadas: a Abolição, a reforma eleitoral, a federação e, finalmente, a República. Ao lado do núcleo progressista das classes rurais, colocaram-se as classes médias, desejosas de participação política, igualmente favoráveis a mudanças de regime. A República resultou, assim, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial. O Exército, identificado com os interesses da classe média, realizou a mudança do regime que deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade.<sup>189</sup>

Para a formulação da Constituição de 1891, o novo regime político, que intentava aproximar ao nível europeu de civilização, teve manifestações contrárias ao voto feminino nas discussões nas reuniões da Assembleia Constituinte. Nesses primeiros anos da República, iniciaram-se as manifestações sobre a contrariedade em dar voz política às mulheres com o receio que isso poderia ser um desvio da própria natureza feminina que deveria se dedicar à família.

Ora, **querer desviar o espírito feminino desse dever**, dessa função, que é a base de toda a organização social, cujo primeiro grão é a família, para leva-lo ao atrito das emulações práticas, no exercício de funções públicas, **é decretar a concorrência dos sexos nas relações da vida ativa, modificar esses laços sagrados da família, que se formam em torno da vida puramente doméstica da mulher**, e corromper a fonte preciosa de moralidade e de sociabilidade, que ela mais diretamente

<sup>187</sup> Disponível em <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/proclamacao-republica-no-brasil.htm> Acessado em: 19 set 2023.

<sup>188</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. P. 447

<sup>189</sup> COSTA, 1977, p. 451-452.

representa, demandando como condição de pureza a sua abstenção completa da vida prática<sup>190</sup>. (Grifo meu)

As manifestações sobre o voto ou atuação das mulheres no ambiente público eram perpassadas de preocupações sobre como a sociedade se desenvolveria, com a atuação feminina em espaços ocupados majoritariamente por homens. As mulheres deveriam se dedicar ao espaço doméstico e familiar com o intuito de manter os padrões de casamentos e preservar o equilíbrio social, o qual não poderia se sobrepor ao masculino, portanto “[...] a mulher não tem capacidade, porque a mulher não tem, no Estado, o mesmo valor que o homem [...] a mulher pode prestar o serviço militar? Pode ser soldado ou marinheiro?”<sup>191</sup>.

Com o estabelecimento do novo regime e governo foi criada uma nova em 1891<sup>192</sup>, que pudesse legitimar e instituir o novo regime político nacional com bases no presidencialismo norte-americano<sup>193</sup> para os “Estados Unidos do Brasil”. Na formação da República se criaria a demanda social de um grupo que pudesse votar a fim de eleger os seus governantes. Para isso, o Artigo 70 da Constituição expôs as condições para que se tivesse o direito de exercer o voto, como pode se ver a seguir:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

<sup>190</sup> BRASIL. Anais do congresso constituinte, 1891, p. 456. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.gov.br/index.php/br-dfcd-ac1891-rgpb-ans>. Acesso: em 20 set. 2023.

<sup>191</sup> BRASIL. Anais do congresso constituinte, 1891, p. 544. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.gov.br/index.php/br-dfcd-ac1891-rgpb-ans>. Acesso: em 20 set. 2023.

<sup>192</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1891 (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em 19 set. 2023.

<sup>193</sup> A nova Constituição se inspirou, dentre outras, na Carta Magna dos Estados Unidos, tendo como eixo a federalização dos Estados e a descentralização do poder. Aconteceram modificações nas estruturas políticas e sociais, como por exemplo: Foi estabelecida a criação de três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), sendo extinto o Poder Moderador; Separação do Estado e da Igreja Católica; A instituição do voto universal para cidadãos brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos de idade; Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. <https://www.todamateria.com.br/constituicao-de-1891/>. Acesso em: 19 set; 2023.

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis<sup>194</sup>.

Com os direitos de voto tem-se homens maiores de 21 anos e alfabetizados, seguindo os moldes das percepções sobre o que seria ser civilizado e aos padrões brancos e europeus. Os mendigos, os analfabetos, os religiosos e os praças eram excluídos de forma explícita no texto constitucional, mas as mulheres não aparecem como sujeitos, mesmo que o censo realizado no Brasil sobre a educação tenha apontado que 82,6% da população brasileira era analfabeta, o que lhe deixaria de fora da parcela votante<sup>195</sup>.

Isso se deu diante dos silêncios perante o que seria o sujeito feminino no seio da sociedade brasileira, às mulheres foram negadas até mesmo o existir na constituição. Essa invisibilização aconteceu em um momento em que já existiam as primeiras manifestações de cunho feministas pela Europa e pelos Estados Unidos, locais que serviam de modelo a serem copiados pelo Brasil<sup>196</sup>.

Percebe-se a negação da existência das mulheres em solo brasileiro, no entanto, sem provocar um espanto ao se pensar que o Estado perpetuou o modelo branco e de cunho patriarcal na nova configuração brasileira<sup>197</sup>. A sociedade continuaria seguindo os padrões sociais de manutenção do poder do homem branco livre, esse seria o modelo a ser elevado ao nível ideal social durante o período republicano.

Os movimentos em busca de estabelecer o direito feminino perante a representatividade estabelecida pelo voto nas formas de governo pelo mundo europeu e estadunidense também chegaram ao Brasil. Esses movimentos foram importantes dentro do que seria considerado como a Primeira Onda do Feminismo ou Onda do Feminismo Liberal, em que se reivindicariam o sufrágio

<sup>194</sup> Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) Acessado em 19 set 2023.

<sup>195</sup> BENEDICTO, Edna Aparecida Ferreira. **PALAVRA E ESCRITA DE HOMENS: A CONDIÇÃO JURÍDICA DA MULHER NO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO**, Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018, p. 33.

<sup>196</sup> SILVA, Marcelo Melo da. A mulher e a primeira constituinte republicana. In: IV Colóquio de História, IV, 2010, Recife. **Anais Eletrônico [...]** Recife: UNICAP, 2010. p. 483 – 493. Disponível em <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.483.pdf> Acessado em 19 set 2023.

<sup>197</sup> BENEDICTO, 2018, p. 242.

feminino e as conquistas de liberdade econômica e financeira às mulheres de classe média e alta<sup>198</sup>.

Durante os primeiros anos do século XX havia uma crescente manifestação de ideias e de ações no campo político e intelectual, a qual trazia à luz questionamentos sobre a mulher e os seus direitos políticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior. As ideias e ações eram voltadas para discussões sobre o trabalho e a participação social das mulheres nos lugares diferentes do ambiente privado, a saída dessas dos locais domésticos em busca de mais direitos, atuação política e obtenção de meios de trabalho.

Isso acontecia nas relações sociais com as mudanças de um país que adotava os ideais republicanos. No Brasil, com a adoção de um novo modelo de governo, aconteceram em várias esferas da educação, saúde, infraestrutura das cidades e outros, e neste texto daremos visibilidade às modificações no meio social e educacional que perpassavam as mulheres.

Vale ressaltar as lutas sociais feministas em torno da consolidação da criação de lugar de fala às mulheres. As lutas feministas aconteciam no Brasil e no exterior e reivindicavam as demandas femininas, como a sua participação na organização social e a formação de um direito que também lhe englobaria como sujeito. Sujeito esse que atuaria nas mudanças proporcionadas no século XX, como as condições de mulher trabalhadora, estudante, esposa e política.

As lutas feministas englobavam condições sociais que questionavam o passado e o presente na história das mulheres. Os questionamentos iam de encontro ao que era considerado como inerente ao feminino e ao masculino, o que provocou reflexões sobre o gênero ao abordar as construções sociais e culturais sobre os o feminino e o masculino, provocadas pelas relações de poder desempenhadas pelos sujeitos.

Esse enquadramento do que seria masculino e feminino tornou-se cada vez mais questionado pelas manifestações feministas em busca de direitos e de igualdades. As manifestações femininas abordavam temas do exterior e do Brasil, para apontar que havia um percurso histórico que deveria ser seguido, no

---

<sup>198</sup> Os movimentos feministas começaram no século XIX com as manifestações das mulheres por direitos a liberdade econômica e política pela Europa e Estados Unidos. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/sufragio-feminino.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

qual as mulheres deveriam ter mais voz e poder sobre as suas próprias vidas e os seus corpos.

No Brasil do fim do século XIX e começo do XX aconteceram questionamento às normas de gênero tradicionais, com feministas que articularam reivindicações por educação, autonomia intelectual, profissão e direitos civis, embora, muitas vezes, restritas às elites. Esse período foi marcado pelas primeiras lutas por participação política, produções na imprensa, educação para as mulheres, direto ao voto, melhores condições de trabalho e questionamentos sobre as participações das mulheres nas esferas públicas. Uma das mulheres que podemos destacar é Nísia Floresta<sup>199</sup>, considerada uma das pioneiras do feminismo brasileiro que reivindicava a educação para as mulheres, fundamental para a obtenção da autonomia intelectual e para participações em debates civis e políticos.

O feminismo também foi algo debatido na cidade de Teresina nos fins do século XIX e nos primeiros anos do século XX por homens que ocupavam os espaços de poder, como os jornais locais e a magistratura – Higino Cunha, Clodoaldo Freitas e Corinto Andrade, dentre outros – os quais expunham as suas opiniões sobre os movimentos feministas, as representações femininas, masculinas e também as suas relações<sup>200</sup>.

a respectiva defesa de modelos ideais de feminino, de masculino e de suas relações, é também fruto do medo e do ódio despertados pela emergência do feminismo. Sensíveis às transformações do mundo moderno e percebendo o feminismo como movimento novo, que ao reivindicar a completa emancipação feminina, punha em xeque as relações de gênero então estabelecidas [...], através da escrita se posiciona diante do gênero e de sua relação com a sociedade. Eles expressam o dever ser, diante de um futuro incerto, cujos desdobramentos ameaçavam transformar as identidades e os papéis de gênero que os constituía enquanto sujeitos<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810–1885) é considerada a precursora do feminismo no Brasil. Sua obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832) representou um marco na defesa da educação e da emancipação intelectual feminina em um contexto patriarcal e excludente. A autora argumentava que a desigualdade entre homens e mulheres era resultado de um sistema educacional que negava às mulheres o desenvolvimento racional e moral. Ver *In*: FERNANDEZ, Brena. O feminismo de Nísia Floresta (1810-1885) e a questão da capacitação intelectual feminina no Brasil do século XIX. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57328>. Acesso em: 8 de out. de 2025.

<sup>200</sup> CARDOSO, Elizângela Barbosa. Feminismo e masculinidade no início do século XX. **Revista Fênix — Revista de História e Estudos Culturais**, 2020. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/419>. Acesso em: 8 de out. de 2025.

<sup>201</sup> Idem, p. 4.

As produções e os posicionamentos sobre as mulheres e os movimentos feministas em Teresina e no Piauí eram colocados como negativos para a manutenção da ordem social. A educação e as possibilidades de conquistas das mulheres colocariam essas em perigo e produziriam uma sociedade em desordem, na qual gerariam conflitos conjugais, colocando em questão os papéis das mulheres enquanto mães, esposas e donas-de-casa.

O casamento não escapou à tormenta demolidora [...] Um dos graves resultados desta memorável campanha é o desenvolvimento do feminismo, uma palavra nova que significa uma coisa também nova – a luta pela completa emancipação da mulher, a guerra aos preconceitos, às materialidades e às chatezas do regime conjugal [...] O feminismo, cujo desenvolvimento extremo culmina em a pretensão extravagante, não só de uma igualdade de direitos como até da igualdade no trajo, não passa de um movimento de reação contra a velha intuição judaico-cristã (oriental), que a Igreja Católica confirmou numa doutrina absoluta e terrível: **o matrimônio é o um sacramento indissolúvel, em que a mulher vive perpetuamente sujeita e inferior, rainha e súdita, senhora e escrava ao mesmo tempo**<sup>202</sup>.

As mulheres eram representadas como pessoas ligadas às ideias de matrimônios como “sujeita e inferior” e “senhora e escrava”, as formas de contestações aconteceriam por meio do feminismo, que poderia proporcionar o desequilíbrio social. Assim, os movimentos feministas seriam ruins para a manutenção da ordem social, principalmente dentro dos espaços familiares.

É importante para a nossa análise salientar que “[...] o processo de codificação civil no Brasil enseja a *invenção de uma tradição jurídica* no tocante às relações de gênero pela via da instituição de um Direito de Família”<sup>203</sup> (grifo do autor). As regulamentações sociais e políticas controlavam as relações de gênero e as sexualidades, privilegiando as relações patriarcais, que concedia maior direito aos homens e sujeição das mulheres.

A relação de gênero e seus poderes desiguais, em que o masculino se sobrepõe ao feminino fortalecendo sua estrutura de poder previamente estabelecida. Assim se mantinha as relações de poder e de violência do homem

<sup>202</sup> CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, ano 7, p. 43-47, maio 1924.

<sup>203</sup> MONTEIRO, Geraldo T. M. **Construção Jurídica das Relações de Gênero: O processo de Codificação Civil na instauração da Ordem Liberal Conservadora do Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2003, p. 3.

contra a mulher, violência essa que não precisa ser velada, pois era constituída e consolidada dentro do campo de poder nas esferas públicas e privadas<sup>204</sup>.

No Brasil, em 1916, a Constituição<sup>205</sup> tinha a hierarquização da esposa em relação ao marido, em especial quanto às suas relações ao casamento e ao trabalho. Essa hierarquização limitava a atuação feminina de forma autônoma, impossibilitaria que ela se colocasse de forma independente em suas relações familiares, como é possível perceber:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido:

I – **Praticar os atos que este não poderia sem consentimento da mulher;**

II – Alienar ou gravar de ônus real os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime de bens;

III – alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV – Contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal<sup>206</sup> (Grifo nosso).

O “consentimento” era uma forma de limitar a atuação que fosse ao encontro dos padrões sociais do que seria ser feminina, como abandono ou deixar em segundo plano das pretensões individuais da mulher: o cuidado com a família, o casamento e o seu esposo. O consentimento era mais uma relação de poder, em que ao masculino caberia determinar o que o feminino deveria assumir no contexto social, por ora violento e limitante.

Ao masculino caberia o lugar de poder principal [ou central], em que as relações familiares deveriam irradiar e serem ligadas, principalmente em relação ao feminino nos papéis sociais de mãe, esposa ou filha. Muitos direitos e deveres caberiam ao masculino, pouco ao outro gênero, como se ver no Código Civil:

## CAPÍTULO II

Dos Direitos e Deveres do Marido.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe:

I. A representação legal da família.

II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).

III. direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, nº IV).

<sup>204</sup> SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

<sup>205</sup> BRASIL, CÓDIGO CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1916. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071impressao.htm). Acesso em: 21 nov. 2023.

<sup>206</sup> BRASIL, CÓDIGO CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1916.



**IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).**

V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277<sup>207</sup> (Grifo nosso).

Assim, a incapacidade feminina se tornava algo estabelecido como proeminente, judicialmente, com priorização das vontades masculinas. O marido era a representação da família, provendo sua manutenção, e o que mais chama atenção é o seu direito estabelecido para a mulher exercer profissão e morar em outro local diferente ao estabelecido como o meio familiar.

As manifestações femininas para com os direitos das mulheres não foram abandonadas, continuaram sua luta para obtenção de maior visibilidade e direitos como essenciais para o desenvolvimento no mundo do trabalho. Devemos abordar as contribuições de Bertha Lutz<sup>208</sup>, feminista ativista que lutou pelas causas femininas no Brasil, no século XX, em especial quanto às questões políticas em busca do direito do voto e de serem votadas, que permitiria a participação mais efetiva das mulheres na sociedade. Na sua trajetória política, criou, no ano de 1919, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, que foi o embrião da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF), além de sua participação em eventos internacionais, como na *Assembleia-Geral da Liga das Mulheres Eleitoras*<sup>209</sup>, nos Estados Unidos no ano de 1922.<sup>210</sup>

O direito ao voto pelas mulheres foi conquistado na década de 1930 com o então presidente Getúlio Vargas, uma vitória para as brasileiras, mas não o ponto final da luta feminista no Brasil. Logo nos anos seguintes, Bertha Lutz continuou em sua atuação política em busca de estabelecer direitos, após a conquista do voto, dedicou-se a conquistar melhorias e direitos no trabalho e “[...] sua atuação parlamentar foi marcada por propostas de mudanças na legislação

---

<sup>207</sup> BRASIL, 1916.

<sup>208</sup> Bertha Lutz nasceu em 1894, em São Paulo. Formada em Ciências Naturais pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em 1918, e em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1933. Também participou da vida política brasileira quando ocupou a vaga do titular Deputado Cândido Pessoa após seu falecimento, em 1936, e lutou para mudança na legislação sobre o trabalho da mulher e do menor de idade. Disponível em: <https://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/heranca/bertha.php>. Acesso em: 14 set. 2023.

<sup>209</sup> Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=liga-para-a-emancipacao-intelectual-da-mulher>. Acesso em: 21 nov. 2023.

<sup>210</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 06 jul. 2023.



referente ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias”<sup>211</sup>.

Na década de 1920, Bertha Lutz, por meio de suas atuações políticas e sociais, estabeleceu discussões sobre as mulheres no Brasil e seus direitos<sup>212</sup>. Uma das pautas de melhorias era a condição em que a mulher deveria ter consentimento do marido para o exercício da atividade profissional, estabelecida pela Lei nº 3071, de 1 de janeiro de 1916 do Código Civil Brasileiro<sup>213</sup>, a qual colocava as mulheres em situação de subjugadas. As mulheres casadas deveriam se colocar na condição de dependente das vontades dos seus maridos, aos quais tinham que obedecer às vontades deles em detrimento das delas. Como pode ser percebido no fragmento a seguir:

Art. 6. **São incapazes**, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III. Os pródigos.

IV. Os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do país<sup>214</sup> (Grifo nosso).

Dessa maneira, é possível analisar que ao feminino caberia, quase sempre, o espaço do lar como local de trabalho, onde deveria se dedicar ao bem-estar familiar, à produção de vestes e prover alimentos e cuidados dos filhos e maridos. Trabalho esse que não representaria a sua inserção no mercado de trabalho e na conquista de recursos financeiros, mas algo que deveria manter o equilíbrio do ambiente doméstico. Ao feminino, o trabalho no lar seria algo inerente e excludente de sua participação no mercado de trabalho nos espaços públicos.

---

<sup>211</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 06 jul. 2023.

<sup>212</sup> FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismos e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

<sup>213</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 06 jul. 2023.

<sup>214</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 06 de jul. 2023.

O trabalho deixaria de ser apenas o ambiente doméstico com os seus afazeres para o seu equilíbrio e manutenção como preparação de alimentos, fazer vestimentas de seus membros familiares e cuidar os mais velhos, filhos e do marido, para ocupar também o ambiente público como os comércios da cidade, as repartições públicas e as salas de aulas nas escolas primárias. Algo que antes não era tido como fonte de recursos financeiro, passou a se enquadrar como possibilidade de sustento feminino e de sua família.

Na década de 1920, era possível visualizar as preocupações com as ocupações dos espaços de trabalho pelo feminino no Piauí, em especial ao que se trataria sobre a atuação feminina nos espaços escolares. O Regulamento Geral, baixado em 1921, pelo Dec. Nº 771, de 06 de setembro de 1921, *ad referendum* da Assembleia, lia-se:

Art. 22 – Não poderão ser providos como professores:

a) As mulheres menores de 18 anos de idade e os homens menores de 20;

**b) As mulheres casadas.**

Art. 24 – A prova de não ser casada a candidata ao magistério público poderá ser feita por atestado de qualquer autoridade judiciária ou do Secretário de Estado da Polícia.

**Art. 25 – A professora normalista ou não que se casar em primeiras ou segundas núpcias perderá *ipso facto* o cargo do magistério público para que fora nomeada, cumprindo ao Diretor Geral da Instrução Pública levar o fato da realização do casamento ao Governador do Estado, logo que desta tenha conhecimento, a fim de que seja declarado vago o referido cargo.**

Parágrafo Único – No interior do Estado os respectivos Conselhos de Instrução providenciarão no mesmo sentido perante o Diretor Geral de Instrução Pública<sup>215</sup> (Grifo nosso).

O decreto de lei publicado no Piauí mostra que as mulheres, que já estavam sendo inseridas no ensino primário e nas escolas Normais, desde a primeira década do século XX, ainda encontravam barreiras dentro do poder público estadual. A limitação da mulher quanto à atuação em espaços públicos, sendo esses locais de ensino, revela a perspectiva que o casamento não combinaria com o trabalho.

As escolhas deveriam ser bem definidas entre o trabalho exercido dentro do espaço doméstico e do espaço público, não poderia haver divisão em suas funções. Isso fica evidente ao ser abordado que a professora normalista ou não

---

<sup>215</sup> BRITO, 1996. p. 59.

que se casasse perderia o seu cargo que, anteriormente tivesse sido nomeada, mesmo que isso significasse um cargo sem ocupação de outro professor.

Assim, as mulheres casadas não deveriam dispor do seu tempo para atuação em uma escola, mas cuidar do casamento, do lar e de sua família. O exercício da profissão de professora demandaria tempo e dedicação que desviariam as mulheres do curso da vida já estabelecida como “natural”.

No entanto, os legisladores alteraram a configuração quanto à ocupação do cargo no ano de 1922, com o art. 8º da Lei nº 1027, de 03 de julho de 1922.

O art. 22 do Decreto nº 771, fica assim redigido:  
 Não poderão ser providos como professores as mulheres menores de 18 anos de idade e os homens menores de 20  
 Parágrafo Único – As nomeações de professores recairão de preferência em normalistas solteiras<sup>216</sup>

Como aponta Itamar Brito, a redação do decreto foi alterada, “[...] dando-lhe uma forma conciliatória entre as duas correntes em oposição”<sup>217</sup>, apontando que as discussões sobre o feminino a relação de seu trabalho e casamento estavam em debate na sociedade teresinense. Mulheres essas que em primeiro momento eram proibidas ou impostas à condição de sujeição às vontades do Estado, do esposo ou do irmão.

O que vale ressaltar diante disso é que as mulheres que deveriam ser moldadas de acordo com as vontades masculinas ou do Estado eram as mulheres brancas, de classes médias ou abastadas do Piauí e dos estados próximos como Maranhão e Ceará<sup>218</sup>. Mulheres essas que não estavam, em primeiro momento, desejando ocupar o espaço público do trabalho para obter o seu sustento, mas sim uma forma de qualificação de seus “dotes” como filha, esposa e mãe<sup>219</sup>.

No ano de 1934, foi instituída uma nova Constituição no Brasil pelo governo de Getúlio Vargas, construindo novas formas de ordenar o povo brasileiro e os poderes. Essa Constituição veio a declarar e a reconhecer as

---

<sup>216</sup> Idem, 1996, p. 60.

<sup>217</sup> Idem, 1996, p. 60.

<sup>218</sup> O Estado do Piauí recebia em seus espaços educacionais da Escola Normal mulheres vindas dos Estados do Maranhão e do Ceará por sua proximidade com as cidades do interior desses estados. Aparecem nos jornais da época menções sobre as alunas da Escola Normal e suas origens.

<sup>219</sup> ABRANTES, Elizabeth Sousa. “**O dote é a moça educada**”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República (Tese). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p.323.

mulheres como sujeitos votantes no processo eleitoral brasileiro. Isso está expresso no Artigo 109, ao afirmar que “[...] o alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”<sup>220</sup>, era uma forma de inserção das mulheres nos espaços reivindicados pelas lutas feministas.

Além disso, as manifestações femininas, como colocado anteriormente, modificaram as perspectivas sobre os trabalhos desempenhados pelas mulheres nos ambientes industriais e nos espaços das cidades, trouxeram para a visibilidade política a necessidade de assegurar direitos. Assim, foram estabelecidas as condições de trabalho que deveriam ser seguidas pelo Brasil.

Art. 121. A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país. § 1º A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; **c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16; e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;** e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; f) férias anuais remuneradas; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurado a este descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da união, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; i) regulamentação do exercício de todas as profissões; j) reconhecimento das convenções coletivas de trabalho. § 2º Para o efeito deste artigo, não ha distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos. **§ 3º os serviços de amparo á maternidade e á infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.** § 4º o trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível,

<sup>220</sup> BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 21 nov. 2023.

ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas<sup>221</sup> (Grifo nosso).

Com a constituição de 1934, as mudanças do trabalho feminino merecem destaque ao atribuir a ligação com a maternidade, ao feminino, o corpo ainda ficaria preso às amarras do espaço doméstico e das imposições que a construção de uma família iria requerer para as suas construções. No entanto, vale ressaltar que ao tratar de trabalho em fábricas e indústrias pelo Brasil, a constituição se destinava às mulheres de classes mais baixas, as que ocupariam o espaço de trabalho com baixos salários, degradados e que poderiam colocar sua saúde em risco.

Assim, constituição de 1934, criada em meio a um período de turbulência na configuração política do Brasil por consolidar um governo golpista como o de Getúlio Vargas, trouxe para a esfera social as manifestações antes empregadas pelas feministas sobre as atuações femininas na sociedade, principalmente nos espaços urbanos, em que as relações se voltavam para o trabalho fora do ambiente doméstico. Essas mulheres já ocupavam trabalhos menos valorizados, como os de operárias domésticas, comerciantes e feirantes, mas haviam conquistado o lugar de trabalhadoras com as suas remunerações estabelecidas como mínimas para sua sobrevivência.

Na década de 1960 também aconteceram modificações no estatuto da mulher casada<sup>222</sup>, que modificou as configurações políticas e sociais. A modificação da constituição possibilitou que a mulher pudesse trabalhar ou exercer profissão, ampliou o direito de construir bens reservados e também que a mulher casada pudesse ter o direito de guarda de seus filhos<sup>223</sup>.

Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos

<sup>221</sup> BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 21 nov. 2023.

<sup>222</sup> PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. (Orgs.). **Novos combates pela história: desafios, ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

<sup>223</sup> ESTATUTO DA MULHER CASADA, BENEDICTO, 2018, p. 53. A tese aborda essa temática para consolidar o seu direcionamento sobre as representações das mulheres na sociedade brasileira, ainda que seja um recorte temporal além do proposto nesta pesquisa.

quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família<sup>224</sup>.

A mulher poderia exercer funções/profissões lucrativas, não sendo essas limitadas mais ao que se tinha na década de 1930, com atuação feminina mais localizada nas indústrias e nos centros urbanos. Não se limitava à mulher atuação junto do seu marido ou da família, algo comum no modelo tradicional da família, onde o lar se tornaria uma extensão das atividades econômicas.

Nesse contexto, a mulher deixaria o espaço doméstico em busca de conquistas individuais, como a formação escolar e o trabalho, impactando as estruturas sociais, principalmente quanto ao que diz respeito ao casamento. No entanto, mesmo a liberdade deveria ser limitada e estabelecida por normas e direitos presentes na constituição da década de 1960, como aparece a seguir no artigo 248:

Art. 248. A mulher casada pode livremente:

I - Exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas e os bens dos filhos de leito anterior (art. 393);

II - Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado ou alegado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, número 1);

III - Anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos números III e IV do art. 285;

IV - Reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

V - Dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior e de quaisquer outros que possua, livres da administração do marido, não sendo imóveis;

VI - Promover os meios assecuratórios e as ações que, em razão do dote ou de outros bens seus, sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem;

VII - Praticar quaisquer outros atos não vedados por lei".

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda ou outro contrato;<sup>225</sup>

Os direitos reconhecidos para as mulheres não poderiam se sobrepor aos direitos estabelecidos aos homens. Esses ainda seriam os representantes legais

<sup>224</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4121.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm) Acesso em: 26 set. 2023.

<sup>225</sup> BRASIL. LEI No 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4121.htm#:~:text=VI-,%E2%80%9CArt.,filhos%20de%20leito%20anterior%20\(art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm#:~:text=VI-,%E2%80%9CArt.,filhos%20de%20leito%20anterior%20(art). Acesso em: 21 nov. 2023.

da família, e sua posição social atribuía valor aos demais que estavam sob o seu poder, como aparece no artigo 380 em que:

Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. [...] Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência<sup>226</sup>.

O homem, no papel de pai, portaria o poder sobre sua família, desde o controle de sua esposa aos seus filhos. Caberia a todos orbitarem sobre o sol que se constituiria como o principal da célula familiar, no entanto, é possível verificar que, com essa constituição dos anos de 1960, a mulher, em papel de mãe, teria a possibilidade de manifestar os seus pensamentos, mesmo que para isso recorresse ao poder judiciário.

Além disso, dentre as mudanças da nova configuração do feminino, o casamento, tido pelo artigo 144 na Constituição de 1934, foi modificado pela possibilidade da lei, na qual a mulher poderia divorciar do seu esposo:

Art. 144. A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do estado. Parágrafo único. A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação do casamento, havendo sempre recurso “ex-officio”, com efeito suspensivo<sup>227</sup>.

Às mulheres foram possibilitadas mudanças em suas trajetórias de vidas a partir da quebra de vínculo a um casamento fracassado, isso graças às constantes manifestações feministas que, na primeira metade do século XX, questionavam os seus domínios sobre os seus corpos e suas vidas, como a condição e o direito ao voto, a possibilidade de exercer o trabalho fora do espaço doméstico, os direitos e os deveres referentes ao casamento, a liberdade sexual e a possibilidade de prevenir a gravidez com os métodos contraceptivos<sup>228</sup>.

Assim, os corpos foram moldados pelas constituições e leis criadas e instituídas no Brasil como uma forma de controle social e político, algo que

<sup>226</sup> BRASIL. LEI No 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4121.htm#:~:text=VI-,%E2%80%9CArt.,filhos%20de%20leito%20anterior%20\(art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm#:~:text=VI-,%E2%80%9CArt.,filhos%20de%20leito%20anterior%20(art). Acesso em: 21 nov. 2023.

<sup>227</sup> Lei Nº 4.121/62, popularmente conhecida como Estatuto da Mulher Casada. Ver *In*: BENEDICTO, 2018, p. 53.

<sup>228</sup> NOVELLINO, M. S. F. MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL NO SÉCULO XX. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30362>. Acesso em: 27 set. 2023. “Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo” Disponível em: <https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 27 set. 2023.

atingiu tanto a construção do masculino quanto a do feminino. No entanto, dentro desse jogo de poder percebe-se que o feminino se manteve menor dentro de uma relação de forças na construção da constituição, em que seus questionamentos e suas lutas circulavam por três temas principais: voto, trabalho e casamento.

## 2.2 As representações das mulheres: ser mulher, ser mãe e ser professora

Nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina ainda era bastante rudimentar no Piauí, onde existia deficiência na oferta de ensino formal.<sup>229</sup> Nesse momento, para a maioria das mulheres, a educação estava intimamente ligada ao mundo privado, onde se aprendia leitura e escrita, e às atividades voltadas ao ambiente doméstico e instruções que possibilitassem a construção de um modelo feminino desejável.<sup>230</sup>

Assim, as mulheres foram atingidas, bem como outros sujeitos, pelos discursos educacionais que vinham desde o século XIX e ganharam força no século XX com a instauração da República no Brasil, os quais colocavam a educação como uma maneira de se obter a modernização do país. Esses discursos foram alimentados pelas críticas ao abandono e às condições da educação nas províncias que estavam presentes no Parlamento e em circulação na sociedade.<sup>231</sup>

Discussões sobre a opressão e as desigualdades sociais que atingiam as mulheres caracterizam o período, logo, constatava-se a capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico. O desdobramento da comprovação dessa capacidade foi a sua inserção na esfera pública, incluindo o exercício do magistério.

---

<sup>229</sup> A deficiência na oferta de uma educação formal atinge tanto o público feminino como o masculino, pois o estado não contava com aparatos estruturais e de mão de obra suficiente de professores qualificados para oferecer uma educação regular (que segue uma continuidade) ou mesmo inexistia em alguns momentos e locais. Ver *in*: SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Pernambuco, 2009.

<sup>230</sup> O modelo feminino desejável passou por modificações por questões sociais, econômicas e políticas em diversos contextos, assim, a pesquisa se destina a analisar apenas o modelo feminino que estava em construção nas primeiras décadas do século XX, em Teresina.

<sup>231</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.



**O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina [...] possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho.** A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social faz que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, **uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar**<sup>232</sup> (Grifo nosso).

As mulheres retratadas dentro da perspectiva educacional de formação das Escolas Normais pelo Brasil e no estado do Piauí pertenciam às classes média e alta, como destacada no fragmento anterior, o que permitia que ocupassem espaços públicos educacionais. A essas mulheres existia a possibilidade de usufruir de espaços “seguros”, como os ambientes escolares, pois não iriam exercer trabalhos em ambientes pela cidade, como os mercados e locais de lavar roupas pelos subúrbios.

Além disso, aconteceu “a abertura do espaço público” para as mulheres, mas os espaços que foram domesticados para esse fim. Espaços modelados e construídos no objetivo de que as mulheres pudessem exercer seus trabalhos vinculados à imagem do lar, sejam com o cuidado, produção de roupas e de comidas ou atividades educativas como nas escolas primárias.

Paralelo ao ingresso das mulheres no magistério, a educação feminina, durante os primeiros anos do século XX, foi bastante discutida em vários segmentos sociais, como a instituição Igreja Católica e o Estado, bem como as feministas argumentavam a forma da participação das mulheres na educação dos filhos e que essa demanda exigia que elas próprias se instruissem, inclusive, para exercício do papel de professoras, já que se tornava necessário o domínio das letras. A educação feminina era percebida como uma extensão de suas funções familiares. Isto foi colocado no jornal *Nortista*, de 1901,<sup>233</sup> lembra-se, ainda, que as mães ensinam seus filhos a religião com o intuito de “iluminar as

---

<sup>232</sup> ALMEIDA, 1998, p. 28.

<sup>233</sup> NORTISTA, Parnaíba, ano I, n. 24, 15 jun. 1901, p. 4.

consciências”. A mulher deve educar a criança no ambiente familiar, tornando uma mãe-educadora.

**A sua mãe incumbe a delicada missão de formar seu caráter, educar seu espírito.**

**E quando é belo uma senhora ilustrada, bem educada e inteligente, dirigir seu lar doméstico!**

É a caridade personificada. Infelizmente assim não é o rei pequeno da família; manda, não pede; seus pais lhe obedecem em vez de serem por ele obedecidos. Fala a todos com arrogância, é grosseiro, incivil, orgulhoso, exigente, imprudente, mau; entretanto os pais acham-no interessante, vivaz, inteligente.

A obediência é a base da educação e o alicerce da ordem social. O primeiro cuidado de uma senhora que exerce o papel de mãe deve ser, tornar seu filho dócil e obediente.

A criança em terna idade é flexível como a cera. [...] <sup>234</sup> (Grifo nosso).

Assim, a figura feminina estaria atrelada à formação do caráter da criança, da qual eram modelados o seu espírito e suas funções sociais dentro e fora do seio familiar. O que caberia ao papel de mãe, em primeiro momento, era ser educada e apta a conduzir o seu ambiente doméstico de melhor maneira a fim de educar os filhos para fazerem parte do projeto nacional de cidadania e progresso.

A função feminina era moldar os filhos para a República, que deveria construir crianças adequadas ao exercício da cidadania. Assim, houve o enaltecimento da figura da mãe. No *Correio de Oeiras*, de 1909, vê-se:

Em caso algum a mulher exerce uma influência tão evidente, imediata e prevenida como no caso de mãe. A ela é entregue o tesouro imortal do coração de seu filho! Sobre ela descansa o cuidado dos primeiros passos desse curso de disciplina que deve formar da criatura mais débil e desamparada do mundo, um guia intrépido da criança animada e um digno adorador da Divindade.

Seus sorrisos excitam as primeiras afeições que brotam em nossos corações. Ela nutre e desenvolve os primeiros germes de nossa inteligência. <sup>235</sup>

A educação feminina foi defendida nas publicações dos jornais locais e pelo poder público do estado. No jornal *Borboleta*, de 1905, argumentou-se que a educação proporcionava à mulher o bom desempenho dos deveres que lhes eram inerentes, sem limitá-la ao ambiente doméstico, mas abrindo espaço para

<sup>234</sup> BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

<sup>235</sup> CORREIO DE OEIRAS, Oeiras, ano I, n. 8, 15 maio 1909, p. 6.

o mundo do trabalho, pois a “[...] mulher instruída tem entrada franca em toda parte”<sup>236</sup>.

Assim, a educação feminina pode ser percebida como uma forma de produção do feminino desejável na sociedade, que se redefinia nas primeiras décadas do século XX.

[...] a educação [...] que é a formação dos bons hábitos e produzir boas esposas, mães e donas de casa, parece essencial. As virtudes femininas de submissão e silêncio, nos comportamentos e gestos cotidianos são centrais nela. E, acima de tudo, o pudor, a honra feminina do fechamento e do silêncio do corpo<sup>237</sup>.

O corpo feminino deveria ser criado para exercer suas funções no mercado de trabalho e nos ambientes públicos sempre com a limitação de manutenção de um dos bens mais preciosos à mulher: a honra. Suas funções sociais não deveriam ser desassociadas com as desempenhadas nos seus trabalhos, pois não teria como abrir mão de sua honra e moralidade com o intuito de ganho financeiro, pois este era desempenhado como algo secundário ou de menor valor para a mulher.

A educação ou emancipação feminina pela educação aparece no jornal *Andorinha*<sup>238</sup>. Nele, se defende que as mulheres sejam educadas, pois “[...] querem a mulher instruída, para educar a prole, afetuosa, para sorrir à existência, e dedicada ao lar doméstico, para ser o anjo tutelar que assegure a felicidade da família. Nada mais justo, nada mais sublime”. Assim, essa emancipação se daria em prol da família, já que a mulher educaria seus filhos.

Nos anos iniciais do século XX, à mulher era atribuída a função de construir a infância, a partir de sua atuação como mãe-educadora e como professora. Para isso, tornava-se essencial à mulher que ela obtivesse uma educação necessária para o desenvolvimento de tal função. Assim, o poder público do estado atuou na criação de escolas que contemplassem esse público feminino tanto na educação primária como na educação que se destinaria a formar o público feminino capaz de atuar na educação infantil nos ambientes escolares.

<sup>236</sup> BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

<sup>237</sup> PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. O **corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, p. 22.

<sup>238</sup> EMANCIPAÇÃO DA MULHER. ANDORINHA, [s.n.], 12 out 1, p. 8.

A educação feminina durante os séculos XIX e XX era justificada pela ideia de que se deveria investir na educação da mulher, pois educadas seriam melhores mães. Assim, a educação feminina se deu sob o símbolo de sua “natureza corruptível”, em que era virtuosa, educadora dos homens e das crianças, necessários para a nação, mulheres destinadas ao ambiente doméstico e ao magistério como sacerdotisa. E sobre as ocupações femininas no ambiente da escola e da educação do final do século XX, mostrando que houve um grande aumento de mulheres atuando no campo da educação seja como alunas ou como professoras, assim, rompeu-se com a história de analfabetismo e exclusão feminina da educação<sup>239</sup>.

As mulheres ganharam destaque com as manifestações feministas que marcaram o período de expansão do desejo por melhorias ao público feminino. Discussões sobre a opressão e as desigualdades sociais feminina para o trabalho fora do espaço doméstico caracterizam o período. O desdobramento da comprovação dessa capacidade foi a sua inserção na esfera pública, inclui-se o exercício do magistério<sup>240</sup>. Essas discussões sobre o feminino proporcionam que as mulheres fossem inseridas nas escolas por meio da criação de uma “capacidade natural das mulheres” para cuidar e educar crianças nas primeiras fases de vida e pela criação de uma imagem de mulher passiva, carinhosa e bondosa que não usaria da violência física para educar.

A criação de escolas e de aulas isoladas destinadas às mulheres, tanto de iniciativa privada como pública, tornou-se realidade nas primeiras décadas do século XX, em Teresina. Em 1905, no jornal *Borboleta*, por meio do anúncio “Professora particular”<sup>241</sup>, Severa de Castro Marques ofereceu seus serviços. Propôs-se a ensinar o curso de primeiras letras às meninas, no horário de 10h às 2h da tarde, em sua residência.

Esse tipo de ensino voltado para o público feminino possibilitava a criação de um pequeno grupo de mulheres letradas, já que o ensino tinha elevado custo, o que não garantia a participação feminina das camadas sociais mais baixas,

---

<sup>239</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

<sup>240</sup> ALMEIDA, 1998.

<sup>241</sup> PROFESSORA PARTICULAR. *Borboleta*, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905, p.4.

apenas aquelas cuja família percebia a educação como um mecanismo benéfico para as mulheres e a podia custear.

No ano de 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, colégio particular, foi criado para atender ao público feminino das camadas mais altas da cidade de Teresina e das cidades do interior. Até aquele momento, não existia uma escola própria para a formação feminina, já que a Escola Normal foi extinta no ano de 1888, cabendo apenas ao público feminino o ensino com professores particulares, especialmente professoras. Assim, esse ambiente escolar proporcionou o aprendizado de conhecimentos escolares tais como português e aritmética e ensinos destinados à atuação feminina no lar.<sup>242</sup>

Vale salientar que a educação das mulheres era tributária da sua família, pois, inicialmente, se aprendia as primeiras letras no lar ou com parentes e, a partir das condições familiares em oferecer um ensino escolar, era que essa mulher saía do ambiente privado para os espaços públicos para ser educada. As famílias mais abastadas teriam maiores condições financeiras e estruturais para contratar um mestre-escola, uma professora ou ter alguém próximo nas relações familiares que fosse formado e pudesse ensinar as primeiras letras e conhecimentos para o cotidiano.

Com a institucionalização de um sistema escolar a educação das mulheres, foi cada vez mais ampliada nas camadas médias e altas da sociedade piauiense.

Estava difusa nas camadas alta e média, a ideia de que as filhas, assim como os filhos, deveriam ter acesso à educação. A questão central girava em torno do nível a que deveria chegar. Com a valorização da educação escolar, o papel de mãe foi reforçado, dentre suas atribuições da mãe, estava aquela de acompanhar o desempenho escolar das filhas e dos filhos. **O ideal era a mãe educadora. Para que a mulher desempenhasse a contento o papel de mãe, seria necessário que fosse escolarizada.** Ademais, sob o impacto do trabalho como valor, circulava no social o ideal da dona-de-casa profissional, o que implicava sua formação escolar. Por parte ora de pais, ora de mães, a educação profissional feminina passava a ser vista como uma forma de inserção social e um mecanismo que poderia assegurar às mulheres uma forma de vida digna, caso se tornassem viúvas ou não se casassem. **Era também um instrumento que as poderia livrar de maus casamentos. Dentre as moças, além dessas percepções,**

---

<sup>242</sup> QUEIROZ, 2008.

**também orientavam suas condutas, a incorporação do trabalho como valor e missão**<sup>243</sup> (Grifo nosso).

A construção da imagem da mulher nas décadas do século XX estaria ligada à perspectiva de mãe-educadora, não mais a mãe que educa apenas para o respeito e obediência aos seus pais e à formação por meio do ensino primário, mas, nesse momento, como o sujeito que deveria se educar. A mulher deveria formar-se para desempenhar o seu papel de educadora dentro do seu ambiente doméstico. Seus filhos seriam os seus alunos no cotidiano, cabendo ao feminino preparar-se para desempenhar tal função de acordo com os conhecimentos das letras.

A mulher se dedicaria a obter o conhecimento para poder ensinar os seus filhos, desde o aprendizado das primeiras letras até os conhecimentos um pouco mais complexos, exercendo o papel educacional-escolar dentro do lar. Assim, alcançar elevados conhecimentos guiariam as mulheres às funções primárias de economia doméstica, higiene e das demais ciências. Além de proporcionar um conhecimento ou uma formação superior que permitiriam exercer funções de trabalho de maneira formal como ser professora, algo que era visto como um “dote” feminino perante a sociedade e uma possibilidade de manutenção do próprio sustento<sup>244</sup>.

Dessa maneira, pode-se verificar que a educação feminina estava intimamente ligada às suas funções da mulher como mãe e esposa, mas as questões sociais e econômicas interferiram no acesso à alguma instrução, especialmente no ensino secundário. Assim, ocorria com a formação das normalistas.

As relações femininas com a educação estavam ligadas ao desempenho de suas funções sociais de mães e esposas, sendo o casamento, um destino comum entre as jovens educadas ou não. Era comum o desajuste entre o casamento e as letras, mesmo aquelas que se destinavam à educação primária do público feminino, pois ocuparia a mente e o cotidiano com ensinamentos que nem sempre seriam colocados em prática<sup>245</sup>.

---

<sup>243</sup> CARDOSO, 2003.

<sup>244</sup> ABRANTES, 2010.

<sup>245</sup> CARDOSO, 2003.

A trajetória de Rosa Amélia Tajra se diferencia da de sua mãe, que frequentou o ensino primário, finalizado nos fins dos anos de 1920, e deu continuidade à sua educação no ensino secundário. Nesse momento, o ensino Normal se tornou uma opção de estudo para o público feminino piauiense, visto que o Liceu Piauiense era um ambiente de ensino secundário possível na capital. No entanto, esse não era o único estabelecimento que fornecia a possibilidade da educação secundária às mulheres, havia também o Colégio São Francisco de Sales e o Colégio Benjamin Constant<sup>246</sup>.

Podemos perceber a ampliação da possibilidade de obtenção de conhecimento pelas classes mais elevadas da sociedade piauiense, era possível alcançar o ensino secundário em outros ambientes e não se destinar apenas à formação da mão-de-obra para o exercício da profissão de professora. Assim, as opções das mulheres de classes elevadas se ampliariam de acordo com as percepções familiares sobre os seus futuros, pois o exercício da profissão de professora poderia acontecer em escolas espalhadas por todo o estado e, muitas vezes, com poucos benefícios financeiros.

A educação de Rosa Amélia Tajra<sup>247</sup> aconteceria de forma mais aceitável socialmente, principalmente em seu ambiente familiar, contando com o apoio de seu pai para sua instrução, assim como no fragmento abaixo:

[...] **Papai eu quero estudar no ginásio, eu não quero ser professora**, não papai, eu quero fazer o ginásio, aí eu fiz o ginásio. Ele não disse nada porque eu fiz o concurso, ele deixou eu fazer o concurso, o exame de admissão, era exame de admissão. Passei, estudei, agora eu vim me interessar antes de entrar no ginásio, ele não deixou eu estudar não, ele botou em uma aula particular de francês. Ele era louco que eu, que os filhos dele aprendessem outra língua, então eu passei um ano todinho estudando francês, era francês e não sei se português, passei o ano todinho estudando aí me atrasei, um ano, quando foi no fim do ano fiz o curso de admissão, passei aí pronto<sup>248</sup> (Grifo nosso).

A manifestação da Rosa Amélia Tajra é bastante clara quanto à sua vontade de não atuar como professora, a mesma decide seguir o caminho do estudo ginasial na cidade de Teresina diante de sua oferta para o público

---

<sup>246</sup> CARDOSO, 2003, p. 52.

<sup>247</sup> Primeira médica do Piauí Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/192434/primeira-medica-do-piaui-rosa-tajra-franca-morre-aos-97-anos-em-teresina>. Acesso: em 11 out. 2025.

<sup>248</sup> Idem, 2003, p. 52.

feminino. Isso aconteceu diante da ampliação das vagas escolares pelo estado e pela abertura de novas oportunidades ao feminino no âmbito educacional, que dividiu os mesmos espaços escolares com o sexo masculino.

A educação secundária em outros ambientes e a negação da formação pelo curso normal mostra que as mulheres tiveram outras formas de educação destinadas apenas ao magistério infantil. A educação se tornou ampliada em relação aos anos anteriores à década de 1920, possibilitando, mesmo que de forma diminuta, a formação e a atuação de mulheres em outros campos de trabalho, como por exemplo cursar medicina no estado do Rio de Janeiro.

No entanto, apesar do papel feminino ser educar os filhos, isso acontecia de maneira elementar e com ensinamentos passados por familiares e a Igreja Católica, tanto para a atividade doméstica quanto para aprendizado das primeiras letras, pois não existiam escolas em grandes quantidades, na capital e no interior, que possibilitassem a inserção feminina no aprendizado das primeiras letras e as poucas escolas atendiam a um pequeno número de meninas, já que diante das necessidades não se fazia necessária uma educação formal.,

O acesso das mulheres aos cursos superiores acontecia pelos seus descolamentos para outros estados que tinham o ensino superior, pois, apenas na década de 1930, foi instalada a primeira instituição com essa destinação no estado: a Faculdade de Direito, em Teresina<sup>249</sup>. A partir das décadas seguintes, foram sendo implantadas outras instituições pelo estado, como a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI, 1958), Faculdade de Odontologia (FOPI, 1960), Faculdade de Medicina (FAMEPI, 1968) e Universidade Federal do Piauí (1968), o que ampliaram as possibilidades de inserções femininas nessas instituições locais. Mas vale destacar que a maior parte das mulheres que ingressavam nessas instituições ocupavam os cursos de Humanidades.

No contexto brasileiro da segunda metade do século XX, “[...] a moral conservadora e os discursos machistas combatem o trabalho feminino fora do âmbito doméstico”<sup>250</sup>. Ainda se fez presente no cotidiano brasileiro as duras críticas as mulheres dentro do mundo do trabalho, este foi colocado de forma

---

<sup>249</sup> CARDOSO, 2003, p 35.

<sup>250</sup> PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos, trabalho, emancipação. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 175.



secundária às funções de mãe e esposa, não as pertenciam os ambientes públicos destinados ao trabalho sejam em escolas, lojas, escritórios e outros locais, pois feriam a imagem que o feminino deveria ter: dócil, dependente financeiramente do pai ou do marido e restrita aos afazeres domésticos.

No entanto, vale destacar que a presença feminina nos serviços de consumo coletivo teve aumento a partir da década de 1950, o que representava a crescente participação das mulheres nas atividades produtoras. Isso representa uma importante ruptura simbólica do espaço privado e doméstico como próprio e único para as mulheres, o que trouxe elas para os espaços do trabalho, competindo com os homens e, por vezes, sendo as provedoras da família<sup>251</sup>.

Mesmo com essa crescente participação das mulheres no mundo do trabalho, é possível verificar que não ocupavam todos dos espaços, e que houve distinções do que seria destinado ao feminino e ao masculino. As mulheres era destinadas aos serviços de secretariado, afazeres domésticos, produções de vestimentas e educação infantil por serem classificados como inerentes às características biológicas e sociais das mulheres. Além disso, vale destacar que as faixas etárias femininas dentro do mundo do trabalho passaram a ser outros:

Entre os anos 1940 e 1970, aumentam as taxas de atividades das mulheres na faixa dos 20-24 aos 50-54 anos, tempo que inclui o período fértil feminino. E diminuem as taxas de atividade nas faixas iniciais e finais do ciclo de vida em razão do desenvolvimento da escolarização e dos esquemas de aposentadoria, duas importantes conquistas sociais<sup>252</sup>.

Além da expansão do mundo do trabalho, aconteceram os referentes ao ensino que, cada vez mais, dava possibilidade de integração das mulheres aos mundos dos saberes, o que provocou um crescimento da escolaridade de um grau médio maior para as mulheres na segunda metade do século XX<sup>253</sup>. Mas vale destacar que o Ensino Normal ainda se mostrava como uma possibilidade promissora de formação profissional, prestígio social e os desempenhos sociais, pois a professora de crianças estaria livre de preconceitos sociais já que desempenhava algo maternal e natural do sexo feminino.

---

<sup>251</sup> PINSKY, 2014.

<sup>252</sup> Idem, 2014, p. 177.

<sup>253</sup> Idem, 2014, p. 188.

### 2.3 A Escola Normal Oficial: a história da instituição

A construção de escolas para as mulheres aconteceu em maiores proporções com as novas ideias pedagógicas das primeiras décadas do século XX no Brasil. A instituição do modelo político republicano e o desenvolvimento das indústrias e dos centros urbanos criaram a necessidade da mudança nas configurações sociais do mundo do trabalho, o que provocou mudanças nas ações educacionais e nas ocupações femininas.

Aos poucos, as mulheres foram deixando os espaços domésticos e familiares para ocupar lugares públicos, como os locais de trabalhos em ruas pelas cidades, indústrias e ambientes educacionais. Essas modificações espaciais criaram novas demandas, como a necessidade de desenvolvimento de escolas e de formações para as mulheres, que deveriam ocupar novas funções sociais, políticas e econômicas. As suas novas funções estavam ligadas às funções sociais de cuidadora do lar, de seus filhos, marido e dos mais fragilizados, funções políticas em formar uma população apta a exercer suas funções de cidadão brasileiro como a formação de um corpo saudável e alfabetizado e as suas funções econômicas de atuação no mercado de trabalho, seja de maneira informal ou formal, por meio de ocupações em ambientes escolares, por exemplo.

Para suas novas funções educacionais fora do espaço doméstico foram criadas escolas para a sua formação, no caso a Escola Normal, uma herança escolar do período Imperial no Brasil<sup>254</sup>, já existia para a formação de professores que pudessem atuar no Brasil e proporcionar o desenvolvimento de uma população, ou manutenção instruída e alfabetizada. Espaço que, inicialmente, não seria apenas para as mulheres, mas que, aos poucos, diante das novas configurações sociais, foram se modelando como espaço feminino.

---

<sup>254</sup> O modelo educacional Escola Normal foi criado pelo decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, para a modernização do Estado e o progresso da nação. Em 1888, foi aprovado novo regulamento pelo decreto nº 10.060, de 13 de outubro, que gerou modificações na formação dos futuros docentes, como a criação de uma escola em que as alunas pudessem exercer aprender a educação infantil. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/315-escola-normal>. Acesso em: 08 nov. 2023.

As Escolas Normais foram criadas com a finalidade de formar professores baseados em métodos e conhecimentos regidos por uma instituição educacional que os normatizariam para a expansão de um ensino uniforme. Além disso, combateria o modelo do mestre-escola que se dedicava ao ensino sem escolarização e muitas vezes sem conhecimento suficiente às necessidades do seu público escolar, ensinando apenas conhecimentos rudimentares. Assim,

as escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, **os mestres miseráveis e pouco instruídos** do início do século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais formados e preparados para atividade docente<sup>255</sup> (Grifo nosso).

Aos poucos aconteceu a substituição da mão-de-obra masculina pela feminina no âmbito do ensino. Cabe aqui destacar que essa mudança de sujeito aconteceu em meio à criação da representação da mulher como sujeito educador da infância, assim, precisaria se formar para educar as crianças nas escolas, com conhecimentos estabelecidos dentro do que se entendia como importante para a formação do sujeito. E também ocorre a substituição da figura do mestre-escola, que era o homem sem formação para educação, mas que atuava nos povoados e nas comunidades na educação infantil, de maneira informal para ensinar as primeiras letras e conhecimentos necessários para o cotidiano<sup>256</sup>.

A criação, ou pelo menos a tentativa de criação, de Escolas Normais no Piauí aconteceu no governo de Franklin Américo de Meneses Dória, de 1864 a 1866, que recebia a ideia de que com a educação seria possível a formação do indivíduo e a possibilidade de formação de uma sociedade com bases no progresso e na disciplinarização de sua população.<sup>257</sup>

A Escola Normal surgiu, então, como desejo de superação daquele que, na concepção de seus mentores, era o maior empecilho para a ação eficaz da educação: o professorado. A ausência de um corpo professoral vocacionado e treinado era o que reclamava o presidente Franklin Dória para a construção de seu projeto de ilustração da sociedade rural e de base latifundiária, dispersa e regida por códigos econômicos e políticos oligárquicos, os quais não passavam necessariamente pelo domínio daquilo que a escola tinha a oferecer e sobre a qual exerciam o controle em sua base municipal.<sup>258</sup>

---

<sup>255</sup> QUEIROZ, 2011, p 101.

<sup>256</sup> FERREIRA, 2017.

<sup>257</sup> LOPES, 1996, p.107.

<sup>258</sup> Id., 1996, p. 107.

Esperava-se que a criação da Escola Normal acabaria com o problema do ensino, que seria a ausência da formação de um corpo profissional voltado para atuação na educação do Piauí. É possível perceber que se justifica a criação e os investimentos do governo para a formação de professores, mesmo para atuação em um local onde a população ainda era dispersa e com bases no mundo rural que ditava as maneiras de distribuição populacional e as formas de governo.

A partir do desejo de criação de uma instituição de formação dos professores, foi instituída, em 1864, a partir da Resolução 565<sup>259</sup> (Piauí, 1865c), a Escola Normal no Piauí, situada em Teresina, em regime de externato misto e pago. O fato de a escola ser com o regime de externato dificultou o acesso ao ensino, pois, diante da distribuição geográfica da população pelo Estado, poucas pessoas se deslocariam do interior para a capital para obter a qualificação, tanto o público masculino como o feminino, pois o primeiro não era atraído a custear o seu ensino voltado à uma profissão que lhe possibilitaria pouco retorno financeiro. E o público feminino estava regido em grande medida pelo modelo social, cujo espaço de ocupação se dava, de preferência, no ambiente doméstico junto à família e às funções femininas no lar, no casamento e com os filhos, além disso, a educação feminina se fazia de forma rudimentar seja pelo custo, seja por sua desarticulação das funções femininas<sup>260</sup>.

Homens, principalmente das classes médias e altas, ocupavam os locais educacionais de formação secundária ou superior pelo Piauí e por outros estados do Brasil, visto que podiam se deslocar para as metrópoles e se dedicar aos estudos. Já as mulheres, conseguiam a formação escolar de maneira mais contida, nas poucas escolas do interior e da capital do estado do Piauí, contanto, muitas vezes, com a supervisão familiar ou de integrantes familiares, se limitando ao conhecimento por esse não representar, na primeira condição, a oportunidade de melhoramento das suas condições de vida, como o casamento e a vigilância sobre os seus corpos.

Outro fator que fez com que a Escola Normal não obtivesse sucesso foi a instituição oferecer um ensino pago diante da desvalorização do ensino ou da

---

<sup>259</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauienses**. 1864. Resolução nº 565 de 05 de agosto de 1864. Autoriza o presidente da Província criar nesta capital uma escola normal constituída em externato. San' Luiz: Typ. De B. de Mattos, 1865.

<sup>260</sup> LOPES, 1996.

sua insignificância em uma sociedade que tinha traços da ruralidade e não destinava tempo para aprendizado e conhecimentos que, em um primeiro momento, poderiam ser inúteis. A vida rural requeria maiores conhecimentos para a manutenção do cotidiano, como a produção alimentar, a costura ou os poucos conhecimentos de primeiras letras. Assim, ocorreram dificuldades de manutenção econômica, poucos números de matrículas e ausências de professorado que geraram a extinção da Escola Normal, em 1874, por meio da Resolução 858 (Piauí, 1876)<sup>261</sup>.

A extinção não significou o abandono das pretensões de criação de um corpo profissional voltado para o ensino primário, o que fez o poder público local unir esforços para a sua reabertura no ano de 1882, quando o Presidente da província do Piauí, Miguel de Almeida e Castro, expôs os motivos para a criação da mesma:

A suprema importância da instrução elementar para a gênese de uma sociedade bem constituída e moralizada; a insuficiência para atingir tal meta abrindo-se apenas escolas, sem que nela haja bons mestres; **a Escola Normal como única forma de se ter tal finalidade atendida;** e o exemplo da Europa e dos Estados Unidos nessa matéria<sup>262</sup> (Grifo nosso).

A Escola Normal teria a função de formar “bons mestres” para atuação em escolas, no entanto, não foi nessa tentativa que o poder público local teve êxito, logo se fechou, mais uma vez, a instituição, no ano de 1888. Os custos para a manutenção de uma Escola Normal na Província, sem ter condições financeiras favoráveis, eram elevados ao ser comparados com a pouca frequência de alunos no estabelecimento e, por consequente, a diminuta formação de um grupo de professores para o ensino na Província. Diante desses fatores, como a falta de professores e as condições precárias para o desenvolvimento do ensino, a escola não continuou com suas pretensões de formação de professores e fechou as portas mais uma vez.

O estado do Piauí adentrou o século XX sem um estabelecimento de ensino para a formação de professores para a educação primária, trazendo grandes prejuízos para o desenvolvimento educacional tanto da capital quanto

---

<sup>261</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauienses**. 1874. Resolução nº 858 de 11 de julho de 1874. Autoriza o presidente da Província a reformar o Liceu de Theresina. Theresina: Typ. Do Piauihy. 1876.

<sup>262</sup> LOPES, 1996, p.113.

das cidades do interior. No entanto, a vontade de uma instituição de ensino para tal fim continuava presente no cotidiano teresinense, fazendo intelectuais e políticos articularem uma maneira de criar um espaço para formação de professores. Assim, o jornal *O Monitor*, de 1907, retrata os desejos dos intelectuais e dos políticos locais de criar um estabelecimento de ensino, o qual seria reconhecido na formação dos professores e de grande ajuda no combate ao atraso do ensino local.

Tal é, por exemplo, a instrução qualquer que seja o aspecto sob o qual se apresente às nossas vistas: primária ou secundária, pouco importa.

As armas que ela fornece para a maior conquista na concorrência vital, o grau de comodidade e conforto que oferece, não precisam de exemplos, nem demonstrações.

Nós, portanto, não encareceremos neste momento os benefícios e as vantagens que ela convenientemente disseminada com método, disciplina e ordem, pode trazer para a prosperidade e desenvolvimento das forças produtoras do Estado. Basta-nos lembrar que ao lado das condições desfavoráveis de nossa situação topográfica climatérica, **a ausência de instrução figura como um dos fatores do retardamento do nosso progresso e do atraso das nossas indústrias. [...]**

Qualquer tentativa será baldada desde que se não ataque o mal em sua fonte. Os efeitos não podem desaparecer perdurando a causa. É com o fim de extirpar esse mal que brevemente surgirá entre nós montada e dirigida por um competente corpo docente a “Escola Normal Livre”. Destinar-se-á este estabelecimento, a maneira de muitos congêneres que existem em quase todos os Estado, ao preparo dos nossos candidatos ao magistério primário.

Apesar de livre, nem por isso, os seus diplomados vibrão menos. Ouvido a respeito, o exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Governador do Estado prontificou-se gentilmente em auxiliar o estabelecimento. E, com este fim, segundo nos informaram, **s. exma. cederá um dos públicos estaduais para nele ter lugar a instalação e o funcionamento das aulas.** Comprometeu-se mais o nosso digno administrador a interceder perante o poder legislativo pela escola. [...] <sup>263</sup> (Grifo nosso).

O jornal *O Monitor* aborda que a instrução da população piauiense acontecia por educação primária ou secundária. Dessa maneira, era positiva, o que gerava “a prosperidade e o desenvolvimento das forças produtoras do Estado” já a sua ausência provocaria o “retardamento do nosso progresso e o atraso de nossas indústrias”. Assim, o atraso local estava ligado aos poucos investimentos no âmbito educacional, sendo necessário a mudança de postura

<sup>263</sup> O MONITOR, Teresina, ano II, n. 45, 5 set. 1907, p.1-2.

das autoridades e do poder público local em criação de um novo espaço destinado à Escola Normal, para, assim, proporcionar a formação de uma população destinada ao progresso.

No ano de 1909, aconteceram novos investimentos na criação da Escola Normal Livre em Teresina, por parte de um grupo de intelectuais locais integrantes da Sociedade Auxiliadora de Instrução<sup>264</sup>, que se empenhou a oferecer um curso normal de forma gratuita, configurando-se como um ensino de cunho laico. Assim, vale ressaltar que o curso normal acabou por proporcionar uma educação que, a priori, deixava de ter ligações diretas com a religião<sup>265</sup>, pois seguiria as ideias educacionais vindas do Estado, sem o desejo da interferência direta da Igreja Católica do Piauí. Além disso, a educação Normal tinha o seu curso com dezenove cadeiras, disciplinas, e com o tempo de duração de 4 anos.<sup>266</sup>

Inicialmente, a Escola Normal Livre funcionou na Assembleia Legislativa Estadual, com dezessete alunas, caracterizada por apresentar um ensino laico, na qual se aprendia português, aritmética, costura, ginástica sueca, etc. Visava-se a formação rápida de educadores que pudessem atuar na educação infantil no estado, com domínio das noções pedagógicas e de trabalhos manuais, visto que o estado estava em atraso na formação docente por seus contínuos fracassos na efetivação da Escola Normal.

No ano seguinte, em 1910, sob o governo de Antonino Freire (1910-1912)<sup>267</sup>, o Piauí passou a contar novamente com a Escola Normal para a formação de professores do ensino primário. A escola passou a ser administrada pelo poder público do Estado, com o nome de Escola Normal Oficial, o curso profissionalizante passou a ter predominância de público feminino como

---

<sup>264</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem lida, a 1º de junho de 1927, perante a Câmara Legislativa do Estado do Piauí, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello.** Teresina: Piauí, 1927.

<sup>265</sup> O grupo constituinte da Sociedade Auxiliadora de Instrução era formado por maçons que atuavam na educação e na política local, assim, possibilitando a construção (ou pelo menos oferecendo oportunidades de formação) de uma educação que não fosse fortemente ligada à religião católica.

<sup>266</sup> QUEIROZ, op. cit., 2008.

<sup>267</sup> Antonino Freire da Silva nasceu na cidade de Amarante – Piauí, em 10 de maio de 1878, e faleceu em 16 de setembro de 1934, foi engenheiro civil, político e governador do Piauí de 1910 a 1912. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonino\\_Freire](https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonino_Freire). Acesso em: 17 nov. 2023.

alunado. Essa predominância feminina estava ligada às concepções de que as mulheres exerceriam de melhor maneira a educação infantil<sup>268</sup>.

O relatório de Instrução Pública no Piauí<sup>269</sup>, do ano de 1922, expõe os estabelecimentos destinados ao ensino Normal que existiam no estado durante todo o seu empenho em constituir um sistema de educação voltado para o ensino, que já vinha desde o século XIX. De acordo com o relatório, existiram diferenças entre os estabelecimentos, a Escola Normal Oficial e a Escola Normal Livre, pois “[...] os dois estabelecimentos obedeciam [...] a métodos diversos e assim não podia deixar de ser, desde que entre um e outro mediavam nove lustros de avanços nas ideias pedagógicas”.<sup>270</sup>

Na primeira, “antiga escola”<sup>271</sup>, o curso durava 3 anos, com apenas dez cadeiras, diferentemente da última que aumentou o período de duração para quatro anos devido ao aumento de disciplinas. O quadro de disciplinas da Escola Normal, instituído em 1910, era composto pelas disciplinas: ginástica sueca<sup>272</sup>, história universal, álgebra, literatura nacional, música, italiano, noções de ciências físicas e naturais e de direito constitucional<sup>273</sup>. Cabe destacar aqui que esse relatório era de produção do poder público estadual, o estado que tentava dominar novamente a condução do estabelecimento de ensino da Escola Normal que, primeiramente, estava sob a condução de intelectuais piauienses que se uniram para formar um corpo professoral para atuação no ensino.

Além disso, se destaca que a Escola Normal Oficial era avançada nas ideias pedagógicas e com uma maior quantidade de anos para a formação do professor, para que se tenha uma percepção de que era diferente dos demais projetos já estabelecidos. Assim, se construiu uma nova imagem do ensino desenvolvido na nova escola, que o progresso educacional seria sua marca na sociedade local.

---

<sup>268</sup> LOPES, 1996.

<sup>269</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927.

<sup>270</sup> MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

<sup>271</sup> Idem, 1922.

<sup>272</sup> A ginástica passa a ser pensada e proposta para além da escola e âmbito militar, em um movimento denominado “ginástica voluntária”, extensivo a toda a população com base no discurso higiênico de melhoramento da saúde da população Ver *In*: BAÍA, Anderson da Cunha. A moderna ginástica sueca na revista brasileira de educação física (1944-1952) *In*: ANPUH – XXII Encontro Regional de História. **Anais [...]**. Diamantina, ANPUH, 2022.

<sup>273</sup> Idem, 1922.



Assim, o que se ensinava era mais amplo devido a um período maior de duração e uma melhor distribuição das disciplinas. No entanto, como o relatório atribuiu à Escola Normal Livre maior importância diante do fato de que “[...] a diminuição de tempo era um fator de alto alcance a que era preciso atender no momento, pois a modificação do magistério primário se fazia mister sem delongas”<sup>274</sup>. O aumento do tempo de duração do curso normal ia de encontro da necessidade de obtenção de grande quantidade de mão de obra destinada ao ensino. Era crucial para o desenvolvimento do ensino, assim como se esperava nos anos iniciais do século XX no estado.

Com isso, a nova Escola Normal passou a ser de responsabilidade do poder público estadual, sendo esse o seu maior incentivador e financiador nos seus próximos anos. O poder público formaria as novas professoras para seguirem os modelos educacionais em voga em todo o país, a fim de construir uma sociedade moldada pelos padrões educacionais republicanos e, com o intuito de formar uma padronização do conhecimento, não permitiria que os ensinamentos fossem divergentes aos apropriados para os projetos políticos e sociais, como os ideais republicanos de cidadania e formação de corpos sadios.

A nova Escola Normal foi aos poucos contribuindo para a formação de um corpo profissional de professoras para o estado do Piauí com o objetivo de melhorar o quadro educacional e modificar o modelo de educação de primeiras letras por sujeitos não condizentes aos modelos educacionais da Escola Nova. Diante disso, tem-se a Tabela 7, referente à quantidade de conclusões do curso normal no período de 1912 e 1921, em Teresina.

Tabela 7 - Número de conclusões da Escola Normal (1912 – 1921)

Ano	Concludentes
1912	20
1913	16
1914	06
1915	02
1916	10

<sup>274</sup> MELO, 1922.

1917	11
1918	05
1919	09
1920	08
1921	06

---

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes<sup>275</sup>.

Considerando a tabela, é possível verificar que nos dois primeiros anos da criação da Escola Normal Oficial houve elevado número de conclusões, se comparada com os demais anos. O ano de 1915 é o que requer uma maior atenção por contar com a saída de apenas duas concludentes, o que representa uma quantidade muito baixa para a expectativa de expansão educacional. Além disso, requer analisar que, mesmo com os esforços do poder público, a quantidade de formações em nove anos foi de apenas 93, o que pode ter influenciado na pouca oferta de mão de obra feminina para escolas primárias.

Essa demanda da formação de mulheres na Escola Normal seguia as normas estabelecidas pelo poder público local, assim, percebe-se na estrutura da Instrução Pública Estadual, por meio da Lei nº 548, de 30 de março de 1910<sup>276</sup>, que a escola deveria ser destinada exclusivamente ao sexo feminino, com a nomeação, preferencialmente, de professoras normalistas. Essas determinações proporcionavam a formação de um corpo profissional atuante no Piauí, pois deveriam ter prioridade para assumir os cargos disponíveis para professora primária.

A criação do curso Normal para o público feminino foi evidenciada na atuação do poder público piauiense que destinava essa mão de obra para o ensino infantil. Para tanto, ao colocar como critério de nomeação de professora as normalistas, o estado tomou para si o poder de controle sobre o ensino primário, pois, preferencialmente, as formadas na Escola Normal podiam atuar em escolas públicas do Piauí. No entanto, foi evidente a atuação feminina no

---

<sup>275</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p.85.

<sup>276</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910**. Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do estado. Teresina: Imprensa Oficial – 1910.

ensino primário antes mesmo dessa determinação, pois foi concedida a permissão para que as professoras já atuantes sem habilitação frequentassem a instituição para adquirirem formação.

No mesmo ano, o decreto nº 434<sup>277</sup>, de 19 de abril de 1910 regulamentou a Instrução Pública e estabeleceu as normas para a Escola Normal. No decreto, lê-se:

- a) ofereceria uma educação científica (conjunto das matérias ensinadas nas escolas primárias para ampliar, consolidar e completar a instrução elementar nelas recebidas) e uma educação técnica (para instruir e adestrar o professorando no uso dos métodos e processos de cultura física, mental e moral da mocidade);
- b) o curso seria de três anos;
- c) seria criada, anexa à Escola Normal, **uma Escola Modelo, destinada à prática das professorandas**, com currículo semelhante ao do ensino primário (quatro anos) e matrícula para ambos os sexos;
- d) para o ingresso na Escola Normal Oficial seria necessário o pagamento de uma taxa de 20\$000 réis, certidão de ensino primário (caso não o tivesse a candidata seria submetida a um exame de admissão), ter mais de doze anos e não sofrer de doença contagiosa;**
- e) o corpo docente contaria com três professoras para lecionar Música, Desenhos e Trabalhos de Agulha e nove lentes para as demais disciplinas (as cadeiras vagas seriam preenchidas por concurso ou por lentes do Liceu Piauiense);
- f) existiriam gabinetes e laboratórios para o ensino prático;
- g) as matérias de ensino da Escola Normal seriam trabalhadas em dezoito cadeiras<sup>278</sup> (Grifo nosso).

As normas para a Escola Normal devem ser enfatizadas em alguns pontos. O primeiro, quanto ao seu ensino ter a preocupação de modelar os corpos das candidatas ao magistério com uma educação capaz de instruir e de adestrar suas mentes, seus saberes e suas moralidades, além da escolha de jovens com idade superior aos 12 anos de idade, o que já representaria um maior conhecimento sobre as letras e o desenvolvimento de seus corpos físicos. E que as candidatas às normalistas não apresentassem nenhuma doença contagiosa, algo que poderia colocar a risco os corpos das demais alunas e fracassar nos projetos educacionais. Além disso, as matrículas não aconteciam de forma gratuita, algo que deve ser evidenciado, logo que o custo educacional não

<sup>277</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910**. Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expediente regulamento para a instrução pública do Estado. Teresina: Imprensa Oficial – 1913.

<sup>278</sup> SOARES, 2004, p.77.

possibilitaria a igualdade de condições para que todas as mulheres pudessem estudar nessa instituição.

Diante da pouca quantidade de matrículas, como foi possível verificar no quadro anterior, e com a necessidade de aumento de educadoras primárias, os poderes públicos municipal e estadual financiaram a educação de jovens mulheres vindas das mais diversas cidades do interior do estado.

Tem chegado do interior diversas senhoras que se propõem cursar a escola normal. Sabemos que já aqui se encontram uma vinda de Parnaíba; uma de Belém; uma de Amarante; duas de Floriano; e uma de Itamaraty. Ainda este mês chegarão outras de Oeiras, S. João do Piauí, S. Raimundo Nonato, livramento e P. Alegre<sup>279</sup>.

Essa forma de proporcionar a educação a essas mulheres se dava pela necessidade de mão de obra de professoras pelo estado, não por dar oportunidade de ensino ou educação às mulheres, em especial as que já fossem originalmente das cidades em que poderiam ministrar aula. A formação facilitaria as contratações dessas em cidades do interior que, muitas vezes, não dispunham de grandes recursos educacionais, pois se entendia que não haveria gastos com as professoras para se manterem nesses locais.

A Escola Normal, em seus anos iniciais, possibilitou a formação de um corpo profissional baseado nas regras e métodos de ensino vigentes para a atuação no ensino primário. A Escola Normal seria responsável pelo fomento de uma mudança substancial na educação do Piauí, ao possibilitar formar crianças com base nos ideais da educação da Escola Nova, em busca do progresso social.

Além da importância da Escola Normal para o desenvolvimento do ensino primário no estado e da formação de profissionais capacitadas pelas novas metodologias de ensino, esse ambiente escolar também ganhou importante destaque quanto ao isolamento dessas mulheres. Pode-se verificar no discurso do professor da Escola Normal, Alberto Correia Lima, durante a festa comemorativa do quarto aniversário da fundação da mesma escola, a importância do isolamento das normalistas, provocado pelo ambiente escolar, o qual resguardava as mulheres do convívio dos “perigos” externos da sociedade.

A fundação da escola normal marca o início de uma nova fase para o Piauí.

---

<sup>279</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano I, n. 23, 23 mar. 1911, p.1.

Para quem conhece o valor da instrução primária, tal afirmativa nada tem de exagerada. Sem ela uma nação nunca poderá ser grande, nunca poderá ser digna, nunca poderá concorrer para a magnificência da civilização. [...]

O fundador desta escola teve, sem dúvida, em mente, as palavras de Le Bon: “Com bons professores todos os programas são excelentes”. Vendo que era preciso tê-los naquelas condições, fez surgir a escola normal que os prepara intelectual e pedagogicamente para a nobre e árdua missão. S. Paulo, cuja esplendida floração de progresso tanto admiramos muito cedo abrangem esta face do problema, criando diversas escolas normais no estado. Os professores paulistas têm fama em todo o Brasil.

Nossa escola surgiu, pois, em um momento de feliz inspiração e tem sabido corresponder a expectativa de nossa sociedade.

O atual governo, compreendendo a grandeza da obra iniciada, tem se esforçado para torná-la digna de seu objetivo.

**Como eu já disse em outra parte, no seu tranquilo recinto, onde gorjeiam doces almas femininas, não penetram as paixões que tumultuam lá fora.** Temos aqui uma grande liberdade de ação, sem que sejamos tolhidos por empenhos ou sugestões externas. Escudados nessa liberdade, temos procurado fazer os julgamentos, inspirados num máximo espírito de justiça<sup>280</sup> (Grifo nosso).

Mulheres jovens eram disciplinadas para conviver no espaço educacional voltado para infância e para exercerem suas funções de trabalhadoras, logo que iriam sair dos ambientes domésticos para os públicos. Corpos selecionados e moldados para educação normal e, posteriormente, para reproduzir os seus conhecimentos nas escolas e em outros meios sociais, criação do modelo desejável para a mulher educada.

Essas ideias da educação feminina não chegariam de forma consolidada na sociedade piauiense, elas seriam construídas durante muitos anos do século XX. Assim, como é possível ver na fala de Alberto Correia Lima, se tem o atraso em que o estado se encontrava no ano de 1912. Para transformar essa situação, apostou-se na inserção das normalistas no sistema escolar: Registrou-se, assim, o ingresso das primeiras concludentes.

Os primeiros frutos aí estão, com a turma de professoras de 1912. O critério louvável que seguiu o governo nas primeiras nomeações aumentou o crédito da escola. Hoje as aulas regurgitam de neófitas, **que amanhã irão levar a luz por nossos infintos sertões, até agora mergulhados no mais angustioso analfabetismo.** [...]

Todos os grandes espíritos que se ocupam da instrução no Brasil, mostram o estado pungente de nossa inferioridade

<sup>280</sup> ESCOLA NORMAL, *Diário do Piauí*, Teresina, ano III, n. 111, 17 mai. 1913, p. 2.

pedagógica. **Temos quase 80 por cento de analfabetos**, enquanto a Argentina conta apenas 50 para 100 habitantes, porcentagem que descreve vertiginosamente. É por isso que a vizinha do Prata é em quase tudo superior a nós, exceto na retórica e na politiquice.

Mais vale uma obra perfeita do que dez mal-acabadas.

**Já que o Estado financeiro do Piauí, que em parte é um reflexo das condições gerais do país, que se acha na iminência de uma catástrofe, pela depreciação da borracha, não permite a difusão de grande melhoramentos**, cumpre que os esforços do governo convirjam especialmente para esse templo de luz: que as suas paredes internas sejam decoradas de mapas, que se crie nele um pequeno laboratório químico e físico, que se vote uma verba para o acabamento do edifício e seu embelezamento, que um pequeno jardim seja construído ao lado, para que possamos dizer aos forasteiros:

- Não vê aquele soberbo edifício? Ali é a Escola Normal.

Os verdadeiros piauienses deverão aplaudir esses atos e o futuro sabê-los-á recompensar quando lhes descobrir os fecundos resultados.

Numa estatística que li há três anos, tratando da instrução no Brasil, o Piauí ocupava em linha descendente o décimo sexto lugar.

Tenho profunda convicção de que a Escola Normal há de concorrer para levantar nosso querido Estado de posição tão ínfima.

Mas para isto, é preciso o auxílio de uma fiscalização seria e rigorosa. Os inspetores escolares devem ter uma capacidade e uma abnegação fora do comum, sendo aptos para atestar não só a frequência dos alunos e a assiduidade dos professores, como também se os métodos adotados são capazes de produzir os desejados efeitos, porque é preciso confessar, aqui, *como em quase todo o Brasil, domina ainda a antiga pedagogia livresca e mnemotecnica. Atota-se a memória das crianças, atrofiando-se lhes o raciocínio e o físico, fazendo de memória 'um armazém de quinquilharias baratas, que se atulham e se inutilizam nas angustias de lucubrações infrutíferas'*.

**Por isso, o Estado muito espera das novas professoras. Com a inteligência cultivada e impregnada dos novos métodos, como raios de luz poderão espancar as trevas do analfabetismo**, e o Piauí ascenderá no termômetro da instrução, e a estrela que ele representa no auriverde pendão de nossa terra, refulgirá mais brilhante na constelação de suas irmãs.

Minhas jovens discípulas, nossa terra confia em vós.

Milhares de criancinhas, que bracejam nas trevas, têm os olhos voltados para aqui como para um oriente de luz.

**Vós sois o símbolo de uma ressurreição. Empreendeis uma nobre cruzada, sede dignas dela**<sup>281</sup>. (Grifo Nosso)

<sup>281</sup> ESCOLA NORMAL, *Diário do Piauí*, Teresina, ano III, n. 111, 17 mai. 1913, p. 2.

Nessa citação há elementos que devem ser analisados com o intuito de mostrar a construção da imagem da educação feminina para a atuação no ensino primário como uma saída para o desenvolvimento do estado. Primeiramente, as normalistas passaram a ser vistas como agentes que tornaram possível o abandono do quadro de analfabetismo, elas conseguiram diminuir a volumosa porcentagem de quase 80% da população como analfabeta, o que deixava o estado brasileiro com a imagem de atraso e em desvantagem aos demais países da América do Sul. Além de servirem como inspiração às crianças piauienses, que iriam seguir os caminhos das letras diante da atuação feminina nas escolas, que eram a luz dos conhecimentos.

Outro ponto abordado por Alberto Correia Lima foi ao uso da velha metodologia de ensino “livresco” e mnemotécnica<sup>282</sup>, algo tido como ultrapassado e que não estaria contribuindo para a evolução da educação piauiense. Por nossa análise, essa educação se baseava no uso do livro e na imaginação da criança, o que levava o conhecimento para o campo do abstrato e não possibilitava o real entendimento.

Na perspectiva da educação no Piauí, naquele tempo, a economia do estado se tornou um empecilho para o desenvolvimento da educação, ao se encontrar em decadência, pois sem grandes recursos seria difícil investir na manutenção de uma Escola Normal de qualidade pedagógica e material. Além disso, essa falta de recurso era um impedimento para o desenvolvimento da educação em outros graus. Para esse desenvolvimento seria de extrema importância a ação do inspetor do ensino, assim como defende Alberto Correia Lima, pois, como se viu anteriormente, esse contribuiu com informações sobre a educação formal.

Além das formações de normalistas durante esses primeiros anos de funcionamento da Escola Normal também foram verificados os poderes instituídos ao dar a possibilidade de os professores poderem modificar o ensino que acontecia nesse tipo escola. As alterações no ensino faziam com que a

---

<sup>282</sup> A mnemotécnica é uma técnica de estimulação da memória. O nome vem da titânide grega da memória, Mnemosine. O termo mnemotécnica, apesar das suas raízes gregas, é de uso moderno, com origem no século XIX, e tornou-se sinónimo do termo “ars memoriae”, Arte da Memória, usado na antiguidade clássica. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mnemot%C3%A9cnica>. Acesso em: 01 dez. 2024.

educação dessas normalistas fosse adaptada às vontades e necessidades educacionais do momento.

Graças ao sábio mecanismo instituído pela nova organização do ensino, os corpos docentes dos institutos têm podido, sem dificuldade, atender mais facilmente e de acordo com as suas únicas aspirações, alterar os seus regulamentos, modificando o estudo das matérias, estabelecendo quanto julgam útil bem do ensino, incluir-se a criação de novas cadeiras, sobre cujo assunto a intervenção do governo é limitada ao caso de aumento de despesas à custa do erário público.

Os exames de admissão, este ano, como no anterior, deram os melhores frutos, filhos da seriedade e honestidade rigor com que as congregações procuram, cientes da grande responsabilidade que nesse caso como nos outros do ensino a elas agora confiada pesa sobre essas outras corporações<sup>283</sup>.

Essas mudanças visavam tornar aptas as professoras para alterar a situação do ensino primário, com o objetivo de transformar o corpo e as mentes das crianças em nome da pátria. A expectativa de mudança depositada nas normalistas vai muito além da expansão do número de alunos matriculados nas escolas do Piauí, visava-se a criação de um ensino adaptável às condições de cada escola e lugar, provocando uma modelagem do aprendizado obtido na Escola Normal por meio das disciplinas ou, até mesmo, da prática na Escola Modelo.

Diante da impossibilidade financeira para solucionar os problemas educacionais, o governo adotou o investimento em uma instrução formadora de professoras como estratégia. Formaria um professorado competente de acordo com as novidades pedagógicas voltadas à formação dos professores e à educação da infância, elevando a condição do Piauí de estado comprometido com ensino.

Compreendendo isso, foi que o meu ilustre antecessor, não podendo de uma vez atacar o problema e resolvê-lo, fez a reforma da instrução tomando por base a formação de um professorado competente. Ainda mais, convencido de que a mulher, por suas qualidades afetivas, por sua maior facilidade de comunicação com as crianças, pelas condições de seu temperamento, pela natureza do seu papel na família, por sua influência moral junto aos espíritos infantis, é, como educadora, preferível e superior ao homem, fundou a Escola Normal, não com os moldes da Escola Normal Livre, que existia, então, mas com um mais largo programa, apropriado aos fins que tinha em vista. Dela deviam saber as preceptoras futuras, suficientemente aparelhadas para a missão dedicada e espinhosa de

---

<sup>283</sup> INSTRUÇÃO PÚBLICA, **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 113, 20 mai. 1913, p. 2.



educadoras. E essa ideia já teve começo de realização prática, este ano<sup>284</sup>.

O discurso sobre o feminino continua a construir a sua imagem relacionada à imagem da infância. A mulher educada na Escola Normal deveria ser ligada à ideia de uma criança a ser educada e amparada, pois “por suas qualidades afetivas”, pelo seu “temperamento”, pelo seu “papel na família” e pelas suas relações com as crianças lhe permitiria atuar nas escolas primárias. Assim, tentou-se construir a imagem da normalista com os seus papéis de mãe e educadora, em que seria “preferível e superior ao homem”.

O Estado investia na constituição da professora normalista como especialista na educação da infância, seja pela produção do discurso em seus espaços de poder ou nas suas ações dentro e fora dos espaços escolares. Suas qualidades eram fruto da aliança entre escolarização e atributos femininos, ligando sempre as características femininas, inventadas, aos seus papéis sociais de mãe, esposa, educadora, cuidadora e, até mesmo, membro de um ideal do poder público na formação da nação. Essa soma as tornaria mais aptas para formar as crianças, moldando-lhes o corpo.

E assim que terminando o curso vinte normalistas, foram aproveitadas as que mais se distinguiam, vendo preenchidas com elas a 2ª cadeira das Escolas Mistas Reunidas, à rua da Estrela, a 3ª cadeira das Escolas Reunidas Masculinas, avulsa da Avenida Frei Serafim, a avulsa do Campo de Marte, a mista da povoação dos Altos, a mista da povoação do Poty Velho, todas as adjuntas das Escolas Reunidas e Escola Complementar, desta capital e mais duas de Amarante, uma de Valença e uma de Campo Maior. Tudo se deve esperar das novas professoras. Como diretor que fui da Escola Normal, testemunhei o seu curso brilhante, a dedicação que mostraram nos meses de prática da Escola Modelo, o que é uma segura garantia do resultado benéfico de seus esforços. **É natural confiar, pois, que a esta hora, nesta capital e nas das localidades referidas, se tenham substituído os arcaicos processos de ensino antes adotados, de modo que, ao lado de economia de tempo, concorra maior aproveitamento para os alunos.** E se recordarmos que os novos professores levam para o magistério uma cultura regular, ficarão perfeitamente justificadas as nossas esperanças – máximo no que se refere à ação da professora normalista no interior do Estado<sup>285</sup> (Grifo nosso).

<sup>284</sup> ESCOLA NORMAL, **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 124, 01 jun. 1913, p. 3.

<sup>285</sup> ESCOLA NORMAL, **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 124, 01 jun. 1913, p. 3.

As novas professoras disponibilizadas por meio da formação na Escola Normal possibilitaram a ocupação de cargos pelo estado, não ocorrendo à concentração em Teresina. Além disso, ressalta-se a adoção das novidades pedagógicas que deveriam gerar benefícios à educação ao formar professoras mais bem preparadas e ao substituir a mão-de-obra atuante no Piauí, o que elevaria o nível escolar e proporcionaria, pelo menos de forma abstrata, a diminuição do analfabetismo.

Nos anos de 1920, a Escola Normal continuou os seus trabalhos na formação feminina para educação infantil e teve uma mudança significativa quanto à sua representação no meio social e espacial da cidade de Teresina, com a construção de uma instituição no centro da cidade. A escola passou a fazer parte da área principal da cidade, se concentrando próxima aos ambientes do poder público, igreja matriz e mercado municipal.

Figura 6 - Prédio da Escola Normal Oficial, Teresina - Piauí



Fonte: Site IPATRIMÔNIO<sup>286</sup>.

---

<sup>286</sup> Site do IPATRIMÔNIO. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/teresina-escola-normal-antonino-freire-nivel-estadual-e-municipal/#!/map=38329&loc=-5.034858924155483,-42.96478271484375,11>. Acesso em: 20 nov. 2023.

O prédio da Escola Normal foi inaugurado no ano de 1922, no governo de Matias Olympio, contendo as características neoclássicas. Foi possível perceber que a construção do prédio escolar, com a sua inspiração na arquitetura grega e romana, contou com o uso de formas retangulares e simétricas e uma das mais evidentes, pela imagem, é a elevação da edificação com o uso de escadas<sup>287</sup>. A escola se destacou na construção do espaço urbano e entraria em acordo com as ideias europeias para a cidade de Teresina, como os cafés e outros locais no centro.

Essa construção servia para representar o empenho do poder público para a consolidação da imagem da escola como algo importante para a sociedade local, pois remete à imponência da sua estrutura arquitetônica na configuração estética da cidade. Era a herança ou o desejo de construir algo inspirado na Europa, fosse o modelo social, educacional e, dessa maneira, até mesmo, arquitetônico.

Assim como se pode perceber diante da Escola Normal Oficial, ao ser considerada um patrimônio da cidade de Teresina:

As festas comemorativas da passagem do Governo, de 1924, já se realizam no majestoso edifício da Escola Normal, que se incorpora, então, ao patrimônio artístico de Teresina, sendo dos mais notáveis entre os estabelecimentos congêneres do Nordeste e, sem contestação, o monumento arquitetônico de linhas mais imponentes do Estado. Matias Olímpio, além de concluir o Grupo Escolar “Abdias Neves”, manda projetar e construir dois outros menores: o que, hoje, tem o seu nome, no bairro “Porenquanto”, e o “Gabriel Ferreira”, no subúrbio “Vermelha”. Contemporaneamente, em Parnaíba, José Narciso, na Prefeitura, leva a termo a edificação do Grupo Escolar “Miranda Osório”, atual Ginásio Parnaibano, prédio de amplas proporções e belo aspecto, projetado pelo ilustre engenheiro Samuel dos Santos<sup>288</sup>.

A instituição é referenciada como um patrimônio notável para a cidade de Teresina na década de 1920 e para toda a região Nordeste por sua estrutura arquitetônica imponente. Assim, a estrutura, além de receber atenção por ser um ambiente de formação da mão-de-obra feminina para educação, também ganhava o encantamento por suas linhas arquitetônicas e representava para a cidade e sua população como marcas do desenvolvimento do governo local.

---

<sup>287</sup> Características neoclássicas no Brasil Disponível em: <https://laart.art.br/blog/arquitetura-neoclassica-no-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

<sup>288</sup> GONÇALVES, 1980, p.257.

Nos anos referentes de 1920 a 1929 aconteceu um acentuado aumento de matrículas na Escola Normal, configurando-se como um momento de consolidação do ensino na capital. Esse período diverge do anterior, que contou com poucas matrículas e uma estruturação tanto física quanto pedagógica do espaço destinado ao ensino normal, sendo assim, é o período em que a Escola Normal estava em pleno gosto da população local para a educação feminina, tanto que aconteceram expansões do Ensino Normal nas cidades de Parnaíba e Floriano<sup>289</sup>.

Tabela 8 - Número de conclusões da Escola Normal Oficial (1922 – 1929)

Ano	Concludentes
1922	16
1923	09
1924	11
1925	10
1926	21
1927	24
1928	25
1929	36

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes<sup>290</sup>.

A Escola Normal conseguiu elevar os números de suas matrículas na década de 1920, conseguindo formar a quantidade de 152 normalistas. É visível o desenvolvimento da escola, no entanto, vale destacar que não sofreu o processo de crescimento progressivo em suas saídas de alunas formadas, nos anos de 1923, 1924 e 1925 ocorreram poucas saídas se forem comparadas com os demais anos. Assim, mostra que as mudanças ocorridas, com o novo prédio e investimentos financeiros, não foram o suficiente para uma ascensão da instituição de forma acelerada.

Na década de 1930, o curso normal foi ampliado para cinco anos. As normalistas deveriam fazer teste vocacional nos dois últimos anos do curso complementar que acontecia na Escola de Adaptação, a qual a frequência era

<sup>289</sup> SOARES, 2004, p. 89.

<sup>290</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

obrigatória. Aconteceu a abertura de mais um curso normal na cidade de Teresina, sendo esse no Colégio Sagrado Coração de Jesus (CSCJ). Esse novo curso normal fez com que o ensino das normalistas passasse por modificações e adaptações. Teresina contava com dois estabelecimentos de ensino um na esfera pública; outro na esfera privada<sup>291</sup>.

A Escola de Adaptação foi criada em 1933, por meio do Decreto nº 1.438<sup>292</sup>, o qual tinha como finalidade oferecer um curso complementar com a duração de dois anos, que serviu para aprofundar os conhecimentos do ensino primário e realizar testes vocacionais destinados aos candidatos que concorriam a uma vaga na Escola Normal. O que proporcionou maior controle do público que adentraria ao ensino normal, cabendo ao ensino apenas os candidatos que fossem aptos. E revela que a escola passou por modificações ao não levar mais as condições de aptidões femininas ao ensino e terem apenas o conhecimento primário como quesitos fundamentais, sendo necessário perceber inicialmente aqueles candidatos que teriam aptidões e vocação ao ensino.

A Tabela 9 mostra a quantidade de matrículas da Escola Normal nos anos de 1930.

Tabela 9 - Quantidade de matrículas e concludentes (1930 – 1939)

Ano	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	Total	Concludentes
1930		58	58	26		295	23
1931	153						31
1932	138	84	66	43	07	338	19
1933	21	39	58	33	16	167	25
1934	30	23	31	53	29	166	34
1935	44	39	24	30	52	189	41
1936	58	67	41	34	31	231	29
1937	63	57	58	49	32	259	32
1938	62	72	41	61	51	287	50
1939	80	67	55	37	59	298	58

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes<sup>293</sup>.

<sup>291</sup> SOARES, 2004, p. 89.

<sup>292</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1933**. Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933. Regulamenta o ensino normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

<sup>293</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 89.

Na década de 1930, a quantidade de matrículas na Escola Normal já configurava que a instituição estava representando um local de formação educacional feminina de visibilidade, pois ocorreu um crescimento considerável na sua quantidade de alunas. Os dados revelam que a quantidade de matrículas passou para casa da centena, chegando à quantidade de 338 matrículas no ano de 1932.

Outro ponto observado foi a saída de alunas formadas pela Escola Normal, algo que na década de 1920 oscilou de 9 a 36, chegou aos valores de 19 a 58, na década de 1930. Assim, a quantidade elevou-se para 342 normalistas formadas nessa década, o que representava elevada quantidade de profissionais disponíveis a serem inseridas na estrutura educacional piauiense.

Na Tabela 10 é possível verificar o desenvolvimento da Escola Normal na década de 1930 e 1940 por meio das matrículas e conclusões na instituição.

Tabela 10 - Matrículas e conclusões na Escola Normal (1930 - 1940)

Anos	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	Conclusões
1930	153	58	58	26	*	23
1931	-	-	-	-	-	31
1932	138	84	66	43	07	19
1933	21	39	58	33	16	25
1934	30	23	31	53	29	34
1935	44	39	24	30	52	41
1936	58	67	41	34	31	29
1937	60	41	25	49	32	32
1938	62	72	41	61	51	50
1939	80	67	55	37	59	58
1940	88	81	65	34	36	35
1941	98	92	70	42	33	33
1942	110	93	74	42	40	43
1943	62	68	81	70	40	38
1944	38	65	89	74	79	62
1945	46	48	50	81	63	60
1946	39	-	-	*	*	74
1947	51	-	-	*	*	54
1948	-	-	-	*	*	33
1949	-	-	-	*	*	26

Fonte: MARINHO, Joseanne Zingleara Soares<sup>294</sup>.

O destaque principal que devemos ter nessa tabela se refere à década de 1940, mesmo com a ausência de alguns dados pela sua inexistência ou por não existirem dados disponíveis. Nesses anos houve oscilações positivas e negativas na quantidade de conclusões em comparação, mas foi verificável que tem uma continuidade e, até mesmo, melhora nos seus números entre os anos de 1944 e 1946, momento em que houve o ápice de 74 conclusões de curso.

Assim, as escolas normais instaladas no Piauí, durante as quatro primeiras décadas do século XX, contribuíram para ampliação da quantidade de mulheres instruídas, possibilitando a inserção do público feminino no mercado de trabalho formal por meio do Ensino Infantil, bem como a atuação das mulheres na construção da infância como idade da vida por meio do exercício da função de professora normalista.

A formação das mulheres de acordo com os modelos educacionais das Escolas Normais por todo o país foi necessária para o desenvolvimento educacional. Além disso, essa formação pelos cursos Normais criaram um modelo de mulher que representava a professora normalista na sociedade da época, fossem pelos seus currículos escolares, as maneiras de serem representadas nos escritos dos jornais e revistas e pela própria construção da imagem feminina criada pelas mulheres, como poderemos ver no próximo capítulo.

---

<sup>294</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008, p. 67.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. As construções das normalistas**

O capítulo terceiro da tese destina-se a discutir as formações das normalistas e das professoras teresinenses nas primeiras décadas do século XX. Acredita-se que isso se faz necessário para entender as representações que os corpos dessas mulheres foram sujeitados. Para isso, o capítulo final foi dividido em quatro tópicos menores.

O primeiro tópico, intitulado “Os currículos da Escola Normal Oficial e os corpos das normalistas”, apresenta as reformas curriculares que aconteceram na Escola Normal Oficial na primeira metade do século XX. Nele, evidenciou-se que essas reformas provocaram mudanças que se direcionaram para disciplinar os corpos das mulheres e suas atuações no ambiente escolar. Ademais, muitas reformas curriculares afetaram o ensino e a reputação da Escola Normal Oficial, o que gerou uma instabilidade na instituição.

No segundo tópico temos “Os sujeitos da Escola Normal: as normalistas”, em que foram evidenciados as normalistas e um aluno que se formaram no curso Normal e as configurações sociais e políticas que determinaram as matrículas dessas mulheres na instituição de ensino. Essas mulheres foram educadas por causa de suas relações familiares e políticas, isso é evidenciado no texto, no entanto, não lhes foi negada, nesta pesquisa, a possibilidade de serem nomeadas.

O terceiro tópico do capítulo, “As professoras e os professores da Escola Normal Oficial”, dedicou-se a analisar as professoras e os professores da Escola Normal Oficial, pois havia a necessidade de conhecer quem foram os educadores das mulheres na instituição e como aconteciam as distribuições das disciplinas entre esses docentes. Assim, foi possível mostrar o corpo docente da Escola durante a primeira metade do século XX e aprofundar-se quanto às condições sociais e políticas que possibilitaram as inserções das mulheres como educadoras delas mesmas.

O último tópico foi intitulado de “As representações das normalistas e professoras” para abordar como foram feitas, nos jornais locais, as construções das imagens das mulheres normalistas. Abordou-se as publicações sobre as



primeiras normalistas formadas no curso, como elas foram retratadas e apresentadas nas produções em jornais das próprias normalistas, em que tratavam e expunham as suas opiniões do que era ser professoras.

### 3.1 Os currículos da Escola Normal Oficial e os corpos das normalistas

Aborda-se as construções dos currículos da Escola Normal de 1909 até a década de 1950, com o objetivo principal de verificar as construções dos currículos ao longo do tempo e como eles podem ter influenciado para a formação dos corpos das normalistas no ambiente educacional. As tendências educacionais estavam influenciadas pelas questões sociais, políticas e econômicas de Teresina e do Brasil.

A primeira escola que analisamos é a Escola Normal Livre, criada no ano de 1909 pela Sociedade Auxiliadora de Instrução, como destacada anteriormente nesta pesquisa. Essa escola contava com disciplinas distribuídas ao longo de quatro anos do curso Normal<sup>295</sup>, sendo que para o primeiro ano do curso tinham as seguintes disciplinas. Vejamos a Tabela 11:

Tabela 11 - Disciplinas oferecidas pela Escola Normal Livre (1909)

Disciplinas
Português
Francês
Aritmética
Geografia Geral
Noções de Cosmografia <sup>296</sup>
Costura
Ginástica Sueca (caráter facultativo)

Fonte: BRITO, Itamar Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 35.

A distribuição das disciplinas do primeiro currículo da Escola Normal mostra a preocupação com a formação de professores e de professoras que pudessem ter as noções básicas da educação escolar, e nos revela as suas

<sup>295</sup> JORNAL DO PIAUÍ, [s.n], de 09 de janeiro de 1909.

<sup>296</sup> Cosmografia é a parte da astronomia que se preocupa com o estudo e descrição do universo Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cosmografia>. Acesso em: 11 out. 2025.

particularidades em ter as disciplinas de costura e de ginástica sueca. A primeira nos indica um caráter de escola voltada para as mulheres, por haver uma formação para a costura que servia, em algum momento, para afazeres nos ambientes domésticos e nos espaços escolares. Além disso, vale destacar que foram convidadas para lecionarem “prendas” as senhoritas Adelaide Mendes e Flora Burlamaqui<sup>297</sup>. Dessa forma, nota-se que havia evidências da preocupação com a saúde e a formação dos corpos dos educandos da Escola Normal Livre, apesar de não ter a disciplina de Ginástica Sueca como obrigatória aos alunos.

A proposta curricular da Escola Normal Livre durou pouco tempo, pois houve a mudança da instituição para Escola Normal Oficial, em 1910<sup>298</sup>, momento em que o governo do estado passou a administrar o ensino. Além da mudança na gestão da escola, houve o aumento do tempo de duração do curso para três anos. Acreditamos que isso se deu pelo entendimento de que havia a necessidade de ampliação das disciplinas que preparavam os professores, além de dedicar-se a formar professores em um curto período devido à urgência para formação de profissionais que pudessem educar nas escolas do estado do Piauí<sup>299</sup>. Para isso foi criada uma configuração curricular que aparece na Tabela 12.

Tabela 12 - Disciplinas da Escola Normal Oficial (1910)

Disciplinas
Português
Literatura Portuguesa
Francês
Aritmética
Geografia e Cosmologia
História Universal e do Brasil
Noções de Física, Química e Metodologia
Educação Moral e Cívica
Desenho e Caligrafia
Música
Trabalhos Manuais e Cartografia

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>300</sup>.

<sup>297</sup> JORNAL DO PIAUÍ, de 1º de janeiro de 1909.

<sup>298</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Leis Piauienses**. 1910. Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910.

<sup>299</sup> MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

<sup>300</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 35.

Nesse momento, as disciplinas voltadas para o corpo das mulheres eram as de Educação Moral e Cívica, Desenho e Caligrafia, e Trabalhos Manuais e Cartografia. A disciplina de desenho e caligrafia proporcionaria a adequação das formas de escrever, como pegar no lápis e usar o papel para produção de artes e, até mesmo, para obtenção de uma escrita que seguissem os modelos de letras da época. A disciplina de Trabalhos Manuais e Cartografia ensinava os alunos e as alunas a produção de materiais ou produtos para o uso do cotidiano e, algumas vezes, para obtenção de recursos financeiros com suas produções.

Cabe aqui destacar que foram disciplinas diferentes das ofertadas anteriormente no ano de 1909, e trazem significações de como os corpos deveriam ser construídos dentro do ambiente escolar de acordo com as novidades pedagógicas e com as influências do contexto político, econômico e social da sociedade teresinense e das metrópoles brasileiras.

Essa mudança curricular aconteceu no momento em que o estado do Piauí apresentava o que se denominava de “Reforma de 1910”, como expõe Itamar Brito:

Historicamente, a Reforma situa-se no período da 1ª República, sendo estabelecida na 2ª década do regime republicano, quando ainda o País procurava adaptar-se ao novo regime. Os intelectuais brasileiros, que orientavam o processo, viam a educação como a solução para os problemas sociais do País, atribuídos aos elevados contingentes de analfabetos que as estatísticas registravam, de aproximadamente 80%<sup>301</sup>.

O Piauí seguia as tendências educacionais instauradas no Brasil, comandadas por pensadores escolanovistas, como Lourenço Filho. Isso era uma adequação ao novo formato de governo e também às pretensões sociais e econômicas que eram depositadas sobre o Regime Republicano, como o progresso e a ordem social em novos tempos. O possível e desejado abandono dos atrasos por ora estabelecidos pelo regime político anterior, o qual havia deixado a educação com resultados ruins, como as altas taxas de analfabetismo.

A seguir temos a Tabela 13, em que constam as disciplinas da Escola Normal Oficial, divididas em três anos.

---

<sup>301</sup> BRITO, 1996, p. 46.

Tabela 13 - Grade curricular por série em 1910

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português	Português	Literatura Portuguesa
Francês	Francês	Educação Moral e Cívica
Aritmética	Geometria	Noções de Física, Química e Meteorologia
Geografia e Cosmografia	História Universal e do Brasil	Noções de História Natural, Agronomia e Higiene
Desenho	Desenho	Desenho e Caligrafia
Música	Música	Música
Trabalhos de Agulha	Trabalhos de Agulha e Cartografia	Trabalhos de Agulha e Cartografia
		Metodologia
		Pedagogia

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes<sup>302</sup>.

A tabela anterior nos demonstra que o Ensino Normal passou por modificações de disciplinas, em que foi ampliada a quantidade de disciplinas ofertadas ao longo dos 3 anos do curso. Destacamos as disciplinas que nos geraram afirmações quanto às perspectivas dos corpos das mulheres e suas funções como educadoras: Desenho, Música, Trabalhos de Agulha e Cartografia, Educação Moral e Cívica, Noções de Higiene, Metodologia e Pedagogia.

Nesse momento, os corpos das mulheres deveriam ser conduzidos para uma formação que as possibilitassem ser professoras primárias, para isso, disciplinas como as de Desenho, Caligrafia e Música moldariam os corpos. Produziriam e reproduziriam formas de pegar no lápis ou caneta, estruturas das letras grafadas e a maneira em que deveriam falar ou cantar.

A educação moral e cívica configurou-se como uma das formações das normalistas diante da formação da Escola Normal Oficial, que conduzia um ensino com bases no estado laico e para promoção de um regime político republicano. Essa disciplina seria essencial para instruir as mulheres para a formação dos alunos da escola primária quanto às configurações sociais desejáveis pela República.

<sup>302</sup> PIAUÍ. Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910 *In*: SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 83.

Esse currículo também trouxe duas disciplinas voltadas para a formação com bases no conhecimento educacional: Metodologia e Pedagogia. Ambas as disciplinas se destinavam a criar uma profissional educacional com conhecimentos específicos de suas funções, não se limitava mais aos conhecimentos básicos, como o currículo de 1909. Acredita-se que isso aconteceu pela necessidade de uma professora que pudesse criar, em seus alunos, o perfil de cidadão republicano e seguisse os mesmos programas de ensinamentos aplicados no Brasil e no exterior.

No ano de 1911, aconteceram novas mudanças no ensino da Escola Normal Oficial do Piauí, diante do desejo de transformação na estrutura curricular e em uma formação completa, em que as normalistas pudessem ter maior contato com a prática pedagógica e outras disciplinas.

A experiência já demonstrou que é prejudicial ao ensino a atual divisão dos estudos em três anos de curso. Será preciso, portanto, que retoqueis também nesta parte o atual regulamento geral da instrução pública, para distribuir por quatro anos as matérias atualmente lecionadas<sup>303</sup>.

Assim, o curso Normal deixou de ter 3 anos e passou a ter para 4 anos obrigatórios para a formação da normalista, como podemos ver na Tabela 14.

Tabela 14 - Currículo da Escola Normal Oficial - 1911

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	Economia Doméstica
Aritmética	Aritmética e Álgebra	Geometria e Trigonometria	História da Civilização e do Brasil
Geografia	Geografia e Cosmografia	História Natural, Zoologia e Botânica	História Natural, Mineralogia e Geologia
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Música	Música	Música	Música
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
Ginástica	Pedagogia	Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica

<sup>303</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Antonino Freire da Silva, no dia 1º de junho de 1911.** Therezina: Imprensa Oficial, 1911, p. 23.

Metodologia	Pedagogia	Pedagogia e Metodologia
Física e Meteorologia	Metodologia	Economia Rural e Higiene
	Física, Química e Meteorologia	
	Arboricultura, Horticultura e Jardinagem	

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes; ESTADO DO PIAUÍ<sup>304</sup>.

A grade curricular do ano de 1911 apresentava algumas novidades: Arboricultura, Horticultura e Jardinagem, Economia Doméstica e Economia Rural, e Higiene. Observa-se que a educação das mulheres também se destinava para as suas vidas nos espaços domésticos, em que, por ora, ocupava as funções de filhas de classes médias e elevadas de Teresina. Para uma boa condução dos espaços domésticos era necessária a manutenção de suas belezas, de suas economias, das formas de governar esse espaço e das suas adequações higiênicas.

Dessa maneira, um currículo que tinha como objetivo formar a mulher para os espaços escolares quando se tem as disciplinas de Pedagogia e Metodologia, também foram reforçados os lugares de pertencimento das mulheres que eram os seus espaços da casa.

No entanto, essas mudanças ocorridas no ano de 1911 não duraram muito. No ano de 1916 aconteceria outra modificação curricular, como se pode ver na Tabela 15.

Tabela 15 - Currículo da Escola Normal Oficial - 1916

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português
Francês	Álgebra	Francês	Literatura
Aritmética	Francês	Geometria e Trigonometria	Noções de Física e Química

<sup>304</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 83; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira**, no dia 1º de junho de 1922. Therezina: Tipografia do O Piauí, 1922, p. 3.

Geografia	Aritmética	História Natural, Zoologia	História Natural – Botânica e Noções de Geologia
Desenho	Geografia e Cosmografia	Desenho	História Geral
Música	Desenho	Música	História do Brasil
Trabalhos Manuais	Música	Trabalhos Manuais	Pedagogia
	Trabalhos Manuais	Pedagogia	
	Pedagogia		

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes; ESTADO DO PIAUÍ<sup>305</sup>.

Observa-se mudanças ocorridas no currículo de 1916, como a retirada das disciplinas analisadas na grade curricular de 1911. Nesse momento, tinha-se um currículo direcionado para os conhecimentos escolares que eram úteis às escolas primárias pelo estado do Piauí, mas destacamos que nesses últimos currículos aparecem com frequência a disciplina de Trabalhos Manuais como uma formação necessária para as mulheres das primeiras décadas do século XX em Teresina. Acredita-se que isso se deve pela atribuição às mulheres da imagem de costureiras ou produtoras de materiais em tecidos para os ambientes escolares, como as bandeiras e faixas, e para a manutenção de seus cotidianos em seus ambientes familiares com as produções de roupas e peças de enxovais.

Isso evidencia a representação das mulheres como sujeitos que estão ligados aos ambientes domésticos mesmo que estivessem em um ambiente destinado à sua formação profissional para atuação em escolas do estado. O lar ou as casas de suas famílias também seriam os seus espaços de partida e de destino, assim, deveriam construir mulheres capazes de manter seus papéis familiares.

Após o ano de 1916, só houve uma nova mudança curricular no ano de 1921, como podemos ver na Tabela 16.

Tabela 16 - Currículo da Escola Normal - 1921

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	História Natural

<sup>305</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 84; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira**, no dia 1º de junho de 1922. Therezina: Tipografia do O Piauí, 1922, p. 3.

Aritmética	Álgebra	Geometria	Desenho e Caligrafia
Geografia e Cosmografia	Corografia do Brasil – específica do Piauí	História Natural	Música Vocal
Desenho e Caligrafia	Desenho e caligrafia	Desenho e Caligrafia	Pedagogia
Ginástica	Ginástica	Música Vocal	História Universal
Trabalhos Manuais	Trabalhos manuais	Trabalhos Manuais e Cartografia	
História do Brasil	Pedagogia Prática	Pedagogia/Psicologia	
	Física e Meteorologia	Química	

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes<sup>306</sup>.

Na proposta curricular de 1921, houve novas disciplinas ofertadas para a formação na Escola Normal Oficial: Música Vocal e Pedagogia/Psicologia. Dentre as novidades daremos destaque à disciplina de Pedagogia e de Psicologia, conhecimento destacado anteriormente por Abdias Neves<sup>307</sup>, como uma necessidade da professora poder aprender a educar as crianças, pois isso evitaria que tivessem maus costumes e condutas. Assim, além do corpo, as professoras normalistas deveriam aprender como tratar as mentes infantis para a construção de uma sociedade alfabetizada e saudável tanto do corpo como da mente.

Mas, antes disso, deveriam ser modelados os corpos das normalistas com as disciplinas ofertadas na Escola Normal Oficial, a pedagogia e a psicologia formavam uma futura professora que fosse apta a ocupar as escolas pelo estado. Os conhecimentos produziram os corpos desejáveis para as melhorias do ensino, além disso, a proposta tinha como disciplina a Música Vocal, em que se observava um desejo de controle das maneiras de se comportar das mulheres.

No entanto, o currículo passou por novas modificações no ano de 1922, como são visíveis na Tabela 17.

<sup>306</sup> Decreto nº 771 de 06 de setembro de 1921 *In*: SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 85.

<sup>307</sup> NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. **Diário do Piauí**, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914, p 2.



Tabela 17 - Currículo da Escola Normal - 1922

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	História Natural e Higiene
Aritmética	Aritmética e Noções de Álgebra	Física e Meteorologia	Química
Geografia e Cosmografia	Geografia específica do Brasil	História do Brasil	História Universal
Desenho e Caligrafia	Desenho e caligrafia	Desenho e Caligrafia	Desenho
Trabalhos Manuais <sup>308</sup>	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e Cartografia	Música Vocal
Ginástica	Ginástica	Música Vocal	Pedagogia Prática
	Pedagogia Teórica	Pedagogia/Psicologia	
	Música		

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes; BRITO, Itamar Sousa<sup>309</sup>.

No ano de 1922, foi publicada a Lei nº 1.027 de 3 de julho com o novo currículo que deveria ser aplicado na Escola Normal Oficial. Além das organizações das disciplinas que já faziam parte anteriormente dos currículos anteriores, o novo currículo dava um maior destaque à formação das normalistas com os conhecimentos pedagógicos de forma teórica e prática e pedagogia/psicologia em diferentes séries. Nesse momento, esses conhecimentos apareciam nas três séries do curso Normal, o que reforça a afirmação de que o governo piauiense e a Sociedade de Instrução Pública ainda percebiam a deficiência no ensino aplicado anteriormente. Caberia à Escola Normal Oficial sanar as deficiências educacionais com essas disciplinas.

As mudanças curriculares afetaram não apenas o resultado final do conhecimento das normalistas, mas também a instituição passou a ser vista pela população piauiense.

No período de 1910 – ano da instalação da Escola Normal Oficial – a 1922 quando se processa a reestruturação do Ensino Normal, decorrente do Regulamento Geral do Ensino, foram diplomados 91 professores, observando-se um decréscimo entre a 1ª turma e as subsequentes, o que parece refletir certa insegurança da clientela

<sup>308</sup> Trabalhos de Agulhas In BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 60.

<sup>309</sup> Lei nº 1.027 de 03 de julho de 1922 In: SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 85; BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 60.

escolar, em face da instabilidade do ensino normal, com as sucessivas mudanças estruturais e funcionais verificadas<sup>310</sup>.

As mudanças curriculares aconteceram no momento em que ainda se tentava inaugurar um prédio destinado à Escola Normal Oficial, fatores esses que contribuíram para as diminuições das matrículas, pois ficava evidente que o ensino e suas condições ainda estavam em processo de estruturação. No entanto, isso não foi o suficiente para que parassem com as mudanças curriculares desse estabelecimento de ensino.

Na Tabela 18 aparecem as mudanças da reforma curricular de 1931.

Tabela 18 - Currículo da Escola Normal - 1931

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série
Português	Português	Português	Literatura Brasileira	Psicologia Educacional
Francês	Francês	Biologia e Higiene	Higiene Escolar e Noções de Puericultura	Metodologia Específica
Matemática/ Aritmética	Inglês	Inglês	Psicologia Educacional	Didática
Geografia	Matemática/ Aritmética	Matemática/ Aritmética/ Geometria	Metodologia Geral	Educação Física
Desenho	História Natural	Física e Química	Física e Química	História da Educação e Educação Cívica
Trabalhos Manuais	Desenho	Desenho	Didática	
Educação Física	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica	Educação Física	
História do Piauí	Educação Física	Educação Física	Música	
Música	Corografia do Brasil e Cartografia	História da Civilização		
	História do Brasil			
	Música			

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes; BRITO, Itamar Sousa<sup>311</sup>.

<sup>310</sup> BRITO, Itamar Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 60

<sup>311</sup> Decreto nº 1.301 de 14 de setembro de 1931 *In*: SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade

As mudanças curriculares para a década de 1930 são expressivas desde as mudanças na distribuição das disciplinas até o aumento do período do curso, de 4 anos para 5 anos, como aparece no Artigo 2º do Regulamento Geral do Ensino, no Decreto nº 1438<sup>312</sup>. Isso se deu pela necessidade de ampliação de disciplinas no preparo da normalista para o ambiente escolar.

Na primeira série temos as disciplinas “Educação Física” e “História do Piauí”, novas no currículo. A primeira foi a substituição da disciplina de ginástica, antes presente nos currículos do ensino Normal, e a segunda foi instituída com esse currículo, trouxe o conteúdo sobre o Piauí para a formação da normalista. Outra disciplina que fez parte desse currículo foi a de Inglês o que nos remete a pensar que a educação Normal não esteve mais voltada apenas para a Europa como seu modelo, mas que, a partir daquele momento, o ensino também utilizou como referência aos Estados Unidos da América.

Mais uma vez, as normalistas foram colocadas como agentes do estado para a propagação de conhecimentos e de cuidados com as crianças, afirmamos isso diante da disciplina de Higiene Escolar e Noções de Puericultura. Ter as noções básicas de como tratar o corpo infantil proporcionava a obtenção de uma população livre de doenças e mais próspera para as suas funções como cidadã, acreditamos que esses seriam alguns dos objetivos dessa disciplina. A normalista não era educada para se destinar ao seu ambiente familiar com filhos, mas sim que cuidasse e educasse os filhos da sociedade.

Desse currículo se destacam as disciplinas de Psicologia Educacional, Metodologia Geral e Didática, pois reforçam a afirmativa que havia uma preocupação quanto ao desempenho das normalistas nos ambientes escolares após as suas formações. Conhecer como funcionava e se desenvolviam as crianças era essencial para uma educação direcionada ao objetivo final: formar cidadãos. As crianças eram o futuro da sociedade piauiense e necessitava-se que elas conseguissem ser alfabetizadas e educadas para viver em sociedade de forma pacífica e próspera para, assim, sair dos índices altos de analfabetismo.

---

Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 86; BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 63

<sup>312</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações Metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, anno II, n. 60, 4 de mar. de 1932, p. 3-16.

Além disso, foram criadas disciplinas que promoviam o conhecimento das normalistas e como elas deveriam ministrar as suas aulas nas escolas primárias piauienses. Isso revela que existiu a necessidade de sanar quaisquer problemas de ensino produzidos pelas professoras que, depois de formadas, iam para os ambientes escolares. Podemos ver no fragmento a seguir, como eram os últimos anos do curso Normal.

O curso normal tinha a duração de cinco anos, não incluído aí o curso de adaptação, e era de frequência obrigatória, não podendo fazer exames o aluno que tivesse 20 faltas nas aulas teóricas e 6 faltas nas aulas experimentais (práticas).

[...]

Nos dois últimos anos do curso normal, os alunos realizavam prática profissional incluindo técnica metodológica e prática dos processos de ensino, de organização de classe, escrituração escolar e outros exercícios julgados necessários à formação do futuro professor.

A prática profissional era feita na Escola Modelo, e no Jardim de Infância anexo ao curso normal, bem como na Escola de Adaptação e em outras unidades escolares previamente designadas para esse fim.

A prática profissional incluía: regência de classe; aulas modelo; elaboração de planos de aula; trabalhos de administração escolar; correspondência e acentuação; elaboração e aplicação de testes psicológicos e pedagógicos, dentre outras atividades. Os professores de metodologia e de didática deveriam ministrar aulas modelo que eram, posteriormente, repetidas pelos alunos. Os alunos mestres deveriam observar um aluno de unidade escolar primária, incluindo essa observação: o desenvolvimento mental do aluno, sua capacidade de produção manual, seus processos de reação psicológica, defeitos sensoriais e conduta no trabalho escolar. Essas observações eram objeto de comentários pelo aluno observador que, apresentados ao professor de Psicologia e por ele avaliados, recebiam nota a ser incluída como coeficiente para a média anual<sup>313</sup>.

É possível verificar que a educação das normalistas não era mais apenas teórica, mas contava com disciplinas que proporcionavam as práticas educacionais. A verificação da formação Normal dava-se em observar como as normalistas se comportavam no ambiente escolar, se elas conseguiam aplicar na prática os seus conhecimentos sobre psicologia e solucionar problemas educacionais, além de como administrar uma escola. Assim, foram reforçadas as tentativas de construção de corpos de mulheres aptos a ocupar os espaços escolares, desde suas maneiras de comportar, suas condutas, até em formas de

---

<sup>313</sup> BRITO, 1996, p. 97-98.

solucionar problemas que não seriam mais em apenas escrever as primeiras letras.

No ano de 1947, foi estabelecido um novo currículo para a Escola Normal e esse tinha muitas diferenças com os anteriores como podemos ver na Tabela 19.

Tabela 19 - Currículo da Escola Normal - 1947

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português	Anatomia e Fisiologia Humana	Música e Canto
Matemática	Música e Canto	Desenho e Artes Aplicadas
Física e Química	Desenho e Artes Aplicadas	Educação Física Educação e Jogos
Anatomia e Fisiologia Humana	Educação Física Educação e Jogos	Psicologia Educacional
Música e Canto	Biologia Educacional	Metodologia do Ensino Primário
Desenho e Artes Aplicadas	Psicologia Educacional	Sociologia Educacional
Educação Física Educação e Jogos	Higiene e Educação Sanitária	História e Filosofia da Educação
	Metodologia do Ensino Primário	Higiene e Puericultura
		Prática do Ensino

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>314</sup>.

Observa-se uma configuração diferente no ensino Normal, se comparado com os demais currículos instituídos de 1909 até 1931, como também um maior intervalo de tempo para que surgisse outro modelo curricular. Houve a retirada de muitas disciplinas que eram comuns nesses currículos, como a de francês, história do Brasil, da Civilização e do Piauí e Trabalhos Manuais e deram lugar às disciplinas de Anatomia e Fisiologia Humana e uma maior concentração de disciplinas destinadas à produção de conhecimento para o ambiente escolar. Destaca-se que foram criadas disciplinas como as de Metodologia do Ensino Primário e Prática do Ensino, que serviriam como maneira de formar profissionais com maior direcionamento para as funções escolares.

De modo geral, porém, o currículo enfatiza, predominantemente, na formação do professor primário, a educação musical, a educação física e dá pouca ênfase à formação pedagógica.

<sup>314</sup> Decreto nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947 /in: BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, 1 ed. p. 103.

Essa estrutura curricular se tornou mais confusa com o desdobramento de algumas das disciplinas inespecíficas, processado na vigência do Dec. Lei nº 1.402/47, que se estende até o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou, mais precisamente, até 1966, quando é aprovado, pelo Conselho Estadual de Educação, o Parecer nº 03/66 do Cons. Itamar Sousa Brito que estabelece uma nova estrutura para o ensino normal, passando a adotar-se o modelo departamental<sup>315</sup>.

Percebe-se que a Escola Normal Oficial foi um espaço em que aconteceram diversas mudanças curriculares, com as ações dos governantes locais e nacionais e para seguir as tendências pedagógicas, em que indicavam as necessidades de construções de normalistas que formassem, primeiramente, os seus corpos e seus conhecimentos para depois irem para os espaços escolares. Assim, foram constantes as modificações curriculares, pois no estado do Piauí e em Teresina as condições sociais, políticas, econômicas e, principalmente, educacionais demandavam por mudanças para os seus desenvolvimentos.

Os corpos das mulheres normalistas foram constantemente colocados em análises e em formação, pois naquele momento eram os instrumentos condutores das crianças piauienses, responsáveis pelas batalhas contra o analfabetismo e o retrocesso que assolavam o estado piauiense no campo educacional. Logo, se fez imprescindível modelar os corpos que iriam modelar os corpos das crianças e servir de exemplo e representação do que era ser mulher e professora.

### **3.2 Os sujeitos da Escola Normal: as normalistas**

O presente fragmento da tese é dedicado a dar nomes aos sujeitos que foram educados ou educaram na Escola Normal Oficial, em Teresina. Tem como objetivo lançar luz aos sujeitos para que a pesquisa não se direcione apenas para as ações do governo do estado e outras instituições, mas também olhar de forma mais clara para os sujeitos e suas identidades. Para isso, serão mostradas algumas tabelas das alunas e alunos formados.

---

<sup>315</sup> BRITO, 1996, p. 103.

Durante o século XIX, período em que houve mudança da capital de Oeiras para Teresina, a sociedade piauiense tinha a estrutura familiar como instituição social, que garantia as funções econômicas, reprodutivas de valores morais, base religiosa e controle social<sup>316</sup>. Assim, os casamentos eram momentos de formações de novas alianças familiares, em que se formavam grupos familiares com os objetivos de manutenção dos poderes, continuidade dos sobrenomes e manutenção ou aumento dos patrimônios.

Dentre os arranjos familiares piauienses, destacaram-se alguns sobrenomes familiares: Coelho Rodrigues, Sousa Martins, Ferreira de Carvalho, Coelho, Sousa Mendes, Vieira de Carvalho, Araújo Costa, Pereira da Silva, Pereira Ferraz, Soares da Silva, Ribeiro Gonçalves, Silva Moura, Rocha, Nogueira, Madeira, Ferreira, e outros<sup>317</sup>. Esses sobrenomes apontados são, por diversas vezes, os mesmos das alunas da Escola Normal Oficial, o que evidencia a participação das elites e das classes médias piauienses no projeto de formação das mulheres no curso Normal.

Na Tabela 20 é possível verificar os nomes de 19 concludentes da Escola Normal Oficial, vale ressaltar que se tem exclusivamente a formação das mulheres e que algumas delas faziam parte das famílias de elevado prestígio social, financeiro e político piauiense.

Tabela 20 - Primeira turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1913

Alunas Concludentes
Luiza Sobral Lima
Briolanja Oliveira
Evangelina Augusta e Silva
Maria Gonçalves Vilhena
Lina Gayoso e Almendra
Aurea Pires de Castro Rebello
Rosila Neves de Souza
Maria José de Oliveira
Cecilia Clary de Oliveira

<sup>316</sup> SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista. In: LIMA, Nilsângela Cardoso. **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

<sup>317</sup> SILVEIRA, 2020, p. 168-169.

Corina Sobreira da Silva  
 Alzira F. de Castro e Silva  
 Izabel de Castro e Silva  
 Alzira Freitas  
 Alzira Freire  
 Maria Evangelina Parentes Fortes  
 Julia Jacy da Cunha  
 Luiza Pinheiro  
 Alice Couto  
 Maria do O'Barros.

---

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>318</sup>.

Dentre as concludentes, destacaremos Lina Gayoso e Almendra, que pertencia aos descendentes de João Henrique de Souza Gayoso e Almendra, que foi Promotor em Teresina, Deputado Federal pelo Partido Republicano<sup>319</sup>; e Maria Evangelina Parentes Fortes, filha de Luiz de Menezes Fortes e Leonidia Portella Parentes<sup>320</sup>, além de Aurea Pires de Castro Rebello, no mesmo ano de sua formatura casou-se com Álvaro Freire<sup>321</sup>, professor da Escola Normal Oficial no ano de 1920.

A presença de mulheres que eram de classes médias e altas do Piauí nos mostra que existia uma importante representação que a Escola Normal estabelecia enquanto instituição para educação das mulheres. A Escola formou filhas de políticos e intelectuais piauienses que atuavam diretamente no governo municipal e estadual, o que nos mostra uma tentativa de formar as mulheres, não mais com apenas o conhecimento primário ou instruções para a vida cotidiana, mas uma formação mais aprofundada que lhes dariam um destaque social.

---

<sup>318</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Camara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel Paiva Rosa**, no dia 1º de junho de 1913. Therezina: Imprensa Oficial, 1913, p.21.

<sup>319</sup> Informações sobre João Henrique de Souza Gayoso e Almendra e seus descendentes e familiares. Disponível em:

[https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=780&ver=por&ori=pal&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=780&ver=por&ori=pal&c_palavra).

Acesso em: 26 ago. 2025.

<sup>320</sup> Disponível em:

[https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=780&ver=por&ori=pal&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=780&ver=por&ori=pal&c_palavra).

Acesso em: 26 ago. 2025.

<sup>321</sup> Disponível em:

[https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=780&ver=por&ori=pal&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=780&ver=por&ori=pal&c_palavra).

Acesso em: 26 ago. 2025.



Assim, se formou a primeira turma com mulheres que estavam em posições privilegiadas na sociedade piauiense, o que deu um caráter de educação para as elites piauienses e que poderiam confiar no que iria ser ensinado na instituição, pois os próprios políticos e intelectuais que, por vezes, eram os professores da instituição, confiavam em educar suas integrantes familiares na Escola Normal.

A Tabela 21 é referente às dezesseis concludentes do ano de 1914 e aparecem algumas mulheres pertencentes às famílias de classes médias e altas do Piauí.

Tabela 21 -Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1914

Alunas Concludentes
Antonieta Pires Chaves
Célia da Rocha Freitas
Cemodocéa Freitas
Estelina de Sousa Dantas
Hayedéa do Rego Monteiro
Juventude Argemira de Holanda
Lélia de Moraes Avelino
Maria Dina do Nascimento
Maria de Lourdes Abreu
Maria de Jesus Costa Araújo
Maria Luiza de Castro Dantas
Maria da Penha Lopes
Maria Mendes Mourão
Nemésia da Silva Pires
Rachel de Carvalho Magalhães
Rosa Pires de Carvalho Correia

Fonte: BRITO, Itamar Sousa; ESTADO DO PIAUÍ<sup>322</sup>.

Dessas mulheres, houve Hayedéa do Rego Monteiro que pertencia à renomada família Rego Monteiro, ela era bisneta de João do Rego Monteiro, o

<sup>322</sup> BRITO, Itamar Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 61-62; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí, no dia 1º de junho de 1914, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Tipografia Paz, 1914, p.17.

“Barão de Gurgueia”<sup>323</sup>; Maria de Jesus Costa Araújo, descendente da linhagem familiar Costa Araújo; e Rosa Pires de Carvalho Correia, que pertencia à descendência da tradicional família Carvalho Correia,<sup>324</sup> que tinha seus descendentes na parte norte, Parnaíba, do estado do Piauí.

Na Tabela 22 aparecem os nomes das alunas que concluíram o curso Normal em 1915. Nessa tabela não destacaremos os nomes e as famílias das normalistas, mas a pouca quantidade de alunas que se formaram em 1915, o que nos revela as dificuldades para a conclusão do curso, mesmo que ele tivesse elevadas matrículas.

Tabela 22 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1915

Alunas Concludentes
Antônia Collect de Araújo
Genésia Arrais
Honorina Moraes Avelino
Maria José Basson de Macedo
Maria Pires Nunes
Filonília Barbosa

Fonte: BRITO, Itamar Sousa; ESTADO DO PIAUÍ<sup>325</sup>.

Apontamos como fatores para um pequeno número de conclusões do curso Normal, as dificuldades enfrentadas pelas alunas, as adaptações que a educação requeria, mudança em seus cotidianos ao serem estabelecidas grande quantidade de disciplinas para serem estudadas, as mudanças constantes nos programas curriculares da Escola Normal Oficial, o que gerou uma instabilidade e, até mesmo, imagem de instituição incerta para os estudos das mulheres e, por último, destacaremos a não necessidade dessas mulheres em obtenção de estudo ou formação. Essas mulheres faziam parte das classes médias e altas do

<sup>323</sup> João do Rego Monteiro foi o Barão de Gurgueia, político que atuou como Deputado provincial por quatro legislaturas (1854-1855, 1856-1857, 1872-1873 e 1886-1887), foi Comendador da Imperial Ordem da Rosa e coronel da Guarda Nacional. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_do\\_Rego\\_Monteiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_do_Rego_Monteiro). Acesso em: 26 ago. 2025.

<sup>324</sup> Verificar a árvore genealógica da família Carvalho Correia. Disponível em: [https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=ancestrais&idp=31694&ori=&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=ancestrais&idp=31694&ori=&c_palavra). Acesso em: 26 ago. 2025.

<sup>325</sup> BRITO, Itamar Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62; ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí, no dia 1º de junho de 1915, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel de Paiva Rosa**. Teresina: Tipografia O Piauí, 1915, p. 8.

estado do Piauí, o que lhes asseguravam que não precisavam dos baixos salários pagos pelos poderes públicos estaduais e municipais pelo trabalho de professora.

Na Tabela 23 temos um exemplo da pouca quantidade de concludentes do curso Normal, apenas duas alunas se formaram no ano de 1916. Para evidenciar as relações familiares e com o ensino na Escola Normal Oficial, destacamos Maria José Pires de Carvalho, filha de Rosa Fortes Pires Ferreira e Antônio Carvalho de Almeida, Coronel da Guarda Nacional e fazendeiro no Piauí<sup>326</sup>.

Tabela 23 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1916

Alunas Concludentes
Cincinata de Oliveira Sousa
Maria José Pires de Carvalho

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>327</sup>.

No ano de 1917, conforme a Tabela 24, aconteceu um pouco maior do que o ano anterior, foram formadas seis normalistas.

Tabela 24 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1917

Alunas Concludentes
Alodi de Castro e Silva
Corina Eufrasina de Oliveira
Ester Couto
Francisca Ribeiro Borges
Maria Luiza Rubim
Maria José Lebre

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>328</sup>.

Dentre as normalistas formadas, destacamos Alodi de Castro e Silva, pois ela tem os mesmos sobrenomes de Alzira F. de Castro e Silva e Izabel de Castro e Silva, da turma de concludentes de 1913. Isso nos revela o interesse familiar

<sup>326</sup> Perfil, ancestrais e descendentes de Antônio Carvalho de Almeida. Disponível em: [https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=arvore&idp=496&ver=por&ori=pal&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=arvore&idp=496&ver=por&ori=pal&c_palavra). Acesso em: 26 ago. 2025.

<sup>327</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

<sup>328</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

na formação de suas mulheres no curso Normal ofertado na Escola Normal Oficial do Piauí, formar mulheres com conhecimentos educacionais e também nos mostra o poder financeiro que os descendentes do sobrenome “Castro e Silva” para financiar a educação de suas integrantes familiar. Acredita-se que esse grupo familiar tinha suas raízes do sertão piauiense, da região da cidade de Oeiras, a primeira capital do estado, a partir das descendências de Ignês de Castro e Silva, que se casou com João Melo de Sousa Martins na segunda metade do século XIX<sup>329</sup>.

Na Tabela 25, referente ao ano 1918, contou apenas com quatro normalistas formadas pelo curso Normal Oficial.

Tabela 25 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1918

Alunas Concludentes
Estelita Neves Franco Sá
Feliciano Florinda da Silva Neto
Isabel de Castro Dantas
Rosa Amélia Teixeira

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>330</sup>.

Dos formados do ano de 1919, na Tabela 26, além de se destacarem as presenças de alguns sobrenomes comuns, também apareceu o primeiro aluno formado pelo curso Normal desde o seu estabelecimento pelo poder público do estado do Piauí.

Tabela 26 - Turma de diplomadas e diplomado da Escola Normal Oficial - 1919

Alunas e aluno Concludentes
Cândida de Carvalho Castelo Branco
Carmina de Castro Veloso
Delzuite Fernandes
Felismino de Freitas Weser
Hercília Viveiros e Sousa
Josefina Pires de Carvalho
Maria de Lourdes Silva Martins

<sup>329</sup> Verificar a genealogia de Ignês de Castro e Silva. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=35670&ori=pal&ver=por>. Acesso em: 27 ago. 2025.

<sup>330</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

Maria do Carmo Couto  
Maria Diva Castelo Branco  
Maria Amélia Prado da Silva  
Venância Alves de Menezes

---

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>331</sup>.

Temos nessa turma formada a presença do sobrenome Castelo Branco com as normalistas Cândida de Carvalho Castelo Branco e Maria Diva Castelo Branco, ambas descendentes da tradicional família que se desenvolveu e prosperou na região da Baixa da Parnaíba, na região norte do estado do Piauí.<sup>332</sup> Dessa turma, além de normalistas pertencentes à elite piauiense tem-se um aluno com o nome de Felismino de Freitas Weser, a presença dele nos releva que a Escola Normal Oficial, mesmo com as determinações de oferta de curso para as mulheres teve um homem que frequentava o mesmo espaço educacional.

Felismino de Freitas Weser atuou como professor leigo, sem formação, na cidade de Piripiri e, posteriormente, formou-se pela Escola Normal Oficial

[...] destinada inicialmente ao sexo feminino, mas podia ser feita a habilitação de alunos homens que pretendessem o magistério, através de exames de todas as matérias que constituíam o curso normal como foi o caso do Professor Felismino Freitas Weser em 1917<sup>333</sup>.

Assim, o curso normal teve a formação de um homem que por seus conhecimentos adquiridos pelo seu histórico familiar e a educação recebida nos primeiros anos do século XX foi capaz de realizar os exames das disciplinas ofertadas no curso e obter a titulação de professor reconhecido pelo poder público estadual para atuação nas escolas primárias.

Na Tabela 27 temos as alunas que foram diplomadas no ano de 1920.

---

<sup>331</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

<sup>332</sup> FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco**: uma genealogia inacabada: Os Castello Branco. 1 ed. Guarulhos, São Paulo: ABC Editorial, 2011.

<sup>333</sup> Felismino Freitas Weser era natural da cidade de Piripiri-PI e atuou na educação piauiense durante o século XX. Ver *In*: CARVALHO, Marta Susany Moura. **Um educador e seu tempo**: formação e ação educacional do professor Felismino Freitas Weser (1910 a 1952). Orientadora: Amparo Borges Ferro. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024, p. 63.

Tabela 27 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1920

Alunas Concludentes
Ana Fortes Castelo Branco
Adelaide Fontenele
Maria de Lourdes de Castro Rebelo
Maria José Cardoso
Wanda Neves de Sousa

Fonte: BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

As normalistas que se formaram no ano de 1920 também faziam parte das camadas médias e altas do Piauí, como podemos observar na tabela anterior com o nome de Ana Fortes Castelo Branco. Esses sobrenomes, antes mencionados, ainda podem ser vistos em turmas que sucederam as normalistas formadas: Agripina de Castro e Silva e Ana Leonor Burlamaqui, nomes que aparecem em 1921, na Tabela 28.

Tabela 28 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1921

Alunas Concludentes
Agripina de Castro e Silva
Ana Leonor Burlamaqui
Josefa Nogueira Ferraz
Júlia Cardoso Jales
Maria Augusta e Silva
Maria Augusta de Sousa Rubim
Maria Madalena de Carvalho
Maria José Araújo

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>334</sup>.

A seguir temos, na Tabela 29, as alunas que concluíram o curso Normal no ano de 1922, com uma quantidade de apenas cinco normalistas.

Tabela 29 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1922

Alunas Concludentes
Alice Dias do Nascimento
Alborina Eliza da Silva
Brigida Cantanhede de Vilhena

<sup>334</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

Maria Moura de Carvalho

Maria José Araújo

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>335</sup>.

No ano seguinte, a quantidade de formaturas de normalistas foi menor. Pela pequena quantidade de formações, é possível afirmar que havia dificuldades com a finalização do curso, mas, ainda assim, a sociedade piauiense confiava em matricular suas integrantes familiares no curso Normal oferecido pelo Estado, o que pode ser visto na Tabela 30.

Tabela 30 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1923

Alunas Concludentes
Antônia da Silva Vieira
Ady da Paz Monteiro
Camila Leite de Araújo

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>336</sup>.

Por meio dos nomes das normalistas concludentes é possível perceber que houve a continuação de formaturas de mulheres por famílias com importância política e social no Piauí, apesar do pequeno número de concludentes. Essa pouca quantidade de conclusões pode ser um efeito da própria formação que, ano após ano, diminuía os seus números de matrículas em séries do curso Normal.

No ano de 1923 teve a seguinte configuração:

[...] Com referência ao ensino normal, tenho a informar-vos ser crescente o movimento de matrículas, devendo assinalar com regozijo, que o seu número jamais atingiu ao atual, elevado a 96, sendo 52 no 1º ano, 23 no 2º, 11 no 3º e 10 no 4º.

Já em 1922 fora de 83, até então a maior matrícula da Escola nos seus 15 anos de existência.

É isso um atestado eloquente da confiança que inspira e de serviços valiosos prestados à família piauiense.

Propõe o diretor que o curso passe a ser de cinco anos, para as alunas que quisessem dedicar-se ao magistério, destinado o último à prática pedagógica. As que pretendem apenas cultivar o espírito, diz ele, serão diplomadas no quarto ano, sem direito a nomeação efetiva para qualquer cadeira.

<sup>335</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

<sup>336</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

O alvitre é aceitável, principalmente porque, cerca de um certo rigor a parte prática, facilita o aproveitamento das verdadeiras vocações<sup>337</sup>.

É possível perceber que a quantidade de matrículas de entrada de alunas na Escola Normal Oficial era elevada, mas as matrículas em cada ano diminuía, pois ofereciam pouco retorno de mão-de-obra para as escolas primárias do estado. É possível afirmar que o poder público estadual estabelecia uma exigência maior nas formações das normalistas, visavam que seriam necessários maiores esforços das mulheres que desejavam atuar no ensino primário.

A turma de concludentes de 1924 teve apenas quatro normalistas, as quais estão na Tabela 31.

Tabela 31 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1924

Alunas Concludentes
Antônia Costa Basílio da Silva
Ana Burlamaqui Nogueira Pires de Castro
Gracildes Dias de Figueirêdo
Maria Antonieta Ferraz Burlamaqui

Fonte: BRITO, Itamar Sousa<sup>338</sup>.

Dentre as normalistas que se formaram nesse ano destacamos a Ana Burlamaqui Nogueira Pires de Castro, filha de Francisco Pires de Castro, que atuou como Desembargador no Piauí, Procurador Geral do Estado, Secretário de Estado nos governos de Eurípedes Clementino de Aguiar (1916-1920) e de Mathias Olympio de Mello;<sup>339</sup> e a Gracildes Dias de Figueirêdo, filha primogênita de Gerson Edilson de Figueiredo, que foi Alferes no Piauí<sup>340</sup>.

<sup>337</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira, no dia 1º de junho de 1923.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1923, p. 12.

<sup>338</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí.** Teresina: EDUFPI, 1996, p. 62.

<sup>339</sup> Disponível em: [https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=arvore&idp=8334&ver=por&ori=pal&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=arvore&idp=8334&ver=por&ori=pal&c_palavra).

Acesso em: 26 ago. 2025.

<sup>340</sup> Ver as descendências dos Figueiredos, Monteiro, Área Leão e outros grupos familiares. In: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896).** Teresina: EDUFPI, 2015.



No ano de 1925, houve a continuidade de grupos sociais pertencentes às classes médias, como os Monteiro, Rodrigues e Nogueira, possível verificar nos sobrenomes das normalistas.

Tabela 32 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1925

Alunas Concludentes
Altina Couto
Altiva Góes
Elmira Nogueira
Anna Soares Cordeiro
Luiza Rodrigues
Alcy Monteiro
Zuleide Santos
Gerviz Xavier Coutinho

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>341</sup>.

Além das concludentes desses anos, fez-se necessário expor uma imagem (Figura 6) publicada na mensagem governamental de 1925, em que aparecem as atuações de professoras normalistas nas escolas públicas do Piauí. É possível verificar alguns nomes das normalistas e os seus locais de atuação, como de Maria José de Oliveira no cargo de diretora, Ana Fortes Castelo Branco no cargo de professora adjunta, ambas na Escola Modelo, Lina Gayoso Castelo Branco, professora na Escola Theodoro Pacheco, Alzira Freire, professora da escola Isolada João Costa, entre outras.

<sup>341</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello, no dia 1º de junho de 1926.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1926, p. 51.

Figura 6 - Professoras Normalistas nas escolas primárias do Piauí - 1925

**MOVIMENTO ESCOLAR EM THERESINA, DE 2 A 6 DE JUNHO DE 1925**

Categorias das escolas	ESCOLAS	PROFESSORAS	Anos do curso	FREQUENCIA RESPECTIVA					Total
				2	3	4	5	6	
MODELO	« Escola Modelo »	ESTADUAES							
		Maria José de Oliveira	Directora						
		Anna Fortes C. Branco	Adjuncta	1. <sup>a</sup>	91	88	91	90	450
		Dinorah Perro Valle	«						
		Lidia C. P. de Araujo	«						
		Maria José Lebre	«	2. <sup>a</sup>	73	72	72	68	355
		Alzira Freitas	«						
		Maria A. Burlamaqui	«	3. <sup>a</sup>	58	59	60	60	295
		Maria G. Vülhena	«						
		Maria A. de Souza Rubim	«	4. <sup>a</sup>	49	49	49	48	240
COMPLEMENTAR	« Antonino Freire »	Maria Dina Soares do Nascimento		4. <sup>a</sup>	—	—	24	25	49
		Déa Pinheiro	Directora	2. <sup>a</sup>	—	18	24	—	42
	« Theodoro Pacheco »	Lina Gayoso C. Branco		1. <sup>a</sup>	27	33	31	30	157
		Benedicta Bôa-Vista	Interina	4. <sup>a</sup>	8	9	8	9	43
		Candida C. Branco	Adjuncta		—	—	—	—	—
		Josepha Ferraz	Directora	3. <sup>a</sup>	33	37	35	32	170
REUNIDAS	« 24 de Janeiro »	Maria A. P. S. Bangoim		1. <sup>a</sup>	27	—	26	25	110
		Maria Evangelina P. F. Britto		2. <sup>a</sup>	27	—	23	26	104
		Joanna Saraiva	Directora	2. <sup>a</sup>	14	13	12	12	64
		Maria Antonieta Chaves		1. <sup>a</sup>	16	—	15	15	63
	« José Lopes »	Alice Couto	Interina	3. <sup>a</sup>	13	14	14	13	68
		Cecem Oliveira	Adjuncta		—	—	—	—	—
		Alzira Freire		1. <sup>a</sup> , 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup>	35	40	37	—	112
		Maria Magdalena de Carvalho		« e »	48	48	40	42	218
	« Frei Seraphim »	Aures Pires		« e »	42	34	48	43	229
		Maria das Neves Silva	Adjuncta		—	—	—	—	—
ISOLADAS	« Alvaro Mendes »	Aria Neves de Souza		1. <sup>a</sup> , 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup>	—	20	20	18	76
		Olga Baptista		« e »	32	—	35	34	135
	« 7 de Setembro »	MUNICIPAES							
		Maria de Lourdes Abreu		1. <sup>a</sup> , 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup>	14	16	18	18	87
		Maria do Carmo Couto		« e »	30	35	34	—	99
		Maria de Lourdes Pires Rebello		« e »	37	37	36	38	182
		Ether Couto		« e »	21	29	27	37	144
		Dagmar Rosa		« e »	42	37	40	38	197
		« Arthur Pedreira »							
		« David Caldas »							
		« Presidente Epitacio »							
					737	708	819	719	701

OBSERVAÇÕES:—Dias de trabalho: 5. Frequencia total: 3.684. Frequencia media, diaria: 737.

OBSERVAÇÕES: —Dias de trabalho: 5. Frequencia total: 3.684. Frequencia media, diaria: 737.

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>342</sup>.

Essas professoras normalistas, de classes altas e médias da sociedade piauiense, ocupavam os cargos de maior poder nas escolas, o que nos revela a possibilidade de atuação das mulheres serem influenciadas pelas suas relações familiares com o poder político.

Além de mostrar a atuação de algumas dessas normalistas nas escolas piauienses para evidenciar as ações dessas mulheres como professoras primárias, houve a necessidade de produzir uma tabela com os números de matrículas no curso Normal dos anos de 1909 a 1925, a fim de demonstrar o quanto que eram menores as matrículas no último ano do curso do que a quantidade do primeiro ano do curso Normal, o que pode ser visto na Tabela 33.

<sup>342</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello, no dia 1º de junho de 1926. Teresina: Tipografia O Piauí, 1926, p.47.

Tabela 33 - Número de matrículas por ano na Escola Normal Oficial (1909-1925)

1º ano	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total
1909	17				17
1910	6	10			16
1911	41	23			64
1912	13	18	21		52
1913	35	10	17		62
1914	24	20	8		52
1915	10	13	15	2	40
1916	29	9	13	15	66
1917	16	16	8	11	51
1918	22	15	10	9	56
1919	33	15	10	9	67
1920	25	18	17	5	65
1921	21	19	19	6	65
1922	36	17	14	16	83
1923	54	22	11	10	97
1924	55	45	12	11	123
1925	71	48	30	9	158

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>343</sup>.

Observa-se que, inicialmente no ano de 1909, as matrículas não foram tão baixas quanto no ano de 1910, que se refere à transição da Escola Normal Livre para o governo do estado, com o nome de Escola Normal Oficial e as suas mudanças educacionais, as quais caíram de 17 para apenas 6 matrículas. No ano de 1913, ano em que aconteceram as primeiras formações de normalistas, tiveram 21 matrículas no terceiro ano, em 1912, e um total de 16 concludentes.

No ano de 1915, aconteceu a ampliação de anos do curso normal, ele saiu de 3 para 4 anos de curso e, a partir disso, aconteceu uma nova configuração de saídas da Escola Normal. No ano de 1916, aconteceram 15 matrículas no último ano, mas apenas 2 normalistas se formaram. Em 1917, tiveram 11 matrículas no 4º ano e apenas 6 concludentes e em 1918, tiveram 9 matrículas e 4 conclusões de curso Normal. Assim, observa-se que, mesmo que

<sup>343</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello, no dia 1º de junho de 1925.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1925, p. 37 – 38.

acontecessem elevadas matrículas no curso Normal Oficial, não era certo que no fim teria a mesma quantidade de entrada, seja pelas dificuldades em continuação do curso ou por outras questões, como o casamento, o ensino das mulheres para se tornarem professoras não era a certeza de um êxito do poder público estadual em seus números educacionais.

No ano de 1926, aconteceram dez conclusões do curso Normal pelas normalistas na Escola Normal Oficial, destacamos a presença de famílias de classe média como a Freitas, mas observamos, na Tabela 34, que apareceram outros grupos familiares, antes não encontrados, que formaram suas mulheres.

Tabela 34 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1926

Alunas Concludentes
Aurora Teixeira da Silva
Adah Freitas
Dagmar Soares
Evangelina da Silva Martins
Laís da Silva Oliveira
Maria Amelia Bemvindo
Nair Freire da Silva
Luiza Soares Mattos
Maria de Jesus Bastos
Plautilla Lopes

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>344</sup>.

As normalistas que se formaram em 1927, da Tabela 35, foram apenas seis, dentre elas duas pertencentes à família Rodrigues, de origem do sul do estado do Piauí<sup>345</sup>, o que nos possibilita afirmar que a Escola Normal Oficial, nesse momento, ainda era um local em que as famílias tradicionais do Piauí tinham como alternativa para educar as mulheres.

<sup>344</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello, no dia 1º de junho de 1927.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1927, p. 29.

<sup>345</sup> A família Rodrigues se instalou e desenvolveu no sul do estado do Piauí, nas regiões das cidades de Oeiras, primeira capital, e Picos. Ver Antônio Coelho Rodrigues (1846-1912). Disponível em: <https://museudehistoriadopiauui.ufpi.edu.br/acervo/livros/livros-sobre-figuras-ilustres-piauienses/ant%C3%B4nio-coelho-rodrigues>. Acesso em: 28 ago. 2025; Antônio Rodrigues da Silva *In*: CANUTO, Raniel das Flores. **Salus Populi suprema lex est: jornal O Aviso e a batalha político-partidária do Coronel Joaquim das Chagas Leitão através da imprensa (1910-1930)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.

Tabela 35 - Turma de diplomadas da Escola Normal Oficial - 1927

Alunas Concludentes
Alda Rodrigues da Matta
Alcina Rodrigues de Mello
Alady Braz e Silva
Almerinda da Silva Britto
Dulce Soares Ferreira
Innocencia Ribeiro Lima

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>346</sup>.

As tabelas expostas visam dar nome às alunas e ao aluno formado na Escola Normal Oficial nas primeiras décadas do século XX, acredita-se que isso seja necessário para que as normalistas não sejam apenas números e discursos dos poderes públicos municipais de Teresina e do Estado, mas pessoas que foram educadas durante esses anos. Além disso, a denominação desses sujeitos nos possibilitou conhecer e afirmar que a educação do curso Normal Oficial atendia às camadas sociais altas e médias da sociedade piauiense, o que fortalece a afirmativa que era um espaço de exclusão das mulheres de classes mais baixas. Assim, ser professora no Piauí, nas primeiras décadas do século XX, era destinado às mulheres que tinham recursos financeiros, não para todas as mulheres.

### 3.3 As professoras e os professores da Escola Normal Oficial

Dedica-se a apresentar os professores da Escola Normal Livre e da Escola Normal Oficial no recorte da pesquisa com o intuito de evidenciar os formadores das normalistas piauienses na primeira metade do século XX.

No ano de 1909, foi criado o segundo curso Normal no estado do Piauí a partir de interesses de particulares para o desenvolvimento do modelo republicano no estado e melhorias nas condições educacionais, como

<sup>346</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello, no dia 1º de junho de 1927.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1927, p. 29.

diminuição das elevadas taxas de analfabetismo. As configurações das disciplinas e dos professores nesse ano estão retratadas na Tabela 36:

Tabela 36 - Professora e professores da Escola Normal Livre - 1909

Disciplinas	Professora e professores
Português	Mathias Olympio
Aritmética	Antonino Freire
Geografia Geral e Noções de Cosmografia	Francisco Parentes
Francês	Abdias Neves
Costura	Flora Burlamaqui
Ginástica Sueca	Brandão Júnior

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes<sup>347</sup>.

Dentre os sujeitos que aparecem nessa tabela observamos os seus históricos até o momento da criação dessa instituição.

Mathias Olympio foi colocado como professor de português, em 1909, era formado em Bacharelado em Direito, pela Faculdade de Recife, em 1904, contribuiu para a revista *O Monitor* (1905), órgão de imprensa anticlerical, ao lado de Higino Cunha e Bonifácio de Carvalho, promotor público de Teresina, de 1909 a 1907, posteriormente, se tornou secretário de estado do governo durante os mandatos de Areolino Antônio de Abreu, Anísio de Abreu e Antonino Freire da Silva, de 1907 a 1911<sup>348</sup>.

As suas ações foram direcionadas para o campo educacional piauiense.

Quando em 1908, o governador Anísio Auto de Abreu conseguiu aprovação da Assembleia Estadual para reformar as instruções primárias e secundárias do Estado, a missão desta reforma foi confiada a Matias Olímpio de Melo, então secretário de Governo, que colocou em prática com o apoio de Anísio Brito, Antonino Freire da Silva, Pedro Borges da Silva, João Osório, Porfírio da Mota, Francisco Portela, Abdias da Costa Neves, Coronel Emílio Burlamaqui, Capitão Manuel Raimundo Paz Filho, Honório Parentes, Francisco Parentes, João Santos, Miguel de Paiva Rosa, Brandão Júnior e Gonçalo de Castro Cavalcanti, que eram as pessoas mais representativas da cultura, da política e da sociedade piauiense<sup>349</sup>.

<sup>347</sup> SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 79.

<sup>348</sup> SANTOS, Gersávio. **História do Piauí**. Teresina: Halley/Zodiaco, 2009, p. 265.

<sup>349</sup> SANTOS, 2009, p. 266.

Dentre os sujeitos que contribuíram para as reformas da educação, aparecem como professores do curso Normal, Antonino Freire, Francisco Parentes, Abdias Neves e Brandão Júnior. No entanto, não teve a citação do nome de Flora Burlamaqui, pertencente à família do coronel Emílio Burlamaqui, que teria sido convidada posteriormente para a reunião da Sociedade Auxiliadora de Instrução, a fim de ocupar a função de professora de prendas.

Antonino Freire, formado em engenharia civil em 1899, colaborou com os jornais *O Nortista* e *A Luz*, ligados à maçonaria, também colaborou com as obras públicas no Piauí durante o século XX. Foi o primeiro engenheiro civil a trabalhar nas construções e melhorias dos prédios públicos da capital e, paralelo a isso, era professor de matemática e História Natural no Liceu Piauiense.<sup>350</sup>

O início da participação de Antonino Freire na vida pública do Piauí, ocupando o cargo de diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização, na Administração de Arlindo Nogueira, prosseguindo no mesmo posto no Governo seguinte, de Álvaro Mendes, seus irmãos maçons. Ligado à loja maçônica Caridade II, fundada a 29 de outubro de 1858, com a presença de maçons maranhenses da Loja Humanidade e Concórdia, Antonino Freire contava, também, com a irmandade de Higino Cunha, Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Matias Olímpio de Melo, Jonatas Batista, Manoel Raimundo da Paz, Miguel Rosa, João Gabriel Ferreira, Augusto Colin Rios, Arlindo Nogueira, Gonçalo de Castro Cavalcanti, dentre outras destacadas figuras da maçonaria piauiense<sup>351</sup>.

Observa-se que Antonino Freire fazia parte do grupo de maçons piauienses que conduziram a construção da Escola Normal Livre e das mudanças sociais, políticas e econômicas do regime republicano. Consolidação de um modelo de ensino laico e ligado aos ideais republicanos levaram esses homens a ocuparem os cargos de professores no curso Normal, como meio de combate à velha estrutura educacional piauiense e formar uma sociedade mais próxima ao que se tinha como povo civilizado.

Francisco Parentes era engenheiro agrônomo formado na França, na segunda metade do século XIX, ao retornar ao Brasil, trabalhou no governo

---

<sup>350</sup> SANTOS, 2009, p.155-156.

<sup>351</sup> Idem, 2009, p.156.

piauiense, teve destaque com o trabalho feito nas Fazendas Nacionais<sup>352</sup>. E, dentre esses homens temos Abdias Neves, que se formou em Direito Faculdade de Direito de Recife, em 1898, e contribuiu para os jornais piauiense *A Crisálida*, *A Notícia*, *O Dia*, *O Redator*, *A Luz*, *O Norte*, *O Estafeta* e *Jornal de Notícias*, foi chefe de polícia, advogado da Fazenda do estado do Piauí, senador de 1915 a 1924 pelo Partido Republicano Conservador, e professor tanto da Escola Normal quanto do Liceu piauiense<sup>353</sup>.

Existe uma presença quase que total de apenas homens no quadro de professores para a Escola Normal Livre, acreditamos que isso se deva por alguns fatores: os estudos superiores eram quase que exclusivos para homens nos fins do século XIX e início do século XX, isso era fortalecido pela ausência de instituições superiores no Piauí, formação que só acontecia com o deslocamento para as metrópoles; a criação do curso Normal foi feita pela Sociedade Auxiliadora de Instrução, que tinha raízes na Maçonaria, instituição que era exclusivamente frequentada por homens; a presença de políticos locais na construção de um estabelecimento de ensino que pudesse melhorar os índices educacionais piauienses. Logo existia

[...] A homogeneidade cultural, em que as escolas superiores de Direito tiveram papel de não pequena importância, se estende pelo menos do Amazonas à Bahia, passando pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. As relações sociais e culturais deste norte difuso são bastante intensas e essa intensidade resulta em boa medida da migração contínua de bacharéis que se dá na República por pressões políticas e econômicas e que no Império ocorria em virtude de práticas político-administrativas próprias. Além desse amálgama regional, talvez a ligação mais forte seja apenas com o Rio de Janeiro em vista do poder que dele emanava como centro de decisões políticas [...] Voltando para o Piauí munidos de um saber acadêmico e de uma filosofia que permitem que sejam definidos, seguindo a ideia de Nicolau Sevcenko, não só como mosqueteiros intelectuais, mas igualmente como filósofos instrumentalizados para a ação social e política, os novos rumos que propunham para a sociedade eram divulgados e defendidos

<sup>352</sup> Ver In: SOUSA NETO, Marcelo de; MEDEIROS, Jayra Barros. As Fazendas Nacionais e seus desdobramentos em Núcleo Colonial Agrícola, no Piauí oitocentista. **MÉTIS – história & cultura** v. 20, n. 40, p. 170-192 jul./dez, 2021, p. 170 - 192; Disponível em:

<https://poetaelmar.blogspot.com/2017/03/agronomo-francisco-parentes.html#:~:text=Foi%20o%20pioneiro%20da%20agronomia,terceiro%20quartel%20do%20s%C3%A9culo%20XIX>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>353</sup> Raimundo Helio Lopes aborda a vida e as contribuições de Abdias da Costa Neves Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEVES,%20Abdias%20da%20Costa.pdf> Acesso em: 28 ago. 2025.



por meio da imprensa, na vida político-partidária, na Maçonaria e através da literatura.<sup>354</sup>

Alguns desses homens que contribuíram para a construção de uma nova política no Piauí, a partir dos ideais republicanos, também fizeram parte das primeiras formações das normalistas piauienses, fosse como professores ou administradores e governantes teresinenses, o que revela uma concentração de poderes entre a elite masculina intelectual e financeira em Teresina nas primeiras décadas do século XX. Poucos comandavam e ditavam como deveriam ser as formas de educarem as mulheres na Escola Normal Oficial, além disso, participavam na prática das funções de educadores nas salas de aulas.

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível verificar a formação do corpo docente dos anos de 1912, quando Antonino Freire era governador do Estado e determinou as nomeações dos professores da instituição, como podemos ver na Tabela 37.

**Tabela 37 - Professora e Professores da Escola Normal Oficial - 1912**

Disciplinas	Professora e Professores
Física e química	Octavio Odilon de Moura Falcão
Pedagogia	Firmina Sobreira Cardoso
Metodologia	
Educação moral e cívica	
Música	
Francês	Alberto Cicero Correia Lima
História Natural	Julio Emílio de Paiva Rosa
História Universal e do Brasil	Anísio de Brito Melo

**Fonte:** DIÁRIO DO PIAUÍ<sup>355</sup>.

Dessa nova configuração destinada aos anos de 1912, temos como novidade a professora Firmina Sobreira, que ocupou as cadeiras de Pedagogia, Metodologia, Educação Moral e Cívica e Música. Observa-se a destinação de disciplinas voltadas ao ensino e ao preparo da normalista para os ambientes escolares para uma mulher, que pudesse conduzir os corpos que estavam sendo

<sup>354</sup> QUEIROZ, 2011, p. 108.

<sup>355</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, ano II, Teresina, 13 de junho de 1912, n. 123, p. 2.

modelados para fins educacionais e a condução de uma formação com bases na moralidade e conhecimento cívico para a adequação à república.

Firmina Sobreira Cardoso era também professora normalista, mas oriunda do estado do Maranhão, onde atuou como professora dos filhos do governador maranhense e da Escola Modelo. Ela foi trazida para o estado do Piauí para contribuir na implantação do modelo educacional por ela já desempenhado e se desejava implantar<sup>356</sup>.

Em 1911, “[...] o governador do estado do Piauí, resolve nomear para reger efetivamente a cadeira de música da Escola Normal a professora normalista”<sup>357</sup> Firmina Sobreira. Ela deu sua contribuição na preparação das normalistas com o ensino de música, português, pedagogia e com a direção da Escola Normal, posteriormente, além de sua contribuição com a construção do hino do Piauí<sup>358</sup>. Além disso, ela foi a primeira diretora da Escola Modelo<sup>359</sup>.

Por ato da mesma data nomeou d. Firmina Sobreira Cardoso para exercer interinamente lugar de professora da escola modelo, designado-a para diretora da referida escola, e nomeando igualmente as alunas do 3º ano da escola normal Corina Sobreira e Briolanja de Oliveira para professoras adjuntas da mesma escola<sup>360</sup>.

Na figura 8 temos a fotografia de Firmina Sobreira Cardoso, sem a precisão da data que foi produzida, mas percebe-se a representação de uma mulher de semblante austero, uso de vestuário discreto, em que produzem uma mulher educada e admirável, como deveria ser uma professora.

<sup>356</sup> LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a Pedagogia Sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2001, p. 138.

<sup>357</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, ano I, Teresina, 20 de abril de 1911, n. 45, p. 2.

<sup>358</sup> Firmina Sobreira nasceu em São Luís, no Maranhão, em 1879, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1933. Disponível em: <https://turismo.pi.gov.br/simbolos/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

<sup>359</sup> SILVA, Mariane Vieira da. **Impor, organizar, velar, cumprir e dirigir: a direção escolar no ensino primário piauiense (1910-1947)**. Dissertação (mestrado). Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2017, p. 88.

<sup>360</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, ano II, Teresina, 9 de junho de 1912, n. 120, p. 1.

Figura 7 - Firmina Sobreira



Fonte: Wikipédia<sup>361</sup>.

Não foi possível encontrar informações sobre os anos seguintes da Escola Normal Oficial quanto ao seu corpo docente, se aconteceram mudanças e continuidades. Com isso, foi possível criar apenas a tabela de 1920, como podemos ver a seguir na Tabela 38.

Tabela 38 - Professoras e professores da Escola Normal Oficial – 1920

Disciplina	Professoras e professores
Português	Leopoldo Cunha (1º e 2º anos)
Português e Literatura	Anísio Brito (3º ano)
Geografia	Antônio Celestino Franco de Sá Filho
Aritmética e Álgebra	José Amável
Geometria	Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves

<sup>361</sup> “Medalhão oval com retrato bustal da professora Firmina Sobreira Cardoso como professora de música da Escola Normal do Piauí, atual Instituto de Educação Antonino Freire. Ela foi uma das autoras da música do Hino do Piauí”. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Professoro\\_Firmina\\_Sobreira\\_\(Hino\\_do\\_Piau%C3%AD\).png](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Professoro_Firmina_Sobreira_(Hino_do_Piau%C3%AD).png). Acesso em: 29 ago. 2025.

Desenho	Álvaro Freire
História da Civilização e do Brasil	Anísio Brito
Física e Química	Leopoldo Cunha
História Natural	Manoel Sotero Vaz da Silveira
Pedagogia	Lélia de Moraes Avelino
Trabalhos manuais e Cartografia	Evangeline Augusta e Silva <sup>362</sup>
Música	Firmina Sobreira Cardoso

---

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>363</sup>.

No ano de 1920, período em que aconteciam as obras para criação de um espaço destinado à Escola Normal Oficial, entre os professores apontados na tabela anterior, havia Anísio Brito, que se formou em 1911 no curso de Odontologia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e posteriormente foi diretor do Liceu Piauiense e da Instrução Pública do Estado do Piauí nos governos de João Luís Ferreira (1920-1924), Matias Olímpio de Melo (1924-1928), Landri Sales (1931-1935) e Leônidas Melo (1935-1945).<sup>364</sup>

E em chegando a Teresina encontrou um ambiente de efervescência de ideias, um ambiente de renovação intelectual, pelo qual foram responsáveis Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, Anísio de Abreu, Abdias Neves. Justamente os bacharéis que vinham modificados no seu espírito e na sua inteligência pela famosa e ainda discutida Escola do Recife, com os seus pontífices maiores: Tobias Barreto e Sílvio Romero. Neste ambiente de pregação naturalista, anticlericalista, ambiente de ateísmo confessado, neste ambiente, Anísio recusaria os instrumentos do odontólogo e aderiria a conceitos novos e seguia outros caminhos. Tornou-se professor. Ascendeu à direção do Colégio Estadual, na época Liceu Piauiense. No governo João Luís Ferreira, diretor da Instrução Pública. Mantido por Matias Olímpio, depois reconduzido por Landri Sales e finalmente sustentado por Leônidas Melo<sup>365</sup>.

Destacamos que ele foi um homem que se formou em metrópoles do Brasil e retornou para o estado do Piauí. Após o seu regresso, por conta das

<sup>362</sup> Durante seu período de licença do ano letivo de 1920, foi substituída pela professora normalista Maria de Lourdes da Silva Martins.

<sup>363</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador Eurípides Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1920.** Teresina: Imprensa Oficial, 1920, p. 42.

<sup>364</sup> Ver a trajetória de vida de Anísio Brito. Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/personagens/o-piracuruquense-anisio-brito-imortal-da-apl-foi-destaque-na-educacao-na-cultura-e-na-historiografia-do-piaui/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>365</sup> Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/personagens/o-piracuruquense-anisio-brito-imortal-da-apl-foi-destaque-na-educacao-na-cultura-e-na-historiografia-do-piaui/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

afinidades políticas e ideológicas e por participações de grupos de homens instruídos, participou do processo de desenvolvimento do ensino Normal na Escola Normal Oficial. Além disso, durante as suas atuações como diretor de instrução pública, Anísio Brito ocupou a vaga de professor na referida instituição, evidenciando a condição de prestígio de ser educador no Piauí, pelos homens de letras e participações políticas locais.

Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, membro da tradicional família Coelho Rodrigues, formou-se em Engenharia Civil e Geografia pela Universidade Federal da Bahia, em 1916, e foi senador pelo Piauí por voto indireto na década de 1930. Professor tanto na Escola Normal quanto no Liceu Piauiense, foi membro do Conselho de Ensino do Piauí<sup>366</sup>. Quanto ao professor Manoel Sotero Vaz da Silveira, descobrimos que ele foi diretor da Escola Normal Oficial em 1918<sup>367</sup>. Álvaro Freire foi professor de desenho da Escola Normal, do Liceu Piauiense e da Escola de Artífices<sup>368</sup>.

Desse quadro docente apareceram outros nomes de professoras para a Escola Normal Oficial: Lélia de Moraes Avelino, formou-se na Escola Normal no ano de 1914, Evangelina Augusta e Silva, formou-se professora normalista em 1913, e Firmina Sobreira Cardoso.

Vê-se um aumento da quantidade de mulheres na educação da Escola Normal Oficial de 1909 a 1920, isso se deu pela formação das primeiras normalistas nesse intervalo de tempo, o que proporcionou uma oferta de mão-de-obra possível de ser usada na instituição. Também se compreende que as disciplinas ofertadas por elas estavam ligadas por representações do que seria ser mulher, inicialmente, no ano de 1909, a disciplina foi Ginástica Sueca, posteriormente, as disciplinas de Pedagogia, Trabalhos Manuais, Cartografia e Música. Assim, as mulheres não ocuparam as disciplinas científicas que ainda permaneceram com os intelectuais piauienses da época.

---

<sup>366</sup> Site retrata a vida e a trajetória política de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs\\_Mendes\\_Ribeiro\\_Gon%C3%A7alves](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Mendes_Ribeiro_Gon%C3%A7alves). Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>367</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar**. Teresina: Imprensa Oficial, 1918. p.16

<sup>368</sup> Disponível em: [https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=24190&ver=por&ori=&c\\_palavra](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=24190&ver=por&ori=&c_palavra). Acesso em: 28 ago. 2025.

No ano de 1927, o quadro docente da Escola Normal Oficial ainda tinha a maioria de homens, esses eram sujeitos formados em grandes capitais do país e ocupavam espaços de renome e poder, como a administração pública do estado do Piauí e as cadeiras do Liceu Piauiense, como podem ser vistos nas nomeações feitas pelo governador do estado. Além disso, nesse momento, houve um aumento da participação das mulheres como professoras no curso Normal Oficial, saiu de três para quatro, mas continuaram ocupando as cadeiras de formação pedagógica e conhecimentos para mulheres, como podemos ver a seguir na Tabela 39.

Tabela 39 - Professoras e professores da Escola Normal Oficial – 1927

Disciplina	Professoras e professores
Português	Martins Napoleão Firmina Sobreira <sup>369</sup>
Francês	Cristino Castello Branco Audemaro Motta
Aritmética e Álgebra	R. de Arêa Leão L.M. Ribeiro Gonçalves
Geometria	A.C. Vieira da Cunha
Desenho	Álvaro Freire
Geografia	Celestino Franco de Sá
História Universal e do Brasil	Anísio de Britto Mello
História Natural	M. S. Vaz da Silveira
Física e Química	Jarbas de Sousa Martins
Pedagogia	Lelia de Moraes Avelino
Música	Firmina Sobreira Cardoso
Trabalhos de Agulha	Maria de Lourdes Martins Rego
Ginástica	Cadeira vaga

Fonte: ESTADO DO PIAUÍ<sup>370</sup>.

Compreende-se que a ocupação dessas cadeiras por mulheres devia-se por alguns motivos: serem formadas no curso Normal e, dessa maneira, terem maiores conhecimentos pedagógicos; serem as principais referências para as normalistas dentro do ambiente escolar como sujeitos que deveriam ser os

<sup>369</sup> Substituíu o professor efetivo Leopoldo Cunha.

<sup>370</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador Mathias Olympio de Mello.** Teresina: Piauí, 1927, p. 29 - 30.

modelos a serem seguidos; serem mais aptas a ministrarem os trabalhos de agulha que os homens, pois isso fazia parte do cotidiano das mulheres no século XX; e por serem descendentes de políticos e dos professores da Escola Normal Oficial, o que facilitava, para algumas mulheres, a ocupação dos espaços de trabalho dentro da instituição.

Além disso, observou-se que a cadeira de Ginástica não foi preenchida por professora ou professor, acredita-se que isso se deu pelo seu aparecimento após momentos sem ser ofertada, apareceu ocupada por Brandão Júnior, em 1909, e posteriormente não foi possível verificar sua presença no currículo do curso Normal.

No ano de 1943, o quadro docente da Escola Normal Oficial teve um aumento considerável na quantidade de professoras, destacaram-se o comando da Escola pela diretora Maria de Lourdes Martins do Rego Monteiro, pertencente à tradicional família Martins do Rego Monteiro<sup>371</sup>, o que deve ser o principal motivo pela ocupação desse cargo naquele momento. Além dela, pertenceram ao corpo docente Adelaide Fontenele, Adalgisa P. e Silva, Carolina F. da Silva, Ester Couto, Ernestina M. Leal, Elisa S. Mendes, Lélia M. Avelino, Maria Amélia F. Benvindo, Odete M. Batista, Maria Antoniêta Burlamaqui, Maria Cacilda R. Gonçalves, Nemésia Pires de Carvalho e Iolanda Silva, como podemos ver na Tabela 40.

Tabela 40 - Professoras e professores da Escola Normal Oficial – 1943

Disciplina	Professoras e professores
Diretora	Maria de Lourdes Martins do Rego Monteiro <sup>372</sup>
Agricultura	Antônio B. Caribé
Português	Antônio Castro
Geografia	Álvaro Ferreira
História Natural	Antônio M. Corrêa
Química e Física	Artur Oliveira
Desenho	Homero Rios
Matemática	Júlio Cesar Fontenele
Desenho	Liorne Fontenele
História do Brasil	Lourival Parente

<sup>371</sup> REGO, Erton Nei. **A família Rego Monteiro**. União - Piauí, 1979. Disponível em: [https://parentesco.com.br/pdf/83\\_familia\\_rego\\_monteiro.pdf](https://parentesco.com.br/pdf/83_familia_rego_monteiro.pdf). Acesso em: 31 ago. 2025.

<sup>372</sup> Substituíra o professor efetivo Leopoldo Cunha.

Biologia e Higiene	Manoel Sotero V. da Silveira
História da Civilização	Valdir Gonçalves
Matemática	Adelaide Fontenele
Música	Adalgisa P. e Silva
Francês	Carolina F. da Silva
Didática	Ester Couto
Música	Ernestina M. Leal
História da Educação	Elisa S. Mendes
Psicologia	Lélia M. Avelino
Trabalhos	Maria Amélia F. Benvindo
	Odete M. Batista
Metodologia	Maria Antoniêta Burlamaqui
Inglês	Maria Cacilda R. Gonçalves
Português	Nemésia Pires de Carvalho
Educação Física	Iolanda Silva

---

Fonte: A ESCOLA<sup>373</sup>.

Percebe-se que, além de uma maior presença das mulheres nas disciplinas da Escola Normal Oficial em 1947, não ocuparam apenas as disciplinas pedagógicas, mas também as disciplinas antes ocupadas por homens, como Matemática e Educação Física.

Acredita-se que isso se deu por uma gradual ampliação da participação das mulheres em seus próprios conhecimentos no curso Normal, apesar de conhecermos que as leis, decretos e mudanças na estrutura curricular foram feitos por homens em seus papéis de educadores, gestores municipais e governantes e por causa de suas formações na própria instituição de ensino. Assim, ampliou-se a oferta de mão-de-obra de mulheres educadas com base em metodologias e conhecimentos específicos para a formação de professoras normalistas, o que fez com que algumas pudessem ocupar as disciplinas.

Dessa maneira, os quadros docentes apresentados na pesquisa nos revelam que inicialmente a educação Normal Oficial promovida pelo estado do Piauí era algo mantido e desenvolvido pelos intelectuais e políticos locais que desejavam a mudança na estrutura educacional do estado e, assim, promover o desenvolvimento dos ideais republicanos, de ordem e de progresso social e

---

<sup>373</sup> **A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 6, Teresina – Piauí, 15 de maio de 1943, n.9, p. 11.



financeiro. Mas que de maneira gradual houve a inserção das mulheres nos quadros docentes, fossem por motivos familiares ou individuais, em que esses intelectuais e políticos queriam que suas descendentes ou familiares fossem educadas na instituição, ou por uma oferta de professoras normalistas no mercado de trabalho piauiense.

### 3.4 As representações das normalistas e professoras

As mulheres da Escola Normal Oficial foram representadas por publicações em jornais da época e em obras memorialistas. Acreditamos que isso contribuiu para mostrar como eram criadas as imagens de normalistas e de professoras na primeira metade do século XX.

No ano de 1913, foi criada uma coluna jornalística intitulada “Normalista de 1912” no jornal Diário do Piauí. Essa coluna descrevia os perfis das alunas do ano de 1921, em que foram destacados as suas características físicas, os comportamentos e as suas habilidades para a atuação no campo educacional, sem, no entanto, colocar o nome completo das normalistas, somente as iniciais. O que, mesmo sem os nomes completos, foi possível descobrir quem eram as normalistas, com o conhecimento das concludentes do ano de 1913.

Acredita-se que essas publicações foram feitas como forma de mostrar para sociedade local as boas características das professoras que iriam ocupar os ambientes das escolas primárias pelo estado e como uma maneira de retratar as mulheres da alta e média sociedade piauiense, que ocupavam o curso Normal. Assim, as publicações que tratam sobre os perfis dessas mulheres não seriam críticas negativas, mas uma produção que pudesse agradar os pares – os políticos e os intelectuais – que enviavam seus familiares para a Escola Normal Oficial.

A primeira normalista que conseguimos descobrir por meio das iniciais do nome foi Áurea Pires de Castro Rebelo, retratada com uma mulher angelical e dotada de pureza, como podemos ver no fragmento a seguir:

A expressão fisionômica desta senhorita é suave e encantadora. Do **seu alvo perfil, silhueta de neve**, como um limbo de luz **casta e serena**, se propaga e se esvai, **num sorriso infantil**, um virgíneo esplendor de sonhos cor de rosa.

Os grandes olhos claros, de um brilho outonal, **grandes olhos de criança** iluminam-lhe o rosto, dando-lhe um certo **ar de curiosidade infantil**.

**É muito simples, muito afável e tem a confiança descuidosa das almas boas**, de tal modo que, com a mais graciosa naturalidade, aborda um conhecimento de a pouco, transmite-lhe suas impressões, dando o prazer de ouvir a sua **voz musical** e sentir o encanto de sua conversação.

**É muito inteligente, estudiosa** e costuma acompanhar passo a passo os progressos de uma sua distinta prima, companheira de estudo e que sobre ela tem a ascendência afetuosa de uma irmã mais velha, embora sejam ambas quase da mesma idade.

**É noiva** de um moço de reconhecido talento artístico<sup>374</sup> (Grifo nosso).

A normalista Áurea é representada como uma mulher de características infantis, o que trazia as características de pureza, castidade e serenidade para as suas atuações como professora, além de ter inteligência e ser estudiosa. Acredita-se que essas características criadas no perfil dessa normalista tinham como objetivo criar a figura de uma mulher afável, apta a conviver com crianças, mas, além disso, uma mulher dotada de conhecimentos para atuar em escolas públicas e respeitável por sua castidade e serenidade, além de ser uma mulher comprometida com o casamento.

Percebe-se a criação de uma imagem de mulher bondosa e afetuosa para a convivência com as crianças, o que era uma diferenciação ao masculino que antes ocupava o lugar de mestre-escola que, por diversas vezes, fazia uso da violência e de castigos físicos contra os seus alunos como forma de educar. Isso seria uma forma de legitimar a presença das mulheres nas escolas e proporcionar a diferenciação entre as mulheres e os homens no campo educacional destinado à formação das primeiras letras, algo que foi desenvolvido ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A naturalização da bondade não deveu sua fortuna crítica somente às elaborações filosóficas e literárias do século XVII. Em boa medida, as próprias mulheres contribuíram para a construção da imagem da mulher benevolente e da associação entre bondade e feminilidade porque, desde meados do século XVIII e especialmente no século XIX, um número crescente delas passou a se desenvolver intensamente com ações de benemerência, caritativas e filantrópicas<sup>375</sup>.

<sup>374</sup> NORMALISTA DE 1912 A.P.C.R., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 11, 14 jan. 1913, p. 2.

<sup>375</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR, p. 167.

Essa criação sobre a imagem das mulheres como sujeitos que, por sua natureza, seriam bondosas proporcionou que elas fossem as substitutas dos homens no campo educacional e foram aceitas pela população como agentes do estado que iriam ser afetuosas com as crianças, o que possibilitava a inserção de novos métodos e modelos educacionais nas escolas sem grandes críticas sociais sobre as mulheres. Assim, “[...] o magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém”<sup>376</sup>.

Também foi destinada uma publicação na coluna do jornal para a aluna Lydia Cunha, em que lhes foram destacadas não só as suas aptidões para a educação, mas também as suas características físicas como podemos ver.

**Pequena estatura, apesar de um pouco gorda, o seu todo não é desprovido de uma certa elegância e distinção.**

A fisionomia é simpática e insinuante, cheia de uma graça natural e louçã. Os olhos, de uma cor indefinível, são inteligentes e parece que sorriem sempre, mesmo quando ela está triste. O colo é de um modelo impecável. Emoldura lhe a cabeça uma grande e soberba cabeleira.

**O caráter é bom e afetuoso e a inteligência é uma das mais bem organizadas, entre as diplomadas do ano atual.** Sua força intelectual não reside só na memória, como acontece a algumas de suas colegas. **Faz os estudos com método e raciocínio, adquirindo conhecimentos firmes e perduráveis.** Isto a destaca de algumas de suas companheiras, cujas aquisições mnemônicas as impedem de, com segurança, revelarem suas ideias, por escrito.<sup>377</sup>

Lydia Cunha, assim como a normalista anterior, teve suas características, quando se fala a respeito da inteligência e dedicação aos estudos, até com certo destaque as demais normalistas, por ser a mais organizada. No entanto, o que nos chama maior atenção são as suas características físicas quanto à estatura que era “pequena” e o fato de ser “pouco gorda”, o que, pela maneira como foram descritas, representava imperfeições para uma professora normalista, mas que eram recompensadas por suas características de elegância, distinção, dedicação e inteligência. Esse perfil retrata o modelo de professora normalista que, mesmo com as características físicas fora dos padrões de beleza da época, com corpo

<sup>376</sup> ALMEIDA, 1998, p. 32.

<sup>377</sup> NORMALISTA DE 1912 L.C., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 9, 11 jan. 1913, p. 2.

mais volumoso, poderia ser recompensado com a dedicação e o empenho aos estudos para se formar como professora.

Pertencente à mesma turma, o jornal retratou o perfil da normalista Izabel de Castro, como podemos ver a seguir.

**Boa estatura, franzina, fisionomia amável.**

**Pertencendo a uma distinta família**, traz estampados no caráter os atributos essenciais dos seus ascendentes: é **calma, racional e metódica**. Fez seus estudos com a segurança de quem constrói um edifício sólido e duradouro, despido dessa decoração intelectual, dessa espuma dourada de espírito, aparência ilusória em que se encorajam certas almas frívolas e que mais é um produto de imaginação do que o efeito e um conhecimento seguro e ponderado.

É simples, afável e de uma bondade tão espontânea que lhe adquire muitas simpatias.<sup>378</sup>

À normalista foram atribuídas as características físicas de “boa estatura”, “franzina” e “fisionomia amável”, o que mostra, mais uma vez, as representações dos corpos dessas mulheres como pessoas amáveis e, até mesmo, frágil ou delicado com o seu corpo “franzino”. No entanto, a fragilidade dessa mulher era substituída pelo seu pertencimento à família Castro e por ser calma, afável e bondosa, características de uma mulher racional e metódica, características essas que seriam indicativos de uma educadora.

Dentre os perfis publicados no jornal há o de Alzira Freitas, com descrições sobre as suas formas físicas e suas habilidades no campo educacional.

A Escola Normal é um estabelecimento que honra o seu fundador e o Estado do Piauí. No seu tranquilo recinto, onde gorjeiam **doces almas femininas**, até hoje ainda não penetraram essas paixões egoísticas que tumultuam lá fora, ela está procurando resolver, com esforços, o difícil problema da instrução popular e tem trazido um poderoso estímulo ao nosso moroso desenvolvimento estético. Como prova, está aí a exposição dos trabalhos de desenho e agulha que revelam a competência dos professores daquelas duas matérias. Nela figura com merecido destaque a senhorita cujo perfil debuxamos hoje. O seu bem executado quadro a crayon – **“O amor materno”**, é um trabalho digno de recomendação, e revela as tendências artísticas de sua autora, que também cultiva com esmero a mais bela de todas as artes – a música.

É a terceira do mesmo nome entre as diplomadas da Escola. **É de estatura mediana, gorda, morena, e de fisionomia simpática.**

<sup>378</sup> NORMALISTA DE 1912 I.C.S., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n.18, 22 jan. 1913, p.1.

**Aplicada e inteligente, tem uma alma simples e afetuosa**<sup>379</sup>.

A referida aluna fazia parte de uma instituição que trabalhava com as mulheres de “doces almas femininas” e que protegia essas das “paixões egoístas” que faziam parte da sociedade. Assim, a Escola Normal Oficial se configurava como um ambiente não só de preparo para a formação do corpo docente para as escolas primárias, mas também para a proteção das mulheres dos perigos sociais que poderiam lhes desviar da representação do que era ser uma mulher instruída e amável. Logo, a publicação se deu em um momento em que aconteceram as primeiras formaturas e esperavam pela consolidação da instituição.

A normalista foi autora de uma obra de arte “O amor materno”, que retratava a sua característica de “mãe” para os seus alunos, algo positivo para a sua atuação como professora. Teve também o seu corpo evidenciado a partir de suas características físicas “estatura mediana”, “gorda” e “morena”, mas observa-se que após essas características, que poderiam ser ruins ou indesejadas, foi dada a ênfase quanto à sua inteligência e a algo natural das mulheres que, sua afetuosidade.

Ainda sobre as normalistas que apareceram nas publicações de 1913, aparece Evangelina Silva, foram colocadas as características físicas e seu desenvolvimento dentro da Escola Normal Oficial.

**É uma das mais preparadas e inteligentes das normalistas atuais**, e ocupa o segundo lugar na excelência das notas.

**Alta, franzina e loira, olhos serenos, banhados de azul, toda ela é uma humilde e suave florescência de boa campestre. Lábios delgados, que pronunciam as palavras num ciclo de prece.**

**Temperamento emotivo, alma seleta de artista, a música deve embriagar-lhe os sentidos**, na evocação silenciosa de seus sonhos de virgem, a errarem nos paramos azuis da fantasia. Quando ela toca, enquanto tira do piano soberbas harmonias, **seu rosto suave e triste adormece numa espécie de êxtases religioso**, na contemplação de algum quadro longínquo e vaporoso, a diluir-se na sensação pungente de um ignorado *Agnus Del*.

Só a música tem o poder de transcender os limites da ideia e, transfigurando a imaginação atirá-la nas paragens ermas de algum recanto solitário do ignoto. Essa senhorita pode mergulhar nesse mundo fantástico e sonhar e sonhar...<sup>380</sup>

<sup>379</sup> NORMALISTA DE 1912 A. F., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 22, 28 jan. 1913, p. 2.

<sup>380</sup> NORMALISTA DE 1912 E.S., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 34, 11 fev. 1913, p. 2.

Além de ser uma das normalistas mais inteligentes e preparadas para exercer sua função de professora, Evangelina Silva teve suas características físicas de mulher branca destacadas na publicação: loira e olhos azuis. A mesma normalista tem em seu perfil ligações com o religioso em que os lábios pronunciavam as palavras em um ciclo de prece e o rosto e semblante com “espécie de êxtase religioso”. Assim, percebe-se a valorização de uma mulher com características das classes altas e médias do Piauí que, além dos traços físicos apresentados, também era boa em tocar piano, instrumento que era de difícil acesso em Teresina, e suas ligações com a religião, fossem em suas maneiras de falar ou de expressar. Essa representava o modelo de mulher educada, com conhecimentos em instrumentos musicais e formas que a ligava com a religião.

Outra normalista que aparece nas publicações dos perfis foi Maria Gonçalves Vilhena, foram apontados as suas características físicas e o fato de ter casado quando ainda era aluna.

Esta normalista faz parte da **categoria das mais inteligentes**, isto é, daquelas que se destacam pela inteligência e pelas elevadas aprovações conseguidas no fim de cada ano.

**É alta, franzina, elegante, feições bem modeladas, cabelos negros, pele morena e fina.**

**É espirituosa, de conversação fácil e atraente, possui dotes oratórios**, tem uma dicção firme, desembaraçada e sugestiva.

Escreve com muita correção e com **belíssima caligrafia**.

Fazendo parte da Escola Normal, **contraiu casamento**, e não obstante, as obrigações de seu novo estado, **com uma coragem e uma força de vontade admiráveis, prossegue os estudos**. E mesmo, vendo se constrangida a faltar as lições, meses inteiros, ainda assim, no fim do ano, fez a figura de sempre, obtendo magníficas aprovações<sup>381</sup>.

A normalista também foi valorizada por sua inteligência, esse tipo de publicação visava a criação de uma imagem de mulher educada que superava o velho modelo de homem mestre-escola e de professoras leigas, como meio de gerar na população uma admiração e aceitação da atuação das normalistas nas escolas do estado. Além disso, as características físicas foram colocadas como forma de criar a imagem de uma mulher frágil ou delicada, mas “elegante” e bela, não foi exacerbada nenhuma característica física, nem como extremamente bela

<sup>381</sup> NORMALISTA DE 1912 M.G.V., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n.12, 15 jan. 1913, p.1.

ou com traços físicos ruins, o que criava uma admiração e não desejo sobre a professora. O casamento adquirido pela normalista não trouxe prejuízos que a fizesse desistir ou reprovar na Escola Normal. Assim, a educação na instituição não era um impedimento para as mulheres que desejavam se casar.

Essas publicações foram feitas por um homem, que fazia parte do governo piauiense, dos intelectuais e das classes médias ou da elite local, e que buscava qualificar as normalistas como maneiras de expor para a sociedade teresinense que as mulheres que frequentavam a Escola Normal Oficial seguiam os modelos e os costumes das famílias tradicionais. Além disso, a educação e a instituição não provocavam prejuízos às mulheres, mas sim uma distinção sobre as outras mulheres, pois a inteligência e o comprometimento com a educação aumentavam positivamente a figura da mulher em ser apta a educar as crianças e, até mesmo, em casar-se.

Além das representações femininas no ano de 1913, analisamos as produções feitas pelas alunas normalistas no ano de 1933 para o jornal *A Escola*, sobre os papéis das professoras.

A Professora

Às minhas dedicadas mestras

Ao pronunciar o nome de professora, um turbilhão de ideias e de sentimentos como que afluem à minha mente.

**Na professora, primária ou secundária, vejo sempre a abnegada mãe, que desprezando tudo, só se interessa pela felicidade do filho querido e para conquistar esse bem-estar, atravessa destemidamente todos perigos, esquecendo-se até que o filho ingrato não saberá ter nessa desinteressada renúncia, o amor sincero e verdadeiro.**

**A professora, tal qual a carinhosa mãe, sofre pacientemente as traquinagens do aluno... esquece todas as ingratidões para só pensar na felicidade deste ente, cujo futuro lhe foi entregue pelos pais.**

Quanto ela sofre! E de quanta paciência se reveste!

Hoje um pai alcoólico, grosseiramente lhe vem injuriar, por lhe haver o filho dito alguma coisa contra ela, e, sem buscar conhecer a verdade, esquece [?]

[?]especiais ao seu filho, que siga as suas ordens e ao ouvir as explicações da pobre professora, e não as entendendo, nela desfere todo o vulcão de sua grosseria!... **E a professora se cala e silenciosamente procura refrear as lágrimas que lhe subiram aos olhos!**

**Que árdua missão! Sim, árdua e espinhosa, porém bela, talvez a mais bela, a mais nobre!**

Como o ferro, desgracioso e sem forma, passa pela mão do artista, do fogo à bigorna, para se amoldar às mais variadas e belas formas, e assim se tornar útil ao homem, ornamentando as suas invenções, assim também, a criança analfabeta, vai

sofrendo as mesmas modificações do ferro, tendo por artífice o mestre, por fogo a instrução e por exercício a bigorna, até se tornar mais tarde, a felicidade da família, a glória da pátria, a esperança da sociedade!

Certa vez, percebi a ilustre professora, esforçando-se grandemente para conseguir que suas alunas correspondessem um pouco, ao seu esforço, e a senti triste... Muito triste mesmo, por verificar a inutilidade de seus esforços, dos seus trabalhos! Mas, lá no meio das alunas, houve alguém, que, qual semente fecunda, germinou e prodigiosamente cresceu, para assim alegrar com seu florir a incansável mestra.

E agora, contemplando o germinar da pequenina, porém fecunda semente, eu diviso a mestra, qual jardineiro terno, a regar e a amparar dia a dia, a meiga plantinha, que mais tarde haverá de se cobrir de flores e... um dia se mostrará a suster sazonados frutos!

**Avante professoras! Não há missão mais bela, mais altruísta que a vossa; se hoje alguém vos aborrece, amanhã por certo, ele vos admirará!**

Não desanimeis, pois, haverá sempre, no deserto terrível e infundo, um oásis belo e verdejante!...

Na mais negra escuridão da noite, haverá sempre, ao menos uma pequenina estrela a tornar menos triste o negror da noite tenebrosa.

Ida de Freitas (4º ano)<sup>382</sup>

A aluna Ida de Freitas coloca em sua publicação da revista da Escola Normal Oficial que uma professora sofreu com as reclamações de um pai. Isso revela que as professoras, ainda em 1933, eram questionadas em seus ambientes escolares sobre as práticas em sala de aula, mas a autora desqualifica o questionador como “alcoólatra” e não conhecedor da verdade, traz a professora como alguém dotado de amor e paciência com os alunos, que se esforça constantemente e tem poucos resultados positivos. Mas à professora cabia a imagem de uma mulher que sofre com os comportamentos dos alunos, mesmo assim, mantendo o carinho de uma mãe.

Entende-se que a publicação tem como objetivo a criação de uma imagem de professora dócil, amável e com traços maternos com os seus alunos, no qual sempre era paciente. Assim, as professoras normalistas representaram as mulheres afetuosas, calmas e designada a sofrer pelos outros, alunos, em nome do desenvolvimento social.

Essa imagem da mulher normalista e professora também fizeram parte de outras publicações do jornal produzido pelas normalistas na Escola Oficial,

---

<sup>382</sup> **A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 1, Teresina – Piauí, 17 de outubro de 1933, n.1, p. 1.



produziram as suas projeções diante das novidades pedagógicas, como aparece na publicação de 1933, intitulada “A questão da nova disciplina”.

Palestra entre duas professoras: **uma antiga, do interior, partidária da palmatória e dos caroços de milho; outra diplomada recentemente, partidária da ESCOLA NOVA.**

- Professora nova. – Oh! D. Bibiana, que surpresa! Como estou alegre em a ver! Quantas coisas novas temos que conversar!

- Professora antiga. – Mas menina, como você está moça. Quando sai daqui você era pequenina.

Mas também encontrei tudo mudado. Teresina está uma beleza, quase não a conhecia. Vim mesmo por causa de umas **asneiras novas** que ouvi dizer que o Diretor faz questão nas Escolas. Estou horrorizada com as novidades... Estamos caminhando para o fim do mundo.

- P. N. – Que asneiras são estas, d. Bibiana? Os nossos diretores, pelo contrário, têm procurado melhorar a educação e muito têm melhorado...

- P. A. – (Interrompendo com uma careta) Então você também está de acordo com todas estas maluquices? Coitada de você, minha filha! Avalie! **Ouvi dizer que os meninos vão à escola para brincar com barro, madeiras, canivetes, jogar bola e, sobretudo, dizem que têm uma liberdade de fazer o que querem! Sabe qual o[?...] comer barro, mãos e dedos [?], para agonia das mães e professoras e não aprenderem nada nesta vadiação.**

- P. N. – D. Bibiana, a senhora está enganada, olhe...

- **P. A. (Interrompendo) Olhe nada! A minha escola, botando a modéstia de lado, é uma ordem, uma disciplina, que faz gosto a gente ver.** Não tenho visita do Diretor a qualquer hora e tenho muita fé em Deus de a levar lá, para você aprender. **As crianças todas sentadinhas**, em roda da mesa, sem um movimento, ou uma palavra que pertube a ordem. Na hora da lição, sim, cada uma traz o seu livro e bem direitinho dá a lição marcada por mim.

**A hora da tabuada há um barulhozinho, mas tão bonitinho e tão em ordem que chega a parecer um hino!**

- P.N. – D. Bibiana, tudo isso é muito antigo, está tudo condenado. Amanhã vou com a senhora à Escola de Adaptação e em alguns Grupos, onde já existe, não tudo, mas alguma coisa de “Escola Nova”, pelo menos a disciplina.

**Hoje as crianças não vão à Escola com o terror das lições, professores e castigos, estampados na face. Vão por prazer. A tabuada não é mais cantada como antigamente, tudo hoje é novo, é progresso.** Há este princípio que assusta a senhora e ainda a muitos educadores – a Liberdade. Achem que essa liberdade está incompatível com a disciplina, quando ela é necessária sua existência.

É preciso que a senhora saiba que com esta liberdade que a horroriza, pode haver perfeita disciplina, alegria, interesse e trabalho fecundo.

A liberdade só será anarquia se o professor não souber ou não possuir capacidade precisa para conduzir a sua classe. A ESCOLA NOVA, dá à criança<sup>383</sup>

A criação do diálogo entre duas professoras, sendo uma com bases nos “conhecimentos pedagógicos antigos” e outra adepta aos conhecimentos proporcionados pela Escola Nova, foi criado com a intenção de mostrar que a professora normalista nova estava adequada aos padrões de ensino em vigor. Assim, a professora nova seria mais afetuosa, dispensando o uso de violência e medo aplicados como meios de educar as crianças e seguindo as normas de ensino instituídas. Dessa forma, a imagem que tentou ser construída era de uma professora normalista que estava adequada para as novas demandas educacionais, não tinha dificuldades em executar os planos ou os programas de ensino, e que era bem aceita pelas crianças nas escolas do estado.

No ano de 1936, aconteceu a publicação, no entanto, sem as indicações de quem seria o autor e para quem seria destinada. Observa-se que nesse momento houve a presença masculina nas publicações do jornal, apareceu entre as normalistas, o aluno James Azedo, mas não podemos determinar se foi de autoria dele.

#### PERFIL

##### **Morena. Estatura Mediana. Cabelos e olhos negros.**

Inteligente e aplicada. Uma das melhores alunas do 5º ano.

##### **Dotada de excelentes qualidades morais. Boa amiga.**

Sobressai pela sua excessiva modéstia, por isso mesmo, bastante estimada por suas colegas.

Vem se destacando ultimamente pela sua atividade à frente de todo e qualquer movimento surgido na classe.

Uma de suas mais notáveis qualidades: a simplicidade. Entretanto, após a sua recente viagem à lendária “terra dos verdes mares bravos” – berço de Iracema, a sua simplicidade sofreu algumas alterações para melhor, pois com um pouquinho de artificialismo modernista, **a sua beleza natural veio se por mais em relevo. Perdeu em simplicidade e ganhou, no entanto, em atração física. Está bem feminina...**

Reside atualmente no último *bungalow* da aristocrática Avenida Frei Serafim – o bairro Copacabana de Teresina<sup>384</sup>.

São colocadas as descrições da aluna, não mais como alguém angelical, assim como apareciam em outras publicações aqui retratadas, mas sim

<sup>383</sup> **A ESCOLA** – Orgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 1, Teresina – Piauí, 17 de outubro de 1933, n.1, p. 4.

<sup>384</sup> **A ESCOLA** – Orgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 3, Teresina – Piauí, 15 de maio de 1936, n. 5, p. 2.

evidenciadas as suas características físicas, que teriam se tornado mais atraentes. Outra passagem da publicação que nos chamou atenção foi “está bem feminina...”, o que mostra a ideia de uma mulher mais representada por suas formas físicas do que por sua inteligência ou competência para as funções de professora.

Assim, esse teve como objetivo mostrar as representações em torno dos corpos femininos ao longo dos anos, de acordo com as descobertas feitas nas fontes. Inicialmente, se criou uma imagem de mulher pura, amável e ligada às imagens religiosas, que tudo suportaria por suas características maternas aplicadas no convívio com as crianças nas escolas, detentora de conhecimentos pedagógicos e científicos que minimizavam as suas características físicas ruins, como ser gorda e de baixa estatura e, por fim, observou-se que houve uma valorização do corpo físico da normalista para a sexualidade, atribuições não vistas nas publicações de jornais anteriormente a esse recorte apresentado neste trabalho.

#### 4. Considerações Finais

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, as mulheres conviveram com modificações estruturais das cidades, dos seus ambientes domésticos com a criação de um novo cotidiano e, principalmente, com as mudanças provocadas com a instauração do modelo de governo com bases na República.

As cidades passaram por mudanças nos primeiros anos do século XX, diante das tentativas de construir um espaço urbano que fosse capaz de se adequar às ideias de modernizações, vindas dos centros europeus e das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Transformar o espaço em ambiente higienizado e disciplinar a população quanto às ocupações e os usos dos espaços e de seus corpos tornaram-se essenciais para o alcance da ordem e do progresso social, político e econômico.

Por ser a capital e concentrar a maior parte da administração pública do estado, a cidade de Teresina, no Piauí, não ficou de fora das transformações urbanas. A cidade atraiu uma parte da população com sua construção, pois representava o local onde se teria maiores oportunidades de desenvolvimento da população. Dessa maneira, a urbanização cresceu, não de maneira exacerbada, mas capaz de modificar as formas de uso dos espaços urbanos, como as circulações de animais e construções de moradias.

Na capital piauiense, as intervenções no meio urbano aconteceram em prédios públicos, como as construções e reformas de ambientes destinados à educação, nas construções de vias públicas, distribuição de água e energia e as construções de espaços comerciais, que seguiam os modelos europeus. Mas, mesmo com as intervenções algumas características da vida rural ainda faziam parte do cotidiano da população mais pobre de recursos financeiros.

As mulheres, em especial as de classes médias e altas dos centros urbanos, foram permeadas por novos desejos e discursos de homens que eram governantes, intelectuais e educadores e queriam uma modificação na conjuntura brasileira. Não só conviveram em um país que estava cheio de ideias, ideais e desejos de homens, como também foram atingidas por isso e se propuseram a mudar as suas vidas. A mudança do regime político brasileiro teve

significativos desdobramentos, pois nesse momento as mulheres foram colocadas como agentes de estado ou, pelo menos, sujeitos que deveriam contribuir com os objetivos da nação.

Os governantes dos anos iniciais da República precisaram diminuir a quantidade de pessoas analfabetas para que pudessem votar, exercer a cidadania e também retirar o país do atraso educacional. Objetivava-se formar uma população aos moldes da civilidade, mas, para isso, primeiramente, era necessário instruir ela, para em momento posterior desenvolvê-la aos padrões europeus e norte americano de educação.

Sair dos espaços domésticos e dos seus ambientes familiares rumo às cadeiras das escolas de formação de professoras, Escola Normal, foi o primeiro passo dado pelas mulheres em sua nova história durante o período republicano. Posteriormente, formaram-se nos cursos Normais, foram para as escolas primárias públicas e, até mesmo, para as Escolas Normais, só que em papéis de professoras normalistas, moldadas pelas tendências pedagógicas e as propostas instituídas em suas localidades e no Brasil.

Na cidade de Teresina das primeiras décadas do século XX, as mulheres de classes médias e altas foram sendo envolvidas pelos discursos sobre a educação para elas desejada e também da que deveria ser ofertada para as crianças. Ocuparam os ambientes de ensino destinados à formação Normal e viveram as constantes mudanças educacionais que envolviam a formação de professoras e a educação primária das crianças.

Os governos municipal e estadual, os intelectuais e os políticos foram os principais agentes para a produção, de maneira inicial, das mulheres como normalistas. Formaram reuniões, grupos e discussões, nos quais os destinos era tomados para a educação das mulheres na Escola Normal Oficial, destacaram os projetos nacionais e do modelo republicano para fortalecerem os seus discursos e as suas ações.

As mulheres que iriam ocupar os ambientes destinados à Escola Normal Oficial foram as mais favorecidas pelas suas condições sociais e econômicas na cidade de Teresina e interiores do Piauí. Formou-se uma clientela de mulheres que poderiam ser educadas como normalistas e formar as primeiras turmas escolares da instituição, mas encontraram dificuldades para terminarem o curso Normal. Assim, aos poucos, a sociedade pode contar com uma pequena

quantidade de professoras normalistas educadas pelas tendências educacionais da época, o que não era o suficiente para atuações nas escolas públicas do estado.

As poucas formações das mulheres na Escola Normal Oficial evidenciaram que não existiu um interesse homogêneo entre elas, algumas não queriam estudar na instituição ou atuar como professora após a formação. A formação no curso Normal era uma opção às mulheres, mas não a regra. Essa formação seria uma possibilidade de acesso à educação que serviria como uma característica para as mulheres que desejassem casar-se.

Como forma de atração das mulheres foram atribuídas representações positivas sobre ser educada e normalista. Teriam formado um grupo de mulheres diferente das mulheres que não fossem formadas na Escola Normal, pois teriam conhecimentos científicos e desenvolveriam as suas habilidades maternas de educar as crianças com carinho e amor.

Compreendeu-se que as mulheres além de ocuparem as posições de normalistas, também ocuparam os papéis de professoras e gestoras escolares, com o passar do tempo. O que mostrou a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres que, inicialmente, seriam agentes do estado destinadas a conviver e a educar as crianças.

Dessa maneira, as mulheres foram construindo os seus próprios espaços a partir da educação, primeiro como potenciais alunas e depois como professoras, não se limitaram em aceitar as decisões dos homens sobre as suas vidas, formações e representações, mas criaram as suas próprias histórias e as suas imagens como mulheres, educadoras, mães e esposas.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

**A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 1, Teresina – Piauí, 17 de outubro de 1933, n.1.

**A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 1, Teresina – Piauí, 17 de outubro de 1933, n.1.

**A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 3, Teresina – Piauí, 15 de maio de 1936, n.5.

**A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 6, Teresina – Piauí, 15 de maio de 1943.

**A ESCOLA** – Órgão das Alunas da Escola Normal Oficial, Ano 6, Teresina – Piauí, 15 de maio de 1943, n.9.

AFONSO, Alcilia; CHAIB, Marina; OLIVEIRA, Valéria. INTERVENÇÕES MODERNAS NA CIDADE: PAISAGEM E PATRIMÔNIO EM TERESINA In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EM URBANISMO**, 2014, Barcelona: DOUT, 2014

**ANDORINHA**, [s.n.], 12 out 1.

**BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

**BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

BRASIL, CÓDIGO CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1916.

BRASIL. Anais do congresso constituinte, 1891.

BRASIL. Anuário Estatístico do Brasil de 1936 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1936.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934.

BRAZ E SILVA, Angela Martins Napoleão. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império In: **Cadernos PROARQ18**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

CLARK, Oscar. **O século da criança**. Rio de Janeiro, 1937.  
**CORREIO DE OEIRAS**, Oeiras, ano I, n. 8, 15 maio 1909.

CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, ano 7, p. 43-44, maio 1924.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, ano I, Teresina, 20 de abril de 1911, n. 45.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, ano II, Teresina, 13 de junho de 1912, n. 123.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, ano II, Teresina, 9 de junho de 1912, n. 120.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano I, n. 23, 23 mar.1911.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 11, 14 jan 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 111, 17 mai 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 113, 20 mai 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 124, 1º jun 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 185, 21 nov. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 9, 11 jan. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.12, 15 jan. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.18, 22 jan. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.22, 28 jan. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.34, 11 fev. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**. Teresina, Ano I, número 30, 31 de março de 1911.

**Diário Oficial**, Theresina, anno II, n. 60, 4 de mar. de 1932, p. 3-16.

ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauienses**. 1864. Resolução nº 565 de 05 de agosto de 1864. Autoriza o presidente da Província criar nesta capital uma escola normal constituída em externato. San' Luiz: Typ. De B. de Mattos, 1865.

ESTADO DO PIAUÍ, Governo. 1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. João de Deus Pires Leal**. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.



ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauhhy do anno de 1910.** Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expede regulamento para a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Oficial – 1913.

ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Leis Piauienses.** 1910. Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Posturas do Conselho Municipal.** Teresina: Tipografia Paz, 1912.

ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações Metodológicas da Escola Normal Oficial.

ESTADO DO PIAUÍ. **Leis e decretos do Estado do Piauhhy do anno de 1910.** Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do estado. Therezina: Imprensa Oficial – 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Leis e decretos do Estado do Piauhhy do anno de 1933.** Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933. Regulamenta o ensino normal. Therezina: Imprensa Oficial, 1933.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado, pelo Exmo. Sr. Governador Eurípides Clementino de Aguiar a 1º de junho de 1920.** Teresina: Imprensa Oficial.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípides Clementino de Aguiar.** Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí, no dia 1º de junho de 1914, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Tipografia Paz, 1914.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí, no dia 1º de junho de 1915, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Tipografia O Piauí, 1915.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Paz, 1913.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Eurípides Clementino de Aguiar.** Teresina: Imprensa Oficial, 1917.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Dr. Anízio Auto de Abreu.** Teresina: Tipografia do Piauí, 1909.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Álvaro de Assis Osório Mendes.** Teresina: Imprensa Oficial, 1905.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Antonino Freire da Silva, no dia 1º de junho de 1911.** Therezina: Imprensa Oficial, 1911.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira.** Teresina: Tipografia "O PIAUÍ", 1921.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira,** no dia 1º de junho de 1922. Therezina: Tipografia do O Piauí, 1922.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado João Luiz Ferreira,** no dia 1º de junho de 1923. Teresina: Tipografia O Piauí, 1923.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello,** no dia 1º de junho de 1925. Teresina: Tipografia O Piauí, 1925.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello,** no dia 1º de junho de 1926. Teresina: Tipografia O Piauí, 1926.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem lida, a 1º de junho de 1927, perante a Câmara Legislativa do Estado do Piauí, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello.** Teresina: Piauí, 1927.

GONÇALVES, L.M. Ribeiro. **Impressões e perspectivas.** Brasília: [s.n.], 1980. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: **Recenseamento de 1890; Sinopse do Recenseamento de 1900; Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Boletim Gráfico,** Rio de Janeiro, n. 31, p.1-244, 1943.

**JORNAL DO PIAUÍ,** [s.n], de 09 de janeiro de 1909.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova:** bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. Brasília: MEC/INEP, 2002.

MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho.** Teresina: COMEPI, 1976.

MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Rua da Glória 4: o tamanho de uma esperança (1935-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

**NORTISTA**, Parnaíba, ano I, n. 24, 15 jun. 1901.

**O APÓSTOLO**. Ano III, Teresina - PI, número 120, 10 de outubro de 1909.

**O APOSTOLO**: Órgão Oficial da Diocese. Ano II, Teresina – PI, n. 99, 2 de maio de 1909.

**O APOSTOLO**: Órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, n. 161, 17 de julho de 1910.

**O APOSTOLO**: órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, n. 174, 16 de outubro de 1910.

**O APOSTOLO**: Órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, número 178, 13 de novembro de 1910.

**O APOSTOLO**: órgão Oficial da Diocese. Ano IV, Teresina – PI, número 179, 20 de novembro de 1910.

**O APOSTOLO**: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, número 212, 9 de julho de 1911.

**O APOSTOLO**: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, número 225, 17 de setembro de 1911.

**O APOSTOLO**: Órgão Oficial da Diocese. Ano V, Teresina – PI, número 225, 17 de setembro de 1911.

**O MONITOR**, Teresina, ano II, n. 45, 5 set. 1907.

**O MONITOR**. Teresina, Ano III, n. 77, 16 de abril de 1908.

PROEBER, K. Cadastro geral das lojas maçônicas no Brasil: ativas, abatidas e inativas. Rio de Janeiro, ed. autor, 1975; Coleção dos Boletins do Grande Oriente do Brasil (1871-1910) In: BARATA, A. M. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 4ª ed./São Paulo: Cortez, 1982.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina; Cultura, 1964.

## Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “**O DOTE É A MOÇA EDUCADA**”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República (Tese). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. MENINOS E MENINAS ESTUDANDO JUNTOS: OS DEBATES SOBRE AS CLASSES MISTAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: (1890/1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 58, p. 115-123, set 2014 – ISSN: 1676-2584.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

AMARAL, Giana Lange. Os Maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **História Educação** (Online), Porto Alegre, v. 21, n. 53, set/dez 2017.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas Normais no Brasil** – do Império à República. Campinas: Alínea Editora, 2008.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e recordações da memória cultural**, 2011.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura: a cultura brasileira**. São Paulo, Melhoramentos, 1976.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n.27, p.213-254, 2006.

BAÍÁ, Anderson da Cunha. A MODERNA GINÁSTICA SUECA NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (1944-1952). In: **XXII ENCONTRO**

**REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – MG**, 2022, Diamantina – MG. Brasil, 200 anos depois, 2022.

BENEDICTO, Edna Aparecida Ferreira. **PALAVRA E ESCRITA DE HOMENS: A CONDIÇÃO JURÍDICA DA MULHER NO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO**, Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996. 1ª ed.

CANUTO, Raniel das Flôres. **Salus Populi suprema lex est**: jornal O Aviso e a batalha político-partidária do Coronel Joaquim das Chagas Leitão através da imprensa (1910-1930). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Feminismo e masculinidade no início do século XX. **Revista Fênix — Revista de História e Estudos Culturais**, 2020.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese (Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2010, p. 398.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Lindalva Raimunda Silva de Oliveira. **CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO NOS ANOS VINTE E TRINTA: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DAS ELITES** [Dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

CARVALHO, Marta Susany Moura. **Um educador e seu tempo**: formação e ação educacional do professor Felismino Freitas Weser (1910 a 1952). Orientadora: Amparo Borges Ferro. 2024. 135f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008

CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. A laicização da educação na transição do Império para a República no Brasil: ensino leigo ou religioso? **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270076, 2022.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, Francisco Humberto Vaz da. **DE RELANCE: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930)** [Dissertação]. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Mestrado em História do Brasil, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n.1, São Paulo, Jan./jun. 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FERNANDES, F. D. da C. de M.; ALANIZ, E. P. Padrões arquitetônicos escolares e expansão do Ensino Fundamental no início do século XX no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 87–103, 2016.

FERNANDEZ, Brena. O feminismo de Nísia Floresta (1810-1885) e a questão da capacitação intelectual feminina no Brasil do século XIX. **Revista Feminismos**, v. 11, n. 2, 2024.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: Os Castello Branco**. 1 ed. Guarulhos, São Paulo: ABC Editorial, 2011.

FERREIRA, Lorena Maria de França. **O ESTADO, AS NORMALISTAS E A INFÂNCIA EM TERESINA (1900-1940)**. 2017. 150f. Dissertação de mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - Teresina, 2017.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no republicano**. 1996. 138f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1996.

FONSECA, Cláudio Lúcio. **Arquitetura das escolas públicas nas reformas educacionais mineiras (1892-1930)**. [Dissertação] Mestrado em Educação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

FOUCAULT, Miche **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismos e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GAY, Peter. Mulheres agressivas e homens defensivos. In: GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção da República no Brasil: da propaganda à consolidação**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JÚNIOR, José Voste Lustosa. Ao povo e ao governo: o ideário educacional do manifesto dos pioneiros da escola nova no Brasil. **Anais V FIPED...** Campina Grande: Realize Editora, 2013.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Superando a Pedagogia Sertaneja: Grupo Escolar, Escola Normal e modernização da escola primária pública**

piauiense (1908-1930). 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUSTOSA JR., José Voste. **Ao povo e ao Governo: o ideário educacional do manifesto pioneiros da escola nova no brasil**, [s.n.], 2012.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da Vida privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Bondade, substantivo feminino**: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. História: Questões & Debates, Curitiba, Editora UFPR, n.59, p. 143-170, jul./dez. 2013.

MONTEIRO, Geraldo T. M. **Construção Jurídica das Relações de Gênero: O processo de Codificação Civil na instauração da Ordem Liberal Conservadora do Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2003.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NOVAES, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, c1997-1998. 4v. (História da vida privada no Brasil ; v v.1-4) ISBN: 8571646511.

NOVELLINO, M. S. F. MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL NO SÉCULO XX. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu**, n.39, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.



PINHEIRO, Áurea Paz. **As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX.** [Dissertação de Mestrado] Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – São Paulo, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos, trabalho, emancipação. In:\_\_\_\_\_. **Mulheres dos anos dourados.** São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime. (Orgs.). **Novos combates pela história:** desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maníoba na economia do Piauí:** 1900-1920. Teresina: UFPI/APL, 1994.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí.** Maranhão: Ética, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010. p.434-590.

RIBEIRO, Elisabete Aparecida. DEMOCRACIA PRAGMATISMO E ESCOLA NOVA NO BRASIL. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 2, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Gersávio. **História do Piauí.** Teresina: Halley/Zodíaco, 2009.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante:** técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil.**v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marcelo Melo da. A mulher e a primeira constituinte republicana. In: IV Colóquio de História, IV, 2010, Recife. **Anais Eletrônico [...]** Recife: UNICAP, 2010. p. 483 – 493.

SILVA, Mariane Vieira da. **Impor, organizar, velar, cumprir e dirigir: a direção escolar no ensino primário piauiense (1910-1947)**. Dissertação (mestrado). Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina – Piauí, 2017.

SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista In: LIMA, Nilsângela Cardoso. **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores**. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUSA NETO, Marcelo de. **ENTRE VAQUEIROS E FIDALGOS: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Pernambuco, 2009.

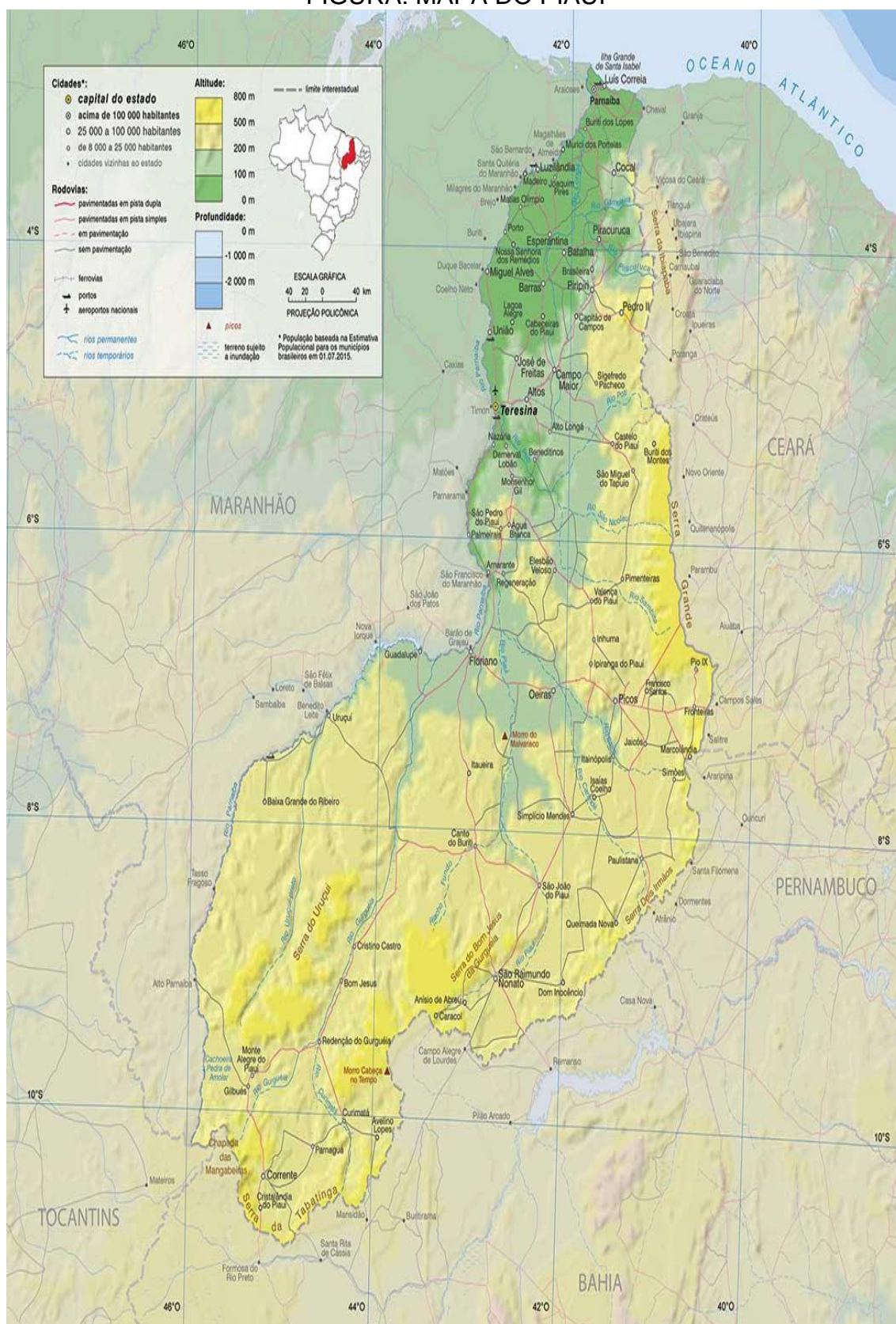
SOUSA NETO, Marcelo de; MEDEIROS, Jayra Barros. As Fazendas Nacionais e seus desdobramentos em Núcleo Colonial Agrícola, no Piauí oitocentista. **MÉTIS – história & cultura** v. 20, n.40, p. 170-192 jul./dez, 2021, p. 170 – 192.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Educação e modernidade: os primeiros tempos da escola republicana (1889-1930)**. Campinas: Autores Associados, 2001.

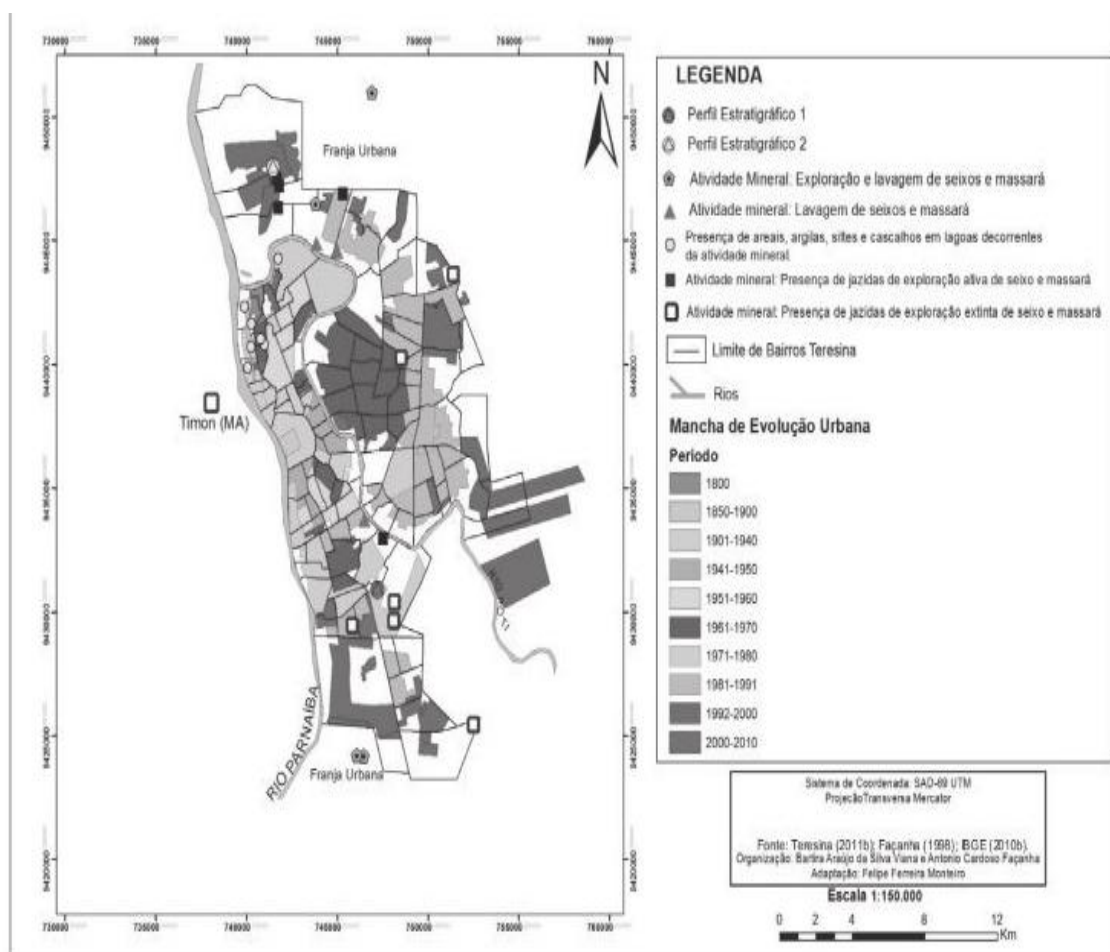
## **ANEXOS**

FIGURA: MAPA DO PIAUÍ

FONTE: IBGE<sup>385</sup>.

<sup>385</sup> Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/unidades-da-federacao/21705-piaui-pi.html>  
Acessado em 25 setembro 2025.

FIGURA: MAPA DA EVOLUÇÃO DA MANCHA DE OCUPAÇÃO URBANA DE TERESINA – PIAUÍ ENTRE 1800 – 2010.



Fonte: Teresina (2011b); Façanha (1998); IBGE (2010b). Organização: Bartira Viana; Antonio Façanha. Adaptação: Felipe F. Monteiro (2013).

FONTE: VIANA, Bartira Araújo da Silva; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS EM ÁREAS DE MINERAÇÃO EM TERESINA, PIAUÍ, p. 177 In: SILVA, Francisco J. Tavares da; AQUINO, Cláudia M. Sabóia de; AQUINO, René Pedro de. Teresina: EDUFPI, 2018.